

# Diário do Legislativo de 28/09/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

1 - ESSENCIALIDADES DO BALANÇO GERAL DO ESTADO - EXERCÍCIO DE 2001

2 - ATAS

2.1 - 201ª Reunião Especial - II Fórum "Minas Por um Outro Mundo"

2.2 - 202ª Reunião Especial - II Fórum "Minas Por um Outro Mundo"

2.3 - 204ª Reunião Especial - II Fórum "Minas Por um Outro Mundo"

3 - ORDEM DO DIA

3.1 - Comissão

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

5 - RELATÓRIO

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ESSENCIALIDADES DO BALANÇO GERAL DO ESTADO - EXERCÍCIO DE 2001

A referida matéria foi publicada na edição do "Diário do Legislativo" de 28/9/2002.

## ATAS

ATA DA 201ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 21/8/2002

Presidência do Deputado Ivo José

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Rogério Correia - Palavras do Sr. Maurício Borges Lemos - Palavras da Sra. Dirlene Marques - Palavras do Sr. João Pedro Stédile - Palavras do Frei Gilvander Luís Moreira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Ivo José - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Ambrósio Pinto - Antônio Genaro - Edson Rezende - João Paulo - José Braga - Mauro Lobo - Rogério Correia.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Às 19h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O Deputado José Braga, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Maurício Borges Lemos, Secretário Municipal de Governo, Planejamento e Coordenação Geral, representando o Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel; Débora Vainer Barenboim, Chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em Minas Gerais - EREMINAS -; João Pedro Stédile, Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST -; Frei Gilvander Luís Moreira, Vigário da Igreja do Carmo e Assessor de Movimentos Sociais; Dirlene Marques, representante do Comitê Mineiro do Fórum Social e coordenadora dos debates; e os Deputados Rogério Correia, Adelmo Carneiro Leão e Edson Rezende, autores, com outros Deputados, do requerimento que deu origem a este fórum.

## Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registramos a presença da Cap. Cássia, representando o Comandante-Geral da PMMG.

## Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do II Fórum "Minas Por um Outro Mundo - Uma Outra América é Possível com Soberania e Integração". Nesta noite, será discutido o tema "América Soberana É Possível com a ALCA?".

## Palavras do Sr. Presidente

A recente decisão do Governo brasileiro de assinar novo acordo com o FMI, visto por grande parte dos políticos e economistas como única saída para evitar o descontrole do câmbio e das contas públicas nacionais, é demonstração de como nossa economia está atrelada a mecanismos externos de financiamento, às agências que estabelecem o grau de confiabilidade para investimentos no País e à volatilidade do capital financeiro.

Esse atrelamento, decorrente de uma série de razões históricas, internas e externas, está presente na maior parte dos países em desenvolvimento, como o Brasil, e é uma das características da economia globalizada, que sujeita os países endividados a sobressaltos e crises, como as que ocorreram no México, na Coreia, na Rússia e na Argentina.

Não foi por mera cortesia nem conveniência política momentânea que o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu anteontem, em Brasília, os quatro candidatos à Presidência da República que lideram as pesquisas. A preocupação com a instabilidade conjuntural e a consciência de que não estamos imunes às turbulências das relações globalizadas se sobrepõem a divergências ideológicas e a estratégias político-partidárias.

Por trás da instabilidade dos países endividados está uma equação matemática aparentemente simples: para pagar as contas e mantê-las sob controle e para ter reservas destinadas aos programas de desenvolvimento, é preciso arrecadar mais do que se gasta. Para isso é necessário, entre outros fatores, exportar mais do que se importa, aumentar a produção, gerar empregos.

Tais considerações, que dizem respeito à política econômica em seu contexto global, estão intimamente relacionadas com o tema central de discussão neste fórum técnico: as condições e os interesses que envolvem a constituição da ALCA.

Proposta pelos Estados Unidos durante a I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo das Américas, realizada em Miami, em 1994, a ALCA tem como objetivo instituir o livre comércio entre as 34 nações do continente americano, exceto Cuba. Em reunião posterior, ocorrida em Belo Horizonte, em 1997, foi definido o ano de 2005 como prazo limite para entrada em vigor do acordo destinado a institucionalizá-la.

Em tese, o acordo poderia ser benéfico para todos os países envolvidos, uma vez que, removidas as restrições atuais à circulação de produtos e mercadorias no continente, todas as economias seriam estimuladas, com o aumento das exportações, das importações, dos níveis de produção e de emprego, diante das possibilidades abertas por enorme e diversificado mercado. Na prática, contudo, o acordo pode não ser tão bom para todos os participantes. Movimentos políticos, sociais e de trabalhadores alertam que, embora fosse extremamente favorável aos interesses dos Estados Unidos, seria prejudicial aos demais países, especialmente o Brasil, aprofundando as desigualdades e os problemas já existentes nas economias periféricas.

Em primeiro lugar, dizem os críticos da ALCA, o livre comércio de produtos e serviços favoreceria apenas as empresas mais competitivas, detentoras de tecnologia mais avançada e de maior capacidade de investimentos, ou seja, os grandes conglomerados sob controle dos norte-americanos.

Com esses grupos, muitos deles multinacionais, a maioria das empresas brasileiras, especialmente as pequenas e médias, não teria chance de concorrer e perderia boa parte do mercado, dentro e fora do País. A consequência da desigualdade estabelecida, afirmam os opositores do acordo, seria a redução da produção e do nível de empregos, agravando-se os problemas econômicos e sociais que já enfrentamos.

Uma segunda contestação ao estabelecimento da ALCA é que o livre comércio proposto estaria restrito à circulação de mercadorias e capitais, excluindo a livre circulação de pessoas. Com isso, dizem os críticos do acordo, persistiria a política de discriminação das populações latino-americanas e a exploração da mão-de-obra mais barata nos países pobres.

Enumeram-se ainda outras preocupações com a constituição da Área de Livre Comércio, como a obrigatoriedade de abertura de licitações a grupos estrangeiros, no âmbito dos Governos Federal, Estadual e Municipal, em detrimento das políticas de apoio à indústria nacional; a eliminação de compensações aos países detentores de matérias-primas, como as plantas medicinais, em decorrência do estabelecimento de direitos de propriedade intelectual; e a possibilidade de se aumentarem as tensões e os prejuízos no mercado financeiro, pela liberdade de circulação de capitais especulativos externos.

Estaria, enfim, ameaçada a própria soberania nacional, diante de uma crescente perda de mecanismos de proteção ao setor produtivo e aos recursos naturais brasileiros.

Tais preocupações, assim como diversas outras considerações a respeito da ALCA e dos blocos econômicos, serão detalhadas e aprofundadas no decorrer das exposições e dos debates deste encontro.

Agradecemos às autoridades presentes, aos palestrantes, aos debatedores e a todos os participantes deste fórum, a todas as pessoas e instituições que apoiaram este fórum e contribuíram para sua realização.

Estamos certos de que as idéias e opiniões aqui apresentadas irão incentivar reflexões sobre o assunto em discussão, que é de fundamental importância para o futuro do País, principalmente por acreditar e apostar que estamos, na verdade, preparando o III Fórum Social Mundial, que acontecerá em janeiro do próximo ano, em Porto Alegre. Que este fórum também sirva de aprofundamento, discussão e preparação para o plebiscito que acontecerá do dia 1º ao dia 7 de setembro. Muito obrigado.

#### Palavras do Deputado Rogério Correia

Sr. Presidente, serei breve para que possamos escutar nossos palestrantes. Saúdo os componentes da Mesa, o Sr. João Pedro Stédile, os demais Deputados, palestrantes, companheiros e companheiras. Tive a honra de representar a Assembléia no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Sou autor de um requerimento para que a Assembléia se fizesse representar, neste fórum, por uma delegação de Deputados: além de mim, os Deputados Ivo José, Edson Rezende e Geraldo Rezende; e, em outro, pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão. Portanto, a Assembléia Legislativa participou, de forma oficial, do Fórum Social de Porto Alegre, o que foi importante para percebermos a dimensão desse evento. Foi nossa a sugestão de realizar este fórum, aqui em Minas Gerais. Nós, da Bancada do PT, assinamos o requerimento solicitando ao Presidente desta Casa que a Assembléia, junto às entidades organizadoras, pudesse assumir a autoria da realização deste fórum. É uma honra participar desta etapa.

Em Porto Alegre, entre outras participações, fiz questão de participar do debate da dívida externa. Foi uma discussão muito rica e uma apresentação detalhada sobre a necessidade de se fazer auditoria de acordo com a Constituição. Torna-se necessário detalhar a dívida externa, pois o povo brasileiro tem o direito de saber quem a contraiu, qual o seu valor e quanto se deve de juros. A grande mídia comemora, junto com o Governo Federal, um suposto empréstimo de US\$34.000.000.000,00, como se fosse a saída da crise econômica que vivemos. O Brasil conseguiu US\$34.000.000.000,00 emprestados do FMI. Viva o FMI! É o que dizem as emissoras poderosas, como se fosse um grande achado. Algumas perguntas serão feitas pelos debatedores, mas, minimamente, qualquer brasileiro deve fazê-las. Quanto se pagará de juros? Provavelmente, muito. Quem pagará a dívida, os US\$34.000.000.000,00 e os respectivos juros? Essa pergunta leva-nos a uma reflexão profunda. Certamente será o povo brasileiro. Onde será investido o empréstimo? Será que algum centavo irá para a educação e a saúde públicas, para a reforma agrária, para moradias populares, para projetos de renda mínima, para o Bolsa-Escola? Algum centavo será investido na área social? Ou esse dinheiro virá apenas para acalmar um mercado que está nervoso, em outras palavras, para matar a sede de lucro dos banqueiros internacionais. Essa é outra pergunta que o povo brasileiro deve fazer.

Com esse novo empréstimo, US\$34.000.000.000,00, toda a discussão que fizemos no Fórum Social Mundial sobre o fato de que essa dívida deve ser questionada e uma auditoria deve ser feita e submetida a um plebiscito provocará o surgimento de uma consciência muito grande no povo brasileiro para começar, de fato, a romper com a política do FMI e com o capital financeiro internacional. E espero que essa consciência venha mais cedo do que pensamos, pois o processo eleitoral, este ano, certamente nos ajudará a caminhar no sentido da independência real do País.

Parabenizamos a todos por esse fórum e agradecemos a sua participação. Vamos realizar um grande trabalho e começar a mudar os rumos do País.

#### Palavras do Sr. Maurício Borges Lemos

Autoridades presentes, senhoras e senhores, quero dar as boas-vindas aos que estão participando deste fórum.

Há um aspecto muito importante, se pensarmos em abertura do comércio, e isso pode ser analisado em termos do Brasil, país continental, que realizou sua abertura comercial desde que se tornou independente, e de forma mais clara e acentuada a partir de 1930. Essa abertura trouxe desequilíbrios regionais acentuados: temos regiões brasileiras deprimidas e migrações maciças de trabalhadores em estado de exclusão e marginalização social nos centros urbanos das regiões mais ricas.

Isso nos mostra como, dentro de um país, a "abertura comercial", se não vier acompanhada de medidas muito efetivas a fim de evitar o desequilíbrio, pode caminhar para uma política de terra arrasada. Como o Brasil é uma federação, assegura a transferência de recursos das regiões mais ricas para as mais pobres. Entretanto, vemos muitas deficiências, sendo a principal o fato de até hoje não termos conseguido efetivar política consistente de reforma agrária, com estrutura e recursos capazes de provocar o desenvolvimento e o equilíbrio social e econômico entre as regiões. A ausência da reforma agrária patenteia a ausência de política regional e social, além da existência de política desequilibrada de desenvolvimento econômico.

Se ainda não conseguimos atenuar, de forma razoável, os desequilíbrios de nossa Federação e de nossa abertura interna, imaginem como trabalharemos no âmbito de reunião de países, tendo como centro o império americano.

Precisamos estar conscientes, firmes. A questão da ALCA é perigosa, irresponsável se pensarmos que até hoje não conseguimos integrar este País. Temos de integrar o País, transformá-lo, nele criar grande mercado interno para, depois, pensarmos em qualquer coisa que possa traduzir melhora, maior abertura do comércio com os países ricos. Mas, antes disso, temos que trabalhar muito, trabalhar duro, sermos responsáveis. A discussão da ALCA é muito pertinente. Parabeno a escolha do termo, esperando que aqui se produza bom resultado, com a conscientização de todos sobre a gravidade dessa discussão.

#### Palavras da Sra. Dirlene Marques

Em nome das entidades e do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, saúdo os companheiros. Quando o Comitê Mineiro assumiu a organização da Campanha Continental contra a ALCA em Minas Gerais, sabíamos que só conseguiríamos ter sucesso se sensibilizássemos a militância. E hoje, tendo-os presentes, temos a certeza de que conseguiremos militantes suficientes para levar a nossa campanha à sociedade.

Saúdo nossos palestrantes, Frei Gilvander e Stédile, assim como os demais, que, apesar de todas as tarefas políticas e profissionais, dispuseram-se a dar sua valiosa contribuição. Gostaria de estar saudando o Prefeito Fernando Pimentel, que havia assumido o compromisso de comparecer, mas, na sua ausência, saúdo seu representante, Maurício Borges, colega de universidade, que tem compromisso com os temas de que estamos tratando. Saúdo, também, o Deputado Ivo José, que acatou a solicitação dos Deputados a partir do pedido do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial para a realização deste evento.

Dizemos a todos da nossa responsabilidade, não só para com o povo brasileiro, mas para com todo o povo das Américas. Esse é o tamanho da responsabilidade que pesa sobre a nossa mobilização. Sabemos que sem o Brasil não existe ALCA. Os povos empobrecidos das Américas e do Caribe participam da mobilização continental contra a ALCA, mas com os olhos voltados para o que acontece no Brasil.

O resultado do modelo de crescimento neoliberal imposto pelo FMI está visível na crise que atinge toda a América Latina, provocando fragilidade externa e desajustes estruturais internos, eliminando o crescimento econômico, intensificando a concentração de renda, exacerbando o individualismo, elevando a violência a índices inimagináveis, transformando os trabalhadores, que têm hoje um meio de

sobrevivência, em privilegiados. E o Governo dos Estados Unidos, para manter a submissão, alimenta a crise e estabelece o medo. A ousadia deles tão grande que se sentem no direito de cobrar dos candidatos de oposição à Presidência a continuidade do modelo e o compromisso com a ALCA. E por quê? Porque a ALCA não é uma questão econômica, uma questão de livre comércio. A ALCA é a perda de nossa soberania. E nada é mais terrível que a perda da soberania. Significa a perda da auto-estima, a perda do orgulho, a perda da referência de povo brasileiro.

Temos consciência de que uma recusa do Brasil de continuar participando do processo da ALCA provocará uma reação dos Estados Unidos, pois eles não estão brincando. Temos assistido às diversas medidas adotadas pela equipe do Governo Bush, apoiado pelas elites de seu país, para assegurar o domínio do grande hemisfério das Américas. É uma pressão do FMI, como está sendo feita na Argentina, no Brasil, no Uruguai e em todo o continente. É o "fast track". É a ocupação militar como na Colômbia. É o golpe militar como na Venezuela. Buscam assim intensificar a pressão diplomática, econômica e militar sobre as Américas, a fim de que dobremos nossos joelhos e admitamos o nosso estatuto colonial.

Hoje, a ALCA é vital para o interesse estratégico norte-americano, porque, de um lado, com o crescimento da União Européia, tentam recuperar a hegemonia mundial, fortalecendo-se na plena ocupação da América Latina. Isso explica a pressão pela criação da ALCA e a corrosão dos nossos sistemas nacionais mediante a ação irracional do FMI. De outro lado, buscam garantir o controle sobre a riqueza desse século, que está na América Latina, a nossa Amazônia e o controle sobre o movimento popular. Daí a necessidade de se fortalecerem militarmente, transformando a base aérea de Alcântara em uma base dos Estados Unidos em pleno território brasileiro.

Mas, se a pequena e orgulhosa Cuba tem conseguido manter-se, de forma digna, e enfrentar todo o poderio dos Estados Unidos, por que o Brasil, que é um país continental, com recursos naturais, com um grande povo, com conhecimentos tecnológicos e uma grande história não pode fazê-lo? Trata-se de um País que tem tudo, menos uma elite que estime e que se identifique com seu povo. O Brasil tem o dever histórico de resistir a essa anexação. Não se trata apenas de opção econômica. Trata-se também de buscar, na soberania comum e fraterna de povos irmãos, a afirmação de nosso caráter, a expressão de nosso brio.

Se o Presidente que for eleito estiver comprometido com os anseios da população e quiser, como todos eles têm dito, retomar o desenvolvimento econômico independente, assegurar a criação de empregos e recuperar as políticas do Estado, deve assumir publicamente o compromisso prévio de recusar a participação do Brasil nesse acordo que os Estados Unidos estão impondo em seu próprio e exclusivo interesse. E, apoiado na força da mobilização dos movimentos sociais, da Igreja, do MST, do movimento sindical e de todos nós aqui presentes, fazer um projeto que impeça o avanço dessa política e seja baseado na solidariedade e busque a integração entre os povos.

Em nome do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, damos as boas-vindas a todos vocês e esperamos que este encontro seja um estímulo a mais para que todos se organizem em um Comitê contra a ALCA e que possamos fazer um plebiscito com milhões de participantes. Dessa forma, daremos um passo à frente para preservar o direito soberano de ter os países das Américas uma política de desenvolvimento que uma futura ALCA viria a impedir definitiva e legalmente.

Para terminar minha intervenção, gostaria de chamar a companheira Silvana, que vai fazer uma homenagem a todo o povo trabalhador do Brasil, das Américas e do mundo. Nossa homenagem vai ser feita por ela.

A Sra. Silvana - Convido todos os companheiros a ficar de pé para, juntos, cantarmos a "Internacional".

- Ouve-se o hino.

A Sra. Silvana - Levantem o punho, avante companheiros.

#### Palavras do Sr. João Pedro Stédile

Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros do Fórum Social Mineiro, senhoras e senhores, quero agradecer a oportunidade de estar aqui numa Casa que pratica a democracia. Tenho andado por este Brasil afora e posso dar o meu testemunho de que são raras as Casas Legislativas que têm a ousadia de criar oportunidades como esta. Portanto, Sr. Presidente, quero que V. Exa. leve os nossos cumprimentos a todos os Deputados desta Casa.

Alegro-me a iniciativa do Fórum Social Mineiro, que abraçou a campanha contra a ALCA como parte de suas atividades permanentes e em preparação ao fórum de Porto Alegre. A confluência das idéias que temos discutido em Porto Alegre tem tudo a ver com a necessidade de o povo brasileiro debater e envolver-se com esse tema, que coloca em jogo os destinos do nosso povo e do nosso País.

O grande número de participantes revela, por si só, a importância do tema. Estão presentes companheiros de vários segmentos sociais, de várias correntes políticas. O que nos une é o fato de, acima de tudo, sermos brasileiros e estarmos aqui para defender o nosso povo.

Quero compartilhar com todos as reflexões que temos feito na campanha nacional contra a ALCA. De acordo com a programação do fórum, virão aqui outros especialistas, comprometidos com a causa do povo brasileiro, que, por certo, irão analisar com muito mais profundidade a situação do Brasil e os dilemas que enfrentamos neste momento.

Aproveito a oportunidade para discutir o significado da ALCA, o que há por trás dela como plano dos que a querem implementá-la.

Afinal, por que os Estados Unidos querem implementá-la, estão tão interessados nela?

Evidentemente, esse debate, amanhã e depois, trará mais elementos para entendermos quanto a ALCA pode afetar o destino do Brasil, neste momento de crise, e como os Estados Unidos podem se aproveitar da nossa crise para chantagear e colocar a corda no pescoço do nosso povo. Esse debate adquire significado ainda maior, porque a ALCA vem ganhando força nos últimos meses, diante do agravamento da crise econômica e social do Brasil e da crise da economia norte-americana. E, num quadro de crise, as forças econômicas procuram se articular para encontrar saídas para que o capital continue se acumulando e continuem ganhando dinheiro.

Se analisarmos, com cuidado, o que significa ALCA, podemos ver, pelas declarações, pelos documentos e pelo contexto em que foi proposta, que, na verdade, não é um acordo de comércio. Nisso os americanos foram honestos. No início, em 1994, quando implantaram o NAFTA, acordo que junta o México, os Estados Unidos e o Canadá, imediatamente Clinton lançou a idéia de um acordo comercial para todas as Américas. De fato, naquele ano, o nome era acordo de comércio. Depois, com o passar dos anos e com o agravamento da crise norte-americana, mudaram o nome: hoje, é a chamada Área de Livre Comércio das Américas. Essa mudança de nome é muito emblemática e reveladora, porque, nos últimos anos, houve reorganização nos próprios objetivos. Resumidamente, a ALCA representa o plano das 200 maiores empresas ou corporações norte-americanas, o qual o Governo Bush tenta implementar em nosso continente, a fim de garantir dois objetivos estratégicos: primeiramente, manter o poder do império econômico e militar dos Estados Unidos, que vêm sofrendo testes em sua hegemonia; em segundo lugar, utilizar-se dessa força hegemônica em nosso continente para implantar um plano de ação que ajude as

empresas a tomar conta do nosso território, da nossa economia e, assim, recuperar a taxa de lucro, aumentar a exploração sobre os povos da América, recuperando, enfim, o capitalismo norte-americano e as condições para competir com os concorrentes da Europa e da Ásia, que também são empresas imperialistas.

Então, o verdadeiro objetivo da ALCA é esse. Não é estabelecer acordo comercial em que as duas partes têm ganhos e vantagens. A ALCA faz parte de um plano maior cujo objetivo central é manter o império em funcionamento e, em segundo lugar, resolver a crise norte-americana. Nos últimos 20 anos, o capitalismo norte-americano teve desenvolvimento fantástico, porque se aproveitaram da queda dos países do Leste, que, por mais críticas que tenhamos àqueles processos socialistas, representavam uma barreira ao processo de exploração do capital, em todos os países do mundo. Sempre havia a ameaça da possibilidade do socialismo. Em segundo lugar, aproveitaram-se da revolução tecnológica das décadas de 80 e 90, que aumentou muito a produtividade do trabalho e fez com que as taxas de lucro das grandes corporações aumentasse muito. Então, o capitalismo norte-americano passou duas décadas em gigantesco processo de acumulação. Quando parecia que a história terminaria no capitalismo - chegaram a contratar alguns filósofos de plantão, funcionários do Pentágono, como (...) (...), para escrever livros para enganar as universidades do Sul, para argumentar cientificamente que o imperialismo era indestrutível e que o capitalismo era o fim da história -, quando tudo parecia a favor deles, o velho Marx, de novo, tinha razão. Pelas próprias contradições da acumulação de capital havida naqueles 20 anos, surge, nos Estados Unidos, justo no centro do capitalismo mundial, nova crise, que se manifesta, mais ou menos, nos últimos três anos. Todos os economistas do mundo concordam que há crise no centro da economia americana. As polêmicas existentes são sobre a natureza da crise. Alguns dizem que é cíclica, outros que é prolongada, e há estudiosos que chegam a advertir que pode ser do tipo estrutural do capitalismo, que pode levar a quebra igual à da década de 20, cujo resultado seria uma guerra interimperialista.

Então, não há dúvidas sobre a existência da crise. A polêmica pode ser sobre o seu grau. Diante dessa situação de crise, os representantes daquelas 200 corporações norte-americanas, junto com o Governo norte-americano, procuraram, então, implementar um plano estratégico para sair da crise. Têm os seus fóruns, como é o econômico, que se reúne em Davos, ao qual nos contrapomos, é um fórum que une as multinacionais da Europa e da Ásia. Nos Estados Unidos, têm espaços mais restritos onde fazem esses debates, como nós. Nesses espaços, elaboraram um plano estratégico para sair da crise e manter a hegemonia norte-americana. Esse plano está elaborado em três níveis, que abordarei de maneira sucinta. O primeiro, de curto prazo: os Estados Unidos decidiram que, para sair da crise, é preciso reinvestir na indústria bélica. Por quê?

Porque a indústria bélica produz mercadoria "sui generis", feita para se destruir. Quando uma fábrica produz bomba, arma, já a faz para ser destruída, porque, ao ser destruída, libera forças e abre mercado para novas mercadorias, e assim o capitalismo se revigora. Mas qual é o mercado da indústria bélica? A morte, a guerra. Então, imbuídos da necessidade de utilizar a indústria bélica, que tem característica perversa de destruir capital acumulado, os Estados Unidos passaram, por razões econômicas, a estimular guerras regionais, para sair de sua crise.

Recentemente, os jornais revelaram que a invasão do Afeganistão foi planejada durante o Governo Clinton. Portanto, apenas se utilizaram do episódio do atentado de 11 de setembro, do qual, aliás, já tinham conhecimento, mas que não impediram para justificar, para as opiniões pública americana e internacional, que a guerra era inevitável - e escolheram os pobres coitados dos afegãos; bombardearam até montanhas, com a desculpa, imaginem, de que o Bin Laden poderia estar lá dentro. Mas o objetivo principal, além do controle da Ásia Maior, era gastar e testar armas e criar mercados para as empresas.

E as 200 grandes corporações norte-americanas têm seu departamento de indústria bélica, mesmo as mais inofensivas, como a IBM, que fornece computadores para os aviões que bombardeiam. A Monsanto, que tanto nos incomoda na agricultura, tem um departamento de indústria bélica e produz bombas desfolhantes, que são usadas na guerra com a Colômbia. A mesma ingênua Monsanto, que quer nos empurrar goela abaixo cimento e outras coisas mais, garante o seu lucro fazendo bombas de agrotóxico para serem usadas contra povos indígenas da Colômbia.

Esse é o lado mais perverso da guerra, e foi por essa razão que Bush conseguiu convencer a opinião pública americana, podendo, assim, desviar U\$400.000.000.000,00 de verbas sociais para a indústria bélica no ano passado e U\$355.000.000.000,00 neste ano. Isso é o que estão fazendo em curto prazo. Terminaram a guerra do Afeganistão, começaram a da Palestina, que não vai perdurar por muito tempo, avisaram que a próxima é com o Iraque, e começaram com a Colômbia, onde os Estados Unidos estão gastando U\$2.000.000.000,00 por ano em armas.

A sua segunda estratégia, de médio prazo, é transformar o território que vai da Patagônia, no Sul, ao Alasca, em uma zona de livre atuação dessas 200 empresas. Sobre isso, falarei em seguida, mas quero terminar o raciocínio, falando da terceira medida, de longo prazo, para as próximas duas décadas, que estão tomando: preparar suas empresas para as áreas de biotecnologia e de transformação de materiais. Na concepção deles, o capitalismo se desenvolveu durante o século XX em torno das indústrias automobilística e aeronáutica, mas as duas estão quebradas. E todos os cientistas estão dizendo que o capitalismo se vai revigorar no século XXI, ao recondicionar suas empresas em torno da biotecnologia e da transformação de materiais. Assim, estão investindo muito em laboratórios, para criar outras variedades de vegetais, outras raças de animais e outros remédios - é a chamada "biopirataria" -, e na transformação dos materiais, para obter materiais desconhecidos de nossa sociedade.

Particularmente nessa estratégia de longo prazo, é fundamental o controle do estoque da biodiversidade; ou seja, quanto mais tiverem acesso a diferentes tipos de vegetais e animais, maiores as alternativas em laboratório para criarem remédios, plantas, sementes e ganharem dinheiro.

Então, em um plano estratégico de longo prazo, é fundamental para os Estados Unidos controlarem a Amazônia, que é o estoque do nosso planeta de maior biodiversidade vegetal e animal. Para isso, é muito sintomático que nos últimos cinco anos - só nos últimos cinco anos - os Estados Unidos tenham instalado bases militares ao redor de toda a Amazônia. Criaram bases militares no Paraguai, na Bolívia, no Equador, na Colômbia. Não conseguiram convencer o Chavez, então as instalaram em Aruba e Curaçau. E só faltava a região leste da Amazônia. Por isso, voltaram-se para a base de Alcântara. Ai dos ingênuos que pensam que a base de Alcântara não tem nada a ver com a ALCA. Ela é a porta de que precisam para militarizar a Amazônia e instalar equipamentos de acesso e controle da nossa biodiversidade. Mais do que ter a ver com a ALCA, é a forma prática de já colocarem a bota deles em nosso território para exercerem o controle, concretamente, já que o Brasil, como acabei de relatar, é um dos poucos que ainda está barrando a possibilidade de uma base militar aqui. No entanto, o Governo Fernando Henrique assinou a entrega da base de Alcântara sem ninguém saber. Só soubemos quando chegou à Câmara. Os Deputados, então, a denunciaram. E os termos da transferência da base de Alcântara para o governo americano são uma afronta à inteligência do povo brasileiro e um atestado de burrice dos nossos diplomatas. Parece que a diplomacia brasileira só aprende a servir cafezinho para americano. Se o novo Governo for realmente de oposição, tem de rever o currículo do Itamarati, para, pelo menos, preparar diplomatas honestos e que não tenham contas em dólar.

Depois podemos debater com maior profundidade, mas quero comentar brevemente o que significa a ALCA, do ponto de vista prático, para o nosso País. A ALCA é a necessidade de o capital americano colocar uma espécie de cerca ao redor de todo o nosso continente e transformá-lo em uma área cativa, onde só os americanos possam mandar. Essa área cativa das empresas americanas está transformando os seus objetivos em várias espécies de acordos, que estão sendo negociados em nove grupos de trabalho. Para vocês terem uma idéia do grau de importância que os Estados Unidos deram a esses grupos de trabalho, o Pentágono designou 6.722 funcionários para trabalharem dia e noite. Já o Governo brasileiro deslocou 63 funcionários do terceiro escalão, uns gurizinhos recém-formados do Itamarati, que vão para lá treinar o inglês. E o que se discute nesses nove grupos? Primeiro, em relação ao território, querem ter livre acesso à nossa biodiversidade, às nossas riquezas naturais e querem ter o direito de propriedade privada da água. Nós, do MST, já estamos "putos" com esse negócio de propriedade privada da terra, e agora vêm os americanos querer privatizar a água também! Amanhã vão tentar colocar cerca no Sol, tal a ganância deles. É verdade! E

pensam que é para daqui a 20 anos? Não, amigos. Nas novas licitações de construções de hidrelétricas as quais estão sendo feitas pelo Governo Fernando Henrique, já se incluem cláusulas relativas à propriedade privada da água. É uma entrega vergonhosa de um bem da natureza que Deus criou para todos. E lembrem-se que o território brasileiro detém 25% da água potável do Planeta.

Aliada à ganância pelo território e pela biodiversidade está a lei de patentes, já aprovada no Congresso brasileiro, que permite propriedade privada de seres vivos. Na Amazônia, existe um tipo de sapo, pequeno, "sui generis", que é uma bomba em 3 cm<sup>2</sup>. Tem um veneno potentíssimo. Esse sapinho já foi privatizado por uma empresa norte-americana. Tomara que o engulam.

Além do território, os acordos tratam da área comercial, e ainda assim é uma vergonha: os jornais publicaram um estudo da FIESP que revela que, implantada a ALCA, o Brasil vai perder US\$1.000.000.000,00 por ano. A própria FIESP diz que a indústria paulista vai perder tudo isso. Do outro lado, como não poderia deixar de ser, a FIESP deles também publicou um estudo esta semana dizendo que estão ansiosos por que se crie logo a ALCA, porque acham que o volume de vendas para a América Latina passará, de um ano para o outro, de US\$90.000.000.000,00 para US\$200.000.000,00. E, se aumentarem a venda de mercadorias para o Brasil, obviamente a indústria e o comércio brasileiros venderão menos.

Na área de tecnologia, parte do acordo garante todos os direitos de transferência de "royalties". O Brasil já está pagando, a título de "royalties", US\$1.000.000.000,00 por ano só para a Microsoft. Se déssemos dinheiro aos nossos universitários, fariamos muitos programas nacionais e, o que é melhor, em português.

Há um capítulo sobre os serviços públicos em que se exige a privatização, o direito da entrada do capital estrangeiro, até na coleta de lixo. Outro diz respeito à agricultura, que, se ocorrer, nós, do campo, teremos de fazer guerra, porque querem implementar sementes transgênicas e o controle total da agricultura.

Outro capítulo refere-se à educação e à cultura, que exige abertura de ensino superior ao capital estrangeiro. Corremos o risco de começar a ter "Universidade S.A.", com ações na bolsa, o que distorce completamente o sentido da educação, que não é comércio.

Há também capítulo relacionado com os direitos sociais, que querem rebaixar; com a moeda, que querem dolarizar; com o direito a investimento em qualquer área.

Por fim, há um capítulo sobre o orçamento público, que exige que todas as Prefeituras e Assembléias Legislativas e todos os organismos públicos façam concorrência internacional de qualquer compra acima de US\$50.000,00. E, se alguém resmungar, o tribunal não será o Fórum de Belo Horizonte, mas um tribunal em Nova Iorque. Quem quiser reclamar que vá lá e se defenda em inglês. Esse tribunal já está funcionando para o México e para o Canadá, o que é um acinte a todo o ordenamento jurídico internacional.

Esses eram os elementos que pretendia compartilhar. No debate, poderemos aprofundá-los.

#### Palavras do Frei Gilvander Luís Moreira

Queridas companheiras, lutadoras, conspiradoras para um mundo mais humano; companheiros, lutadores, conspiradores para um novo mundo, quero saudar a todos e revelar a grande emoção de estar aqui vendo as galerias e o Plenário lotados, superando as nossas expectativas de participação.

Quero cumprimentar a todos na pessoa do querido irmão lutador, um dos maiores e melhores líderes da América afro-latina, que é o companheiro João Pedro Stédile. Na pessoa da Dirlene, agradeço a todas as pessoas do Comitê que organizaram este II Fórum Mineiro; na pessoa do Deputado Ivo José, agradeço aos Deputados e cumprimento a Mesa da Assembléia.

João Pedro Stédile ajudou-nos a conhecer um pouco melhor os nossos maiores inimigos. Conhecer o inimigo é fundamental na luta. Resta-me falar de outro pólo da questão.

Diante da agressão descabida e monumental do império do Tio Sam e das multinacionais, levantamos o grito: "Soberania, sim! Submissão, não!". Às vezes nos acusam de estar na luta, sem ter muita clareza sobre o porquê de estar lutando. Cabe-me compartilhar com vocês um pouco do que queremos entender por lutar por soberania.

"Qual a importância de gritar alto e bom som "Soberania, sim! submissão, não"!? Por que fazer ecoar por todos os cantos do Brasil que soberania não se negocia? O que é soberania? Qual a importância de sermos soberanos? Que tipo de soberania defendemos? Que soberania queremos construir? Convido vocês a uma rápida viagem história sobre o assunto soberania.

Falar de soberania é, talvez um dos maiores desafios e uma das mais difíceis e controversas tarefas na atualidade. Como procuraremos demonstrar a seguir, o conceito de soberania foi criado inicialmente para justificar o poder ilimitado dos monarcas nos Estados absolutistas e, contrariamente, é na atualidade, a base para a pré-compreensão da inclusão social, da legitimação do exercício do poder que sirva de garantia para a autodeterminação dos povos, para a realização dos direitos fundamentais do homem, dos direitos humanos, em cada estado-nação. Desta forma, acreditamos que só poderemos desempenhar bem a nossa tarefa, neste II Fórum Social Mineiro, se colocarmos de forma clara que tipo de soberania queremos construir.

Para enfrentar esse desafio, vamos começar buscando a gênese, do conceito de soberania. Apoiados em estudos do jurista Dalmo Dallari, de forma bem resumida, podemos constatar que na antiguidade, desde a época mais remota até o fim do Império Romano, não se encontra noção que se assemelhe à soberania. Em Aristóteles, no livro "A Política", apontam-se as peculiaridades da cidade, sobretudo aquelas que a diferenciam da sociedade familiar, afirmando-se, então, a idéia de superioridade da cidade-estado por ser dotada de autarquia. Esta expressão, entretanto, não indica supremacia de poder, significando apenas que ele era auto-suficiente, capaz de suprir as próprias necessidades. Em Roma, Capital do Império Romano, não se chega a nenhuma noção que se possa considerar semelhante ou análoga à soberania.

A primeira obra teórica a desenvolver o conceito de soberania foi "Les Six Livres de la République", de Jean Bodin, em 1576, ao introduzir o princípio da soberania para justificar o poder de Luiz XIV na França, que dizia: "O Estado sou eu"; contudo, a maior contribuição no conceito de soberania, em uma concepção laica e contratualista, foi proporcionada por Hobbes, em sua obra "De Cive", de 1642, na qual se renegou a tese de que o soberano fosse de instituição divina.

No século XVIII, em 1762, Rousseau publica "O Contrato Social", dando grande ênfase ao conceito de soberania e já transferindo a sua titularidade da pessoa do governante para o povo. Demonstra que a soberania é inalienável e indivisível. O poder soberano, em Rousseau, não ultrapassa nem pode transgredir os limites das convenções gerais. A regra básica da limitação é que o soberano não pode sobrecarregar os cidadãos de coisas inúteis à comunidade e tampouco pode exigí-las, devendo, finalmente, fazer exigências iguais a todos os súditos. (Com Rousseau nasce a idéia de soberania popular, exercida prioritariamente pela democracia direta.)

No combate da burguesia contra a monarquia absoluta, que teve seu ponto alto na Revolução Francesa, a idéia de soberania popular iria exercer grande influência, caminhando no sentido da soberania nacional. Desta forma, soberania nacional é a soberania popular, instituída na ordem constitucional.

É no começo do séc. XIX que ganha corpo a noção de soberania como conceito eminentemente político. É poder de decisão e de ação, de autodeterminação de um povo e de afirmação perante os demais Estados, sobretudo porque interessava às grandes potências do início do séc. XIX, empenhadas em conquistas territoriais, sustentar sua imunidade a qualquer limitação jurídica.

Na primeira metade do séc. XX, as ideologias liberais, social-democratas e democratas cristãs priorizaram, na democracia capitalista, as liberdades públicas, sob a égide da soberania popular, mas relegaram a igualdade ao plano formal, ou seja, a igualdade apenas nos textos das leis. A igualdade de oportunidades para todos esteve apenas nos planos, como normas programáticas, sempre adiadas na prática. Por outro lado, os marxistas-leninistas e os nacional-socialistas, sob os pilares da soberania nacional, sonharam as liberdades públicas, degenerando no stalinismo, no nazismo e no fascismo.

A instalação da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, após a Segunda Guerra Mundial, enfatizou o conflito ideológico, incrementando a corrida armamentista e fazendo supor o perigo iminente de batalhas nucleares globais, hipoteticamente capazes de devastar toda a humanidade.

Lembro-me de, quando criança, em Arinos, trabalhando no cabo da enxada, ouvir dizer da Guerra Fria, entre Estados Unidos e Rússia. Há tantas bombas que, se apertarem um botão, acabam com o mundo inteiro, num segundo. E criou-se essa síndrome.

Entre as décadas de 50 e 70, os Estados desenvolvidos do Primeiro Mundo viveram uma era de ouro, enfatizando sua soberania popular no chamado "welfare state", o Estado do bem-estar social, e os Estados subdesenvolvidos, ainda relegando sua soberania ao plano formal, eram cenários de tensões sociais permanentes em face da ameaça comunista, sujeitos a conflitos regionalizados.

As políticas neoliberais, nas eras Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos, reduziram o Estado do bem-estar social a um mero estado assistencial em um mundo capitalista, com desemprego em massa e empobrecimento dos Estados desenvolvidos, que passaram a conviver com uma subclasse, com a miséria absoluta e a fome nos Estados periféricos.

O fenômeno da globalização, a partir da década de 70, instaurou o predomínio dos interesses econômicos nas relações internacionais e criou o mito do Estado mínimo, no plano interno. A geopolítica atual apresenta sociedades complexas, e os países mais ricos impõem aos subdesenvolvidos uma economia de mercado, interligando os diferentes Estados, a qual está acima de todos os outros componentes das relações internacionais.

Neste momento, devemos estar mais atentos quanto à proposta da ALCA. Convém recordar o grande Eric Hobsbawm, que dizia o seguinte: "A característica mais impressionante do séc. XX é a tensão entre o processo de globalização - cada vez mais acelerado, a uma progressão geométrica - e a incapacidade das instituições públicas e da sociedade civil em resistir à fúria deste grande dragão que consiste na idolatria do mercado e do capital, do mercado mundializado e oligopolizado".

A globalização contemporânea, o surgimento de novos Estados-Nações, o rearranjo das nações em organismos como a União Européia e tantas lutas e movimentos separatistas e político-religiosos têm criado mais dificuldades para definirmos o que é uma nação e o que poderia ser a soberania nacional.

Nesse ponto, temos a seguinte colocação: soberania, sim; submissão, não. Mas queremos uma soberania nacionalista? Convém recordarmos Antônio Cândido: "Se entendermos por nacionalismo a exclusão das fontes estrangeiras, caímos no provincianismo; mas, se entendermos como cautela contra a fascinação provinciana por essas fontes, estaremos certos. Se o nacionalismo for aversão contra outros países, mesmo imperialistas, será um erro desumanizador; mas, se for a valorização dos nossos interesses e componentes, na sua pluralidade, além da defesa contra a dominação por parte desses países, será um bem. Se entendermos por nacionalismo o desconhecimento das nossas raízes européias, africanas e indígenas, não será bom".

É importante compreendermos que uma das características da soberania é o nacionalismo, mas um nacionalismo que considera a profunda diversidade cultural, pois somos um povo crivado não só de raças, mas também de culturas. A soberania que defendemos não nega a integração dos povos para o desenvolvimento. Isso faz parte.

Cristóvão Buarque, ex-Governador de Brasília, definiu, com muita mestria, a soberania que defendemos, que não é xenófoba, não teme o que é estrangeiro e não é medrosa no tocante a relacionar-se com os valores internacionais. Ao ser questionado sobre a internacionalização da Amazônia, disse: "Tudo o que tem importância para a humanidade deve ser internacionalizado. Se a Amazônia, sob uma ética humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado. Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais. Não podemos deixar que as reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros na volúpia da especulação. Se os EUA querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la nas mãos dos brasileiros, internacionalizemos todos os arsenais nucleares do império do Tio Sam. Até porque eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior que as lamentáveis queimadas feitas nas floresta do Brasil. Internacionalizemos as crianças, tratando-as, todas elas, não importando o país onde nasceram, como patrimônio que merece cuidados do mundo inteiro".

A soberania pela qual lutamos não é xenófoba, não exclui a participação dos valores internacionais, como, com mestria, nos mostra Cristóvão Buarque.

Como pode e deve ser entendida a soberania hoje?

Ao adentrarmos o estudo do texto constitucional, devemos ter em mente que o golpe militar de 1964 impôs, naquele momento, a concepção de soberania nacional acoplada ao Estado unitário, ao mesmo tempo que diluiu a soberania popular e o federalismo brasileiro e exacerbou o poder do Chefe do Executivo. Essa concepção permanece desde a ditadura militar: a) ao editar abusivamente medidas provisórias, desrespeita o princípio democrático da independência dos Poderes, usurpando a competência do Poder Legislativo; b) ao impor à sociedade brasileira uma legislação que limita a ação direta de inconstitucionalidade e da declaração de Constitucionalidade perante o STF, limita o acesso das pessoas à justiça contra os abusos do poder do Estado e invade a competência do Poder Judiciário, espaço fundamental na garantia dos direitos democráticos fundamentais; c) ao comprar votos no Congresso Nacional para aprovar a emenda da reeleição e permanecer no cargo, desrespeita todos os brasileiros, propiciando a permanência de determinados grupos nos principais cargos de comando, o que atenta contra o princípio republicano da alternância do poder.

A Constituição de 1988, já no Título I, reconstruiu o conceito de soberania, afirmando a forma republicana de governo, o Estado Federal

descentralizado e o modelo do Estado democrático de direito com os seus fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade do ser humano, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Como princípios que orientam a soberania devemos ressaltar: o da soberania popular, ao considerar o povo origem de todo o poder e o responsável e titular do exercício desse poder, mediante a eleição de representantes ou diretamente, nos termos da Constituição; o da independência nacional nas relações internacionais; o da soberania nacional como marco ideológico na ordem econômica.

Nossa soberania é desrespeitada quando se realizam políticas que privilegiam grandes grupos econômicos nacionais, ou o que é pior, megainvestidores internacionais, como é o caso da liberação da cobrança da CPMF para os investidores em bolsas de valores, em prejuízo de todo o restante da população, que tem que pagar CPMF compulsoriamente, mas que não recebe investimento nas áreas sociais.

Ser um país soberano implica respeitar os direitos humanos, que no atual desenvolvimento do Estado só podem ser entendidos de forma indivisível, como os direitos individuais, sociais, políticos e econômicos, não apenas permitido a garantia formal desses mesmos direitos e sua efetividade no exercício da cidadania ativa e no direito ao voto, mas também propiciando a cada cidadão a parcela de riqueza do Estado.

A soberania brasileira deve e tem de ser respeitada nas relações internacionais. Todas as ações deverão sempre ser norteadas pelos princípios da independência nacional, pela prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo de Estado e a qualquer outro tipo de terrorismo, aversão ao racismo, cooperação entre os povos para o desenvolvimento da humanidade e concessão de asilo político.

Precisamos conquistar soberania, mas soberania no plural e de forma integral. Isso requer:

a) Soberania política: implica cortar os tentáculos que nos prendem aos ditames da elite política mundial.

b) Soberania econômica: Temos o direito e o dever de comandar as rédeas da nossa economia. Não podemos aceitar, servilmente, plantar e comercializar o que o império do Tio Sam nos impinge. Por que não investir na agricultura familiar, privilegiando a produção de grãos tais como, feijão, arroz, trigo, e garantir que todo brasileiro tenha o direito de fazer três refeições ao dia?

c) Soberania alimentar: conceito assimilado e difundido pela via campesina. Significa a luta para que cada país, cada povo, cada nação, tenha autonomia para decidir o que produzir, como produzir, como distribuir, como garantir, proteger e incrementar a alimentação de seu povo. Portanto, soberania alimentar implica relação política de Estado para Estado. Opõe-se fundamentalmente à instrumentalização do mercado de alimentos em razão e a partir dos interesses das grandes indústrias de alimentos e das nações que querem impor seus produtos ao mundo inteiro, ainda que seja o "lixo alimentar". Soberania e segurança alimentar são questões de segurança nacional de qualquer país. Em um mundo "globocolonizado" os pobres exportam alimentos puros e importam alimentos transgênicos. A Organização Mundial do Comércio imperial violenta todos os dias a soberania alimentar dos países empobrecidos.

d) Soberania na agricultura para os pequenos produtores rurais. A chamada revolução verde e a atual agricultura que incorpora os últimos avanços da tecnologia têm sido devastadoras.

e) Soberania cultural. Não podemos mais continuar sendo colonizados pela cultura das multinacionais. É hora de valorizarmos as mais diversas expressões da cultura brasileira, tremendamente rica. Basta de enlatados! Não aceitamos ser reduzidos a meros consumidores! Queremos cultura que venha das mais legítimas raízes do Brasil: dos negros, dos indígenas, do povo camponês, das mais diversas regiões brasileiras.

f) Soberania no trato com nossas dívidas externa e interna. O pagamento dessas dívidas deve estar condicionado à defesa dos direitos humanos e dos direitos fundamentais dos povos, que têm sido violentamente desrespeitados pelos governos que circunscrevem suas ações aos interesses de pequenos grupos. Urge criar um Código Financeiro Internacional e estabelecer um tribunal de dívida independente. Estamos dando um passo fundamental nessa direção com a realização da auditoria cidadã da dívida, a fim de se obter pleno conhecimento da natureza do endividamento - qual parte é legítima e qual é ilegítima? Somos prisioneiros e reféns da dívida externa que nos massacra. Além de grave ofensa à nossa soberania, os recursos sangrados pela dívida estão fazendo muita falta no combate à miséria e à violência assustadoras; estão impedindo os investimentos necessários em saúde, educação, segurança, reforma agrária, geração de empregos; estão atingindo a dignidade do nosso povo.

Soberania da Amazônia: implica administrar com autonomia suas riquezas, sua biodiversidade, as fontes de água potável e, acima de tudo, respeitar a vida do povo que ali vive. Com relação à cessão da Base de Alcântara aos EUA convém recordar o que nos diz o grande jurista alemão Rudolf von Ihering: "O povo que deixa impunemente roubar uma légua quadrada de terreno verá em breve serem roubadas todas as outras, até que nada mais lhe fique a pertencer e deixe de existir como Estado, - e um tal povo não merece melhor sorte".

Por isso, não podemos permitir que o império do Tio Sam finque suas patas em Alcântara. Para construir uma soberania nacional democrática e popular, deixo aberta a discussão sobre a proposta de convocação de Assembleia Nacional Constituinte.

Comprometidos com a soberania, queremos continuar a construção da Nação, rompendo com a dependência externa, e permitir ao Brasil uma autonomia decisória fundamentada no princípio da democracia, do respeito às diferenças, com a inclusão e participação ativa de todos os brasileiros e brasileiras.

Enfim, queremos soberania onde a República seja realidade e não teoria. Um dos principais recursos da República é a alternância no poder, repito, que não tem acontecido no Brasil nos últimos 502 anos. Basta de sermos governados por uma elite exploradora, que não ama o povo e se deleita em representar a elite internacional do Brasil. Nesses termos, devemos gritar alto e bom som: soberania, sim; submissão, não. Muito obrigado.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Coordenadora (Dirlene Marques) - As pessoas poderão intervir por escrito ou usar o microfone. Quando organizamos este encontro, ainda não estava claro que discutiríamos sobre Alcântara, nem organizado o plebiscito sobre a ALCA. Então, fizemos uma oficina sobre a base de Alcântara. Faremos uma plenária para discutir a organização do plebiscito na sexta-feira ao meio-dia, neste Plenário, logo após a primeira palestra.

Abriremos os debates para intervenção do Plenário até às 22 horas; depois, os debatedores terão 5 minutos para encerrar, de forma que possamos finalizar os trabalhos às 22h15min, ainda com algumas presenças em Plenário.

Sr. João César - Companheiros, quero fazer uma alusão um pouco mais específica ao pronunciamento do companheiro Stédile a respeito do uso dos recursos naturais e da gestão territorial. Solicito ao companheiro Stédile que faça um comentário sobre duas questões. A primeira, em relação à presença da PETROBRÁS na Amazônia, tolhida por leis que se dizem supostamente de defesa do meio ambiente, mas que são de interesses de empresas americanas, que regulamentam o transporte do gás descoberto pela PETROBRÁS, que forma a segunda maior reserva de gás natural do País, só perdendo para a reserva de Campos, com cerca de 90.000.000.000m<sup>2</sup>.

Stédile, a PETROBRÁS não consegue colocar esse gás para desenvolver Manaus e Porto Velho, porque o Governador do Amazonas quer transportá-lo por barcaças, uma vez que fez algumas maracutaias denunciadas pelo Deputado Eron, do PC do B do Amazonas, com uma empresa norte-americana. O Governador quer que se coloque esse gás em barcaças, numa extensão de 5km, indo e voltando no rio Solimões. Para isso, fez uma lei, dita ambiental, proibindo a construção de gasodutos entre a reserva de gás e Manaus e Porto Velho.

Trata-se também de um aspecto da inserção norte-americana na questão do aproveitamento do gás natural do Amazonas. Faço essa declaração porque, há dez dias, estive lá, vendo de perto o funcionamento do campo da PETROBRÁS.

A outra questão é a do aço, aqui em Minas Gerais. Como ficaria o desenvolvimento de uma terra que tem minério de ferro e condições de fazer aço ecologicamente para o mundo inteiro e para si própria, em função de determinadas salvaguardas colocadas pelo Estados Unidos e que não estão sendo tratadas a contento? Inclusive, empresários da FIEMG e da FIESP estão demonstrando despreparo nessas negociações relacionadas à ALCA.

A Sra. Juliana - A ofensiva norte-americana dá-se de várias formas. Já foi citada a Base Alcantãra e o plano Colômbia. Temos discutido a questão da ALCA e da OMC, da mercantilização da educação. Temos dito que a crise que estamos vivendo - e os Estados Unidos - é como a de 29; só que não é uma crise de super-produção e subconsumo, mas de superconcentração de capital. A ALCA vem nessa idéia, nessa ofensiva. Precisamos pressionar os Deputados, os nossos candidatos a Presidente e a Senador, nessas eleições, nesse momento político que estamos vivendo, para que o Brasil saia urgentemente das negociações da ALCA. Há oito meses está havendo negociações, com as mesas de negociações já sendo feitas.

Tomo, por exemplo, que quer fazer com que a educação seja uma de suas pautas, mercantizando mesmo a educação. Há uma lógica diferente da lógica de outros anos, porque temos mais de 70% das universidades particulares, mas não podemos aceitar essa mercantilização. Caso contrário, a educação, ao invés de ser um direito da população, vai passar a ser um bem. Gostaria que os membros da Mesa que falaram sobre a ALCA pudessem falar um pouco sobre a educação e a saúde, que são direitos da população e também estão sendo negociados na ALCA.

O Sr. Flávio Lúcio - Sou estudante. Qual é a postura que vem sendo adotada pelos nossos representantes? Até agora, tendo assistido a representantes e manifestantes da população, que surgiram daqueles movimentos. Quero saber qual é o posicionamento deles, principalmente com relação à ALCA. Muito obrigado.

O Sr. João Luiz - É de fundamental importância discutir a questão da ALCA, pois os americanos sentem-se os donos do mundo e querem dominar o Terceiro Mundo. Há muito venho lidando com a questão da comunicação e vejo como o Governo tem tratado as rádios comunitárias. Qual a diferença entre o tratamento dado pela PBH ao projeto de lei que trata da rádio comunitária e o de Montes Claros? Stédile, discorra sobre a questão da comunicação, de fundamental importância para a comunidade, tanto que cada vez mais os grandes conglomerados se arvoram em dominadores da comunicação. Embora a Constituição não permita, somos discriminados nos meios de comunicação ditos oficiais, que são consediados só Deus sabe como.

Como podemos discutir questão tão importante como a da ALCA, lá embaixo, na base? Por que não se investe mais na educação? O art. 80 da LDB prevê o uso dos meios de comunicação, mas isso não está sendo respeitado.

Ainda hoje, no interior do País, pessoas passam necessidade com a falta de água, tendo que carregá-la nas costas, no lombo de cavalo e, às vezes, em baldes. Como privatizar a água? Por que não se investe na educação para que as pessoas possam melhor escolher os seus representantes?

Deixo uma frase de Paulo Freire: "A verdade dos opressores está na consciência dos oprimidos". Muito obrigado.

A Sra. Coordenadora - Pergunta de Dada Maheshrananda ao João Pedro: "O PROUT propõe que a melhor forma de agricultura são as cooperativas, que encorajariam os indivíduos a compartilhar o seu trabalho, a terra, seus recursos e a renda de sua força coletiva. Qual a sua opinião a respeito e qual a estratégia do MST sobre as cooperativas?"

Sra. Maria Ilda de Carvalho - Quero falar como cidadã. Como educadora, pedagoga e ambientalista, retomo o histórico da ALCA. Quanto à afirmação do Frei, faço transposição para a expropriação indevida da inteligência. Nesse sentido, como podemos situar Minas em outro mundo no que se refere à educação, à agropecuária, às questões econômicas e sociais?

Estamos na primeira eleição deste milênio, deste século. Isso tem um sentido além de político.

Então, como relacionar as eleições em 2002 com aquilo a que assistimos, inclusive em termos da administração pública?

Fala-se que educação é o primeiro fator de desenvolvimento. Mas essa é uma condição desejada com a monarquia em cima, inclusive dos servidores da educação, e com a desrespeitabilidade do seu elemento nº 1, que é o estudante? Muito obrigada.

O Sr. Carlos Rodrigues - Algumas pessoas já me conhecem. Sou Carlos, assessor do Diretor-Geral do IEF e estou aqui especialmente para passar ao João Pedro um documento sobre licenciamento ambiental nas áreas desapropriadas para fins de reforma agrária.

Minas Gerais fez, a duras penas, os primeiros licenciamentos ambientais. Tenho a Deliberação Normativa nº 44, do COPAM, e a Resolução nº 289, do CONAMA, que versa sobre licenciamentos ambientais.

Acho que os trabalhadores devem assumir e ter em suas mãos esse processo nas áreas desapropriadas para fins de reforma agrária. Caso contrário, pode haver uma tragédia na reforma agrária.

Portanto, passo ao companheiro João Pedro o documento já citado. Aproveito também para entregar-lhe um presente do Diretor-Geral, que é o atlas da biodiversidade no Estado de Minas Gerais.

A Sra. Coordenadora - Invertendo a ordem, começaremos com o Frei Gilvander.

O Frei Gilvander Luís Moreira - Uma das minhas alegrias é perceber, como o Stédile está dizendo, que a Assembléia de Minas está entre as que mais crescem em participação popular.

Frente a todas essas agressões que vivemos, só conseguiremos dar um passo com objetivo de melhorar a vida, com o povo e a sociedade organizada ocupando as Assembléias, como os sem-terra estão ocupando os latifúndios, as mulheres ocupando os altares e colocando freio no machismo e no patriarcalismo de muitas igrejas.

Mas gostaria de fazer um comentário sobre a questão que a Maria Ilda apresentou: como situar Minas na luta por um outro mundo? Outro dia, em um encontro da Via Campesina, comentamos que não devemos nos limitar a fazer macroanálises de conjuntura; precisamos também fazer análise de conjuntura dos pequenos, a partir das vítimas, e, depois, análise de conjunturas regionais.

Minas tem especificidades. Por exemplo, é uma das grandes fontes de água do Brasil, que abastece grande parte do Nordeste e tem o rio Paranaíba correndo para o Sul. Portanto, essa questão da luta pelas águas é para nós, mineiros, uma grande responsabilidade.

Outro ponto importante é colocar um freio no poder das usurpadoras, que são as grandes mineradoras. Minas é um Estado forte na mineração.

Também devemos considerar a peculiaridade de o Estado ter uma diversidade regional muito grande. O Triângulo e o Sul são mais ricos, enquanto outras regiões estão mais pobres.

Há também a questão do conservadorismo religioso. Para construir um mundo novo a partir de Minas, precisamos considerar muito essas nossas realidades específicas e não só querer enquadrar as lutas nacionais, como se elas não tivessem nenhuma especificidade. Deixarei mais tempo para o Stédile, porque é muito difícil tê-lo aqui, e sua presença nos enche de alegria. Stédile, sintá-se à vontade. Da minha parte, podemos ficar aqui até as 2 horas da manhã.

O Sr. João Pedro Stédile - Companheiros e companheiras, acredito que as intervenções havidas em Plenário contribuíram para a verificação de outras facetas dos mais diferentes aspectos que representa a ALCA nessa tentativa de o capital americano controlar a nossa economia, o nosso território, a nossa cultura, de impor o dólar como moeda corrente e de transformar-nos, como nos alertou - e vocês terão a oportunidade de debater com ele - o Embaixador Samuel Guimarães, em uma neocolônia norte-americana. Assim, mais do que perguntas, entendo que foram contribuições para entendermos melhor o que está ocorrendo. Aproveitarei o espaço para comentar algumas informações que possam ser mais úteis para vocês nos debates nos próximos dias.

Evidentemente, a Amazônia hoje, mais além do que qualquer xenofobia, está no centro das atenções do capital internacional por várias razões: o estoque natural que tem, a sua biodiversidade, as suas riquezas minerais, a sua posição estratégica, a sua água potável. Os Estados Unidos, por meio do seu capital, estão tentando tomar conta da Amazônia seja com essas medidas que o companheiro relatou, prejudicando a PETROBRÁS, seja manipulando o SIVAM. Só as falcatruas denunciadas pela imprensa - não estou falando nenhuma novidade - na concorrência pública de instalação do SIVAM já caberia um tribunal militar para julgar o Fernando Henrique Cardoso. O Deputado Luiz Eduardo é membro da Comissão de Relações Exteriores e relatou para nós, na campanha nacional da ALCA, que o Governo manipulou a concorrência para que uma empresa norte-americana ligada à CIA a ganhasse.

Então, instalaram o Sistema de Vigilância da Amazônia, com computadores sofisticados, que controlam nove níveis de informações: desde detectar movimentos de aeronaves, que é o mais simples, por meio de radares, até mapear o subsolo. O Deputado foi a Manaus, em comissão, visitar a Comissão Funcional SIVAM, e os oficiais da aeronáutica, ingenuamente, lhes contaram que, nos computadores a que têm acesso, possuem senha para interpretar apenas até o sétimo nível, que o oitavo e o nono níveis vão diretamente para Washington, porque não lhes repassaram a senha de como interpretar as informações que levantam. Esse é o SIVAM instalado por este Governo! Então, os americanos detêm, hoje, o controle de todo esse procedimento sobre as informações e a nossa riqueza.

E complemento com esse plano que pode levar a um processo de militarização, o que não é brincadeira e vem sendo denunciado até mesmo pelo Comandante das Forças Armadas Brasileiras, instalado em Manaus. Parece que agora há lá um general nacionalista, que tem denunciado publicamente; ou seja, este não é discurso esquerdista em relação aos perigos que corre a Amazônia.

Por trás da privatização da Vale do Rio Doce, as ações foram bancadas pelo National Bank. Esse Benjamin Stainbruk não passa de um testa-de-ferro bunda-mole - era dono de uma têxtil paraíba de fundo de quintal e, de uma hora para outra, pagou com um cheque de R\$2.000.000.000,00! Não é o rei do aço, mas o maior testa-de-ferro que há no Brasil. Mas, depois de privatizada, a CVRD dobrou o nível de exportação, o número de trens que exportam minério. E contam os funcionários que estão com tanto medo por causa do problema da Amazônia que o ferro está sendo estocado ao ar livre no deserto do Texas - para tentarem tirar o máximo que puderem.

Com relação aos meios de comunicação, é vergonhosa a lei que já passou em nosso Congresso, imposta pelos Estados Unidos, que abre o capital das empresas ao estrangeiro. E registro, como protesto, que a Oposição votou a favor; apenas três Deputados do PT e a bancada do PDT votaram contra. Todos os demais, até o glorioso PCdoB, votaram a favor da entrada do capital estrangeiro nos meios de comunicação. Por quê? Porque tiveram, com medo de críticas da Globo, que está quebrada, e precisa desse dinheiro para sair da falência. Também a Editora Abril está quebrada e precisa desse dinheiro - nesta semana, botaram na rua 1.300 funcionários. E a Oposição, servilmente, para não chocar o monopólio da comunicação, aceitou. E os americanos estão passando, agora, a mesma lei na Argentina. Tudo isso para tomar conta dos meios de comunicação, pois essa é a forma que têm de dominar nossa cultura e nossas mentes. É por isso que precisamos lutar e apoiar todas as iniciativas de rádios e TVs comunitárias. Para quebrar o monopólio. Até que um dia alguém tenha a coragem de desapropriar a Globo e privatizá-la para todo o povo brasileiro.

Em relação à agricultura, poderia falar até amanhã. Mas as multinacionais já não querem controlar a terra. Já não é esse o problema. Isso, podem até deixar. "Deixa, que esses pobres plantam." Agora, o que querem é pegar o núcleo estratégico da agricultura, composto por três coisas. Em primeiro lugar, as sementes. Querem impor os transgênicos no Brasil, independentemente dos riscos que trazem à saúde e ao meio ambiente, porque apenas dez empresas multinacionais controlam as técnicas de biotecnologia da produção de transgênicos e, assim, teriam o monopólio das sementes no Brasil.

Lamento que o Governador, com quem temos nos relacionado bem - portanto, não é crítica partidária nem fofoca -, tenha vetado a legislação desta Casa contra os transgênicos. O Governador pegará uns meses a mais no purgatório por causa disso.

Querem essas sementes transgênicas porque, com isso, controlarão toda a nossa agricultura. E os agricultores ficarão à mercê de todo ano comprarem a semente deles, colocando em risco a nossa soberania alimentar, que é o direito de o povo produzir os seus próprios alimentos. Se entrarem os transgênicos e a Monsanto tomar conta das sementes de milho transgênicas, e amanhã ou depois acontecer qualquer probleminha por causa de Alcântara, a Monsanto diz que não vende mais semente de milho. E como os nossos agricultores já não terão o direito de

reproduzirem as suas próprias sementes, não haverá milho no Brasil, porque terão o monopólio. Assim como eliminaram o algodão no Nordeste, inventando que o bicudo tinha tomado conta, levaram à falência um milhão de pequenos camponeses de algodão e transferiram, com outras variedades, o algodão para Mato Grosso, agora em grandes fazendas, não mais na agricultura familiar.

E o terceiro núcleo que pretendem controlar na agricultura é a agroindústria, porque é a que controla os alimentos. Está havendo um processo acelerado de desnacionalização e concentração da agroindústria. Estão comprando tudo. O setor de laticínios, em que Minas Gerais era o centro, hoje está na mão das multinacionais. Três empresas controlam tudo: a Parmalat, a Danone e a Nestlé. Amanhã ou depois poderemos tomar leite se deixarem, como se a vaca fosse deles. Ficaremos com a vaca, e eles, com o leite.

Por último, veremos o papel dos Deputados, como informação. Em relação à ALCA, mantiveram-se ausentes do debate. A única novidade positiva, por sinal, dos Deputados na Câmara, ocorreu no ano passado, em dezembro, por iniciativa do Deputado Aloísio Mercadante. O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou moção, por unanimidade, recomendando ao Governo que se retirasse das negociações da ALCA. Isso é positivo, e temos de elogiar e fazer a propaganda, sobretudo para alguns setores da nossa sociedade que dizem que o Brasil deve continuar nas negociações. Não. Temos de sair imediatamente. Se não queremos a ALCA, para que ir lá conversar, combinar com o torturador sobre qual será o nível da tortura? Francamente!

Em relação à base de Alcântara, o comportamento dos parlamentares tem sido lastimável. O Governo encaminhou acordo à Câmara, que, como disse, é afronta. O projeto foi primeiro à Comissão de Relações Exteriores, que teve como relator o Deputado Waldir Pires - que desempenhou papel importantíssimo - e lá foi vetado, por ferir a soberania e a Constituição. Então, como o Governo perdeu, encaminhou à Comissão de Ciência e Tecnologia, em que tinha maioria e foi aprovado na íntegra. Ficamos 1 a 1. O Governo, não satisfeito, com medo de levar a Plenário assim, encaminhou à Comissão de Constituição e Justiça e designou relator o Deputado Zenaldo Coutinho, de Belém, que está em dúvida: uma semana diz que é a nosso favor, na outra diz que é a favor do Governo. Depois que foi votado na Comissão de Justiça, o projeto irá a Plenário. Mas independentemente da batalha no parlamento, a luta contra a ALCA e contra a base de Alcântara depende do povo brasileiro. Por isso é importantíssimo que todos os movimentos e entidades que estão aqui nos engajemos para garantir sucesso absoluto no plebiscito e também, nos dias 17 e 18 de setembro, para ir, em caravana a Brasília, entregar o resultado ao Presidente Fernando Henrique.

Já está marcada para o dia 17 de setembro audiência com Fernando Henrique - já não dá para chamá-lo de Presidente, mas de "o vendedor-pátria" - e com os Presidentes do STF, da Câmara e do Senado. Ao final da tarde, então, iremos nos encontrar com o Presidente do Brasil, que é a embaixadora norte-americana, para dizer-lhe que somos contra que seu país tome conta de nossa economia.

No outro dia, a caravana fará uma assembléia para decidir os próximos passos em relação à campanha da ALCA, que inclui uma jornada de luta continental, já marcada para o dia 28 de outubro.

A data ficou apertada para nós, brasileiros. Foi marcada levando em conta o continente. Mas vejamos: o principal país envolvido, que é o Brasil, estará passando pelo segundo turno da eleição para Presidente, e eles escolheram exatamente o dia 28 de outubro para iniciar a reunião de Ministros em Quito. Pedro Malan e Celso Lafer - dois ministrinhos que estão saindo; e já deveriam ter saído há muito tempo - vão negociar, em nome do povo brasileiro, os acordos da ALCA. Ora, com que moral? Temos, então, de nos manifestar para que a opinião pública latino-americana saiba que esses dois Ministros não representam coisa nenhuma.

Esperamos que quem ganhar as eleições - oxalá seja a Oposição! - assumo o compromisso com o povo brasileiro de sair imediatamente das negociações da ALCA e rasgue, em rede nacional pela Globo, o Acordo da Base de Alcântara. E nós estaremos lá.

A Sra. Coordenadora - Nos dois próximos dias, receberemos mais informações e subsídios para continuar nossa luta. Contamos com a presença de todos.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e das autoridades e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões especiais de amanhã, dia 22, às 8h30min e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a reunião ordinária, na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 202ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 22/8/2002

Presidência dos Deputados Eduardo Brandão e Adelman Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras da Sra. Carlúcia Maria Silva - Palavras do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - Palavras da Sra. Ivana Monte Lima - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Adelman Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Bilac Pinto - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Fábio Avelar - Ivair Nogueira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Márcio Kangussu - Paulo Pettersen - Pinduca Ferreira - Rogério Correia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Eduardo Brandão) - Às 20h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Paulo Pettersen, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa o Exmo. Sr. Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e as Exmas. Sras.

Carlúcia Maria Silva, representante do Comitê Mineiro do Fórum Social e coordenadora dos debates; e Ivana Monte Lima, representante da Rede Praxis do Estado do Rio de Janeiro.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do II Fórum Minas por um Outro Mundo: Uma Outra América é Possível com Soberania e Integração. Nesta manhã, será discutido o tema A Desordem Internacional e a Desconstrução da Soberania Latino-Americana e Caribenha.

#### Palavras da Sra. Carlúcia Maria Silva

Dando continuação aos nossos trabalhos, gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e a Ivana, particularmente. Queria dizer também que é uma grande alegria para nós, do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, estarmos reunidos com toda a sociedade civil organizada, nesta campanha continental e nacional contra a ALCA, acreditando que um outro Brasil e uma outra América são possíveis com soberania e integração. É também uma alegria porque esta Casa terá o rosto que nós, cidadãos mineiros, quisermos dar a ela, na medida em que nós ocuparmos este espaço, que é público. Ao mesmo tempo, trazemos até ela as reivindicações e as necessidades do nosso povo. Gostaria de dizer também que é uma grande alegria realizar este II Fórum Minas por um Outro Mundo, porque é mais uma oportunidade, uma possibilidade de oferecer subsídios à sociedade, ao povo, para que possa participar com cidadania na construção da soberania que queremos, que precisamos e que merecemos.

Finalmente, gostaria de justificar a mudança na composição desta Mesa. Para a temática de hoje, estavam previstos, além do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, César Benjamim e Plínio de Arruda Sampaio. O César Benjamim, por problemas familiares imprevistos, não pôde estar presente. Hoje, às 5h15min, ele nos telefonou manifestando o seu pesar e, ao mesmo tempo, a sua impossibilidade. Todos nós acreditamos que, realmente, é uma pena não tê-lo conosco. Já com o Plínio de Arruda Sampaio, houve uma pequena confusão na organização, o que inviabilizou a sua vinda até nós. Diante disso, convidamos a Ivana, do Comitê contra a Alcântara do Rio de Janeiro e da Rede Praxis do Rio de Janeiro, para compor a Mesa, considerando que ontem foi abordada, de uma forma bem sucinta, a questão de Alcântara. Ela é uma das pessoas que tem trabalhado, pesquisado, estudado a questão da base de Alcântara e os seus impactos. Acharmos oportuno e necessário convidá-la para que dispusesse deste tempo para um aprofundamento maior na questão da Alcântara, para que possamos, efetivamente, nos convencer de que a cessão da base de Alcântara é uma das estratégias fundamentais utilizadas para comprometer a nossa soberania e a do continente. Acredito que, embora nem o César Benjamim nem o Plínio de Arruda Sampaio estejam presentes, esta Mesa será de grande proveito na construção da soberania que queremos. Espero que tenhamos todos uma boa manhã e que possamos, à tarde, durante as oficinas, aprofundar toda a temática deste II Fórum Minas por um Outro Mundo. (- Palmas.)

#### Palavras do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Bom dia. Gostaria de agradecer a todos pela presença e aos organizadores do Fórum pela oportunidade de estar nesta Mesa, na Assembléia Legislativa, para abordar o tema da desordem internacional e da desconstrução da soberania latino-americana. Queria dizer, em primeiro lugar, que, para compreendermos a nova desordem internacional, seria interessante observarmos o que era a expectativa da nova ordem mundial que foi anunciada ao final da Guerra do Golfo. Muito rapidamente, foi uma época de utopias, cujas razões eram, em primeiro lugar, o fato de a então União Soviética ter aderido ao capitalismo e à democracia. Esse foi um fato extraordinário, foi o fim da competição Leste-Oeste, da competição entre o sistema capitalista e o sistema comunista.

Em seguida, vem a desintegração da União Soviética, o surgimento da Rússia como uma potência média e a nova política da República Popular da China de abertura aos capitais estrangeiros e ao comércio internacional. Tudo isso gerava um novo clima político internacional. No campo militar, temos a vitória esmagadora dos Estados Unidos sobre o Iraque, na Guerra do Golfo. A vitória custou US\$60.000.000.000,00, que foram financiados em 80% pelo Japão, pelo Kuwait e pela Arábia Saudita, isto é, uma operação militar que saiu relativamente barata para quem a empreendeu.

Depois, havia a utopia da nova tecnologia da informação, os avanços da informática, das telecomunicações, o início da Internet, enfim, tudo isso era o início de uma nova era. Depois, houve a hegemonia de um pensamento neoliberal, o fim do Estado, do autoritarismo, o fim da intervenção do Estado na economia e na sociedade, com o que as normas econômicas, sociais e até mesmo as políticas se regulariam automaticamente. Havia uma hegemonia do pensamento neoliberal não só no centro do sistema internacional, mas também, cada vez mais, em direção à periferia desse sistema. As conseqüências previstas para esses novos fenômenos eram, de um lado, o fim dos conflitos internacionais. Não havia mais conflitos entre os Estados Unidos e a União Soviética. Como todos os conflitos tinham a sua origem na atividade comunista, então, não haveria mais conflito em nenhum lugar do mundo. Eles seriam todos resolvidos. Essa era a conseqüência prevista.

Ao mesmo tempo, não havendo mais o perigo do conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética ou, se quiserem, entre o mundo ocidental, o mundo livre e o império do mal, também não haveria mais necessidade de armas. Assim, os países se desarmariam e utilizariam os recursos para o desenvolvimento econômico dos países pobres, subdesenvolvidos, periféricos e também das suas populações internas. Por exemplo, a população negra nos Estados Unidos. Os recursos gigantescos permitiriam resolver o problema das desigualdades sociais.

Também as novas tecnologias permitiriam uma nova era, uma era de emprego, de prosperidade para todos, de lazer. Há até um sociólogo que faz livros sobre a economia do lazer. Talvez seja o lazer dos desempregados, porque, não havendo emprego, eles podem utilizar as horas vagas para suas atividades de lazer. Há toda uma visão utópica: teremos uma tecnologia tão avançada que haverá uma automação, uma robotização, mais tempo, mais lazer e emprego para todos.

Uma outra conseqüência: os países da periferia seriam modernizados, sairiam da sua situação de sociedades arcaicas, primitivas, violentas, desorganizadas, conflituosas para uma era de modernidade, por meio também do fenômeno da globalização, a partir do qual se criaria uma economia única no mundo e - quem sabe? - até um Governo mundial. Os instrumentos para isso seriam, numa nova ordem mundial, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, para resolver os conflitos, no qual a Rússia e a China colaborariam com os países ocidentais; a execução dos acordos de não-proliferação e de desarmamento, quer dizer, não só os países que não tivessem armas adeririam aos acordos de não-proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas como também os países altamente armados. Estes se desarmariam também, nesse processo.

Na área da desregulamentação, era a rodada uruguaia de negociação comercial, de abertura de mercados e assim por diante. Além dos países subdesenvolvidos, além da renegociação da dívida externa dos países que tinham estranguladas as suas economias, através do Plano Brady, a abertura de suas economias aos capitais internacionais, que viriam salvá-los e organizar neles, por exemplo, o setor de energia, o setor de saneamento básico, além de imprimir modernidade e eficiência aos negócios e transformar esses países, inclusive o Brasil, em uma plataforma de exportação. Sociólogos modernos e políticos se uniram para criar um novo caminho para o desenvolvimento chamado terceira via, que congregava políticos de vários países.

Acontece que essas eram utopias. A realidade atual, que se poderia chamar não de nova ordem mundial, mas de nova desordem mundial, mostra que aquelas conseqüências previstas não se realizaram. De um lado, o que era símbolo da expansão econômica nos Estados Unidos, subitamente, desfez-se antes da crise de 11 de setembro. Os problemas econômicos nos Estados Unidos, como a redução do crescimento e as

dificuldades, começam muito antes da crise. Depois, aquelas novas tecnologias trouxeram desemprego estrutural elevado, não só na periferia do sistema, mas também no centro principalmente em países europeus e na própria continuidade da estagnação no Japão.

Na área militar, ocorre a proliferação dos conflitos regionais na Chechênia, na Cachemira, na Colômbia e assim por diante. Acabou o comunismo, e continuaram os conflitos.

Depois ocorreu algo importante, que foi uma extraordinária concentração de poder econômico, tecnológico, militar e político no centro do sistema. A diferença entre os países do centro e os subdesenvolvidos aumentou enormemente nesse período, tanto em poder econômico quanto militar, tecnológico e ideológico.

É interessante notar que a propagação das políticas neoliberais trouxe consigo não só a desarticulação dos Estados, pela desregulamentação, inclusive no centro do sistema, como extraordinária corrupção, não só na periferia. Os casos mais extraordinários de corrupção se verificaram recentemente, na Bolsa de Valores dos Estados Unidos. São empresas cujos executivos se mancomunaram com as auditoras e com as corretoras de títulos; atribuíram-se elevadíssimos salários, na casa de centenas de milhões de dólares. Ao mesmo tempo, forçaram a subida das ações e venderam-nas, quebrando 90 milhões de pequenos e médios investidores, enganados nesse processo. Algumas dessas megacompanhias têm negócios no Brasil. Uma delas comprou a EMBRATEL, a outra tem negócios na área de energia, e assim por diante.

A corrupção se verificou em muitos países. Há uma série de casos de grande interesse na América do Sul, alguns bem próximos, num fenômeno interessante, o que é natural, porque a desregulamentação e a ausência de fiscalização levam à possibilidade de grandes negócios, que se realizaram. Foi a desregulamentação na Bolsa de Valores dos Estados Unidos que permitiu essas operações fraudulentas.

Finalmente, além dessa concentração de poder, fracassaram as políticas neoliberais na periferia do sistema econômico e político mundial. Essas políticas fracassaram em toda a América do Sul, o que nos interessa mais de perto. Houve enorme concentração de riqueza. Hoje o jornal mostra que o salário médio real dos trabalhadores sofreu mais um mês de queda, e o desemprego continua elevado e expandindo-se. Essa concentração de riqueza é natural com a desregulamentação. Há o desemprego permanente, a não-criação de novos empregos, uma desarticulação da infra-estrutura nos países, desarticulação e desmoralização das instituições. Não só são desarticuladas pelos chamados programas de ajuste estrutural, como também passam a ser desmoralizadas aos olhos da população, o que é extraordinariamente grave.

Nos próximos 20 anos, a população da Alemanha vai diminuir, assim como as da Itália e Espanha. Em geral, a população dos países desenvolvidos vai diminuir, com exceção dos Estados Unidos. Conseqüentemente, concentra-se mais riqueza e mais poder nas mãos de menor percentagem da população mundial. O que ocorre na periferia? Menos poder, menos riqueza, mais desemprego em relação à percentagem maior da população. É necessário, então, que o centro do sistema consolide seus privilégios e essa situação de desigualdade. Ao mesmo tempo, no centro do sistema internacional, criam-se outros pólos de poder: ao lado dos Estados Unidos, a União Européia, a China - o Japão continua sendo a segunda potência mundial -, a Rússia e a Índia, que se torna potência nuclear. Há países que, potencialmente, poderiam figurar entre esses povos, como é o caso do Brasil. Enfim, o provimento é multipolar. De um lado, afeta a administração do sistema internacional, assim como causa grande preocupação da potência hegemônica, que lidera a administração desse sistema global, numa espécie de condomínio, de que participam os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Rússia, a Alemanha e o Japão, que administram esse sistema internacional. Há grande preocupação da potência hegemônica com os novos pólos e com os movimentos de protesto na periferia, tendo em vista a situação de instabilidade, como desemprego, pobreza, exclusão e violência. Há um processo para que as sociedades tomem cada vez mais consciência de que foram aquelas políticas neoliberais de abertura, desregulamentação e adesão às políticas centrais que levaram às suas dificuldades. Na América do Sul, é crescente a consciência de que as privatizações foram negativas. Essa pesquisa foi publicada há alguns dias na "Folha de S. Paulo". Com essa consciência crescente, surgiram constantes movimentos de protesto contra a situação.

No centro do sistema, preocupa-se em manter os privilégios e o funcionamento do sistema, conter os outros pólos de poder e reprimir a periferia. Manter os privilégios é uma estratégia natural de quem os tem. Acontece que o governo atual do Presidente Bush sobe ao poder com características completamente diferentes daquelas da administração desse condomínio. Logo no início, antes do 11 de setembro, o novo governo republicano já havia declarado que não aderiria ao Protocolo de Kyoto, de controle de emissões de gases de estufa, que não aderiria ao Tribunal Penal Internacional, que, de forma geral, tomaria medidas unilaterais quando julgasse conveniente aos interesses da sociedade americana. Já era um governo com novas características, extremamente preocupantes para os outros membros do próprio condomínio, porque a hegemonia não pode ser exercida permanentemente pela força. É preciso que seja exercida pela persuasão. Quando passa a abandonar o direito de se exercer pela força, gera ainda maior resistência e preocupação, tendo em vista a desigualdade entre o centro e a periferia do sistema internacional. Então, há uma nova tendência ao unilateralismo nas ações internacionais, desprezo pelos tratados internacionais e geral, a disposição de usar a força como elemento de solução e de afirmação, e um certo fundamentalismo político-religioso, isto é, o centro do sistema julga-se sempre certo. "Quem não está conosco está contra nós". Essa é uma afirmação pública. Outra afirmação interessante é: "Por que nos odeiam se somos tão bons?". Essa afirmação faz parte de um discurso após o 11 de setembro. "Por que invejam os nossos valores e as nossas realizações?".

Há uma compreensão no mundo de que de um lado existe uma sociedade perfeitamente democrática, avançada, que gera novas tecnologias, é generosa, e fora existem agrupamentos, países ingratos, que não reconhecem a superioridade dos nossos valores, e temos, de alguma forma, de modernizar, fazer com que eles se convençam disso. É algo extremamente preocupante, que cria uma enorme instabilidade internacional. Os países europeus, as lideranças dos outros países centrais e até as elites periféricas reconhecem isso.

Recentemente, o primeiro editorial do jornal "O Estado de S. Paulo" trazia o seguinte título: "Bush não inspira confiança". As elites periféricas sabem que esse tipo de política não é sustentável em longo prazo, afeta os próprios mecanismos de persuasão ideológica, de cooptação que existe no mundo.

Naturalmente, com os episódios trágicos de 11 de setembro, essa situação agravou-se, porque os Estados Unidos definiram como inimigo o terrorismo internacional. Mas é um inimigo difuso, não se sabe onde ele está. Pode estar no Norte do Iraque, em Miami, em Cuba, em todas as partes. Sendo o inimigo difuso e terrível, pode e deve ser atacado de qualquer forma, a qualquer momento, sem obediência às regras do sistema internacional, do direito internacional. Isso gera uma enorme instabilidade, o que também serve de pretexto para que outros países classifiquem como terroristas seus inimigos. Então, digamos, na Ásia, a Índia considera que os movimentos paquistaneses são terroristas e permite uma ação militar sem limites, porque a guerra contra o terrorismo, como foi dito, não tem limites, não obedece às convenções internacionais sobre direitos humanos. É totalmente livre de qualquer restrição e permite também a restrição aos direitos civis dentro dos Estados Unidos, o que tem ocorrido seguidamente para grande preocupação dos movimentos sociais daquele país. Isso gera uma instabilidade extraordinária no sistema internacional, por uma razão interessante: é preciso que, no centro do sistema internacional, a principal potência projete, em primeiro lugar, a imagem de ser uma perfeita democracia, exemplo para o mundo.

Os acontecimentos da eleição da Flórida colocaram em dúvida os resultados das eleições presidenciais, que hoje estão ressurgindo. Na época, houve decisão do Tribunal Superior, que interrompeu a contagem de votos e deu posse a um dos candidatos. Isso hoje está sendo novamente contestado. A imagem de perfeita democracia é essencial para o funcionamento do sistema, para que, na periferia, as elites que servem ao sistema possam apresentar às suas populações que somos liderados por um país melhor que nós.

Segundo, é preciso que haja uma imagem de extraordinária eficiência, que era o crescimento da economia americana. Verificamos que grande parte desse crescimento era gerado por lucros fictícios, pela manipulação dos balanços das empresas e do mercado, aquela euforia econômica

era devida, em parte, à fraude.

Depois, era preciso que o centro do sistema projetasse uma imagem de honestidade empresarial e de eficiência. Ontem, um dos principais executivos da Enron, como saiu na televisão para quem quis ver, confessou ter manipulado balanços, e vai devolver a modesta quantia de US\$11.000.000,00.

Uma das partes do processo ideológico é dizer para a periferia que somos corruptos, o que significa que os outros são honestos. Então, temos de ter vergonha de nós mesmos. Temos de nos envergonhar e submeter-nos a essa liderança, porque ela é honesta, é melhor, mais democrática. Os vínculos entre as principais autoridades e o sistema de manipulação de balanços existem e estão sendo investigados. Há enorme preocupação, até nos Estados Unidos, das elites mais esclarecidas com as conseqüências desse tipo de estratégia governamental de violação da imagem.

Uma imagem que precisa ser projetada é que o centro do sistema é a favor da lei e da ordem. Se é a favor da lei e da ordem, significa que obedece aos tratados assinados, à sua própria legislação interna. Outra imagem é que o centro do sistema é o principal defensor dos direitos humanos não só dentro do País, como fora dele, e não é a isso que estamos assistindo. Isso abala a imagem necessária a esse condomínio hegemônico porque mantém um processo de dominação que vem desde a época das grandes navegações: a idéia de que o centro é superior e, por isso, tem direitos superiores aos povos periféricos.

Não é só um problema de grande instabilidade. Há, por exemplo, no momento, a ameaça de um ataque preventivo ao Iraque, a partir da presunção de que este teria armas de destruição em massa e que as usaria. A partir dessa premissa, seria feita uma guerra preventiva, o que contraria todo o direito internacional, contraria frontalmente a carta das Nações Unidas, tudo o que se conhece de direito internacional, de tratados internacionais. É gravíssimo, porque ninguém sabe o que pode decorrer de uma intervenção em larga escala no Iraque. Quais serão as repercussões nos outros países da região, na Europa, e assim por diante?

A estratégia americana em relação ao conflito entre palestinos, árabes e israelenses é altamente desestabilizadora, ao contrário da situação anterior, na qual se tentava chegar a um acordo de paz que respeitasse resoluções das Nações Unidas, que determinava ao Estado de Israel que devolvesse os territórios ocupados. São decisões como essa que determinaram ao Iraque a devolução do Kuwait, razão da intervenção.

Isso aos olhos dos palestinos e árabes é duplo padrão de comportamento, inadmissível. E a política antiterrorista permite ao governo israelense executar uma série de medidas: se o indivíduo tem um parente que é suspeito de ser terrorista, pode ter a sua casa arrasada. Ele não é terrorista, é parente de um suspeito de ser terrorista, mas um bulldôzer arrasa sua casa. Isso cria uma instabilidade de longo prazo extraordinária nas populações.

Essa nova desordem caracteriza-se, por um lado, pelo surgimento de novos pólos de poder no mundo, que é um sistema multipolar e, por outro lado, pela adoção de uma política nova, uma nova estratégia americana de imposição da vontade pela força, e de um certo desprezo pelos tratados internacionais de toda ordem. Ao mesmo tempo, é uma tentativa de consagrar esses privilégios do centro do sistema. No caso da América do Sul, qual estratégia se verifica na prática?

Em primeiro lugar, é uma estratégia de natureza militar. Os países não podem ter armas de destruição em massa. Isto é, alguns países não podem, outros podem. Os países que podem têm o direito de desenvolvê-las e de torná-las ainda mais eficientes. Os outros não podem.

Outra estratégia é manter toda a rede de bases militares existentes no mundo, apesar de não haver um país como a União Soviética que coloque em risco o outro lado. Mas as bases são mantidas. Será que as bases da OTAN são bases dos exércitos dos países do tratado para conter a União Soviética? Mas a União Soviética não existe mais. A União Soviética já aderiu.

Se as bases são da OTAN, não são bases americanas. Por que não há soldados europeus em território americano? Deveria haver. Deveria haver soldados americanos em território europeu e soldados europeus em território americano. Essa base de acordos e bases militares no mundo serve para manter o sistema de privilégios, que levou ao agravamento das diferenças de renda entre os países.

O último relatório do Banco Mundial revela quanto cresceu essa diferença de renda: "a renda dos 20 países mais ricos já é 37 vezes maior que a dos 20 países mais pobres. Naturalmente que há os países mais pobres, mas há os mais ricos. Os que são mais ricos beneficiam-se desse sistema político e econômico internacional e militar, que é para garantir a sobrevivência desse sistema".

No caso da política econômica para a América do Sul, qual é o objetivo? O objetivo é manter a atual estratégia econômica. Podemos observar, no noticiário, que há várias iniciativas nesse sentido. Primeiro, obter dos candidatos que se comprometam com o acordo com o FMI, que, aliás, não está pronto. Quando um dos candidatos pediu o texto, foi dada a resposta de que ele não estava pronto. Está-se pedindo compromisso a um acordo que não está pronto; mas que é basicamente manter a mesma política econômica. Essa é uma possibilidade.

Uma outra é eleger um candidato que mantenha a mesma política econômica. A terceira é eleger qualquer candidato que mantenha a mesma política econômica. A quarta estratégia é criar agências reguladoras que sejam "técnicas", entre outras, com mandato. Criou-se uma plêiade de agências reguladoras e um movimento profundamente antidemocrático e pseudotécnico, para garantir que uma determinada visão de política econômica atravessasse um mandato e entrasse pelo outro, por causa do mandato dos seus diretores.

Em relação à política de petróleo, há uma nova diretoria, porque a anterior deixou de ser competente, e o seu mandato, que era de quatro anos, de repente, foi reduzido na prática. Foi nomeado outro diretor, cujo mandato entra pelo próximo mandato governamental do Presidente da República. O Presidente, eleito pelo voto do povo, não poderá alterar a política de petróleo, porque lá está uma diretoria designada por mandato. Sabemos quão eficiente é a agência de energia elétrica em termos de planejamento e fornecimento de energia. Sabemos quão eficientes são as novas companhias telefônicas, bem como a ANATEL.

Finalmente, temos outra possibilidade de manter as mesmas regras e os mesmos privilégios - são os tratados internacionais. Um deles é o tratado que cria a ALCA, estabelecendo uma série de compromissos para os países-membros, o que, na prática, corresponde a ter de manter a atual estratégia de política econômica.

São várias iniciativas em diversos campos, todas com o mesmo objetivo: manter as estratégias de política econômica que vêm sendo implementadas no Brasil, principalmente a partir de 1990; na área política, garantir o alinhamento desses países da América do Sul com a estratégia política americana em nível internacional e regional, e alinhar esses países na questão do narcotráfico. Qual a estratégia para o narcotráfico? Deixar o consumo livre, ou reprimir os consumidores, não discriminar e combater a produção de qualquer forma. Essa é uma estratégia de ação militar contra o narcotráfico, o que obviamente não tem a menor chance de êxito. Aliás, tem sido um fracasso retumbante, desde que se iniciou. As plantações saem de um país para outro. Li que estavam testando novas plantações no Congo, na Geórgia e num país da Oceania. Mesmo que consigam extirpar essas plantações, outras surgirão, porque há uma demanda. Como há criminalização, os preços ficam mais altos e o negócio torna-se extremamente lucrativo.

É preciso alinhar os países da União com as estratégias, no caso do narcotráfico, do combate à guerrilha na Colômbia e no caso do ataque ao Iraque. Eventualmente, podem contribuir com algumas tropas para reduzir o custo e o número de mortos dos países do centro.

Essa é a estratégia. Acontece que o sistema é tão desestabilizador que gera movimentos e protestos não só nas populações que são prejudicadas, mas também nas elites. Vemos o primeiro mandatário dizer que o mundo enlouqueceu ou - hoje nos jornais - que nos estão asfixiando. Há preocupação das próprias elites dos países periféricos com a instabilidade do sistema internacional, tanto do ponto de vista econômico, quanto social, militar e político, sem contar o reaparecimento dos partidos nazistas e de extrema direita nos países europeus, a violência, a criminalidade que se expande, usando até os meios mais modernos como a Internet, sem contar a degradação do meio ambiente, principalmente nos países da periferia.

Essas são algumas reflexões sobre nova desordem. Naturalmente, essa estratégia para os países da América do Sul corresponde à desconstrução da soberania. Ou seja, os países não podem ter política econômica, só podem ter a política da desregulamentação, da abertura, livre movimentação de capitais, total liberdade para os capitais estrangeiros. Os países não podem ter armas. Portanto, também não podem ter uma parte importante da soberania e, naturalmente, por causa da própria fragilidade do seu Estado, não têm soberania para se manterem de forma adequada no cenário internacional. Então, esse é um processo de reconstrução do sistema colonial. Vemos alguns países independentes que hoje são administrados por equipes do FMI na prática, ou que seguem aquela política, o que dá na mesma coisa. Apenas o administrador é nacional. A política é estrangeira, vem de fora. O administrador até parece ser nacional. Ele fala sem sotaque a língua do país. Alguns têm sotaques ou hesitações típicas de idiomas estrangeiros, apesar de aparentemente terem nacionalidade brasileira.

Então, esse é o sistema de volta ao passado. Estamos vivendo um momento em que as organizações da sociedade e os movimentos sociais rebelam-se e tomam a iniciativa de promover encontros como este. Quero parabenizar os organizadores e todos os presentes e agradecer à Assembléia Legislativa pela disposição de lutar pela soberania do País. Muito obrigado a todos.

Palavras da Sra. Ivana Monte Lima

Faço parte da Rede Praxis, que foi criada em Juiz de Fora. Somos um grupo de pessoas que lutam por algumas bandeiras específicas, entre elas, evidentemente, os assuntos da ALCA e da Base de Alcântara. A Base de Alcântara era um assunto tão relegado a segundo plano que nem o nome ficou como deveria. Na realidade, ela se chama Centro de Lançamento de Alcântara, ou Base de Lançamento. Hoje, virou Base de Alcântara. De certa maneira, isso induz as pessoas a pensarem que se trata de uma base militar. Mas não eram os militares que estavam lá, é muito importante dizer isso. Neste momento, deve haver umas 200 pessoas lá, muitos civis e alguns da Aeronáutica, porque a base está desativada.

Aproveitando o que o Embaixador disse, há muito tempo tenho notado, principalmente nas escolas, um grande desligamento do sentido de nacionalidade no País, do seu valor, de suas qualidades. Desde que nasci, há 50 anos, ouço falarem do potencial do Brasil. Tudo bem. Já se foram quase duas gerações, e o País realizou muita coisa, mas acho que isso não tem sido traduzido em palavras. As pessoas não estão convictas disso. Um mês antes de morrer, Antônio Carlos Jobim foi a um programa feminino na TV, e eu estava assistindo, justamente porque soube que Tom estaria presente. Ele disse que uma das coisas que o magoavam profundamente era o pouco orgulho que o brasileiro tinha de suas coisas, de suas realizações, de seus músicos, de sua cultura. Disse que, para o brasileiro, o que estava lá fora tinha muito mais valor. E percebemos que, infelizmente, há uma predominância, entre os jovens, da idéia de que o que é americano tem mais valor. Sou do Rio de Janeiro e sei que nas grandes favelas há uma luta perene para adquirir os melhores tênis, as melhores pranchas de surfe e roupas que signifiquem alguma coisa. Evidentemente, há uma linguagem grupal, de tribo, mas é preciso fazer uma análise crítica em relação a isso.

Voltando à Base de Alcântara, estou dizendo tudo isso porque, em 1974, quando foi criado o Centro de Lançamento de Alcântara, havia muita piada sobre ele. Por incrível que pareça, muitas vezes senti essa crítica: "Imaginem! Estão mandando uns foguetinhos". E ainda morriam de rir porque o nome do foguete era Saci. Era evidente. Estávamos falando de algo dentro de nossa cultura. Essa era a denominação dos Veículos de Lançamento de Satélites - VLS. Isso era um avanço, uma coisa importantíssima. Na época, o Governo construiu aquela base em Alcântara - eram 520.000km<sup>2</sup> - pensando um pouco mais à frente, justamente para que o Brasil, no séc. XXI, tivesse a possibilidade de alcançar um desenvolvimento tecnológico em telecomunicações. E o grande negócio deste século é o lançamento de artefatos e satélites. Todos os países querem tê-los.

Para vocês terem uma idéia, existem os chamados lançamentos de constelação de satélites, de alturas e pesos diversos, com diversas funções científicas e ambientais. Esse é o tema atual. Finalmente, as pessoas despertaram para a importância do meio ambiente. Todo mundo ficou sabendo, na semana passada, que o Sul da Ásia estava coberto por uma enorme nuvem de poluição muito parecida com aquela que aparece em quase todos os invernos em São Paulo. A nuvem de poluição parece uma coisa densa, cinza, agressiva. E todos sabemos como ela foi formada. Tanto que foram feitas conferências para tratar do assunto, e o Protocolo de Kioto é o resultado de uma delas. Os Estados Unidos, o Japão e o Canadá recusaram-se a assiná-lo. Parece-me que, depois, o Japão voltou atrás e assinou. Mas os Estados Unidos já deixaram claro que não assinarão de jeito nenhum, porque não pensam, de maneira alguma, que têm de prejudicar seu desenvolvimento por causa da emissão de gases poluentes. Pensam que precisam disso.

Então, quero dizer que minha atenção foi despertada para a Base de Alcântara na reunião de uma oficina que estava programada para mais de 50 pessoas, e compareceram apenas cinco. Quem falava sobre o assunto desculpou-se pela ausência das pessoas, mas não sabia que eu, que era uma das cinco, já levei o assunto para mais de 500 pessoas em muito pouco tempo. No ano passado, antes de 11 de setembro, eu já pesquisava o assunto, principalmente na Internet. Tive acesso a alguns "sites" que foram retirados imediatamente após 11 de setembro. Um deles era um mapa das principais bases de lançamento no mundo, descrevendo cada uma, bem como sua capacidade.

Sou professora formada em História e Sociologia, mas já trabalhei muito em agências de publicidade e sei que o princípio básico desse setor é o de que a informação não deve ser guardada, mas passada adiante e distribuída, ou não é informação. Tem de ser uma coisa dinâmica. Já distribuí esse mapa, que tinha guardado em arquivo, para inúmeras pessoas. Elas não imaginam por que Alcântara é tão importante entre as 26 bases internacionais.

Um dos grandes motivos do interesse na Base de Alcântara, quer dizer, Centro de Lançamento de Alcântara, é o fato de ela estar a 2<sup>o</sup> do Equador, e, para cada foguete que é enviado com esses artefatos científicos, satélites meteorológicos, ambientais, de rastreamento ou sensoriamento, a rotação da Terra permite que haja uma economia de 30% de combustível. Então, a primeira grande vantagem de Alcântara é a enorme economia de combustível, que chega a ser 25% do custo total de um lançamento.

Todos esses dados, sem exceção, estão em um "site" da Rede Praxis. Recomendo que pesquisem o "site" oficial do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA: [www.cla.aer.mil.br](http://www.cla.aer.mil.br). Nele, há fotografias, e vocês poderão ver o que é um centro de lançamento. Todos conhecem as famosas fotos do Centro de Lançamento de Cabo Kennedy, com aquelas plataformas imensas, com os foguetes apontados para o céu, mas também temos a nossa. Ela é composta de um centro de preparação e lançamento, com um prédio de preparação da carga útil; uma plataforma VLS - Veículo de Lançamento de Satélite; um centro de controle avançado, que administra o lançamento; um lançador de porte médio, que é outra plataforma para enviar satélite ou artefatos de tonelagem maior. Estou falando isso, para depois explicar o porquê de tantos problemas com esses acordos.

A segunda parte é uma estação terrena de controle meteorológico e uma estação de telemetria e meteorologia, propriamente dita. São três blocos de prédios. É muito impressionante aquela plataforma, e essa do Centro de Controle Avançado é uma verdadeira casamata, onde ficam as pessoas para observar o lançamento.

Os americanos estão propondo que somente eles tenham acesso a toda essa parte. Aí, dá para vocês entenderem o que significa esse acordo de salvaguarda tecnológica de Brasil-Estados Unidos, que está causando toda essa celeuma.

A Base de Alcântara propriamente dita, construída em 1984, tinha 520km<sup>2</sup>. No Governo Collor, foram acrescentados mais 100km<sup>2</sup> e hoje ela tem 620km<sup>2</sup>. Não tenho a mínima idéia do que são 620km<sup>2</sup>. Algumas pessoas fizeram uns cálculos e me mostraram que isso equivale a 40 estádios de futebol de tamanho oficial.

A maior parte dessa região está à beira-mar e tem a vantagem de o transporte ser feito pelo mar. Pelos planos americanos, os contêineres viriam diretamente pelo mar e teriam acesso imediato a Alcântara. Está no acordo que aqueles que transportam os metais, os artefatos pesadíssimos passariam incólumes pela alfândega brasileira. Em troca, os americanos só entregariam uma relação do que contém esses contêineres. Essa proposta é um dos itens que têm provocado muito problema. Eles querem que nenhum brasileiro chegue a essa zona. Esses inúmeros contêineres devem trazer todas as partes dos foguetes e os satélites para lançamento. Agora, é problema nosso se um possível lançamento não der certo e o projétil cair em território brasileiro ou em países vizinhos. Consta do acordo que, se houver alguma explosão, nenhum brasileiro deve chegar perto dos possíveis destroços. São os americanos que irão sair procurando, não podemos fazer nada, nem fotografar. Agora, se o Brasil tiver algum problema diplomático ou com qualquer país vizinho, ou se acontecer alguma coisa com a população, se cair um pedaço de satélite ou foguete na cabeça de alguém, isso é problema nosso.

Convido a todos a ler esse acordo, que contém 12 páginas. Não tenho formação técnica para entender um acordo muito sofisticado, mas esse não é. Se eu li, vocês também podem fazê-lo. À medida que forem lendo o acordo, irão sentir uma reação muito grande. É possível entendê-lo, pois é bem explícito.

Investiguei se os fatos são verdadeiros, se não está sendo dada a eles uma conotação dramática, porque, quando ouvi a primeira palestra a respeito, constatei que o palestrante estava muito indignado. Depois que li o acordo, percebi que a indignação dele era justa. A primeira pergunta que me ocorreu foi a seguinte: Quem propôs esse acordo, o Brasil ou os Estados Unidos? Nunca consegui descobrir isso. Em uma das várias audiências públicas da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Celso Lafer, e o Ministro das Relações Exteriores, Ricardo Sardemberg, foram absolutamente enfáticos em tudo que diziam. Aliás, não responderam a perguntas de quem quisesse obter alguma informação contrária ao acordo. Só falavam o que queriam, que aquilo era definitivo, porque o acordo já havia sido assinado em 18/4/2000. Então, por que eles precisam do Congresso? Porque a Constituição Federal determina que os acordos internacionais devem ser ratificados pelo Congresso, e, por isso, eles teriam de convencer a todos. Não adiantaria terem assinado o acordo na calada da noite, ninguém sabendo dele, pois ele precisava ser ratificado pelo Congresso.

Ratificar é dizer sim ou não. Não são permitidas modificações ou cláusulas. Mas, nesse caso, pelo que li - não sou profunda conhecedora desse assunto - de acordo com o direito internacional é possível propor modificações de cláusulas, porque, afinal, esse é um acordo que está ferindo claramente a nossa soberania. Foi o que o Deputado Waldir Pires fez na primeira comissão indicada para examinar os termos desse acordo. Tudo isso está no "site" [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br). Todos os encaminhamentos, discursos e as próprias audiências, estão, muitas vezes, na íntegra. Nunca tinha visto um assunto tão escondido como esse. Isso me impressionou profundamente. Quando soube que o acordo já havia sido assinado, fiquei chocada, porque estava acompanhando as negociações desde abril de 2000 e achei que não fossem dar em nada.

Então, em abril, pouco após a assinatura do acordo pelo Governo brasileiro, li uma entrevista do Ministro Ricardo Sardemberg, nas páginas amarelas da revista "Veja". Ele foi absolutamente enfático. Você percebe, nas entrelinhas, que havia até uma certa irritação com a possibilidade de não ter sido ratificado esse acordo, porque ele iria deslançar o programa espacial brasileiro de telecomunicações, que dessa forma teria todas as possibilidades. O jornalista que o estava entrevistando disse: "Mas, Ministro, existem cláusulas nesse acordo que dizem que o dinheiro vai ser utilizado pelos americanos". A proposta seria, pelo que investiguei, de US\$30.000.000.000 anuais, para cinco lançamentos anuais. Isso significa que, para o lançamento, os EUA trazem, em contêiner, parte de seus foguetes, a sua encomenda de satélites, o que vai ser lançado, nas toneladas mais variadas. É montado tudo isso no centro de lançamento. Alguns meses depois, acontece o lançamento e o país pega tudo de novo e leva embora.

A Base de Alcântara é como um grande espaço para ser alugado. Quando soube que havia essa possibilidade, pensei em qual seria o negócio. É uma das cláusulas. E o jornalista continua: "Mas, Ministro, está escrito lá que o dinheiro que o Brasil vai receber pelo aluguel dessa base não poderá ser utilizado para o desenvolvimento dessa tecnologia espacial, principalmente do VLS, Veículo de Lançamento de Satélite. Foram construídos o um e o dois. Os americanos querem proibir que o dinheiro seja utilizado nisso". O Ministro respondeu: "Mas eles querem proibir até a utilização, de agora em diante, do VLS". Lendo o tom desse documento, percebe-se que aquelas cláusulas leoninas parecia que estavam lá, muito bem, quando um dia foram propor um acordo. Muita gente já chegou à conclusão de que os brasileiros é que propuseram esse acordo. Nessa audiência que houve na Câmara, em fevereiro, justamente na época do Fórum Social Mundial, no início de fevereiro, foi tratada a questão do armamento e da Base de Alcântara. Ela era presidida pelo Ministro da Defesa, Geraldo Quintão. Os Ministros da Aeronáutica, da Marinha e do Exército estavam também presentes, sentados meio à parte.

Estou antecipando uma pergunta feita em todas as palestras: "E os militares?". Estamos acostumados a que façam alguma coisa. Vocês não sabem como sou assediada por todo tipo de militar por este Brasil afora. Eles querem saber como isso está, qual o andamento. Não estou falando em nome de militares, estudantes, partidos. Estou falando em nome dos brasileiros e para brasileiros. Não falo em nome de categorias específicas. O que me preocupou muito foi exatamente a presença física dos dois Ministros, numa ponta da mesa, sem falarem absolutamente nada. O Waldir Pires, que já tinha negado e recomendado que o Congresso não ratificasse esse tratado, perguntou-lhes diretamente: "E os senhores, não gostariam de acrescentar alguma coisa?". O Ministro do Exército disse: "Estou aprendendo muito com você hoje". E o Ministro da Marinha: " Faço minhas as palavras do colega. Também estou aprendendo muito com vocês hoje". Eles estão completamente por fora do assunto. Não têm nenhuma interferência nesse assunto, aparentemente, mas têm de tomar conta da base, como técnicos que são.

Voltando à Alcântara, àqueles 620km<sup>2</sup>, procurem no mapa e terão uma idéia do que seja aquilo. Há a baía de São Marcos. A Capital do Maranhão, São Luís, está de um lado; do outro, está essa área, com outras vantagens. Há pouquíssimos ventos, pouca população à volta. No início da criação desse centro de lançamento, havia a população do local. Essa população data de uns 500 anos. Quase não havia mistura. A população negra, chamada quilombola, constituía-se, basicamente, de negros. Eles viviam à parte. Se fossem esperar alguma coisa do Governo daquele Estado, estariam exatamente na situação em que sempre estiveram; mas eram auto-suficientes, viviam da pesca. Havia pouca agricultura, mas tinham suas casas, viviam na região, tinham sua própria infra-estrutura, tinham uma escola.

Por causa da construção do centro de lançamento, essa população foi sumariamente deslocada para o que o Governo chama de agrovilas. Esse nome até que soa bem. São bem afastadas da base. As casas são padronizadas, independentemente do tamanho da família. A maior parte das famílias não cabem naquelas casas, e não há espaço para agricultura. E é proibido crescer. São sete agrovilas. O Governo, arbitrariamente, pegou agrupamentos diferentes e colocou-os nessas agrovilas, misturando pessoas que moravam juntas há muitos séculos. É uma das coisas mais injustas que existem. Tanto fizeram, apesar de todas as dificuldades, que um Deputado do Maranhão, Édison Lobão, levou isso para o Congresso. A Deputada Luiza Erundina foi lá dar uma olhada, para ver o que estava acontecendo. Ela é a única pessoa que levantou a voz por essa população. É uma denúncia muito séria. Nada tem sido feito por eles. Desde 1984, estão nessa situação. Eu falei Alcântara dentro do

Maranhão. Não vou especificar aqui o acordo. Vou esperar que o olhem. Não é possível chegar aqui e contar tudo para vocês. Faltou muita coisa no que falei. Cada um de nós, palestrantes, traz o que pode para vocês, mas, sem sua contribuição, sem irem lá para checar, não é possível ter uma idéia real da situação. Podem pensar que estou torcendo as coisas ou exagerando. Para se livrarem dessas dúvidas, têm de ler esse tratado. E ele está à disposição.

Agora, vou colocar Alcântara dentro da América Latina. Por que o Centro de Lançamento de Alcântara? Vocês não estão acreditando que os americanos acham fantástico utilizar o Centro de Lançamento de Alcântara por economia de combustível, não é? Eles têm a Base de Kouru, na Guiana Francesa. É a única que pode competir, em condições de qualidade e vantagens, com Alcântara. Só que lá a infra-estrutura está sendo mais desenvolvida. Há uns meses, houve um incêndio numa fábrica de combustível para foguetes na França. Ela foi transferida para a Guiana. Eles têm, agora, a fábrica e o combustível ali do lado. É um transporte perigosíssimo. Em vez de precisar ser transportado, por mar ou por via aérea, o combustível está ali do lado. Vai haver uma economia de frete muito grande. Dali podem ser lançadas todas as encomendas. Os países fazem encomendas. Por exemplo, a China encomendou à Ucrânia o lançamento de um satélite, que gerou um acordo assinado, em junho, entre Brasil e Ucrânia. Ele foi assinado, mas há modificações de cláusulas também, porque já estava em andamento o tratado Brasil-Estados Unidos. Como o Congresso não se havia oposto, os ucranianos colocaram algumas cláusulas. O Deputado Waldir Pires achou melhor chamar a atenção para isso e fez um voto à parte. Está tudo na Internet. Essa Base de Kouru é muito interessante. Na realidade, os americanos têm onde continuar operando. Por isso, a instalação da Base de Alcântara não acontece por economia de lançamento. Aparentemente, esse seria o motivo, mas os americanos sacodem, na frente do Governo, um chocalho, como se fôssemos índios. Pagamos por esses lançamentos. Podemos manter um tipo de contrato permanente, porque é uma base para cinco lançamentos anuais.

A leitura disso é: nunca vão sair daqui. Se são cinco, seis lançamentos por ano, quando vão fazer as malas e ir embora? Então, a perspectiva diz que se mantêm. Até agora ninguém está falando em base militar. Não há a conotação nem a expressão "base militar" nesse acordo. Temos que pensar em como isso poderá acontecer. Quando o Menem começou a enfrentar aqueles problemas todos, quando começou a se afundar com tanto empréstimo do FMI, uma amiga minha, professora de universidade em Buenos Aires, me mandou umas manchetes de jornal. Uma delas dizia assim: "Já que vocês nos devem tanto, paguem-nos em bases. Já que devem tanto ao FMI, paguem em base". É exatamente o que ouvimos na época da campanha do Gore e do Bush. E ouviram avisos. Aquela Dama de Ferro dizia a mesma coisa, ou seja, que a Amazônia tinha de ser internacionalizada em troca das dívidas do País, porque determinados países ajudam no bolo do FMI.

Esse tipo de armadilha gerou o seguinte: Menem, na Argentina, sob pressão e sem o conhecimento do povo, foi permitindo a instalação de bases militares em Salta, na Patagônia, perto de Mendoza, no Norte da Argentina. Oficialmente são bases de radar, controle e assessoramento de satélites, mas facilmente chegaram a contar-se 1.500 militares americanos ao longo da América do Sul. Essa informação foi-me dada por eles próprios em um sítio, desses que sumiram a partir dos anos 70.

Da Patagônia, os americanos vieram subindo, cercando, na minha opinião, o Brasil, até chegar à famosa guerra contra o terrorismo na Colômbia, onde têm uma de suas maiores bases, a de Manta.

Em Manta está acontecendo um problema seriíssimo que, certamente, vai acontecer aqui também. A proposta dos americanos era enviar militares para a Colômbia, para colaborar e treinarem os colombianos e, ao mesmo tempo, fazerem um esforço para acabar com a problemática das drogas. Mas, de uns meses para cá, substituíram os militares por um verdadeiro exército de mercenários.

Para lidar com as armas de hoje é preciso ser especialista. O Governo Bush contratou três especialistas que estiveram nas Guerras do Golfo e de Kosovo e que alugam seus serviços. Deu-lhes carta branca para escolher um grupo e ocupar a base de Manta. É o exército de mercenários que está lá hoje. É pequeno, mas altamente especializado em uso de armas e, evidentemente, sem o menor senso diplomático. Também já não importa mais aos americanos manter as aparências.

A Ministra de Defesa da Colômbia está absolutamente indignada com a situação. Viajará aos Estados Unidos para, com o escalão que quiser recebê-la, reclamar e pedir explicações. Bush, é óbvio, jamais a receberá. Sabemos que sua empreitada será em vão.

Na Costa Rica, existe outra base. E vejam que nem Fidel Castro conseguiu tirar do lado de Cuba a base de Guantânamo, em que os americanos colocaram os supostos criminosos da guerra do Afeganistão.

Os costa-riquenhos são extremamente corajosos. Vêm, sistematicamente, reclamando e denunciando. Chegaram a colocar o povo para votar, e o resultado foi 85% de rejeição à presença americana. Os americanos, então, mudaram a conotação da base. Transformaram-na em uma academia de polícia, mas não daquele tipo urbano que conhecemos. É a polícia da CIA, altamente sofisticada e especializada, que é enviada para qualquer parte do mundo. Treinamento de tortura e outras aberrações estão sendo feitos ali.

Não falei sobre a Amazônia, mas não tem importância, porque não se esgota mesmo um assunto como esse em uma palestra. Falta a parte de vocês também, e é muito importante que participem.

Vai haver um plebiscito, e, para responder com consciência, devemos refletir sobre dois pontos: "O que pretendo para este País para daqui a cinco ou dez anos? Que país quero para mim e para meus filhos?". Como cidadãos, estamos perdendo nossos direitos sociais. Estão nos comendo pela base, cavando, cada vez mais rapidamente, o chão que sustenta nossos pés.

A segunda pergunta: "Como vou votar no plebiscito, a favor da soberania?".

Estamos aqui, num dia de semana, nos informando, e vejo estudantes entre nós. É muito importante que os jovens se conscientizem da realidade. No Rio de Janeiro, estou com enorme dificuldade de chegar aos colégios. Como membro do Comitê da Alca Alcântara, tive a cara-de-pau de ir a cinco escolas falar para, no mínimo, 2.500 alunos, evidentemente, comprometendo-me, por escrito, a não fazer propaganda política, porque realmente não é o caso. Os professores e os coordenadores, além de bem informados, empolgaram-se com a idéia e gostariam que eu fizesse as palestras, mas a direção dos colégios não admitiu. Das cinco escolas que visitei, em três os Diretores disseram-me: "Aqui não é lugar de ficar falando sobre os problemas internacionais". Quando será, então, a hora de conscientizar os futuros adultos do País? Isso é um preconceito antigo, que, a meu ver, faz parte do grande processo de desmantelamento que solapa as informações que, de direito, todos deveriam receber.

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Bom dia. Diante da pergunta que lhes foi dirigida, entendo que, qualquer que seja a resposta, há uma questão fundamental: que haja organização e participação do povo brasileiro. Não vejo possibilidade de darmos uma resposta que seja mensageira de um futuro luminoso para o Brasil sem a organização de todos os brasileiros, principalmente dos jovens. E penso que, para dar essa resposta, é preciso mais do que apenas pintar a cara: temos de ter disposição para uma longa e necessária luta. Passo a coordenação dos debates à valorosa amiga Carlúcia Maria Silva, representante do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial.

A Sra. Coordenadora (Carlúcia Maria Silva) - Neste instante, daremos início à fase de debates, que vai enriquecer o conteúdo em discussão. A coordenação informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais.

## Debates

A Sra. Zenite Maria dos Santos - Bom dia. Meu nome é Zenite, e sou líder comunitária. Há um ditado que diz que saco vazio não pára em pé. Então, minha pergunta, dirigida à Mesa, é a seguinte: como pode haver um fórum tão importante como este, durante dois dias, e a comunidade presente não receber um lanche reforçado e um almoço, sendo que ainda teremos as oficinas técnicas? Nas pastas que recebemos, em vez de um vale-refeição, há um mapa, mostrando onde poderemos nos alimentar ou (aqueles que não moram em Belo Horizonte) pernoitar.

A Sra. Coordenadora - Ficam registrados o apelo e a indignação da Zenite, mas, infelizmente, não podemos responder à sua solicitação. A Maria Ilda de Carvalho, que não disse que entidade representa, quer fazer, oralmente, perguntas dirigidas ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e à Ivana.

A Sra. Maria Ilda de Carvalho - Sou professora e supervisora pedagógica, e estou falando aqui como cidadã e ambientalista. O tema de hoje é a desordem internacional e a desconstrução da soberania latino-americana e caribenha. Não poderíamos fazer, como acredito, a transposição deste título para a realidade nacional, pois assistimos a uma desordem nacional e a uma desconstrução da soberania brasileira? Pergunto também qual o alcance da análise política do conteúdo apresentado pelo Embaixador, em termos da transposição de seu conteúdo para Minas Gerais e a situação política vigente.

Também quero dirigir-me à Sra. Ivana: considerando a importância da informação de sua exposição e o alcance do seu questionamento e de suas proposições em termos de educação, pergunto-lhe como fazer democracia e falar em estudante se hoje se questiona a violência com o aluno e não se fala da violência, da descaracterização e do desrespeito aos direitos profissionais dos educadores por parte dos dirigentes administrativos da educação também em Minas Gerais. Muito obrigada.

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - Com relação à transposição do título da palestra para a realidade brasileira, diria que o que está acontecendo hoje no País é fruto de determinado diagnóstico da sociedade brasileira, feito ao final da década de 80, que nos levou a uma determinada estratégia econômica, política e social. Vejamos, resumidamente, o que dizia esse diagnóstico sobre a culpa de todos os problemas da sociedade brasileira, na época da estagnação econômica, da inflação e da baixa competitividade. Primeiro, a intervenção do Estado na economia - essa era a grande causa da grave situação da economia brasileira. Segundo, a regulamentação excessiva das atividades econômicas e sociais. Terceiro, o fechamento da economia brasileira aos produtos e capital estrangeiros. Quarto, o caráter arcaico das nossas instituições. Quinto, uma certa xenofobia.

Esta não é a minha visão, mas o diagnóstico de um grupo de pessoas que, em função do processo político, acabaram assumindo o comando do Estado brasileiro, com repercussões em setores dos movimentos sociais, na medida em que se identificou a intervenção do Estado com o regime autoritário - assim, aqueles que se opunham ao regime autoritário passaram, de certa forma, a se opor também à intervenção do Estado na economia. Naturalmente, tudo isso foi devidamente articulado com uma vastíssima campanha de opinião pela imprensa, como foi o caso das campanhas pelas privatizações, pela desestatização, etc.

O resultado disso foram as políticas de abertura, radical e acelerada, do comércio brasileiro internacional, que culminou em um extraordinário déficit, durante muitos anos. O superávit atual é curioso, porque resulta da diminuição das exportações e da diminuição ainda maior das importações - ou seja, é altamente negativo. Também houve a desregulamentação do capital estrangeiro, não só do capital especulativo, atraído pelas ainda altíssimas taxas de juros - como vocês podem ver nos jornais desta semana, o Brasil continua com as mais altas taxas de juros do mundo -, que passou a poder entrar no País e dele sair sem nenhuma restrição.

Há o caso recente de uma empresa, conhecida popularmente como Bombril, que remeteu ilegalmente para o exterior cerca de US\$1.500.000.000,00 - esse é apenas um caso, mas há vários outros. Isso levou à penetração do capital estrangeiro na economia brasileira, à desnacionalização do parque econômico, ao aumento das remessas de juros, ao uso de tecnologia estrangeira, ao aumento da remessa de "royalty", à idéia da desregulamentação e à retirada ou redução da intervenção do Estado na economia, que ocasionou a crise de energia, saneamento, segurança e transportes. Ou seja, vemos atualmente uma desarticulação da infra-estrutura, assim como a desarticulação do Estado, com a política permanente de arrocho fiscal e de manutenção da taxa cambial, quase fixa nos primeiros quatro anos e, depois, com uma flutuação administrada, que nos levou ao endividamento crescente do Estado e até mesmo das empresas no exterior - houve um aumento extraordinário da dívida pública. Tivemos ainda a fragilização do Estado, já que todas as dotações sociais foram afetadas, a desarticulação do sistema de ensino das universidades e do ensino secundário, um extraordinário aumento do desemprego, a redução do salário médio do trabalhador, o aumento extraordinário da concentração de renda, que já era elevada, o aumento da urbanização, das periferias excluídas e da violência nas cidades, da qual são vítimas principalmente as populações pobres - essas são as maiores vítimas da violência, dada a ausência da proteção do Estado nas regiões da periferia das grandes cidades. Então, é uma extraordinária desordem, até mesmo mental, com profunda perda de auto-estima e sensação de fracasso permanente. E isso é até divulgado de forma propositada. Há uma desarticulação do Estado, um desprestígio das instituições em todos os setores e corrupção nas mais elevadas esferas. A origem de tudo isso é a mesma visão do mundo, aplicada a ele e ao Brasil.

Quanto a Minas Gerais, não conheço suficientemente a situação interna do Estado para poder dar um testemunho de qualquer natureza, mas quero fazer a seguinte declaração: foi graças à resistência do Governo de Minas que o processo de privatização no sistema elétrico certamente não se acelerou. Houve até a revisão de um dos contratos de privatização. Acho que essa foi uma ocasião muito importante, senão esse processo se teria acelerado. A resistência do Governo e da sociedade mineira nos últimos anos foi um componente importante para impedir que essa estratégia econômica e social se aprofundasse e nos levasse a uma situação semelhante à da Argentina.

Podemos imaginar qual seria a situação brasileira se Furnas tivesse sido privatizada, ela que é a responsável pela maior parte do abastecimento de energia elétrica; se tivessem sido privatizados a PETROBRÁS, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, e assim por diante. Foi a resistência dos movimentos sociais da população, com Minas à frente, que impediu que esse processo chegasse ao ponto a que chegou em processo semelhante na Argentina. O povo de Minas pode se orgulhar da sua contribuição neste caso.

A Sra. Ivana Monte Lima - Procuo trazer para a realidade todos esses problemas. Em várias palestras, perguntava-me: "há tanto problema no meu dia-a-dia, e nem recebi o salário, há três meses estão me devendo, o que é que tenho que ver com a base de Alcântara, por exemplo?". Mas tenho tudo que ver. É impossível explicar o nosso dia-a-dia sem uma macrovisão. Houve uma época em que os países cresciam internamente, podiam até se fechar e se desenvolver. Hoje não é possível -, há compromissos e pressões internacionais. Já não é possível se fechar, nem que se queira, a menos que seja uma China, que está cada vez mais aberta.

Existe uma outra realidade da globalização, que tem suas vantagens, não vamos entrar no radicalismo. O mais difícil é o equilíbrio, nada é absolutamente errado, isso não existe. A xenofobia contra o povo americano é uma coisa que está crescendo e me preocupa muito, porque não

é bem assim. Se vocês analisarem as notícias, eles estão preocupadíssimos. Tenho um tio, engenheiro aeronáutico, que mora lá há 35 anos, e o Governo Bush está determinando que as pessoas que entram nas casas, entregadores, pessoal dos Correios, observem e comecem a dizer o que está havendo naquelas residências, façam um relatório da região que percorrem para entregar correspondência e o entreguem ao chefe da agência a cada dia. O que é isso? Estamos voltando a períodos anteriores à guerra e durante ela, em que havia denúncias de vizinhos, de parentes. E eles estão reagindo. A associação de juristas americanos tem se manifestado.

Só para chamar a atenção para esse ponto. Não existe explicação do seu dia-a-dia, como o problema dos professores, que conheço profundamente, isolado de um contexto. Uma proposta para vocês: "o que vou fazer hoje?". O Stédile disse tanta coisa, o Embaixador também. Até pode haver dois ou três que concordem comigo, mas o que vou fazer? Ir para casa? Comece se informando. Comprometo-me a entregar ao Comitê Mineiro do Fórum a relação de todos esses "sites" e as indicações da Internet, porque a localização é mais fácil.

Isso é para vocês terem uma idéia do contexto, mas outra forma de se informar é através da literatura. Um livro editado o ano passado, chamado "Relatório Lugano", é a história daquelas tais 200 multinacionais que se reuniram e começaram a resolver como seria o mundo daí em diante. É uma história romaneada escrita por uma grande empresária americana naturalizada francesa, Susan George, Vice-Presidente do comitê científico do ATAC, um movimento internacional que nasceu no "Le monde diplomatique". Não tenho participação alguma nisso, mas é um livro barato, da Editora Boitempo. É só para vocês terem uma idéia, é muita informação para ser absorvida, é outra forma de se informar.

A Sra. Maria Hilda de Carvalho - Muito obrigada, mas acho que, como cidadã, a indignação persiste.

O Sr. Laerte Santos de Oliveira Brasil - Só queria fazer uma sugestão democrática à Mesa, já que existe um horário determinado. As pessoas seriam chamadas para fazer as perguntas orais, e depois a Mesa, democraticamente, daria a resposta em bloco. Depois se partiria para a segunda etapa, das perguntas escritas. Era só o que tinha a cientificar. Obrigado.

A Coordenadora - Agradecemos a sua sugestão, mas vamos fazer em bloco, alternadamente. Dando prosseguimento ao debate, Dada, que é monge proutista universal, dirige sua pergunta ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães: "Democracia econômica é uma democracia do povo, pelo povo e para o povo. Cada região deve ser auto-suficiente na produção de necessidades básicas, auto-sustentável. Prout também encoraja a troca de recursos, o mesmo que o Presidente Hugo Chavez está fazendo, trocando petróleo com 17 países, para adquirir coisas de que a Venezuela precisa, sem dinheiro, incluindo médicos de Cuba, que estão abrindo postos de saúde no interior. Qual é a sua opinião sobre essa opção?". Outra pergunta, também dirigida ao Embaixador Samuel Guimarães, de Guilherme Avelar Teixeira de Paula Martins, da Faculdade de Direito Milton Campos: "Explique como é possível realizar um controle (o qual inexistente hoje) da legislação o qual afronta cabalmente todo o direito internacional, como a Lei de Patentes, recentemente promulgada no Brasil. Explique também em que ponto da estratégia imperialista se insere o desmantelamento do MERCOSUL e quais as consequências dele principalmente no que concerne à imposição da anexação, digo ALCA". Outra questão é de Maria Luísa Soares Souza, aluna do curso de Especialização em Poder Legislativo: "A julgar pelas evidências, aderir à ALCA é um suicídio para o Brasil. Por outro lado, há que se buscar a sobrevivência que, segundo dizem, não é possível fora da globalização econômica. Fortalecer o MERCOSUL seria uma saída?".

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - Para a primeira questão sobre auto-suficiência e sua possibilidade desse tipo de estratégia como uma alternativa, temos que analisar por partes.

Quanto maiores o mercado interno de um país, o seu território e o capital já acumulado, menor a possibilidade de ele ser vulnerável a situações e pressões externas.

O Brasil reuniria, em princípio, potencial para reduzir a sua vulnerabilidade ao mercado externo, desde que fosse articulado e ampliado o seu mercado interno, se aumentasse a produtividade do capital de trabalho dentro da sua economia, fossem mais bem aproveitados os recursos naturais, e assim por diante.

Portanto, essa questão da auto-suficiência não pode ser uma solução para se transformar uma economia tão diversificada quanto a brasileira. Aliás, é preciso lembrar que a Venezuela é um dos maiores exportadores de petróleo do mundo e enorme importador de uma grande variedade de produtos. Assim, está muito mais distante da auto-suficiência do que a economia brasileira. Com relação a isso, não há dúvida.

Naturalmente a construção do mercado interno e da infra-estrutura é essencial para aumentar o grau de autonomia e reduzir a vulnerabilidade externa. Posso dar o exemplo do Japão, que é pouco vulnerável a crises internacionais, apesar de ser um país de pequeno território e com uma grande população, que depende do abastecimento de alimentos para atender às necessidades cotidianas. Também possui reduzidos recursos naturais, que dependem da importação de insumos para as suas indústrias siderúrgica e petroquímica, e assim por diante.

Por tudo isso, penso que essa não é propriamente uma solução. Devemos caminhar na direção de reduzir a nossa vulnerabilidade a pressões e a crises externas. Por exemplo, no passado, o Brasil foi muito vulnerável aos aumentos do preço de petróleo, como ainda o é atualmente. Então, é óbvio e bastante claro que deve modificar sua matriz energética, no caso do transporte, para a utilização do álcool. Mas isso exige uma política estratégica, um programa de governo, não se realiza naturalmente, mas é perfeitamente possível. Hoje em dia os motores a álcool são muito mais sofisticados do que os do passado e podem ser desenvolvidos ainda mais. A própria dimensão do Brasil lhe permite ser menos vulnerável a pressões externas. É preciso fazer a construção do seu mercado e da sua economia. Como disse a Dra. Ivana, o Brasil reúne, na base de lançamento de Alcântara, condições extraordinárias para a exploração do mercado internacional de lançamentos de satélite. Agora é preciso investir, é preciso dar prioridade, é preciso preservar a base para sua utilização, é preciso desenvolver o conhecimento na área de satélites, de combustíveis, de giroscópios, etc., para mantermos a autonomia brasileira. No entanto, quando o Brasil passou a participar de um acordo que versa sobre mísseis e reduz a nossa capacidade de desenvolver tal tecnologia, o Brasil se automutilou. Evidentemente isso restringiu sua capacidade autônoma.

A outra pergunta - se entendi bem - é sobre o controle da legislação, que aponta o direito internacional, como a lei de patentes. No meu entendimento, a lei de patentes não afronta propriamente o direito internacional, mas é compatível com as regras da Organização Mundial do Comércio. Agora, se essas regras são convenientes para a economia e para a sociedade brasileiras, é outra questão. A meu ver, não são convenientes, mas compatíveis com o direito. Essa lei de patentes brasileira é apenas compatível com as normas que o Brasil aceitou da Organização Mundial do Comércio. Mas não nego que houve uma pequena melhora.

Outro ponto são as afrontas ao direito internacional por parte de alguns Estados. Por exemplo, cito a intervenção militar de um Estado em outro para substituir seu governo. Qualquer que seja o Estado ou o governo, isso é uma afronta ao direito internacional, é uma afronta direta à carta das Nações Unidas, que disciplina as circunstâncias em que a comunidade internacional - e não um Estado isoladamente - pode intervir em outro.

Posso citar a guerra preventiva, que não está incluída nessas hipóteses. É preciso que haja uma ameaça quase efetiva ou uma ruptura da paz e que o caso seja examinado por um conselho de segurança, que definirá a situação pelo voto unânime dos membros que têm direito a veto. Um Estado, isoladamente, não pode decidir que outro o está ameaçando, que rompeu a paz ou que cometeu uma agressão. Não importa quão poderoso seja, desde que deseje viver em uma comunidade internacional regida pelo direito, o mais forte não pode impor sua vontade sem nenhuma consideração jurídica.

Quanto ao MERCOSUL e como seu desmantelamento se insere na estratégia do imperialismo, posso dizer o seguinte: esse bloco é composto por quatro países, dentre os quais dois têm 95% ou mais do PIB, do território e da população, que são o Brasil e a Argentina. E não há instituições supranacionais. Portanto, não há como compará-lo com a União Européia, essa permanente retórica diversionista. Na realidade, o MERCOSUL é uma união aduaneira cuja vitalidade depende da economias de seus membros.

É como um jogo de futebol, em que não existe a lei dos jogadores. Tanto o Atlético quanto o Cruzeiro não existem além de seus jogadores. Se seus jogadores estiverem doentes ou com as pernas quebradas, esses clubes vão perder. Assim também ocorre com o MERCOSUL, o qual é formado pela economia dos países membros. A economia argentina, em recessão, faz menos importações. Conseqüentemente, o Brasil vai exportar menos, e o comércio vai se contrair enormemente.

Não existe nada além disso. Não há uma política agrícola comum, não há uma política de transportes comum, não há uma política tributária comum. Os próprios governos que vieram a construir o MERCOSUL imaginavam-no apenas como uma etapa do processo de inserção de suas economias na economia mundial. Tanto é que voluntariamente decidiu-se negociar a ALCA, o que significa o desmantelamento. Se os governos estivessem tão interessados no MERCOSUL, não teriam aceito a negociação da ALCA, que é contraditória.

É tudo um jogo de retórica para iludir a opinião pública. Na realidade, as equipes econômicas e os governos desses países sempre tiveram uma política de inserção livre na economia mundial, mas usavam o MERCOSUL como seu instrumento. Naturalmente que, se suas estratégias econômicas fracassaram e suas economias entraram em recessão, o MERCOSUL, como bloco econômico, ficou em dificuldades.

A estratégia do imperialismo sempre foi atrair cada um desses países a uma negociação individual e só não teve êxito porque não quis. Se quisessem, se tivessem realmente convidado o Uruguai para negociar, teriam conseguido, como fizeram com o Chile. Não faltaram propostas à Argentina para negociar diretamente com os Estados Unidos. E não são poucos aqueles que, no Brasil, dentro do próprio Governo e da sociedade, quiseram negociações diretas com os Estados Unidos.

Outra pergunta: "Aderir a ALCA seria um suicídio. Como sobreviver à globalização?".

Primeiramente, acho que precisamos de uma certa clareza sobre a ALCA, seu comércio, seus capitais e seus investimentos. A ALCA não é a única forma de o Brasil participar do comércio internacional. Aliás, participar de comércio com os Estados Unidos ou com qualquer outro país não é a única forma de participar do comércio internacional.

A China, por exemplo, não tem nenhum acordo de livre comércio com o Japão nem com os Estados Unidos e tem expandido seu comércio muito mais do que o Brasil. A Europa não tem nenhum acordo de livre comércio com os Estados Unidos e tem relações comerciais muito intensas com ele. A China não tem nenhum acordo de integração com os Estados Unidos e é o país que mais recebe capitais estrangeiros do mundo, depois dos Estados Unidos. Além do mais é comunista, o que prova que tudo isso que é dito não é correto de forma alguma. Ou seja, as empresas estão interessadas em obter lucro, em desenvolver atividades lucrativas, e não em regime político, em democracia. A prova disso é o ingresso de capitais estrangeiros na China. Não estão interessados em subserviência. Vemos isso pela independência dos chineses em relação à política americana. Estão interessados, cada um em seu setorzinho, em ter uma atividade lucrativa. Se o país oferece essas condições, muito bem. Acho que aderir à ALCA é abdicar da possibilidade de se ter uma estratégia de desenvolvimento econômico, social e político, da possibilidade de se superarem os desafios atuais da sociedade brasileira. Em resumo: é preciso ter políticas industrial, comercial, tecnológica, de emprego e de créditos adequadas às realidades da sociedade brasileira.

Quando a ALCA diz que não pode haver tarifas entre o Brasil e os Estados Unidos, o que nos interessa é o Brasil. Isso significa o quê? Se não pode haver política comercial, não pode haver substituição de importações. Se não pode haver substituição de importações, não pode haver aumento do superávit comercial. Em tudo o que os candidatos estão dizendo, que é preciso gerar um grande superávit comercial, o que está implícito é que não pode haver a política de participação na ALCA. Se houver, não pode haver política comercial e não pode haver também política industrial. Quando eles dizem que vão resolver problemas ambientais, de desigualdades regionais, de emprego, de uso de tecnologias, é preciso saber que devem orientar os capitais estrangeiros. O que verificamos hoje no (...). Quando uma empresa estrangeira julga que a legislação de um país afeta sua perspectiva de lucro, pode acioná-lo e pedir uma indenização. É o que está acontecendo com a legislação de meio ambiente no México. Empresas acionam o Governo mexicano porque há uma legislação que impede o despejo de materiais tóxicos. Como acham que isso reduz o lucro, acionam o Governo mexicano e obtêm indenizações gigantescas. Não há possibilidade de haver autonomia econômica, política econômica e solução dos desafios da sociedade brasileira se o País aderir à ALCA. Se isso for feito, o Brasil não terá autonomia. Aliás, não terá nem política econômica, porque os instrumentos de política econômica são proibidos pelo tratado. Fora da globalização, não há nenhum país. Nem a China está fora da globalização. Fora do comércio internacional, não é possível sobreviver.

O problema é como participar da sociedade internacional. Poderemos ser mais autônomos, defender melhor nossos interesses, ou participar de forma subordinada ou vulnerável, como as pessoas que vivem em sociedade. É muito difícil, de repente, um indivíduo virar um eremita. Em geral, as pessoas vivem em sociedade. Uns vivem em sociedade de uma forma mais vulnerável, por vários motivos, participam da sociedade de forma mais vulnerável, mais sujeitos aos impactos do desemprego, da fome. Outros, menos. Depende de como se participa. Então, o país também participa da política internacional. Não há como fugir. O Brasil não pode ignorar que tem fronteiras com a Colômbia. De repente, o conflito da Colômbia pode extravasar para o Brasil. Se dissermos que não queremos, não vai adiantar. É algo impossível. Não se sobrevive fora da globalização. Cada país sobrevive, dentro do sistema internacional, de forma mais ou menos autônoma, mais ou menos vulnerável, podendo defender melhor seus interesses, podendo construir sua sociedade, e assim por diante.

O fortalecimento do MERCOSUL poderá ser uma saída? Costumo dizer que o que ocorreu até hoje é apresentado como uma saída. O que quer dizer isso? Que vamos formar um bloco com a Argentina, com o Uruguai e o Paraguai. Não, só com a Argentina, porque o tamanho do PIB do Uruguai, com todo o respeito e com toda a amizade que tenho pelo Uruguai, é do tamanho do Bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo. O do Chile é do tamanho do Estado do Rio de Janeiro. O tamanho do PIB da Argentina é do tamanho do PIB do Estado de São Paulo. Estamos falando de coisas muito assimétricas, estamos falando de economias muito fragilizadas, de sistemas políticos muito fragilizados. Não se pode pensar em construir uma aliança com sistemas muito fragilizados, porque podem fragilizar a economia brasileira. Vou dar um exemplo: o Brasil tem dificuldades de assinar um acordo com a Venezuela por causa das preocupações uruguaias e argentinas. Na realidade, a política comercial brasileira ficou manietada pelo MERCOSUL. Ela ficou presa. Em uma primeira etapa, houve uma expansão muito grande do comércio. Hoje em dia, o comércio retrocedeu enormemente, porém a política comercial brasileira continua presa, pela necessidade de se ter o apoio dos demais países para qualquer negociação de acordos comerciais internacionais. Então, isso poderá parecer heterodoxo, mas não o é, é realidade. É preciso lembrar que o tratado do MERCOSUL foi assinado pelo Presidente Fernando Collor de Mello, o mesmo que iniciou a estratégia da abertura da economia brasileira, radical e indiscriminadamente. É preciso lembrar isso. Aquele foi um instrumento para redução da tarifa exterior brasileira. Reduzir a tarifa entre os quatro países aumentou o comércio, o que beneficiou principalmente as grandes montadoras de veículos e os outros países desenvolvidos, porque todos, com a redução da tarifa brasileira, transformaram seus déficits em superávits. Os Estados Unidos tinham débito com o Brasil e passaram a ter superávit. Por quê? Porque o Paraguai, o Uruguai e a Argentina são países nitidamente importadores, pelas suas pequenas dimensões, e por isso têm interesse em tarifas comerciais baixas. Eles não têm um parque industrial a defender, e importam a maior parte dos bens de consumo. Então, ao se juntarem a tarifa exterior brasileira, a uruguia e a paraguaia, o que aconteceu? A tarifa exterior brasileira caiu. Acho que o Brasil se fortalece quando se integra inicialmente a si mesmo, quando encontra o seu caminho, o caminho de sua sociedade e quando trata os países da América do Sul de uma forma generosa, abrindo-lhes seu mercado, mas não subordinando sua política à deles. Muito obrigado.

A Sra. Coordenadora - Devido à importância e à complexidade do tema e, considerando o tempo e a quantidade de perguntas que temos,

pediríamos aos participantes que fossem bastante sucintos e aos conferencistas que sintetizassem suas respostas.

Pergunta de Luanda Carvalho Miranda, da Escola Municipal Vasco Pinto Fonseca: "Os Estados Unidos estão muito preocupados com a implantação da ALCA, que só vai lhes trazer benefícios. Por que têm tanta pressa para o fechamento do acordo? Se o Brasil entrar na ALCA e daqui a cinco anos quiser sair, há como? Isso é definitivo?"

Pergunta da Bruna, da Escola Vasco Pinto Fonseca: "Se o Brasil aderir à ALCA, qual será a posição do nosso país daqui a dez anos?"

Pergunta de Jéssio Passos, da UFMG, dirigida à Ivana: "Qual o tempo de duração do acordo e qual o valor a ser recebido pelo Brasil?"

Pergunta da Amanda, PUC, dirigida ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães: "Embaixador, quais os verdadeiros motivos que estão por trás da implantação das bases militares estadunidenses na América Latina?"

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - As perguntas são curtas, porém de respostas complexas. Respostas curtas são sempre dogmáticas. Vamos começar pela mais fácil. Se o Brasil entrar na ALCA, ele poderá se retirar depois? Poderá. Em geral, todo acordo tem uma cláusula de renúncia e estabelece certas condições. A dificuldade é que, depois que o país negocia longamente, aceita o acordo, os vínculos econômicos se constroem, é muito mais difícil se retirar dele. Em princípio, não se deve entrar em um acordo, se a perspectiva não for favorável. É difícil sair. É como sair de um casamento. É complexo. Não é uma coisa simples. Mas legislação permite.

Vamos à segunda: Por que os Estados Unidos têm tanta pressa em consolidar a ALCA? Eu havia mencionado isso durante a palestra. Os Estados Unidos e as agências internacionais estimularam, patrocinaram, financiaram determinados programas, chamados neoliberais, de acordo com os princípios do Consenso de Washington, e esses programas foram extraordinariamente benéficos para as megaempresas multinacionais, inclusive as americanas, na oportunidade de investimentos de vultos, remessas de vultos, aumento de suas exportações e em vários setores que ainda não penetraram totalmente. Estão aí o petróleo, os bancos estatais, que ainda não foram privatizados e desnacionalizados, estão aí vários setores altamente lucrativos. Então, desejam consolidar rapidamente a ALCA para consolidar essas políticas econômicas, torná-las de reversão ainda mais difícil, principalmente diante da indignação crescente das populações e dos organismos sociais com a atual situação econômica, política e social nos distintos países. O Uruguai está em recessão há quatro anos, a Argentina também; são protestos e movimentos populares que acontecem até no próprio Chile, no Peru, na Colômbia, no Brasil e na Argentina. Então, desejam consolidar, por intermédio de tratado, esse tipo de relacionamento da economia desses países com a economia internacional, inclusive as oportunidades de lucro e de investimento de suas megaempresas multinacionais.

Esse apito é comigo? É um aviso para falar menos? É? Mas será difícil. Será difícil, porque estou tentando dar explicações que atendam à curiosidade das pessoas e estou disposto a ficar aqui durante todo o tempo, não há nenhuma dificuldade nisso.

Se o Brasil aderir à ALCA, qual será a situação daqui há dez anos? Em quanto tempo vocês acham que posso dar essa resposta? É uma resposta complexa, não sei como o Brasil estará daqui a dez anos, mas posso garantir algumas coisas. É preciso haver políticas de Estado muito ativas para acabar com o desemprego, criar emprego em grande quantidade, pois são 1.500.000 de pessoas que entram no mercado de trabalho por ano, e é preciso haver políticas na área tecnológica para utilizar tecnologias que aumentem o emprego. Essa é uma questão complexa, porque certas tecnologias não existem, não se faz petróleo usando muita mão-de-obra, uma refinaria emprega pouca mão-de-obra, e é preciso ter gasolina, óleo diesel. Como fazer essa combinação? É necessária a presença do Estado, porque, se deixarmos ao livre jogo das forças de mercado, isso não ocorre.

É preciso haver política industrial, regional, uma política de exportações muito ativa e tudo isso depende do Estado. Ora, o tratado diz que o Estado não poderá ter esses instrumentos de disciplina dos capitais e assim por diante; então, as disparidades sociais e as vulnerabilidades externas se agravarão. Assim, o Brasil, daqui a dez anos, será mais ou menos como está, só que piorado, e a situação estará agravada, porque a população será maior, assim como será maior a população excluída e o desemprego. Essa é uma questão que exigiria uma discussão longa. Enfim, quais são os verdadeiros motivos da implantação de bases militares na América Latina? É uma pergunta simples, que exigiria toda uma explicação da estratégia econômica americana, da interdependência entre a economia americana e a economia mundial e a necessidade de garantir as vias de acesso, de abastecimento e, em resumo, essas políticas.

A América do Sul era uma das poucas zonas do mundo que não tinham bases militares americanas e, hoje em dia, já existe a base de Manta, no Equador, que é a única. Há bases americanas na Europa, na Ásia, nas Filipinas, no Japão, em todas as partes. Essas bases têm vários objetivos. O primeiro deles é que, num caso de necessidade de intervenção rápida, elas permitem o deslocamento de tropas e o abastecimento rápido. Se não existissem, seria mais complicado, porque teriam que ser montadas. Em segundo lugar, elas intimidam os Governos locais. Em terceiro lugar, servem como foco para o estímulo a movimentos internos contrários a determinados Governos que, por acaso, não sejam favoráveis às políticas de interesse externo. Por exemplo, um almoço entre um Comandante da base de Manta e um empresário equatoriano é natural, porque o Comandante mora lá, podem ser amigos. É natural que exista essa articulação. Há, ao mesmo tempo, esses efeitos intimidatórios e de permissão de cooptação de lideranças políticas, quando se julgar necessário para estabilizar um Governo qualquer. Os motivos têm natureza econômica, política e militar. Era o que tinha a dizer.

A Sra. Ivana Monte Lima - De maneira geral, as perguntas são sobre o motivo da pressa em fechar o acordo, e se será preciso sair da ALCA daqui a 5 anos.

Um acordo desse tipo não é um contrato de aluguel de um apartamento, absolutamente. Hoje, alguns casamentos são feitos com um contrato que prevê uma série de coisas, como divisão de bens. Mas, num acordo internacional desse nível, não temos, por exemplo, um acordo de salvaguarda tecnológica entre Brasil e Estados Unidos, não há acordo de rescisão, é uma prestação de serviço que depois poderia ser renovada; no caso, a proposta seria um número de lançamentos, como é feito normalmente. Mas, se todos se instalarem lá e o Brasil achar que tem muita coisa ou não quiser ceder em certas condições, não poderá ser assim. Por isso, as negociações são feitas com muita antecedência.

Em relação ao acordo da ALCA, se o Brasil quiser sair daqui a 5 anos, por exemplo, se vocês lerem as condições para o Brasil ter o "privilégio" de pertencer à ALCA, verão que há nesse acordo termos absolutamente radicais, como a dolarização, por exemplo, que é uma situação muito complicada para ser mudada daqui a 5 anos. Esse acordo é um planejamento para 20 anos, para duas ou três gerações, absolutamente não é uma coisa da qual o Brasil possa desistir daqui a 5 anos.

Em relação à parte sigilosa, dita pelo senhor, como tratar um acordo desses sobre a base de Alcântara, que é feita de maneira sigilosa? Quero dizer que isso acontece, e como! Assinam em nosso nome e nos comprometem por gerações. Mas existem pessoas que ficam como a águia, no sítio da Câmara, de olho no que está acontecendo, nas propostas dos Deputados, etc. É uma forma de tentar controlar, apesar de muitos fatos não chegarem ao nosso conhecimento. Ninguém é ingênuo a ponto de acreditar que as coisas são feitas tão explicitamente, tão justamente, tão democraticamente.

A Sra. Coordenadora - A pedido do Fórum Mineiro serão alterados os horários das seguintes oficinas: a Base de Alcântara acontecerá às 16 horas no Teatro da Assembléia; a oficina sobre a Situação do Trabalho no Brasil terá início às 14 horas, também no teatro. Houve apenas uma

troca nos horários entre as duas oficinas. A oficina Impacto dos Transgênicos na Soberania Alimentar, prevista para amanhã, dia 23, acontecerá hoje, às 14 horas, no Plenarinho 4. Essa mudança está sendo feita para possibilitar a participação de D. Mauro Morelli. A oficina Superando o Racismo, Sexismo e Invasão Cultural com Neo-Humanismo acontecerá hoje, no mesmo horário, no Plenarinho 3. Em todos os locais haverá placas, sinalizando as mudanças.

Hoje, dia 22, às 18 horas, no auditório do CREA, haverá um evento denominado Palestina: Soberania ou Submissão? Estarão presentes o Embaixador da Palestina e o Presidente da Federação de Entidades Árabes-brasileiras. Amanhã, dia 23, às 16 horas, haverá um ato público na praça da Assembléia; e às 17 horas, marcha contra a ALCA.

Abriremos para as perguntas orais. Com a palavra, o Sr. Evaristo Garcia de Mattos, assessor parlamentar do Conselho Municipal de Saúde.

A Sra. Dirlene Marques - Carluce, por favor, preciso somente de um minutinho. Os cartazes Olho no Seu Voto fazem parte de uma campanha nacional em defesa da reforma urbana. Ao meio-dia será realizada uma manifestação no Hall das Bandeiras, com a apresentação de uma peça teatral. Todos estão convidados. Como temos muitas questões complementares - e para que esta reunião não ultrapasse muito o meio-dia -, sugerimos a leitura do nome dos inscritos, que poderão discutir as questões nas oficinas. Assim, terminaremos esta reunião no máximo às 12h15min, a fim de participar do ato organizado pelo SENGE. Obrigada.

O Sr. Evaristo Garcia de Mattos - A minha pergunta é dirigida ao Embaixador. Com essa luta contra a ALCA, não devemos mudar o eixo do outro plebiscito, que teve quase 7 milhões de votos, sobre a Auditoria Cidadã da Dívida, homologado depois pela CNBB: pagar só o que devemos?

Solicito ainda os seguintes esclarecimentos:

- Os títulos da dívida emitidos pelo Banco Central e pelo Tesouro têm validade jurídica? Têm critérios? Qual o controle social que os brasileiros exercem sobre a dívida? Qual o controle do ágio pago ao Soros Found, patrão do Armínio Fraga? Existe um conselho para essa dívida? Quem sabe o valor total desses títulos?

- Sabendo como funciona a impressão desses títulos - bomba de sucção a sugar os salários, os recursos destinados à saúde e à educação, as nossas riquezas, a riqueza de nossas empresas básicas - como a CSN, a TELEBRÁS, a Cia. Vale do Rio Doce -, não seria o caso de recuperar essas empresas e passar a limpo esses títulos emitidos pelo Tesouro e pelo Banco Central?

É preciso discutir com os brasileiros a validade dessa dívida, que está servindo somente para dar lucro ao Sr. Soros e para que o Sr. Armínio Fraga dite regras políticas ao nosso País.

O Sr. João Luiz de Castro - Vivemos em uma demagogia, na qual se fala muito no respeito à Constituição e aos direitos humanos. Mas a Constituição é rasgada todos os dias. Por exemplo, os princípios fundamentais, que contêm os direitos do cidadão, fazem com que o Brasil seja elogiado no mundo inteiro. Mas esses direitos não são implementados na prática. Na área da saúde, os hospitais estão abarrotados, e as pessoas, morrendo nas filas. A principal preocupação do Tio Sam é o terrorismo. No Brasil é a estabilidade: os banqueiros dão um espirro, e, imediatamente, correm aos cofres públicos, a fim de liberar recursos para ajudá-los. Como falar de soberania diante de tanto entreguismo e falta de patriotismo por parte dos nossos governantes? Na época de eleições, Deputados fazem obras sociais. As pessoas não conhecem o trabalho do seu Vereador, os passos do seu representante na Assembléia. Os meios de comunicação não se dão conta de que é necessário, como concessão pública, divulgar e dar ampla publicidade ao trabalho desses representantes. Parabenizo o SENGE de Minas Gerais pelo voto da cidadania para as eleições. Como falar de cidadania se as pessoas não são incentivadas a participar, começando dentro do município, que é uma realidade concreta, na qual as pessoas vivem e enfrentam problemas todos os dias? Como falar de soberania se o Hino Nacional só é ouvido na época da copa do mundo? O Gen. De Gaulle disse que o Brasil não é um país sério. Quando se falou sobre futebol, as pessoas presentes se arrepiaram, e houve várias manifestações. Se perguntarmos o nome de cada jogador, até mesmo uma criança da favela saberá. Mas se perguntarmos que projeto está sendo votado pelos Deputados, pelos Vereadores ou o nome daqueles que ajudaram a aprová-lo, contra os trabalhadores, as mudanças na CLT, as pessoas não saberão. Como, então, falar sobre auto-estima se a própria educação não é voltada para isso?

A Associação dos Engenheiros publicou em um jornal que o Brasil está importando 11.500.000m<sup>3</sup> de gás por dia da Bolívia. Ao mesmo tempo, está queimando 15.000.000m<sup>3</sup> de gás na Bacia de Campos. A PETROBRÁS possui R\$17.000.000.000,00 que não podem ser investidos em refinarias, porque o FMI não deixa. Solicito comentários a esse respeito.

Fala-se sobre o "chapa-branca", que é o Serra. Fala-se do outro, que, na verdade, é o oficial, ou seja, Ciro Gomes. Como conciliar isso, a fim de que a população entenda esse mecanismo do jogo de forças dentro da política brasileira, que, muitas vezes, é politichal? Muito obrigado.

O Sr. Júlio Rodrigo - Dirijo-me ao Embaixador e à Dra. Ivana. A restrição aos direitos básicos civis nos Estados Unidos não é indício de que essa potência está falecendo, como ocorreu com grandes impérios na Antiguidade e na Idade Moderna, sendo a Inglaterra o caso mais recente?

Qual é o papel do Itamaraty nas conversações sobre a ALCA, o MERCOSUL e outros acordos comerciais feitos pelo Brasil?

Por que os militares não mostram a sua insatisfação publicamente por estarem alijados desse acordo? O que passa pela cabeça do Presidente e dos parlamentares, que procuram ratificar esse acordo? O que leva esses agentes a aprovar tais acordos lesivos à pátria?

A Sra. Coordenadora - Com a palavra, o Sr. Marcos Antônio da Silva, do Sind-Saúde.

O Sr. Marcos Antônio da Silva - Exmo. Deputado Adelmo Carneiro Leão, demais componentes da Mesa, é interessante ouvir a Ivana falar sobre a base de Alcântara. Vivemos na mesma era da década de 60 do século passado. Sou aluno do projeto de ensino para jovens e adultos da UFMG. Estou lembrado de um filme em que a missão da nave era mais especial do que os próprios cientistas que se encontravam dentro dela.

Os norte-americanos nos impõem as condições, e nós, latinos, simplesmente as acatamos sem consultar nada. Eles aproveitam que a maioria dos antropocentristas possuem a maior parte da comunicação no País. Ou seja, ocorrem várias questões seríssimas em que a população não tem acesso. Existe legislação para punir os meios de comunicação do País que não trazem a comunicação correta, mas, lamentavelmente, os únicos programas que assistimos hoje nos meios de comunicação são os programas de prostituição que estão dentro da cozinha da nossa casa. E não existe nenhum meio legal para que os Poderes Legislativo ou Executivo cobrem desses meios uma forma melhor de trazer a comunicação para dentro da casa do cidadão para que ele tenha uma informação mais correta.

A minha pergunta é para a Dra. Ivana e para o Embaixador: "o que podemos fazer, juntamente com os nossos legisladores, para cobrar da comunicação uma melhor forma de termos uma informação mais completa para que o nosso povo tenha conhecimento do que está ocorrendo

no País?".

Para encerrar, participei, ontem, da abertura do Encontro Nacional para Jovens e Adultos - ENERJA - e observei que fomos convidados apenas para o coquetel. Sabemos das dificuldades por que passam os professores e as dificuldades por que passamos dentro da sala de aula para concluirmos o 2º grau e fomos convidados simplesmente para a abertura. O Secretário da Educação do Estado de Minas Gerais, que estava presente, sabe de todos os problemas que nós todos sabemos mas que apenas os colocamos em determinados momentos. Em outros momentos não conseguimos apresentar os problemas onde a população esteja mais organizada para ter uma melhor condição de vida. Precisamos fazer isso em todo o mundo para termos uma cidadania melhorada daqui para frente. Muito obrigado.

O Sr. Laerte Santos de Oliveira Brasil - Primeiramente, com relação ao nome do Fórum Minas para um Outro Mundo, é como se Minas Gerais fosse um berço esplêndido. É um Estado rico, com arrecadação do Primeiro Mundo, mas a população mineira está relegada ao terceiro plano. É uma população ordeira e trabalhadora que está sendo governada por ladrões, por traficantes de drogas e terroristas. Somente no ano passado morreram mais pessoas aqui em acidentes de automóvel do que americanos na guerra do Vietnã. É um Estado que viola os direitos do cidadão, da mulher, com menores abandonados e com uma corrupção que vem esmagando o povo.

A pergunta é endereçada ao Embaixador. Há dez anos registrei um dossiê com 2 mil páginas no Ministério da Justiça denunciando o desvio de cerca de 65% do dinheiro tomado como empréstimo ao FMI, com R\$75.000.000.000,00 da Previdência Social e R\$145.000.000.000,00 da Saúde, além do dinheiro desviado para construir a Ponte Rio-Niterói. Oito meses depois, protocolei outro dossiê na Polícia Federal denunciando a corrupção do Governo de Fernando Collor de Mello, inclusive o tráfico de drogas no Congresso Nacional e aquelas contas da Casa da Dinda pagas pela União. A mulher dele fez uma limpeza na LBA, desviando dinheiro até para o exterior. Depois, o Congresso Nacional montou aquela comissão de Deputados ladrões. Eles me isolaram e deram o dinheiro para o Exército. Numa reunião, no dia 1º de janeiro, em Betim, na posse do Prefeito Carlaile, estava o Vice-Governador e ele falou que o FHC estava distribuindo R\$15.000.000.000,00 e que a quantia de R\$2.000.000.000,00 seria para o Prefeito de Betim. Desse dinheiro, R\$1.000.000.000,00 seria para a Secretaria da Segurança Pública, através do Secretário e do Comandante do Estado-Maior da Polícia Militar, fazendo esquema de perseguições. Enquanto eles promoviam essa farsa, faziam os esquemas secretos para me perseguir e violar o meu direito de cidadania. Existem crimes internacionais. O dossiê que registrei denunciava o assassinato do Presidente Tancredo Neves, que foi comandado pelo ex-Governador de São Paulo, Orestes Quéricia, que, na época, queria que José Sarney assumisse a Presidência. Depois, a família do Presidente Tancredo Neves pegou dinheiro através do Presidente do Congresso, o Deputado Aécio Neves, hoje candidato ao Estado de Minas Gerais. É preciso denunciar a farsa desses políticos ladrões comandados por FHC e por esses dois ladrões daqui, que são o Itamar Franco e o Vice-Governador. Como vai ficar a situação do País? Era o que tinha a denunciar. Muito obrigado.

O Sr. Guilherme Avelar Teixeira - Vou abrir mão da pergunta por causa do tempo, mas sugiro à Mesa que peça às pessoas que não façam palestras pessoais, que façam perguntas mais objetivas.

A Sra. Ivana disse que brasileiros é que foram propor esse acordo para os Estados Unidos, mas que são, na verdade, estrangeiros que tiveram o azar de nascer aqui. Eles ganham para defender um acordo tão esdrúxulo e para tentar fazer com que isso passe pelo Congresso?

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - Quanto à pergunta relativa à dívida, foi pedida uma série de esclarecimentos. Há vários tipos de dívida externa. Há a dívida externa do Governo brasileiro com o FMI, com o Banco Mundial, com o Banco Interamericano, etc. Há a dívida das empresas brasileiras com Bancos estrangeiros. Dívidas que as empresas assumiram junto a instituições financeiras estrangeiras. Há a dívida do Governo brasileiro em reais, de títulos públicos, mas há uma dívida de títulos públicos que é corrigida em dólar. Ela não é paga em dólar, mas é corrigida pelo valor do dólar. Cada vez que o dólar aumenta, aumenta a dívida.

Portanto, aumenta a dívida, mas não é uma dívida em dólar, tanto quanto é do meu conhecimento.

Ora, os empréstimos no exterior, em geral, são autorizados pelo Senado Federal, ou seja, o Governo pode tomar recursos emprestados, mas tem que obter a aprovação do Senado Federal, para poder tomar os recursos emprestados. Por exemplo, o recente acordo com o FMI será examinado pelo Senado, o que não quer dizer muita coisa, mas esse é o procedimento legal.

Há toda uma dívida entre empresas estrangeiras no Brasil, que fazem dívidas junto a suas matrizes, o que muitas vezes, pode disfarçar remessas de lucros. Não conheço em detalhe a legislação, mas essas dívidas podem ou não ser legais. Trata-se de exame de cada caso específico. Não sou especialista em dívida externa, mas os contratos das empresas particulares podem ter embutido uma remessa de lucros. Os contratos de endividamento do Governo podem ter obedecido aos critérios legais ou não. É uma questão de exame específico saber se foram feitos corretamente ou não. A campanha que há sobre a auditoria da dívida externa é de grande interesse, porque vai permitir verificar em que medida o endividamento é legal ou não e saber até que ponto as dívidas já foram pagas ou não e assim por diante.

Há uma pergunta se seria o caso de se recuperarem essas empresas. Corremos o risco de nos venderem de volta as empresas. Isso pode ocorrer, como, no caso da Light, que, no passado, era pública. Antes era canadense. Então, os canadenses venderam para o Governo, que vendeu para os franceses. Mais tarde, se as empresas não se revelarem lucrativas o suficiente, devido às dificuldades do próprio mercado e não conseguirem ter lucro em dólar, não em real, porque lhes interessa a possibilidade de remeter os lucros em dólar, por não conseguirem reajustar as tarifas, podem, às vezes, considerar que as tarifas não são reais, como no caso da energia elétrica, em que se paga imposto na conta de eletricidade para que as empresas tenham o lucro esperado.

Não conheço os contratos em detalhe, mas podemos examinar se obedeceram à legislação ou não ou em que medida são legais ou não. É uma questão específica para os advogados especialistas.

Outra pergunta, se não me engano, é sobre a saúde e os hospitais, etc. "Como se falar em soberania quando se vê que o povo não conhece os seus políticos em geral, e a importância de uma legislação que leve a um maior debate das questões políticas ..."

O Sr. João Luiz de Castro - Só para lembrar: o povo não conhece os seus direitos, os seus representantes locais e não sabe o que fazem os seus representantes na Assembléia Legislativa. Como falar de soberania e cidadania se não se incentiva a auto-estima e a livre determinação dos povos, a começar do próprio município?

Aproveito ainda para lembrar, para o conhecimento das pessoas, que há um "site", como diz a professora, que é o [www.e.2002.com.br](http://www.e.2002.com.br), para quem queira acessar a fim de conhecer os seus representantes. Pode inclusive fazer comentários sobre a atuação deles. Muito obrigado.

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - Acho que há muita coisa que pode ser aperfeiçoada nesse campo, como na questão de parlamentares que mudam de partido. Pode haver uma legislação que evite certos excessos. É preciso haver uma melhor legislação sobre o financiamento das campanhas eleitorais. E é necessária também uma legislação de acesso à televisão. Há algumas iniciativas como a da TV Senado e a da TV Câmara. As pessoas, hoje, podem acompanhar os debates que lá se realizam. Não sei se aqui em Minas Gerais há uma TV Assembléia. De modo que há possibilidade de as pessoas acompanharem a tramitação das leis.

Há um esforço sistemático de difusão. Essa questão também depende de a Secretaria de Educação do município despertar o interesse sobre a importância da política junto aos jovens. Ou se faz o contrário. Normalmente se apresenta a política como uma atividade nociva, ou seja, um indivíduo de bem não deve dedicar-se à política, porque a política é atividade de ladrões. Se os indivíduos de bem não se interessam pela política, naturalmente, o campo fica aberto.

Na minha opinião, há todo um esforço para o convencimento da população em geral de que a atividade política não é digna, de que deve ser deixada a outros. Naturalmente, isso beneficia os grupos privilegiados que controlam o processo político, até por influência do poder econômico. Pode-se fazer muita coisa nessa área. A população, as organizações e os movimentos sociais podem pressionar o Governo e seus representantes para que apresentem legislação nesse sentido.

Com relação aos estudos nas escolas públicas relativos às questões do Estado, ao sistema, ao processo político e à história do seu município, do seu Estado e do País, é possível promovê-los e cobrar dos próprios legisladores a sua atuação nesse sentido. "A restrição dos direitos humanos não seria um sinal de que os Estados Unidos estão em decadência?" "Qual o papel do Ministro das Relações Exteriores nas negociações internacionais?" "Qual o papel dos militares e o que passa na cabeça do Presidente da República ao implementar determinadas políticas?" Não faço idéia do que se passa pela cabeça do Presidente da República.

O Ministro das Relações Exteriores é apenas um executor da política do Governo na área internacional. Quem comanda a política econômica é o Ministério da Fazenda. O Ministério das Relações Exteriores não comanda a política econômica, nem internamente, nem externamente. O Itamaraty e o Ministério das Relações Exteriores são a mesma coisa. Dizem que o Itamaraty fez isto e aquilo, mas, na verdade, não fez nada. Quem fez foi o Presidente da República, que é quem comanda a política externa. Quem comanda as políticas econômicas externa e interna é o Ministério da Fazenda. O Itamaraty não tem poderes para reduzir e aumentar tarifas. Como outros órgãos, participa das negociações e tem as suas representações no exterior, mas segue o comando do Presidente da República, que é a autoridade competente para orientar as relações do Brasil com os demais países.

Quando tudo está dando certo, as pessoas atribuem a glória ao Presidente. Quando tudo dá errado, culpam um órgão público, não o Ministério da Fazenda. Preferem culpar o Itamaraty, porque, lá, o pessoal fica calado. Culpam o Itamaraty por ter promovido a abertura comercial, mas, na verdade, quem fez isso foi o Ministério da Fazenda, com o Presidente da República da época. O Itamaraty não cuida das tarifas. Ele pode até concordar com elas, mas não tem o comando desse processo. As Forças Armadas, por um lado, sofrem o estigma por um longo período de autoritarismo. Toda a culpa do que ocorrerá nesse período foi atribuída a elas. Esqueceram-se de que havia próceres políticos civis muito engajados no processo. Vários Ministros de Estado, à época, hoje, militam na política. Na verdade, houve um regime autoritário militar e civil. Grande parte da Igreja e do empresariado também esteve empenhada no apoio ao regime militar. De forma geral, as elites conservadoras, militares, civis, empresariais, religiosas e econômicas e as associações profissionais apoiaram os regimes autoritários. Deixaram de fazê-lo quando esse regime se excedeu e começou a prender os jovens da classe média, causando uma grande indignação. Os jovens pobres sempre foram e continuam sendo presos. Essa é a realidade. Os militares, sendo responsabilizados pelo regime autoritário, estão em uma situação de afastamento. Aparentemente, há grande insatisfação das Forças Armadas com a atual política econômica e com a situação da perda da soberania, porém essa sensação não é manifestada publicamente, até por questões de disciplina interna.

Essas eram as perguntas que anotei. Espero que tenha respondido razoavelmente a todas. Muito obrigado pela atenção.

A Sra. Ivana Monte Lima - Não há tempo para fazer certas considerações, mas detenho-me na seguinte pergunta: "o que passou na cabeça do político quando prometeu a nós todos esses acordos?". As pessoas agem esperando algo em troca. Elas se comprometem nesse nível em troca de algo. O que podemos fazer para informar melhor o nosso povo? Como informá-lo, fazendo com que tenha a sua própria opinião? Na realidade esse é o meu objetivo. Há diversas maneiras de conseguir isso. Referi-me a um romance de ficção científica, mas, na realidade, relatei o que está ocorrendo.

Hoje, por exemplo, neste fórum, vocês ficaram responsáveis por obter informações e puderam compreender outros ângulos das mesmas questões. O que farão com isso? Aqui não há crianças de 13 a 14 anos. Ao saberem da verdade, devem assumir uma responsabilidade de cidadão. Não cabe a nenhum de nós ficar lamentando, dizendo que os professores não nos informaram. Eles, por sua vez, sofrem os mesmos processos de desinformação e de um total desinteresse e falta de respeito para com a formação dos jovens. Eles também não têm tanto acesso e são massacrados, porque faz parte do sistema tirar dos professores as possibilidades. Fui despedida de um grande colégio, justamente porque desejava discutir essas questões. Fui sumariamente despedida, por justa causa, por desobediência à orientação do colégio. Quando estamos convictos, arriscamos muito. Por que vocês da Faculdade de Direito Milton Campos não fazem um exercício, estudando essas questões pelo lado do direito? Não sei quase nada sobre Direito Internacional, mas poderia fazer um exercício, utilizando a realidade e a cidadania. Vocês começarão a entender o peso que é isso! Muito pouco sabemos sobre essas questões, mas sentimos que já não dá para ficarmos calados. Por isso, vim do Rio falar sobre esse assunto. Assim, assumimos essa responsabilidade, no meu caso e no caso do Embaixador Samuel, com muito prazer. Acredito que isso tenha ocorrido também com o César Benjamim e com outras pessoas que já falaram aqui. Trata-se de um trabalho.

Percorremos lugares, viajando muito, para informar. Há muito tempo, concluí que os jovens e os idosos são os segmentos mais discriminados da sociedade. Faz parte do sistema discriminar. Esse grande sistema nos trata como se fôssemos um grande guarda-chuva. E ele é o ar que respiramos. Parece o filme "Matrix". Alguém falou sobre ficção científica. No "Matrix", bem depois, o herói descobriu que não era nada em um sistema enorme, no qual não percebia estar inserido, sendo manipulado e encaminhado por diversas maneiras. O idoso e o jovem são discriminados. As pessoas com 25 a 28 anos já são consideradas velhas para o mercado de trabalho. Quem inventou essa regra? É evidente que não foram vocês. Não consegui voltar para o mercado de trabalho quando tinha 42 anos. Fui cuidar de filho, ser professora, mas não consegui voltar nem para a área da publicidade, porque fui considerada velha. Sinto-me uma ambulante. O sistema começou a pensar que eu deveria me tratar, pois a pessoa fica deprimida. Depois, começamos a reagir. Trabalhei, em 1968, como Secretária da (...), e sei como reagir.

Martin Luther King disse o seguinte: "Não me preocupo que muitos poucos falem sobre os assuntos que interessam a todos, mas tenho uma enorme preocupação com a multidão silenciosa". Essa enorme multidão silencia-se, não se informa e não reage. Não importa que sejam pouquíssimas as pessoas presentes, mas, quando chegarem em casa, devem informar-se e fazer a relação daqueles Deputados que, junto com o Deputado Zenaldo Coutinho, estão aconselhando o Congresso a apoiar a ratificação na íntegra daquele acordo de salvaguarda tecnológica Brasil-Estados Unidos.

Caso leiam sobre esse assunto, começarão a entender. Não faz muita diferença eu ter 50 anos, pois o meu raciocínio não é diferente dos seus. Já dispomos de um desenvolvimento intelectual. Talvez eu tenha mais informações do que vocês nesse campo, mas tudo está aberto. Pelos canais 10, 12 e 14, ou seja, os do Senado e da Câmara e o da TV Universitária da NET, vocês podem acompanhar todas as audiências públicas. Acontecem na Câmara, em Brasília, vários seminários internacionais de altíssimo nível. Tudo está sendo divulgado, mas vocês não foram educados para fazer uma análise crítica. Quantas vezes cheguei à PUC, no Rio de Janeiro, e perguntei aos estudantes: "Vocês sabem como se faz um jornal e o que significa a divisão de um jornal, ou seja, o que tem na primeira página e onde está a opinião do jornal?". As pessoas não sabem fazer uma análise crítica dos meios de comunicação.

Darei uma dica. Comecem a dar muita força à mídia alternativa, que está tentando vencer, como sempre esteve.

Não se tem acesso a nada, porque realmente a grande mídia está completamente manipulada, comprometida, privatizada. Está conseguindo tudo e paga avião para os Deputados irem a Brasília para votar. Mas vocês têm acesso a redes alternativas, que são fantásticas. Comprometo-

me, no caso da listinha que prometi dos sítios sobre esse assunto de Alcântara, a colocar alguns sítios dessa rede alternativa. Mas comecem a pensar nisso e a aprender a fazer a análise crítica da informação. E comparem com o que estão vendo, todo dia, no jornal oficial, digo, "Jornal Nacional", da TV Globo. Muito obrigada.

A Sra. Coordenadora - Queremos agradecer a participação de todos e lamentar que não tenha sido possível responder a todas as perguntas, porque ainda ficaram 17 perguntas sem resposta. As que foram dirigidas à Ivana, passaremos a ela, e poderão ser até aprofundadas durante a oficina, conforme a proposta da Dirlene. As que foram dirigidas ao Embaixador Samuel, depois veremos com ele como poderá ser dado retorno àqueles que as fizeram.

Gostaríamos de lembrar que, às 14 horas, se iniciam as oficinas. Teremos também, no CREA, a programação complementar da noite de hoje: o ato em defesa à soberania da Palestina. Amanhã, no final da tarde, teremos a marcha contra a ALCA.

Finalizando, farei um comercial. O Prof. Samuel Pinheiro Guimarães tem este livro que se chama "500 anos de Periferia", no qual coloca, de uma maneira mais aprofundada, a temática de hoje. O livro está à venda no Hall das Bandeiras. Passo a direção dos trabalhos ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, para que possa concluir a nossa atividade desta manhã.

O Sr. Presidente - Quero agradecer imensamente ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e à representante da Rede Praxis, Sra. Ivana Monte Lima, pelos esclarecimentos e informações e pela colaboração excepcional na construção da consciência política dos mineiros e mineiras e principalmente dos jovens aqui presentes.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião especial de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 204ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 23/8/2002

Presidência dos Deputados Anderson Adauto e Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Dalgiza Andrade - Palavras do Sr. Dalmo de Abreu Dalari - Palavras do Sr. Reinaldo Gonçalves - Palavras do Sr. Valério Arcary - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Anderson Adauto - Fábio Avelar.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adauto) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Fábio Avelar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa a Exma. Sra. Dalgiza Andrade, representante do Comitê Mineiro do Fórum Social e Coordenadora dos debates, e os Exmos. Srs. Reinaldo Gonçalves, professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ -; Dalmo de Abreu Dalari, Jurista e Professor da faculdade de Direito da USP; e Valério Arcary, historiador.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao encerramento do II Fórum Minas por um Outro Mundo. Uma outra América é possível com soberania e integração. Nesta manhã será discutido o tema: ALCA - Integração ou Anexação.

#### Palavras do Sr. Presidente

Senhoras e senhores, este tema é muito atual. Percebemos que diversos países começam a discutir as necessidades de avançarmos sobre perspectivas de um outro mundo, com outras concepções. Fui Presidente desta Casa quando aconteceu o primeiro encontro na França, de onde se originou o I Fórum Social, com o objetivo de fazer um contraponto ao Fórum Econômico, que acontecia todos os anos. Participamos do primeiro em Porto Alegre. Não só a Assembléia Legislativa, mas todo o Estado de Minas, por intermédio das entidades da sociedade civil organizada, participou do II Fórum, também em Porto Alegre. Principalmente no momento em que nosso País vai passar por mais uma eleição presidencial, é muito importante a discussão desse tema, a participação de todos, principalmente dos jovens, ampla maioria neste Plenário. Temos de acreditar que a construção de um novo mundo é possível. As coisas não podem acontecer conforme vêm acontecendo, sem sermos considerados pessoas, mas meros consumidores. E não pode uma personagem que não tem forma, que não conhecemos, que é o chamado mercado, colocar uma nação de quatro, como já colocou a Argentina, como está prestes a colocar o Uruguai, e como nosso País também pode ser colocado. É muito importante a discussão desses temas. Tomara que, a cada ano, mais pessoas estejam comprometidas com a construção de um novo mundo. Que a cada dia haja mais pessoas não conformadas, muito pelo contrário, que cada dia mais adquiram capacidade de resistir a esses avanços. Não é justa a maneira com que o capitalismo atua sobre as nações e sobre as pessoas. Isso não pode ser lógico. Temos de trabalhar para que isso não aconteça.

Há 20 anos, o Brasil provocou uma virada. Vivíamos em uma ditadura militar. Primeiro, o País viu os exageros da ditadura militar, percebeu

que a ditadura estava exaurida, e fizemos virada naquilo que podíamos. Não podíamos votar para Presidente da República, mas o que podíamos fazer por meio do voto, a sociedade brasileira fez; teve inteligência e sensibilidade suficiente e acabou com a ditadura militar. Hoje, não tenho dúvida de que vivemos uma nova ditadura, mais sutil, que é a econômica. Temos a obrigação de lutar contra ela. Não tenho dúvida de que, 20 anos depois de derrubar uma ditadura militar, o povo brasileiro tem consciência da necessidade de atuar contra a ditadura econômica, que sufoca a maioria das famílias, praticamente todo o País. Tenho a maior confiança nesse processo.

Acredito que teremos condições efetivas de avançar. Neste novo milênio, em que as pessoas querem ser mais felizes, a felicidade plena passa naturalmente por esse processo, que estamos trabalhando, de não aceitar as atuais regras e tentar buscar alternativas. O que não pode é o mercado, esse ser invisível, ter tanto poder e tanta influência sobre os seres humanos como acontece hoje.

Quero, em nome do Poder Legislativo, da Assembléia, dar as boas-vindas e dizer da satisfação, quando temos um tema tão importante, de ver o Plenário e as galerias cheios de gente. Isso nos motiva, mostra que a cada encontro em que discutimos esse tema um número maior de pessoas surge para participar desta importante discussão. Muito obrigado a todos vocês pela presença.

#### Palavras da Sra. Dalgiza Andrade

Bom dia a todos. Exmo. Sr. Presidente dos trabalhos, Deputado Anderson Adauto; Profs. Dalmo de Abreu Dalari, Reinaldo, historiador, e Valério Arcary, é com muito prazer que nós, do Comitê Mineiro, estamos hoje no segundo dia do II Fórum e gostaríamos de saudar a todos, lembrando a importância e a necessidade de um evento dessa natureza.

Hoje, às 12 horas, ao final dos trabalhos desta manhã, teremos a plenária para discussão sobre a mobilização do plebiscito da ALCA. Às 16 horas, na Praça das Bandeiras, em frente à Assembléia, haverá um ato, esperamos contar com a presença de todos, depois de participarem dos trabalhos da parte da manhã e das oficinas que ofereceremos à tarde, entre 14 e 16 horas. Esperamos que o debate da manhã seja rico, com a contribuição dos colegas aqui presentes e das entidades que têm fortalecido o trabalho no Comitê Mineiro. Muito obrigada.

#### Palavras do Sr. Dalmo de Abreu Dalari

Ilustre Presidente, Deputado Anderson Adauto; colegas que integram a Mesa, caríssimos participantes deste encontro, quero, antes de tudo cumprimentar a Assembléia de Minas, o Comitê Mineiro, o Fórum Social Mundial e todos os que participaram da organização deste evento pela oportunidade da iniciativa. Quero cumprimentar a todos os participantes por essa demonstração de interesse. A presença de vocês é muito animadora, no que diz respeito ao fato de sermos brasileiros. É costume dizer que o povo brasileiro é indiferente, desinteressado, e isso, muitas vezes, tem sido usado como pretexto para não dar informações ao povo brasileiro. A presença de vocês desmente a existência desse desinteresse.

Quero também agradecer aos organizadores a oportunidade que me dão de dizer algumas palavras a respeito de um tema de máxima importância para o povo brasileiro. A ALCA é o acordo que está sendo proposto, e significa Área de Livre Comércio das Américas. Será que a ALCA é boa para o Brasil? O Brasil deve aderir ou não à ALCA? Já estamos suficientemente informados para tomar decisões? O povo brasileiro está suficientemente informado?

Como foi ressaltado pelo ilustre Deputado, acordos celebrados pelo Brasil têm sido tremendamente danosos para o povo brasileiro. Tomamos conhecimento desses acordos através das conseqüências. Para não dar muitas voltas, lembraria uma delas, que é o nível de desemprego que existe hoje no Brasil. Isso é resultado dos acordos e, como conseqüência deles, o Brasil adotou essa política anti-social. É muito importante saber que acordo é esse que está sendo proposto.

Minha formação é jurídica, os eminentes colegas são de outras áreas, como economia e história, e certamente farão comentários muito importantes sob a sua perspectiva. Sou professor de Direito, advogado, militante antigo dos direitos humanos e vou privilegiar esse tipo de enfoque.

Começo lembrando que a Constituição brasileira é de linha democrática e humanista. Logo em seu início, fixa princípios. Na situação atual do direito, a Constituição atua efetivamente como a lei dotada de mais força, a lei mais eficaz. É importante dizer isso, porque há muito tempo existe o discurso da Constituição como lei fundamental, a lei mais importante do País. Entretanto, na prática, é a lei mais desrespeitada do País. O primeiro a desrespeitá-la e agredi-la ostensivamente é o Presidente da República. A tendência majoritária, no mundo, é de que ela seja efetivamente uma lei, de que tudo que está na Constituição seja respeitado.

A nossa Constituição estabelece princípios. O art. 4º diz quais são os princípios das relações internacionais do Brasil - que as autoridades, o Governo, as empresas e as pessoas devem obedecer -, e o primeiro deles é a independência nacional. Qualquer ato que reduza a independência nacional é inconstitucional, porque a independência nacional é um princípio constitucional expresso e uma obrigação jurídica, uma obrigação para todos.

Como complemento dessa afirmação solene, mas não menos importante, da independência nacional como princípio, encontramos, no art. 1º da Constituição, a indicação dos fundamentos da República brasileira. É também uma afirmação de princípios e o primeiro fundamento da República brasileira é a soberania nacional, que é um conceito antigo, muito discutido.

Em síntese, soberania tem dois significados: um deles é exatamente o significado da independência. Quem é soberano é independente, quem não é independente não é soberano. Como segundo significado, se o Brasil é soberano, nenhuma regra pode ser superior a uma regra criada pelo Brasil, e as regras jurídicas, as regras de comportamento e de relacionamento social criadas no Brasil, pelos brasileiros, devem estar acima de regras que venham de fora. Isso significa soberania.

Outro princípio importante que deve ser lembrado é o princípio da dignidade da pessoa humana. Qualquer decisão que afete a dignidade da pessoa humana não pode ser aceita no Brasil, é juridicamente inconstitucional. Como exemplo, uma decisão que acarrete o desemprego, é evidente que agride a dignidade da pessoa humana.

Vivo na cidade de São Paulo, se paro meu carro num cruzamento de automóveis, é comum aproximar alguém, pode ser um homem ou mulher, geralmente de meia-idade, que estende a mão educadamente, e pede desculpas por estar pedindo, porque está desempregado há dois anos e não tem como atender as necessidades da sua família. Transformaram o trabalhador em mendigo. Isso é ou não uma agressão à dignidade da pessoa humana? Em grande parte isso é assim no Brasil, em conseqüência de acordos internacionais.

Aí vem aquela cantilena: precisamos honrar os nossos compromissos. Honrar o compromisso de fazer uma coisa desonrosa? Que contradição é essa? Devo honrar aquilo que é digno, o que é desonroso tenho que anular, tenho que contrariar, não posso satisfazer. No entanto, vem aquela cantilena de honrar a dívida e não dar calote. Tudo isso é manipulação, é uso malicioso de palavras, para que o brasileiro fique com vergonha de não pagar o agiota internacional. Por ter vergonha de não honrar a dívida, de não atender ao agiota, o brasileiro manda o brasileiro ficar

desempregado e virar mendigo.

Tudo isso é parte da nossa realidade e contra a Constituição.

Outro aspecto importante a ser lembrado está ligado diretamente ao nosso tema de hoje, que é a discussão sobre a ALCA. No art. 4º da Constituição, o parágrafo único diz: "O Brasil buscará integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina; e "o Brasil procurará essa integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina". É uma determinação constitucional, e o Brasil, especialmente através do seu Governo, já deveria estar trabalhando para isso.

Outra iniciativa é a Associação Latino-Americana de Integração - ALADI -, que está na geladeira e, de vez em quando, é lembrada pela imprensa. É uma tentativa de fazer essa integração, mas nunca teve o apoio dos governos nem dos empresários. Muitos empresários são contra, porque o Brasil não tem interesse em abrir as suas fronteiras para que países da América Latina venham vender os seus produtos. Dizem ter medo da competição da indústria argentina, uruguaia e paraguaia. Não interessa estimular isso. Foi exatamente esse tipo de argumento que colocou na geladeira o MERCOSUL, porque o Brasil nunca se esforçou para que o MERCOSUL fosse realidade, porque teme a concorrência das indústrias latino-americanas. Ora, como já ressaltou o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, um dos eminentes membros da diplomacia brasileira, chega a ser ridículo dizer que têm medo da concorrência da indústria latino-americana, se, ao mesmo tempo, abrem as portas para a concorrência daquela indústria. Esta, sim, é que deveria assustar e amedrontar porque tem possibilidades de competir com uma enorme vantagem: pelo seu desenvolvimento extraordinário, pela possibilidade de grande produção e produção mais barata, por causa da mão-de-obra de países subdesenvolvidos. Por tudo isso, deveríamos ter muito mais medo de abrir as fronteiras aos Estados Unidos e ao Canadá do que aos nossos vizinhos latino-americanos. No entanto, por uma razão misteriosa, ou nem tão misteriosa assim, bloqueamos a ALADI, bloqueamos o MERCOSUL, e muita gente quer abrir as comportas para a ALCA.

Neste ponto, quero fazer algumas observações sobre a ALCA. O que é a ALCA? Ela é boa ou não para o Brasil? Vale lembrar que o que se pretende com ela - e é isso que está em seu nome - é estabelecer uma área de livre comércio das Américas. Não haveria fronteiras. Entraria e sairia quem quisesse. Aqui, já quero fazer uma primeira advertência baseada em fatos. Ultimamente vocês têm visto, lido e ouvido falar muito sobre a globalização. Dizem que o mundo está globalizado e que agora não há mais fronteiras, que o comércio é feito em plano mundial. A primeira questão que quero levantar, invadindo um pouquinho, mas com muita prudência, a área do meu eminente amigo historiador, é que, no período dos descobrimentos, já no fim do século XV e escancaradamente no Século XVI, Portugal, Veneza e Holanda já faziam intenso comércio com a China. E Veneza era uma república de comerciantes. O dode de Veneza era um comerciante que governava a cidade, eleito pelos outros. A Holanda veio ao Brasil na Companhia das Índias Ocidentais, mas, no mesmo momento, estava também no Oriente: na China e na Indonésia com a Companhia das Índias Orientais. E o comércio acontecia em nível mundial. O que eu quero dizer é que essa famosíssima globalização é uma novidade de pelo menos 500 anos, portanto muito antiga. Assim, dizer que isso é novo no mundo é uma tremenda enganação. É uma cortina de fumaça para esconder outros objetivos.

Além disso, é bom lembrar também que, ao mesmo tempo em que se fala nessa abertura e dizem que não há mais fronteiras, se um trabalhador brasileiro, por exemplo, tentar entrar nos Estados Unidos, encontrará as fronteiras fechadíssimas. E não é só ali. Em todos os países desenvolvidos a restrição à circulação de trabalhadores é tremenda. Poderiam, então, perguntar: mas agora o mundo não está globalizado? Não caíram as fronteiras? Mas elas só caíram para o que interessa, e não para o que não interessa.

E ainda há outros aspectos importantes. A ALCA é uma iniciativa dos Estados Unidos. Estou argumentando com fatos que mostrarei em seguida. O fato de ela ser uma iniciativa dos Estados Unidos a torna muito suspeita. No mínimo, exige muita prudência. Por que? Lembro rapidamente alguns pontos. Em primeiro lugar, os Estados Unidos, ultimamente mais do que nunca, têm se revelado verdadeiros inimigos de acordos internacionais que lhes tragam qualquer restrição, qualquer limitação. Poderia lembrar muitas coisas, mas vou lembrar três. Vocês sabem que existe um importante acordo celebrado em Kioto, no Japão, a respeito da proteção do meio ambiente, para que a poluição de ar no mundo não aumente. O país que mais polui, de longe, são os Estados Unidos. E eles se recusaram a participar dos acordos de Kioto. Por que razão? Porque eles seriam obrigados a reduzir a poluição atmosférica e não querem fazê-lo. Tudo aquilo que implica alguma restrição aos interesses americanos é rejeitado por eles. Por isso, não participam desse tratado. Se o mundo está sendo envenenado, o problema é do mundo. E eles pensam que não têm nada com isso.

Outro fato ocorreu recentemente na África do Sul, em uma reunião internacional promovida para cuidar da questão do racismo. Os Estados Unidos recusaram-se a participar e não foram a Durban.

E a razão disso é que eles são racistas. Nos Estados Unidos, é muito comum o racismo contra os negros. Há poucos dias, a TV americana mostrou um grupo de policiais, na Califórnia, chutando e espancando brutalmente um negro. Ele não estava cometendo crime nem se sabia a sua identidade, mas, por ser negro, suspeitava-se que fosse criminoso. Isso é ou não racismo?

O preconceito contra os latino-americanos nos Estados Unidos é muito grande, especialmente em Nova Iorque, que é o centro comercial mais rico do mundo e bastante procurado por imigrantes. Depois do famoso dia 11/9/2001, quando houve aquele atentado terrorista, o preconceito contra os descendentes de árabes ficou brutal.

Todos são suspeitos, até prova em contrário. Todo Mohamed é criminoso, a menos que prove que não. Todos são criminosos até prova em contrário. Por onde andam os acordos internacionais? Por onde andam a Carta da ONU e os pactos de direitos humanos? Para os Estados Unidos, eles não existem.

Quero lembrar a atitude americana de rejeitar todos os acordos internacionais que sejam a favor da humanidade. A última recusa americana foi em aderir ao Tratado de Roma, que cria o Tribunal Penal Internacional. Os americanos aderiram, no primeiro momento, para fazer um papel bonito. Chegaram a assinar o acordo, mas ele só vale depois de ratificado e confirmado. Para isso, seria necessário que o Congresso confirmasse a adesão. Ele não confirmou, e, pior que isso, há pouco tempo o Presidente Bush retirou a assinatura americana. Por quê? Porque o acordo obriga ao respeito à pessoa humana, ao direito humano, às leis da guerra. E ele sabe, assim como seus compatriotas, que estão agindo criminosamente perante o mundo, praticando crimes contra a humanidade. Por isso, rejeitaram o Tratado de Roma. Eles pediram à ONU, de maneira coercitiva, que fosse estabelecida a imunidade para os soldados americanos no exterior, alegando que eles apenas garantiam a paz. Se algum deles se exceder, cometer algum ato violento ou praticar um crime, não deverá ser punido por isso. Ora, é com esse país que vamos negociar. Esse país não tem o mínimo respeito pelo direito internacional, porque somente age em função dos seus direitos econômicos. Há uma mistura, muito conhecida dos brasileiros, que, na verdade, é a base de toda a ação norte-americana: petróleo e armamento. Os Estados Unidos vivem e agem em função disso, que, no fim, acaba sendo só o interesse econômico. Por isso, os Estados Unidos não fazem acordo e, quando fazem, não o respeitam.

Há um dado que tem muito a ver com a ALCA: os Estados Unidos praticam o protecionismo em favor dos seus produtos. É um escandaloso protecionismo. Agora mesmo o Brasil está lutando na Organização Mundial do Comércio para derrubar o protecionismo que impede o aço brasileiro de entrar, em condições de competir, nos Estados Unidos. E Minas sabe muito bem o que isso significa. A produção brasileira de aço sofre uma taxa especial, uma sobrecarga tributária para que chegue muito mais cara, a fim de não competir com a indústria norte-americana. É um protecionismo muito escancarado. Todos esses dados são objetivos, e chamo a atenção para isto: é com esse país que vamos negociar. Vamos ser parceiros de um país muito mais rico, muito mais forte e poderoso, que pratica a lei do mais forte. É a única lei que respeitam, sempre em função dos seus próprios interesses.

Caminhando um pouco mais, perguntaria se a ALCA trará ganhos para o Brasil, se trará perdas ou trará ganhos e perdas. Vamos analisar rapidamente alguns aspectos. Fala-se na possibilidade de que haja ganhos, porque serão abertos mercados para os produtos brasileiros. Alguns setores da indústria brasileira têm enorme entusiasmo com a perspectiva de que sejam abertos os mercados americanos ao Brasil. Isso, antes de tudo, é uma grande ilusão, porque são pouquíssimos os produtos brasileiros com possibilidade efetiva de competição no mercado norte-americano. Além disso, os norte-americanos têm uma série de mecanismos que poderão ser utilizados para bloquear a entrada dos nossos produtos, apesar dos acordos, fazendo valer a sua soberania e prevalecerem as suas regras internas, os seus interesses internos.

Lembro dois aspectos importantes. Existe já um acordo, que é normalmente citado como NAFTA. NAFTA é uma sigla que significa Tratado Norte-Americano de Comércio, unindo Estados Unidos, Canadá e México. Um ponto que tem sido ressaltado pelos analistas desse sistema é que os três países do NAFTA reunidos representam 88% do PIB de todas as Américas. Então, na verdade, isso é absoluta prioridade para os Estados Unidos e demais países do NAFTA. A ALCA viria como uma espécie de apêndice.

Os norte-americanos consideram a ALCA um NAFTA ampliado, mas, na verdade, seria um "sub-NAFTA". O NAFTA atende aos interesses fundamentais dos Estados Unidos, e, certamente, nada farão que reduza ou anule seu alcance.

Além disso, foi recentemente aprovado no Congresso americano outro documento importante, o chamado Trade Promotion Authority ou "fast track". O TPA é uma autorização que o Congresso deu ao Presidente da República para fazer negociações internacionais no plano comercial. Diz-se que haverá maior liberdade: se o Presidente já não depende do Congresso, poderá negociar o que quiser. Bom para a ALCA, porque não haverá as barreiras que o Congresso americano costuma impor. Que ilusão! Quem, como eu, acompanhou a discussão do Congresso americano e quem leu as decisões finais sabe que o Congresso deu ao Presidente a oportunidade de negociar rapidamente, mas estabeleceu salvaguardas. Prestem atenção à palavrinha "salvaguardas". Significa "exceções".

O Congresso definiu uma série de produtos de especial interesse para o mercado interno, para a agricultura e para a indústria norte-americana que não podem ser objeto daquela negociação. Mais de 500 produtos formam a lista, em relação à qual é impossível a livre e rápida negociação sem o controle do Congresso. Recebem proteção.

Salvaguardas e protecionismo são dois instrumentos de garantia da preferência para os produtos norte-americanos. Protecionismo significa, por exemplo, criar barreiras alfandegárias, ou seja, taxas elevadíssimas para os produtos brasileiros. O aço, os calçados e outros produtos de boa qualidade que o Brasil tem para a competição internacional são exemplos de itens barrados pelas salvaguardas alfandegárias.

Tenho em mão uma publicação de "O Estado de S. Paulo", jornal conservador, ligado às áreas industriais. Chamo a atenção para isso porque, quando ouvimos uma restrição desse tipo, logo dizemos: "olha lá, é conversa de petista", mas, no dia em que "O Estado de S. Paulo" for petista, saberemos que o mundo mudou.

A publicação de 14/8 reproduz trechos do relatório recentíssimo feito pela ALADI. (- Lê: "A criação da ALCA, planejada para ocorrer até 2005, com a participação de 34 países, representa mais ameaças que oportunidades para o Brasil". E chamo a atenção para um detalhe: na ALADI, há grande participação de empresários. Não se trata, portanto, de visão de partido da Oposição ou de um antiamericano por princípio. São pessoas que têm interesse na autenticidade e na liberdade, com respeito recíproco.

Continuando a citação: "O motivo é claro. A concorrência dos produtos dos Estados Unidos e do Canadá, que entrariam nos mercados dos países latino-americanos em condições de igualdade. A principal ameaça ao Brasil está no setor de manufaturados. Máquinas e equipamentos, veículos, papel e celulose, produtos químicos poderiam perder mercado para as exportações do Canadá e Estados Unidos".

Essa área, portanto, oferece pouquíssima possibilidade de ganho ao Brasil e enorme possibilidade de perda. Assim como se abririam, com restrições, as fronteiras americanas para os produtos brasileiros, as fronteiras brasileiras estariam escancaradas para os produtos americanos, com maiores condições de competição.

Adiante, prossegue a ALADI: "Setenta e nove produtos brasileiros poderiam se beneficiar do Acordo Hemisfério, entre eles alimentos, café, frutas, açúcar, aço e calçados. A questão, porém, é saber se, além da redução tarifária, os norte-americanos irão retirar entraves, como barreiras fitossanitárias e salvaguardas".

As salvaguardas, como já mencionei, são aquelas proteções especiais para determinados produtos.

E o que são as barreiras fitossanitárias, que os Estados Unidos já utilizaram muitas vezes, assim como a França utilizou, no início deste ano, para bloquear a entrada de produtos agrícolas do Caribe? Criar barreiras fitossanitárias significa alegar um risco para a saúde e, com isso, impedir a entrada do produto agrícola estrangeiro. Vou exemplificar com algo bem concreto: como todos sabem, a produção brasileira de suco de laranja é muito grande - o Brasil é um importante exportador desse produto -, mas a produção de laranja do Estado da Flórida também é muito importante para a economia norte-americana. Pois bem, no momento em que a entrada da laranja brasileira estiver ameaçando os lucros dos produtores da Flórida, os Estados Unidos vão dizer, pura e simplesmente, que a laranja brasileira é suspeita de ter alguma praga e que, portanto, será melhor impedir que entre no País. Quer dizer, a laranja será classificada na mesma categoria dos Mohameds - ali, se alguém se chama Mohamed, deve ser terrorista; se a laranja é brasileira, deve estar contaminada. Isso é barreira fitossanitária. É claro que não vão dizer que não querem que a laranja brasileira entre no País; ao contrário, dirão que gostariam muito, que não têm nenhuma restrição, mas que é uma pena que a laranja brasileira esteja sob suspeita e que, para garantir os laranjais americanos e a saúde do povo americano, será melhor que, por enquanto, fique proibida a entrada desse produto brasileiro. Isso não é fantasia, e já foi feito muitas e muitas vezes. E os precedentes nos autorizam a concluir que certamente será feito novamente, no momento em que houver uma ameaça aos interesses econômicos norte-americanos. Então, é extremamente importante que pensemos nesse aspecto, que, repito, foi lembrado pela ALADI, uma organização internacional que trabalha pela integração americana.

Também lembraria, mais uma vez, da questão do aço, bastante atual. Tenho em mãos publicações em que se fala no assunto. Nesta, por exemplo, do dia 14/8, diz-se que o Brasil continua, na Organização Mundial do Comércio - OMC -, contra as barreiras americanas ao aço, e os americanos insistem nas barreiras alfandegárias, nas salvaguardas, contrariando acordos internacionais e acordos da própria OMC, de que participam o Brasil e os Estados Unidos. Além disso, quero fazer outra referência, para que tenhamos ainda mais dados concretos, e o faço com base em observações de um eminente professor de Direito Internacional da Fundação Getúlio Vargas, além de árbitro da OMC, o Prof. Durval Noronha Goyos. Diz ele: "A partir de observações sobre o NAFTA, o acordo de livre comércio que vigora entre Estados Unidos, Canadá e México, é possível fazer previsões pouco animadoras para a advocacia e outros serviços". O Prof. Noronha está fazendo uma comparação de grande interesse para nós, porque volta e meia há quem diga que o NAFTA foi bom para o México e que nós, brasileiros, seríamos "trouxas" de não entrar em acordo semelhante. Há muitos pontos para serem observados, como a dependência do México em relação à economia norte-americana, que é brutal, mas o professor, falando nos serviços, observa: "Enquanto hoje os prestadores norte-americanos podem entrar livremente no México, os mexicanos são barrados por cotas fixadas pelos serviços de imigração". Especialmente depois dos acontecimentos terroristas, o aumento das barreiras à entrada de imigrantes nos Estados Unidos foi brutal. Quer dizer, além das famosas cotas, agora há uma extensão a regiões, religiões e etnias sob suspeita. Então, como anda a disposição para a integração, para o livre comércio? Não anda, na verdade; não há essa disposição.

A última observação que quero fazer, ligada diretamente à minha área, mas que interessa a todos nós, é uma advertência feita por um eminente magistrado brasileiro, Dr. Urbano Ruiz, Presidente da Associação dos Juizes para a Democracia. O Dr. Ruiz chama a nossa atenção para o fato de que, entre outras cláusulas da ALCA, está prevista, em primeiro lugar, uma participação menor, secundária, da justiça de cada país. Então, o Judiciário brasileiro teria menor possibilidade de estar presente e de proteger os direitos dos brasileiros - porque, aceito o acordo, a justiça perde várias competências. Além disso, o Dr. Ruiz chama a atenção para o fato de que os acordos da ALCA prevêm que, em caso de conflitos ou desacordos sobre a aplicação de cláusulas, a decisão deverá ser entregue fundamentalmente a comitês de arbitragem.

Estamos vendo isso no Brasil. Por coincidência, sou árbitro, pertencendo à Câmara de Arbitragem Argentino-Brasileira. Estou acompanhando essa questão, e é importante saber - não sei se em Belo Horizonte isso está acontecendo. Existem em São Paulo empresas privadas, que visam ao lucro e que adotaram o nome de tribunal. Existe uma empresa que se chama Tribunal de Arbitragem, que atua na área trabalhista e que está agindo violentamente na retirada de direitos dos trabalhadores. Fazem a arbitragem e, através dela, alegam que é melhor fazer o acordo, pois assim a pessoa recebe depressa; senão, serão anos de espera. Trabalhadores estão abrindo mão até de salários, além de outros direitos fundamentais, que, pela Constituição, são irrenunciáveis. Isto é o que se quer impor: a arbitragem. Então, especialmente na área trabalhista, as perdas brasileiras seriam mais do que evidentes.

Por todas essas razões - e muita coisa mais poderia ser dita -, acho que a questão da ALCA é extremamente grave e séria. Podemos, sim, aceitar a discussão do assunto e vamos debater. Mais uma vez, quero dizer que um acontecimento como este é de enorme importância porque os brasileiros ficam mais informados, mais motivados para que a decisão seja efetivamente aquela de interesse do povo brasileiro.

Concluindo, quero ressaltar dois pontos. O primeiro é a observação, que também vem da ALADI, de que ganhar ou perder com a ALCA depende de negociações em áreas hoje pouco discutidas e por isso mesmo pouco claras, ou seja, as de investimentos, compras governamentais, serviços e propriedade intelectual. Afinal, o que é que se está propondo, o que se vai decidir? O Brasil vai ganhar ou perder?

A última observação, que faço com muita franqueza, refere-se às declarações de um personagem norte-americano muito importante, John Williams, que é muitas vezes lembrado como o pai do Consenso de Washington, que foi um acordo tremendamente danoso a toda a América Latina. Ele disse há pouco, em 12/8, que tudo irá bem para o Brasil se os candidatos à Presidência efetivamente garantirem o respeito às atuais metas fiscais. Se fizerem isso, desaparecerão os temores de que não irão honrar os pagamentos da dívida. Traduzindo, estão querendo - e foi isso que o Presidente Fernando Henrique quis fazer - fazer com que os candidatos à Presidência aceitem desde já esses acordos, essas imposições, que são muito prejudiciais ao Brasil. Se for para os candidatos chegarem à Presidência de mãos atadas, obrigados a respeitar tudo isso, qualquer um serve. É melhor, em vez de gastar dinheiro com eleições, com campanha eleitoral, contratarmos um gerente, porque é só para aplicar aquilo que já foi decidido. Então, para que a campanha eleitoral, as discussões?

Com isso, quero concluir dizendo que, segundo meu entendimento, a ALCA é uma tremenda ameaça à soberania brasileira e à dignidade do povo brasileiro. Por essa razão, é possível aceitar a discussão, mas exigindo muitas explicações, informações e, sobretudo, exigindo que nenhuma decisão seja tomada antes que seja ouvido o povo brasileiro. O povo brasileiro deve ser o senhor do seu próprio destino. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Reinaldo Gonçalves

Bom dia a todos! Primeiramente, quero agradecer ao Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, em particular à minha amiga Dirlene Marques, grande liderança dos economistas. Cumprimento também a Dalgiza, companheira de lutas, o Valério Arcary, o Deputado Anderson Adauto. É um privilégio e uma honra estar aqui com o Prof. Dalmo de Abreu Dallari, um dos mais importantes juristas do País, homem de estatura moral e profissional ímpar. É uma honra para mim estar aqui com ele, agradecendo também ao público, cuja presença é a mais importante de todas.

A minha intervenção será dividida em três partes. Na primeira, tentarei justificar por que devemos rejeitar a ALCA. Não há meio-termo, é solução de canto: ou "sim" ou "não". No plebiscito da Semana da Pátria, na realidade, temos que dar três "nãos" rotundos, redondos às perguntas colocadas no plebiscito. Não às negociações, não ao tratado e não a Alcântara. Então, demonstrarei as razões, do ponto de vista econômico, pelas quais temos que dar um "não" rotundo ao projeto da ALCA.

A segunda parte da minha intervenção será para discutir a rejeição da ALCA, do ponto de vista social. Qual o efeito que o projeto ALCA teria, caso implementado, sobre o cotidiano do cidadão? Razões econômicas fundamentalmente se prendem a um Brasil com os chamados "efeitos macroeconômicos", mas quero, em seguida, fazer uma discussão das razões de natureza social. Cada um de nós, no nosso cotidiano, será afetado pela ALCA. Ela não é uma abstração, um macroprojeto de Brasil cujos efeitos ocorrerão em 2010 e em 2020. Não. Eles terão impacto no cotidiano. Você se forma na escola agora e no ano que vem ou em 2003, 2004 vai para o mercado de trabalho ou caminhar na rua. Isso vai ser afetado significativamente por um projeto da ALCA, que temos de rejeitar sem deixar margem à ambigüidade.

Finalmente, há a questão da dinâmica política e econômica. Isto é, quem são os ganhadores? No fundo, quem são os nossos adversários? Há pessoas que defendem a ALCA. Temos de entender por que há indivíduos, classes e grupos na sociedade que defendem a ALCA. Precisamos identificar quem são os inimigos, quem são os adversários. Partindo do princípio de que os americanos estão defendendo os interesses deles, os nossos inimigos estão aqui dentro. E temos de reconhecê-los como inimigos, apesar do princípio cristão de amor ao próximo, e combatê-los implacavelmente.

A nossa intervenção será dividida em três partes. Vamos começar.

Por que a ALCA tem de ser rejeitada do ponto de vista da lógica e da economia? Por uma questão bem simples. Vocês sabem que o Fernando Henrique é o pior Presidente do Brasil dos últimos 100 anos. (- Palmas.) Isso não é uma opinião. A evidência empírica e histórica do Brasil mostra que, se considerarmos indicadores econômicos como inflação, crescimento, dívida externa e interna, vulnerabilidade externa, vamos observar que o Brasil está andando para trás. Foram oito anos de desempenho medíocre. Não há registro, na história do Brasil, de Campos Sales, em 1898, até hoje, de resultados econômicos tão medíocres quanto os do Governo Fernando Henrique, do ponto de vista de gestão macroeconômica, sem considerar que os direitos sociais estão regredindo e os direitos civis, retardatários. Resultado: esse Presidente medíocre colocou o País na trajetória de instabilidade e crise que estamos vivendo. O que significa essa trajetória? Esse Governo fez uma abertura, uma liberalização, uma desregulamentação da economia brasileira que é absolutamente incompatível com a nossa realidade. Fernando Henrique acha que o Brasil é a Suíça ou os Estados Unidos. Isso gerou um problema de vulnerabilidade externa. Temos uma baixíssima capacidade de resistência a pressões, a fatores de desestabilização e choques externos. O Brasil é um país frágil, débil, acororado frente ao cenário internacional. Qualquer problema externo num país da América Latina e da Ásia afeta o Brasil. Isso não causa impacto na Espanha, em Portugal, mas impacta no Brasil. É o resultado de um projeto predatório, medíocre, que foi implementado pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso, pelas forças que o apoiaram e o apóiam.

O resultado da vulnerabilidade externa são as crises cambiais decorrentes. O dólar subiu ontem. Qual a tendência? O dólar explodir. Numa semana sobe, noutra desce, com uma tendência de crise cambial decorrente. Aí, vem a "lorotagem" do superávit primário para desaquecer a economia e colocá-la em recessão para economizar dólar. A balança comercial, neste ano, dará superávit. Qual o resultado? As exportações não cresceram, mas as importações caíram 12%, porque o Brasil está andando para trás. A renda disponível no Brasil caiu de 1998 para cá, e o desemprego aumentou, com todas as suas conseqüências. As crises cambiais decorrentes geram problemas: desemprego, recessão, falta de

investimento, degradação da saúde e da educação. O resultado dos programas econômicos são as graves conseqüências sociais, o esgarçamento do serviço social. O Brasil está fragmentado, tensionado, esgarçado no seu plano social, com a miséria, a violência, a perda de esperança e de perspectiva. Estamos num momento ímpar dos últimos 100 anos.

No Brasil, havia uma tradição: toda vez que o pai olhava para o filho, ele tinha a certeza de que o seu filho estaria melhor que ele. Hoje, quando olhamos nos olhos dos nossos filhos, temos medo de que o futuro deles seja pior do que o presente. Isto é, a próxima geração estará em situação pior do que a da atual. Isso é um legado da elite predatória, criminoso, vagabundo, irresponsável e incompetente que temos, que é representada pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso. (- Palmas.) Isso não é uma observação normativa, é evidência, é a história de hoje, lamentavelmente. Problema social gera tensionamento na política. Por que hoje há essas traições permanentes? Por que, em passado recente, dois Presidentes do Senado foram expelidos? Eles eram membros da classe mais reacionária e conservadora do País. Temos uma traição atrás da outra. O próprio Governo faz isso. Esse tensionamento na política significa o quê? Risco crescente de crise institucional. No Brasil, o risco de crise institucional cresce exponencialmente. Em outras palavras, com relação à trajetória, há uma abertura, uma desregulamentação, uma liberalização irresponsável e incompatível com a realidade brasileira. A vulnerabilidade externa é o passo seguinte. Em seguida, problemas econômicos gravíssimos, resultado do esgarçamento do serviço social, tensionamento na política e risco crescente de crises institucionais. Essa trajetória é a africanização do Brasil e da América Latina. Detalhe técnico: Argentina, Paraguai, Uruguai, Equador, Colômbia, Venezuela, Peru estão nessa trajetória. E alguns deles, se não a totalidade dos países que mencionei, chegaram a uma crise institucional. Segundo o detalhe técnico, não somos mais inteligentes, espertos ou bonitos que os Argentinos; eles têm nível de renda, educação e quatro Prêmios Nobel, e estão numa profunda crise institucional. A última bomba de efeito retardado desse Presidente mediocre, Fernando Henrique, é o potencial extraordinário de crise institucional. Tem que haver uma ruptura para esse modelo. E a ALCA? Simplesmente significa maior abertura, liberalização e desregulamentação, significa acelerar, aprofundar e ampliar a raiz fundamental do nosso processo de africanização. Mesmo que os americanos decidam dar uma colher de chá para esses cucarachos que somos nós, na visão deles, abrindo o mercado para nós, para o aço, para a soja, mesmo que façam isso, a ALCA transcende a questão de acesso ao mercado. Na lógica do americano, a questão de venda de mercadorias é a coisa menos importante; o fundamental para eles é a questão da proteção de seus investimentos e a venda de serviços. É isso que querem. Significa mais liberalização para seus capitais e para suas empresas, menos regulamentação para seus capitais e empresas, maior abertura para a entrada e saída de seus capitais e maior garantia para suas propriedades intelectuais. É isso que querem. Por isso, temos que rejeitar a ALCA.

Mesmo que dêem melhores condições de acesso aos nossos produtos lá fora, não vale a pena. A questão de acesso a mercado de produtos, de bens físicos tangíveis e armazenáveis é a coisa menos importante. A menos que reduzam as barreiras tarifárias e não tarifárias a zero, a ALCA não vale a pena para o Brasil, porque transcende a lógica do comércio internacional de bens. Ela tem uma lógica de investimento, financeira, de serviços, de propriedade intelectual e de proteção ao emprego que é contrária aos interesses brasileiros em curto, médio e longo prazos. Por isso, temos que rejeitar a ALCA.

O problema da ALCA é que produz impactos sociais altamente negativos. Vamos ilustrar, falando sobre o desemprego. O aprofundamento da abertura econômica significará o que aconteceu no Canadá, quando fizeram o NAFTA com os americanos. Estamos falando sobre o Canadá, não é Argentina, Colômbia ou Brasil. Os americanos fizeram o NAFTA para a reestruturação produtiva, porque estavam perdendo competitividade nos anos 80. Na ocasião, fizeram essa reestruturação no quintal preferencial deles: o Canadá. Um ano depois do NAFTA, 25% dos empregos na indústria canadense desapareceram. Estamos falando em indústria canadense, e não em indústria decadente de São Paulo. Lá, como têm um país rico, há rede de proteção, o que não existe no Brasil. Então, o desemprego será a primeira coisa que entrará nos dois dígitos.

Outra questão é a desnacionalização da economia brasileira, com todas as implicações econômicas que isso traz, em termos de vulnerabilidade, reestruturação de emprego, perda de soberania, etc.

Precariedade das relações de trabalho, que aconteceu no México, com o NAFTA.

Enfraquecimento das organizações sindicais. Com o desemprego e flexibilização, as organizações sindicais perdem força.

Destruição da agricultura familiar, com o avanço dos "agrobusiness", exportadores de "commodities".

A idade ALCA significará um retorno do Brasil a uma economia primária exportadora, o que já está acontecendo. O Brasil volta ao século XIX, ao século XVIII, ao século XVII. Queremos a abertura no mercado norte-americano para exportar o quê? Açúcar, minério de ferro, aço plano, recurso natural, por excelência. No Brasil, a ALCA significa um processo de "reprimarização" do comércio exterior brasileiro, que, por sinal, já está acontecendo. Isso tem que ser rejeitado.

Perda de renda, pobreza, é outro aspecto importante. O Brasil se transformará em uma plataforma de exportação, sem valor agregado, e verá o aumento da pobreza, da perda de renda e da internalização da produção.

Expulsão de populações rurais, trabalhadores e população indígena: com a expansão do "agrobusiness" e da mineração, no caso do projeto da ALCA, o Brasil, no fundo, virará uma economia cada vez mais complementar à economia americana. Não será substituída, volta o Brasil das "plantations", dos enclaves e da disputa de terra para produzir "commodities" para exportar para os Estados Unidos. É a garantia de que o Brasil será um quintal fornecedor de matérias-primas.

Degradação do meio ambiente: o agronegócio, o "agrobusiness", de que este Governo tanto se orgulha, desenvolve efeitos sobre o ambiente. As empresas de transgênicos norte-americanas "nadarão de braçadas" na economia brasileira.

Desigualdade regional de renda e riqueza, em razão da redução do nível de emprego e da queda de renda: a violência e o tráfico de drogas aumentarão, porque a mercantilização, o desemprego, a queda de investimento, a redução do aparelho repressivo do Estado e o enfraquecimento das contas públicas significam que o aparelho repressivo retrocede, assim como o nível de emprego, e, portanto, aumenta o nível de violência, do tráfico de drogas, do tráfico de armas. É o processo de africanização do Brasil.

Vamos falar sobre a emigração. Há dez anos, havia 1 milhão de brasileiros fora do nosso País. Hoje, são 2 milhões. O Brasil está expulsando seus cidadãos, que têm de sair para manter o nível de dignidade. O resultado é a fragilização dos laços familiares e comunitários. Com a emigração, a expulsão das pessoas das áreas rurais, a migração interna acelerada, temos uma fragilização das comunidades e das famílias, além da insegurança, incerteza e desesperança diante da instabilidade econômica. Finalmente, a emigração aumenta o risco de ruptura institucional em razão dos problemas sociais, econômicos e do tensionamento dos processos, das estruturas e das relações públicas.

Sob o ponto de vista social, a ALCA tem de ser rejeitada "in totum". Não há meio-termo. É zero ou um. É problema binário: se a aceitarmos, nós nos africanizaremos e terminaremos em uma brutal crise institucional em curto prazo. Podemos rejeitá-la, romper o modelo e procurar novo caminho.

Se a ALCA é tão ruim, por que existem defensores? Vamos começar pelo empresário, este animal em extinção no Brasil. Os empresários são os menos tontos. A pesquisa com eles é curiosa: ao perguntarmos se estão preparados para a ALCA, 80% responderão que sim; mas, se

perguntarmos se os outros empresários estão preparados, 80% responderão que não. Obviamente, existe um problema de falácia de composição, pois estão mentindo ao dizer que estão preparados para a ALCA.

Quem ganhará com a ALCA? O setor exportador, porque irá defender a redução das barreiras. Por isso, esse setor está defendendo a ALCA. A burguesia industrial decadente também ganhará. Com a ALCA, os investimentos norte-americanos no Brasil ficarão mais protegidos. Conseqüentemente, as empresas brasileiras terão um valor mais elevado. Aí, venderão suas empresas para os americanos e deixarão por lá o dinheiro. A ALCA significa maior valorização do capital dessa burguesia industrial decadente, que está vendendo suas empresas, mandando seu capital e seus filhos para fora do País. Façam uma pesquisa na Av. Paulista. Cem por cento dos empresários são a favor da ALCA porque venderão suas empresas, que seriam mais valorizadas.

Também ganharão os barões da privatização: esses "empresariozinhos", por meio do tráfico de influência e acesso ao dinheiro fácil, conseguiram comprar empresas estatais, multiplicando, assim, o seu capital. Com melhor proteção do investimento, captarão recursos, comprarão empresas, irão revendê-las com lucro e depois mandarão o dinheiro para fora. Dessa forma agirão esses baronetes da privatização. O latifúndio improdutivo também ganhará, porque as terras brasileiras, com a ALCA, funcionarão como reserva de valor. O maior latifundiário da Argentina é o Soros, que tem milhões de hectares. Sabem por quê? Reserva de valor. Com recursos de 200, 300 ou 400 milhões, podem ser comprados milhares de hectares no Brasil, que depois serão deixados como reserva de valor. Esse latifundiário improdutivo e essa oligarquia predatória brasileira - assentada em milhões de hectares improdutivos - venderão suas terras para o capital internacional. Isso será um grande problema na época de se fazer reforma agrária.

As multinacionais americanas e européias também ganharão. A Volkswagen será beneficiada com a diminuição da restrição do acesso ao mercado americano. A FIAT também ganhará. Os Bancos, não só os americanos, também ganharão muito por causa das melhores condições de entrada e saída de capital. Os grandes meios de comunicação também irão ganhar, porque estão quebrados. Agora, a legislação brasileira foi alterada, permitindo a compra pelo capital estrangeiro. Por que justamente agora? Porque estão doidos para vender e venderão 30% do capital, mandando o dinheiro para fora. Por isso, os grandes meios de comunicação são favoráveis à ALCA: venderão 30% de suas ações, de suas cotas para o capital norte-americano.

Finalmente, o Governo brasileiro é a favor da ALCA, porque o Brasil está quebrado, está muito pior do que imaginam os Bancos internacionais, que conhecem pouco da nossa realidade. Sabemos que o Brasil está pior do que imaginam. O resultado é o Governo desesperado, procurando dólares. Ontem e hoje, vendeu dólares. O Governo Fernando Henrique precisa de dólares. Se em novembro a reserva internacional do Brasil chegar a zero, haverá crise de governabilidade. Se o dólar acabar, não teremos trigo. Também não teremos petróleo e não poderemos sair de casa. A radiopatrulha não sairá da delegacia. Isso provoca crise institucional.

Por isso eles fizeram esse "acordinho" com o Fundo Monetário. Em síntese, o Governo brasileiro, de Fernando Henrique, é o principal defensor do dólar. Argumento: eles querem mais que os próprios americanos. Portanto, os americanos são adversários. Nosso inimigos são: o Governo brasileiro de Fernando Henrique Cardoso; os meios de comunicação; os Bancos; o "agrobusiness"; o latifúndio; a burguesia industrial decadente. Esses são os donos do poder que temos de combater, os nossos inimigos número 1. Não é pouca coisa. Esse é o bloco histórico que temos que derrotar. Esses são os nossos inimigos. Os americanos estão defendendo seus interesses. Os donos do poder estão defendendo seus interesses particulares, privados, contra o interesse do povo brasileiro. Pior do que agir contra meu interesse, estão vendendo o futuro do Brasil, estão vendendo o futuro de meus filhos, por isso não podemos perdô-los. Podemos amá-los, mas temos que reconhecê-los como inimigos, derrotá-los e perseguir-los implacavelmente. Não há perdão quando nosso futuro fica comprometido, isto é, quando o risco é grande; perdemos dignidade, felicidade e liberdade, com a crise institucional. Em outras palavras, o que essa elite predatória está fazendo é colocar-nos em risco de perder o sentido da vida. Isso nós não podemos, em hipótese alguma, perdoar nem permitir que ocorra. Por isso temos que dizer um não rotundo às negociações da ALCA, um não rotundo a Alcântara, um não rotundo ao tratado da ALCA. Muito obrigado pela atenção.

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Quero agradecer ao Prof. Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e dizer-lhe que aqui em Minas Gerais, aproximadamente há dois meses, apresentamos a esta Casa as conclusões de uma CPI que realizamos na indústria extrativa de Minas Gerais, especialmente nas carvoarias. Analisamos as condições de trabalho e a situação dos trabalhadores nas carvoarias. O senhor fala de "precarização" do trabalho; isso já existe. Imagino o que virá. Coloco à disposição de todos as conclusões da CPI que tratou da indústria extrativa, talvez por meio do "site" da Assembléia, que informaremos até o final da reunião. É uma situação de verdadeira servidão humana. Não sei como essa informação estará disponível no "site" da Assembléia. Não sei mais o que significará a "precarização" e a terceirização, um dos processos mais perversos de "precarização" do trabalho, incluindo o setor público, com sua convivência e omissão. Tudo o que foi exposto aqui pelo Prof. Reinaldo agrega uma série de informações e valores que atijam nossa consciência. Estamos colocados, talvez, diante dessa mesma concepção que o Marcuse fez, a qual gostaria de levar a nossa reflexão. Marcuse tem uma frase muito interessante. Diz que a primeira condição para um escravo se libertar é ter consciência de que é escravo. Acho que nós, o povo brasileiro, estamos tomando consciência da nossa situação, do que somos. A Ivana fez ontem uma reflexão nesse sentido: "Que somos nós? Quem é o povo brasileiro? O que queremos?". Esse desafio está sendo colocado em cada ponto, em cada palestra, em cada momento na Assembléia Legislativa.

Palavras do Sr. Valério Arcary

Bom-dia a todos, é uma satisfação estar em Belo Horizonte.

Acho que não há controvérsia sobre estar o Brasil diante de uma encruzilhada histórica. E um dos aspectos dessa encruzilhada é a questão da ALCA. Não é sempre que os países estão numa encruzilhada. Nós nos habituamos à idéia de que o Brasil está em crise. Essa idéia ficou vulgarizada; porém há crises e "crises". A situação que coube à nossa geração é uma situação excepcional. É uma encruzilhada histórica com toda a sua gravidade. Ou seja, há uma bifurcação de caminho que se coloca diante da nossa geração. De um lado, o Brasil pode regredir, como nos lembrou o Reinaldo, à condição de colônia, sofrendo todas as conseqüências econômicas, sociais, políticas e militares; de outro lado, o Brasil e a América Latina podem ser os protagonistas de um processo histórico inédito em nosso subcontinente. Pode ser que na América Latina esteja comecando uma segunda vaga da luta pela descolonização, ou seja, de uma luta revolucionária. Talvez esse processo já tenha comecado. Como sempre, na história, os acontecimentos são aprendidos com um certo atraso.

O Reinaldo falava sobre a crise de institucionalidade. Essa crise já foi aberta. As instituições, a forma dos regimes políticos e a forma de se organizarem as relações de poder na sociedade latino-americana estão profundamente abaladas. Estamos assistindo a acontecimentos únicos na história. O acontecimento mais importante na América Latina, para ilustrar os desafios que estão sendo impostos ao Brasil, foi o seguinte: no primeiro semestre, o alto comando das Forças Armadas da Venezuela aplicou um golpe para destituir o governo eleito de Chávez. Isso faz parte da rotina latino-americana. Sabemos que, quando certos interesses são contrariados, mesmo que limitadamente, um dos recursos seria apelar para as Forças Armadas, como uma guarda pretoriana da ordem, que impõe a disciplina no país. A embaixada americana foi o centro da conspiração.

O que é extraordinário e inédito, que a geração do Prof. Dalari não viu antes e que nos coube foi o seguinte: o povo pobre das favelas de Caracas, mais de dois milhões e meio de pessoas, comecou a descer às 10 horas da manhã. O golpe tinha acontecido durante a madrugada da sexta-feira para o sábado. No início, não eram mais do que 400 à porta do palácio, mas, às 18 horas, havia mais de 2 milhões de pessoas. E as Forças Armadas não tinham mais o controle de 80% da cidade.

A imprensa tenta reduzir esse episódio dizendo que os militares leais a Chávez derrotaram a área golpista. Isso não tem nenhuma relação com a realidade. Trata-se de uma ficção do jornalismo internacional. Na Venezuela, existia uma pequena fração de oficiais golpistas, uma minúscula fração de oficiais leais a Chávez e uma gigantesca maioria das Forças Armadas completamente em cima do muro, sem saber o que fazer. Porém, depois das 3 horas da tarde, essa maioria dos oficiais das Forças Armadas deu-se conta de que havia começado uma insurreição operário-popular. O problema agora não seria mais a preservação da ditadura ou a restauração do governo eleito. O problema seria como convencer dois milhões e meio de pessoas furiosas a voltar aos morros. Esse era o desejo da classe dominante da Venezuela. Queriam que fossem da casa para o trabalho e vice-versa. Mas, naquele sábado, aquela multidão, mudando o caminho, disse: "Com licença, não vamos trabalhar. Não aceitamos o golpe militar".

A maioria dos oficiais foi buscar o Chávez, que já tinha entregue o Estado. Estavam discutindo onde exilá-lo, se seria no México, em Cuba, ou na Espanha. Discutiam uma alternativa. Nessas circunstâncias, a maioria dos oficiais neutros das Forças Armadas procurou o Chávez e disse-lhe: "Como você sabe, não morreremos de amor pelo seu governo. Temos muitas tensões, mas a única pessoa que, neste momento, pode convencer essa multidão a sair das ruas é você. Então, devolvemos-lhe o poder".

A Embaixada Americana viveu o vexame do século. Esse foi o maior vexame diplomático de que me recorde nesses últimos 30 anos. Mesmo a fuga final do Vietnã não foi tão patética. A Embaixada Americana teve de explicar o porquê da articulação do golpe e do reconhecimento, em 24 horas, do governo golpista. O Fundo Monetário, até agora, não liberou nem um centavo da renovação do empréstimo para a Argentina em sua situação de colapso. Alegrementemente anunciou que, diante da nova realidade muito favorável da Venezuela, estava plenamente disposto a apresentar um plano de emergência e novos empréstimos para esse país. Os golpistas tinham 2 horas de posse e já contavam com a garantia do Fundo Monetário de que teriam o seu apoio sólido.

Faço essa referência porque estamos diante de acontecimentos novos. A história estuda o passado e pode iluminar o futuro. Quando estamos diante de encruzilhadas graves, como essa em que vivem a América Latina e o Brasil, é bom procurar referências históricas.

O que vemos atualmente não é novidade. Já existiram duas vagas de colonização do mundo anteriores a essa que se iniciou na década de 90. A primeira é a da expansão marítima, à qual o Prof. Dalari se referiu. A Europa assumiu o domínio marítimo e obteve uma liderança sobre o comércio mundial, pela primeira vez na história. Esse foi um dos desenlaces históricos possíveis. Lembrem-se de que, durante milênios, a Europa esteve acossada pela África e pela Ásia, e não o contrário, devido à maior densidade demográfica desses dois continentes. Houve o horror europeu diante das vagas das invasões asiáticas, dos hunos, dos mongóis e do Islã.

Porém, no século XVI, pela primeira vez, surpreendentemente, a Europa inverte a correlação de forças históricas que havia mantido com a África e a Ásia e conquista o domínio dos mares. Mas, nesse momento, essa vaga de colonização, em que se estabeleceram feitorias, foi comercial. Ainda assim, as relações comerciais eram deficitárias para a Europa. A China comprava muito pouco da Europa. Ela recolhia a prata que a Europa trazia para levar as mercadorias de luxo.

No final do século XIX, assistimos a uma segunda vaga de colonização e também de conquista, em que há uma hegemonia político-militar sustentada por uma base qualitativa e imensamente mais poderosa e avançada, já que havia ocorrido a Revolução Industrial. Trata-se da partilha e da conquista do mundo pelos grandes monopólios, e os Estados nacionais são a forma política de defesa dos interesses dos países imperialistas. Então, constituem-se os impérios modernos.

São duas vagas de colonização, que permitiram gigantescas vantagens econômicas, políticas e militares para os países europeus, para os países centrais, dentro do sistema mundial do Estado. Os países que ficaram na periferia do sistema pagaram a conta. Foram condenados, reduzidos e sacrificados à condição de colônias.

Mas a história também nos ensina que, assim como existiram duas vagas de colonização, também existiu uma vaga de descolonização. Isso é muito importante, porque praticamente todos os partidos da classe dominante, no Brasil e no mundo, dizem que não há outro caminho. O único caminho é aceitar a ordem imposta pelo mercado mundial, as condições delimitadas pelo neoliberalismo e pela hegemonia americana.

Atenção: ai daqueles que decidirem não obedecer à institucionalidade imposta pelo governo americano! Sobre esses se abaterão as sete pragas do Egito Antigo. Coisas terríveis e imprevisíveis podem acontecer. Os corintianos vão ver todos os seus filhos virarem palmeirenses. As filhas não vão mais beijar os pais.

Os quatro cavaleiros do Apocalipse se lançarão sobre aqueles Estados, nações e povos que ousarem dizer não à ordem. Temos essas terríveis ameaças e essas chantagens, que, como lembrou o Prof. Dalari, desqualificam até uma conquista recente do povo brasileiro, que exigiu tanto sacrifício e vidas destruídas, como o sufrágio universal.

Mas, como disse o Prof. Dalari, que eleição, se o FMI exigiu que os candidatos à Presidência, antes da eleição, assinassem um documento em que assumem o compromisso de ter superávit fiscal de 3,75%? O povo brasileiro não sabe, mas trata-se de um número mágico. Se tivermos esse superávit fiscal, teremos rios de leite e mel, porque o FMI vai proteger o nosso futuro.

Não há cláusulas secretas para acelerar a implantação da ALCA, porém, ai de nós se vencer as eleições um candidato que não respeite o número mágico dos 3,75%! Não importa que o novo Presidente seja eleito pela vontade da maioria do povo brasileiro, porque, se não for respeitado o superávit fiscal, o Brasil não vai poder honrar o pagamento das dívidas externa e interna. Ai se abaterão sobre nós as maldições dos templários, as pragas bíblicas, o Armagedom e todas as catástrofes vistas e por ver na história da humanidade.

Como há essa chantagem, é bom lembrar a história. Não houve apenas duas vagas de colonização. Houve uma vaga histórica de descolonização. Uma vaga revolucionária que foi o orgulho da geração anterior. Foi nessa vaga revolucionária que os ingleses foram postos para correr da Índia, sim, a Inglaterra, o império invencível, construído em cima dos 67 anos do reinado da Rainha Vitória. Viu-se um povo inteiro unificado e mobilizado derrotando os ingleses, com grandes lutas.

Em outro debate me perguntaram: "Valério, não há nenhum setor da classe dominante disposto a liderar uma resistência contra a ALCA?". Infelizmente, não. Oxalá surgisse um grande líder no Brasil. Oxalá surgisse das classes dominantes um líder político que dissesse: "Sou a favor do capitalismo". Acho que é inexorável a desigualdade e a grande propriedade privada dos meios de produção. As coisas são como são, mas não aceitamos a ALCA. Acho que o Brasil deve fazer uma segunda independência. Há que unir o povo brasileiro, para impedir a redução do Brasil à condição colonial. Só que não surge um grande líder. Estão todos rendidos.

Como disse o Reinaldo, estão transferindo toda a poupança líquida que puderem para os paraísos fiscais. E estão desesperados e apavorados com a instabilidade das pesquisas eleitorais. Há um clima de enorme intranquilidade, porque, aparentemente, o herdeiro de Fernando Henrique se prepara para um desastre eleitoral.

Por outro lado, não é nenhuma surpresa porque, depois do que aconteceu com o Fujimori, no Peru, com De La Rúa, na Argentina, e,

recentemente, no Uruguai, é impossível que o resultado do Serra não seja uma catástrofe eleitoral. Como disse o Reinaldo, são oito anos em que se produziu um desastre nacional.

A vaga revolucionária do pós-guerra não ocorreu só na Índia, mas também na China. A China viveu, na seqüência da 2ª Guerra Mundial, possivelmente a maior revolução camponesa da história. Nunca uma revolução camponesa havia sido triunfante como a chinesa. Não que não tivessem ocorrido as "jacqueries", como ficaram famosos, porque "jacques" é o termo que se usa, na França, para denominar o "zé-povinho". E as "jacqueries" foram as primeiras revoluções antifeudais, já no século XIV. Quando se fala "zé-povinho", na França, fala-se "le jacque", referindo-se ao povo; e "la jacquerie", ao levante do povo. Essa foi a primeira revolução camponesa, após a qual existiram muitas: as alemãs, no século XVI, em que as forças camponesas foram dramaticamente derrotadas, e, em consequência, prolongou-se a servidão durante 250 anos na Alemanha. Na China, vimos o triunfo da maior revolução camponesa da história. O país, que tem a maior densidade demográfica do mundo, conquistou a independência; além disso, viveu um processo revolucionário que foi além da propriedade privada.

É bom lembrar a história, porque há 20 anos não há grandes vitórias revolucionárias dos povos. Houve, então, a última grande vaga revolucionária: a Argélia derrotou a França. A OAS, que era o núcleo forte das Forças Armadas francesas, impôs De Gaulle, por volta de 1958-1959; como Bonaparte, ela faz a mudança da Constituição, instaura-se a 5ª República, com enorme concentração de poderes nas mãos da Presidência para vencer a guerra colonial. A França foi derrotada, sendo seus soldados, anos após anos, derrotados na Argélia.

A América Latina já havia tido sua independência quando os países centrais não eram impérios modernos capitalistas, e sim impérios comerciais, muito mais frágeis. A América Latina, ao viver movimentos de independência precocemente, na seqüência das guerras napoleônicas, aproveitou uma janela aberta, uma encruzilhada histórica favorável, tendo a possibilidade de conquistar a independência em condições mais favoráveis do que o foram para a África e a Ásia. O que estamos vivendo, hoje, é a terceira vaga da colonização capitalista do mundo. É o terceiro processo da colonização: o primeiro, no século XVI; o segundo, no final do século XIX; e o que ora estamos vivendo. Esse processo é histórico. Todo o mundo capitalista, toda a periferia da economia capitalista está sendo recolonizada pelos países centrais. Não se trata de um projeto só para a América Latina, já que também envolve a Ásia. A recolonização é um projeto global.

A que responde esse projeto? A duas causas fundamentais: de um lado, a crise crônica, que se abriu em 1973-1974 na economia capitalista, que se desenvolve em ritmos qualitativamente menores do que os do período pós-guerra, perdendo o impulso do crescimento sustentado, a que os ingleses denominavam "os 30 anos de ouro". Depois de 1973, 1974, a superacumulação de capitais se expressou em taxas de crescimento muito baixas e longos ajustes recessivos brandos - não como os de 1929 -, que evitaram depressões destrutivas catastróficas, como foram as dos anos 30. Mas, essencialmente, a economia capitalista anda de lado há vinte e poucos anos. A recuperação de taxas de crescimento exige que os países da periferia sejam reduzidos a um estatuto distinto dentro do Sistema Mundial de Estados. Os Estados não se relacionam igualmente, há uma hierarquia de poder. Há países independentes na periferia. Nessa condição encontram-se Cuba, Irã, China, Rússia, por exemplo. Isso, independentemente da avaliação subjetiva, mais ou menos favorável, que façamos dos regimes políticos. Trata-se de análise fria e objetiva de qual é o lugar de cada Estado nacional no Sistema Mundial de Estados. Há países dependentes. São aqueles que têm, por alguma razão socioeconômica, enorme importância estratégica para os países centrais, ainda que tenham Estados nacionais frágeis, Forças Armadas débeis. Há países que são semicolônias, que formalmente têm independência, mas essencialmente são colônias comerciais. Há países que já foram reduzidos à condição de colônia. É a realidade do Equador, por exemplo, que perdeu sua moeda nacional e utiliza o dólar. O estatuto do Equador não é muito diferente do de Porto Rico.

Avançam os protetorados no mundo. Trata-se de um fenômeno novo, uma regressão histórica. No século XIX, eram comuns os protetorados; diminuíram no século XX e aumentaram no início do século XXI. Há protetorados americanos no Afeganistão, na Bósnia, no Kosovo. Aumentam os encaves do mundo. Fenômeno típico do século XIX, ressurgiu a segunda vaga da colonização capitalista. Os americanos vão estabelecendo encaves militares em várias regiões estratégicas, sobretudo no nosso continente. Cercam a Amazônia, por isso o interesse estratégico em Alcântara. Existem outras bases militares que fecham o cerco, sendo parte desse processo a invasão da Colômbia. É parte do processo da recolonização do mundo a guerra de Sharon contra o povo palestino, uma espada de Dâmocles sobre a cabeça de todos os outros Estados do mundo árabe, que compreendem o que significa desafiar a ordem americana. É onde se insere a ALCA, que fecha a área do dólar e reduz o Brasil a um papel de neocolônia, que será anexada.

O problema é que existe muita crise na América Latina. Não vejo a América Latina indo alegremente para a ALCA. Não vejo assim esse processo, mas sim uma crise tremenda no horizonte. Na Colômbia há uma guerra civil. A notícia de hoje é que o governo decidiu recrutar 20 mil camponeses para enfrentar a guerra contra as FARC, uma guerra declarada sob o pretexto de que seria uma luta contra o narcotráfico. Digo "pretexto" porque qualquer pessoa minimamente informada compreende que, se forem tomadas duas medidas simples, resolve-se o problema do narcotráfico: acabe-se com os paraísos fiscais, por exemplo, suspendam-se os paraísos fiscais; estabeleçam-se limites para o sigilo bancário; estatize-se a produção de toda a acetona do mundo - não há como produzir cocaína sem acetona, e não há como fazer os movimentos bancários do narcotráfico se se acabarem os paraísos fiscais e se, pelo menos, for limitado o sigilo bancário, ou seja, for permitido quebrar sigilo bancário e fazer investigações. Acaba-se o narcotráfico. Mas sabemos que o bilhão de dólares que o Congresso americano votou - primeiro, reivindicado por Clinton e, agora, recebido por Bush, um enorme impulso também para a indústria armamentista americana - é, na verdade, para transformar o exército da Colômbia no mais poderoso exército da América Latina e para vencer a guerra contra a guerrilha camponesa mais perene da América Latina. Vencerão a guerra na Colômbia? Isso está por ser visto. Veremos se vencerão. Há uma luta terrível que se anuncia.

O mesmo processo atinge outros países. De La Rúa aplicou na Argentina - falo da Argentina porque é o processo mais avançado - o projeto até o fim. De La Rúa foi eleito como Oposição, dizendo que iria combater o desemprego. Foi eleito como paladino contra a corrupção da era (...), com o apoio de quase toda a esquerda argentina, com poucas exceções honrosas. E, pouco mais de um ano depois da sua eleição, foi derrotado pela maior insurreição popular que já ocorreu na história da Argentina. Na madrugada de 19 para 20 de dezembro do ano passado, em toda a Argentina, sabe-se hoje, algo em torno de 3 milhões de pessoas saíram às ruas em 24 horas. Só para termos o sentido das proporções, a maior mobilização de massas da história do Brasil, no século XX, foi a mobilização das diretas. Em 90 dias, entre 25 de janeiro e 25 de abril de 1984, 8 milhões de pessoas foram às ruas no Brasil. Naquele momento, esses 8 milhões correspondiam a pouco mais de 10% da população economicamente ativa. A Argentina é hoje um país de 36 milhões de habitantes, com uma população economicamente ativa pouco superior a 17 milhões, ou seja, mais de 20%, em vez de saírem às ruas em 90 dias, saíram em dois dias.

Isso é novo na América Latina. Nunca havia ocorrido. Como isso é possível? É possível quando o último torcedor do Boca Juniors, que passou 25 anos dizendo "não quero saber das causas coletivas, não me falem de política, não me tragam os dramas do mundo. Quero ir de casa para o trabalho, do trabalho para casa, tomar vinho, ouvir o Último Tango e torcer pelo Boca Juniors", na madrugada de 19 para 20 de dezembro disse: "Basta, agora vou porque não agüento mais".

Isso é profundo. Mudou a América Latina. O último torcedor do Boca Juniors e do Riverplate está dizendo? "Quero tomar os destinos do meu país na minha mão". Isso teve um custo histórico: uma das ditaduras mais sangrentas que o século XX conheceu, o fracasso de Alfonsín, a hiperinflação, nove anos de ajuste neoliberal de Menem, o fracasso da esquerda a auxiliar De La Rúa. O custo foi gigantesco, mas o gigante adormecido se levantou.

O problema para os americanos é que não são só os argentinos. No Paraguai, ocorreu uma mobilização camponesa que impediu um processo de privatização. Destaco aquele que me parece o mais extraordinário de todos, que foi o de Arequipa, no Sul do Peru. O governo recém-eleito, menos de um ano de mandato de Alejandro Toledo, com o apoio do FMI, apresentado como o homem da recuperação da União Nacional depois da corrupção, depois da repressão, enfim, de todo o drama histórico dos mandatos de Fujimori, iria restaurar o orgulho da nação peruana. O

Presidente eleito tinha a cara do povo peruano: "Vote num índio igual a você", e estava no poder aplicando os ajustes do Fundo Monetário e as privatizações. O Prefeito, de direita, do grupo de Alan Garcia, em Arequipa, uma cidade obscura no Planalto Andino, no Sul do Peru, onde estava a empresa de energia que seria privatizada, disse: "Aqui não!". Uma surpresa! Quem é esse Prefeito? Prefeitos não são para ter opiniões políticas. Prefeitos são para garantir o bom funcionamento do trânsito e o asfalto das ruas. Estão ali para que os negócios se façam. O Prefeito disse que, em sua cidade, não privatizavam, e chamou o povo à luta. Resultado: 24 horas de greve. Para surpresa, foram 200 mil pessoas para as ruas de Arequipa, que nunca tinha entrado no mapa político do século XX. Quando se passava de Cuzco para Lima, pulava-se direto para Santiago. E, nos últimos 100 anos, não aconteceu nada de muito importante na cidade. Nem o Sendero Luminoso tinha influência lá, apesar de ter-se metido nos lugares mais inacessíveis e inimigáveis para fazer a guerrilha maoísta.

Alejandro Toledo disse: "Esse Prefeito do Alan Garcia é macho, mas eu sou mais". Declarou estado de sítio e enviou uma tropa de elite do Exército, o que não é pouca coisa: é uma intervenção estatal na Prefeitura. Entretanto, o Prefeito era danado. Era de direita, mas era danado. Ele disse: "Ah, vão intervir!!? Mandaram tropas. Então, agora será assim: greve geral por tempo indeterminado. Chamarei o povo para abraçar o palácio da Prefeitura, para ver se as tropas entrarão lá. Podem desembarcar no aeroporto, que quero ver se chegam aqui".

Assim, meio milhão de pessoas abraçou o Palácio da Prefeitura, e houve greve geral por tempo indeterminado. Em menos de uma semana, suspenso o estado de sítio, a tropa recuou para Lima e a privatização foi suspensa. Essa foi a primeira mobilização popular que derrotou um processo de privatização planejado e discutido. Ou seja, é possível vencer.

Temos que estudar o que ocorre no mundo. Estamos fazendo um seminário, e as inteligências a serviço do capital também fazem os seus; têm seus professores, acadêmicos e computadores e, além disso, muito mais recursos. Eles estão estudando, e temos que estudá-los, pois quem não sabe contra quem luta não pode vencer. Essa é uma máxima chinesa que está na moda. O Felipão utilizou-a na Coreia. Então, deve ter alguma sabedoria.

Não sou filho de orientais: meu pai era catarinense e filho de iletrados italianos. Mas quiseram as circunstâncias da vida que ele fosse para a Marinha na década de 30, onde descobriu as idéias igualitaristas, as idéias socialistas, e aprendeu a jogar pôquer, o que lhe foi bastante útil para sobreviver. E me ensinou que, se você está numa mesa de pôquer e não sabe quem é o trouxa, na verdade, você é o trouxa. Essa não é uma sabedoria oriental, mas uma profunda sabedoria brasileira. Acreditem: a grande maioria do povo brasileiro sabe que o acordo da ALCA não lhe interessa. Mas é preciso saber se somos capazes de transformar essa força social, que já existe no Brasil, em uma força política, para derrotar o projeto de colonização, derrotar a ALCA. Revolução ou colônia?! Pelo triunfo da revolução brasileira! Que a nossa luta não seja vã! Obrigado. (- Palmas.)

#### Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Coordenadora (Sra. Dalgiza Andrade) - Depois dessas brilhantes exposições, antes de proceder ao debate, gostaria de fazer alguns lembretes em nome do Comitê.

Primeiramente, a cartilha que o Comitê Mineiro elaborou sobre a questão da ALCA está disponível, para quem quiser em maior quantidade, na barraca da consulta popular, no "Hall das Bandeiras", na entrada da Assembléia.

Há um consenso da Mesa em razão do tempo e do número de perguntas que já chegaram à Mesa: infelizmente, vamos suspender o recolhimento delas no Plenário, pela exigüidade de tempo e da agenda dos palestrantes que estão conosco e terão que viajar. Ainda em relação aos lembretes, na banca há livros de alguns dos palestrantes que estão conosco e de outros autores que abordam a questão da ALCA. Sobre os certificados, o Deputado já falou.

Gostaríamos de reforçar, para as pessoas que chegaram atrasadas, a convocação para a plenária que faremos depois do encerramento dos trabalhos da manhã, aqui mesmo, neste Plenário, sobre a organização do plebiscito da ALCA, razão maior para a nossa mobilização.

Durante as oficinas que ocorrerão à tarde, será distribuído um questionário de avaliação e de proposição de tema para o próximo ano, o III Fórum, o qual é muito importante que seja preenchido. Por gentileza, quem for participar das oficinas preencha-o.

Faremos, agora, um bloco de perguntas, intercalando as questões orais. Inicialmente lerei duas perguntas; depois, passarei a palavra para ser feita uma pergunta oral. Logo em seguida, será dada a resposta, para, então, repetirmos o processo.

#### Debates

A Sra. Coordenadora - A primeira pergunta é de Roberto Carlos Rodrigues, da própria Assembléia Legislativa, e foi direcionada ao Prof. Dalmo Dalari: "Professor, no caso da adesão do Brasil à ALCA, como ficaria a situação do consumidor brasileiro?".

A segunda pergunta é da Lúcia Diniz, do Conselho da Cidade de Belo Horizonte, e foi direcionada ao Prof. Dalmo e ao Prof. Valério: "Já estou convencida de que o Brasil sairá perdendo com a ALCA; porém já não estamos discutindo as conseqüências de o Brasil não entrar. Agüentáramos o isolamento?".

Para fazer sua pergunta, com a palavra, o Sr. Zózimo Franca Drumond, aposentado do Tribunal Regional Eleitoral.

O Sr. Zózimo Franca Drumond - Estive recentemente no Uruguai e resolvi pesquisar o índice de conhecimento sobre a ALCA. A princípio, senti-me decepcionado por constatar que 100% a desconheciam. Passei a pensar que o meu espanhol não estava sendo bem falado e fiz as perguntas por intermédio de uma conhecida que é professora de Espanhol. Mesmo assim, 100% a desconheciam. Assim, a minha pergunta à Mesa é: "como está o nível de conhecimento do resto da América Latina em relação à ALCA, em mobilização?". Em caso negativo, o que poderíamos e deveríamos fazer para incentivar-los ou coisa parecida? Obrigado.

O Sr. Dalmo de Abreu Dalari - A pergunta é muito oportuna e importante. Comecei minha explanação dizendo que achava extremamente oportuna a realização deste evento, entre outras coisas, para que houvesse mais informação, divulgação. Isso é necessário porque há interesses econômicos, evidentemente ligados à economia norte-americana, que tem muito espaço na imprensa brasileira e na de toda a América Latina. O que eles fazem é divulgar uma versão totalmente favorável à ALCA. É uma forma de desinformação. Ou as pessoas estão desinformadas ou mal-informadas propositadamente, porque se divulga uma imagem não correspondente à realidade. Tenho sentido no Brasil, e pelos meus contatos com a América Latina também, que, de fato, há um desconhecimento grande do que seja a ALCA. O mais grave é que, se há conhecimento, é sempre no sentido de ser algo favorável.

Vou chamar a atenção para uma coisa que se divulga e é muito interessante: mesmo entre os empresários o conhecimento é precário. A idéia deles é a de que os empresários brasileiros e os de toda a América Latina vão ter acesso fácil, aberto, ao mercado norte-americano. Todos já

estão se sentindo muito ricos. Lembro-me de um motorista da Prefeitura de São Paulo que, certa vez, me disse: "Meu sonho é ir para os Estados Unidos". Perguntei-lhe: "Por quê?" Ele respondeu: "Porque lá todos recebem em dólar". Evidentemente, não se lembrou de que lá todos pagam em dólar também. E assim está acontecendo. Os empresários, com a ilusão de que o Brasil, aderindo à ALCA - o argentino pensa assim, ouvi isso também de um peruano -, no dia seguinte os mercados americanos estarão abertos para todos. Diria que há um desconhecimento grande, por isso, além do benefício e da oportunidade, há a necessidade de um trabalho permanente de divulgação.

Foi bem inspirada pela Assembléia a realização deste evento, mas seria necessário multiplicar eventos desse tipo nos sindicatos, nas associações e onde for possível, para despertar o interesse das pessoas em conhecer mais, a fim de, conhecendo, tomarem uma posição em relação ao assunto. Aqueles que tiverem um bom conhecimento serão contra, não tenho dúvida, e isso é o que convém ao Brasil. Obrigado.

A Sra. Coordenadora - Passo a palavra ao Prof. Valério.

O Sr. Valério Arcary - Vamos responder uma a uma?

A Sra. Coordenadora - Não. Só este primeiro bloco. Vamos fazer encaminhamento.

O Sr. Valério Arcary - Recebi uma pergunta à qual responderei de maneira breve, para podermos ter acesso ao bloco. Um estudante de Direito da PUC-Minas, Alexandre, pergunta: "Chegamos ao ápice do capitalismo, vivemos em uma época de modernidade ou pós-modernidade. Isso explicaria a onda de violência e a crise existencial que a humanidade vive nas últimas décadas?".

Se chegamos ao ápice do capitalismo: durante muito tempo, a esquerda marxista revolucionária - Rosa Luxemburgo, por exemplo, há 100 anos - trabalhava com o critério de que existiria um limite histórico para o capitalismo. Em outras palavras, que o capitalismo, em virtude de suas contradições internas, chegaria a um momento de impossibilidade de continuidade, de reprodução ampliada, de continuar o processo de acumulação, ou, enfim, de que o capitalismo teria uma morte natural, uma grande catástrofe econômica, uma espécie de gigantesco momento de ruptura que independeria da vontade dos homens. Naquele momento histórico, isso poderia ser um prognóstico, era uma hipótese teórica, mas vivemos 100 anos. Então, temos de fazer uma leitura crítica dos clássicos. Em Marx e em todos os outros grandes economistas, existe uma análise das contradições internas do sistema. Todo pensamento de Marx é que existem várias contradições - não vou me referir a elas aqui por não achar apropriado -, mas existem contratendências, existem tendências à crise, sendo o mais importante a baixa tendencial da taxa de lucro, mas há inúmeras contratendências que operam em outra direção. Em resumo: não é uma boa idéia fazer prognósticos catastróficos sobre a morte natural. Não acredito que o capitalismo morra de maduro, caia de maduro. Ele precisa de uma vontade consciente que tenha outro projeto alternativo para colocar no seu lugar. É preciso que haja um sujeito social, ou vários aliados, que transformem a ordem capitalista e derrotem o capitalismo. É certo que vivemos um momento em que, no horizonte, estão 20, 30 anos de crescimento sustentado ou, no horizonte, está, em curto prazo, uma perspectiva de crise e ruína provocada pelo capitalismo. O que vemos, em curto prazo, é um horizonte de crise. Isso é indiscutível. Só se avalia se ela será recessiva, branda, se vai haver o duplo mergulho ou, quiçá, se transformar numa depressão como a de 1929. Não há nenhum analista sério que não considere a perspectiva como de crise.

O Sr. Presidente - Gostaria de fazer um encaminhamento. Sendo uma solicitação do fórum, é pertinente.

Às vezes há perguntas com valor extraordinário, que nos levam a reflexões importantes, mesmo que não tenham respostas imediatas.

Inicialmente, formularemos todas as questões, a fim de garantir que todas sejam feitas. A coordenadora Dalgiza Andrade lerá três questões e, em seguida, convidará três pessoas para formularem as questões oralmente, e esse ciclo se repetirá até o final. Então, passaremos a palavra aos conferencistas, que farão as considerações devidas.

Gostaria de chamar a atenção dos conferencistas para que anotassem as perguntas desde o primeiro momento, pois a fala de cada um será no final da formulação das questões.

A Coordenadora - Faremos ao contrário, chamando, primeiramente, os oradores inscritos. Sra. Carlúcia Maria Silva, representante da CNBB Leste II.

A Sra. Carlúcia Maria Silva - Antes de dirigir a pergunta ao Prof. Dalmo Dalari, registrarei a minha indignação e repúdio pela ausência da grande maioria dos Deputados, que se encontram em processo de reeleição, revelando, assim, o seu descaso e descompromisso com essa temática.

Gostaria que o senhor abordasse a questão da legitimidade dessa campanha e desse plebiscito, pois sabemos que nem tudo que é legal é legítimo e moral. Além disso, gostaria que fossem abordadas as questões da inconstitucionalidade do acordo, da participação do Governo nesse acordo e do descumprimento do que é garantido pela nossa Constituição.

A Coordenadora - Frei Gilvander Luís Moreira, representante da Comissão Pastoral da Terra.

O Frei Gilvander Luís Moreira - Manifesto, primeiramente, minha imensa alegria de poder estar debatendo com esses importantes conferencistas. Dirijo minha pergunta ao Prof. Dalmo Dalari.

Sabemos que o Sr. George Bush, antes de chegar ao império do Tio Sam, apoiado pelas indústrias armamentistas e petrolíferas, foi Governador do Texas, ocasião em que mandou para a cadeira elétrica ou para a injeção letal mais de 5 mil pessoas. E pior: não houve clemência de nenhum dos condenados à pena de morte. Quatro mil eram latino-americanos ou seus descendentes ou negros. Dessa forma, George Bush provou não ter nenhuma sensibilidade pela dignidade humana.

Por outro lado, vemos o agravamento da crise social no Brasil e a estúpida violência social, fazendo crescer o número de pessoas que defendem a pena de morte.

Então, pergunto ao Prof. Dalmo Dalari se a efetivação da ALCA representaria um passo forte para, no futuro, o "Imperador" Bush querer impor pena de morte a quem fosse contrário ao seu império.

O Sr. Evaristo Garcia de Mattos - O Consenso de Washington - Banco Mundial e seus financistas americanos - colocou, entre os dez pontos que nos são impostos e que devem ser cumpridos pelos países latino-americanos que queiram manter relações amistosas com as nações mais ricas, a reforma da Previdência, as reformas administrativa e judiciária e a abertura dos Estados ao capital internacional, ou seja, pode-se chegar aqui, comprar o que quiser e investir dinheiro.

A dívida de título público é em dólar. Quem possuía U\$1,00 passou a ter U\$3,00. Esses pontos estão sendo cumpridos fielmente. E mais:

quanto menos política houver, melhor; quanto menos direito houver, melhor, pois o que vale é a chamada lei de mercado. As leis que são elaboradas pelo Congresso, pelos representantes do povo não funcionam. Daí, a inexistência de leis. Entretanto, dizem que há muitas leis no Brasil.

O Congresso vota o orçamento, mas o Sr. Malan, não sei a mando de quem, corta os recursos da educação, da saúde, etc. Dos R\$17.900.000.000,00 dos recursos da educação, votado para o ano de 2001, R\$8.000.000.000,00 foram cortados da universidade. Não só da educação, mas também do meio ambiente e outros. Onde está a dignidade dos congressistas que aceitam isso? Acabou-se com a lei elaborada pelos Deputados Federais, e quem manda é o Presidente do Tesouro Nacional.

A população deve tomar conhecimento dessas informações. Obrigado.

A Sra. Coordenadora - Dando continuação ao nosso encaminhamento, procedo à leitura de três perguntas: a primeira é da Zilinha, da Pastoral Operária de Ipatinga, dirigida ao Prof. Dalmo Dalari. A primeira pergunta é a seguinte: "Gostaria que você explicasse como ficaria a quebra de patentes com o acordo do livre comércio".

Reubem Fonseca, da PUC-MG, pergunta todos os expositores: "Qual o potencial e o papel do terceiro setor no desenvolvimento de uma nova ordem social e econômica do Brasil?".

Pergunta de Paulo Schimberk, estudante de economia da PUC, ao Prof. Reinaldo Gonçalves: "Os Estados Unidos, o Japão e outros países industrializados oferecem uma taxa de juros muito baixa, mas ainda assim conseguem reter cerca de 80% dos investimentos mundiais. O Brasil oferece uma taxa básica de juro de 18% ao ano para conseguir dólares para honrar os compromissos internacionais. Quais seriam as conseqüências, em curto prazo, caso o Presidente eleito decidisse reduzir drasticamente as taxas de juros?".

O Sr. Fidélis - O historiador Valério Arcary fez comentários brilhantes sobre o assunto, mas gostaria que os três palestrantes comentassem sobre a posição dos movimentos de resistência latino-americanos nesse contexto de atentado à soberania dos povos da América Latina, a soberania popular brasileira consagrada na nossa Constituição. Gostaria também que comentassem sobre a perspectiva de um acirramento de embates, caso o processo da reconstrução, que é a ALCA, não seja barrado pelas vias democráticas e sobre o posicionamento da mídia. Obrigado.

O Sr. Sílvio Batista - Na verdade, a pergunta inclui também o Prof. Reinaldo. É a seguinte: "a ditadura econômica realmente vem batendo de frente com toda a sociedade. Gostaria de saber qual seria a perspectiva econômica, ou seja, a alternativa para que a sociedade civil pudesse esperar, certa de que não seria surpreendida por golpe econômico. Tenho outra pergunta dirigida ao Prof. Dalmo: "como o senhor vê o descalço, há anos, pela Constituição de 1988, muitas vezes guardada no bolso, sendo até mesmo esquecida por nossos parlamentares, e como o senhor vê o Supremo Tribunal Federal, que deveria ser o guardião dos nossos tão preciosos direitos, muitas vezes sendo conivente com idéias contrárias ao sufrágio popular, apoiando atitudes absurdas dos nossos representantes?". Muito obrigado.

A Sra. Maria Ilda de Carvalho - Maria Ilda de Carvalho, professora e supervisora pedagógica. Identifico-me como professora, pedagoga, cidadã e ambientalista. Estou aqui, usando minha matemática, para lembrar que estamos a 131 dias da data da posse dos novos governantes. Dirijo-me ao historiador Arcary, considerando o seguinte: a veemência da sua exposição mostra que é hora de assumir. Dom Hélder Câmara dizia que as mãos devem ajudar a acionar o vôo, mas não podem ocupar o lugar das asas. Questiono a Mesa, considerando as afirmações do sábio economista Reinaldo Gonçalves, sobre tudo o que vamos perder. Teremos comunicação mais defasada, aumento da pobreza. É só perda. É o símbolo da perda. Dirijo-me também às considerações do jurista consagrado Dalmo Dalari, sobre as disposições constitucionais, aliás, os artigos, não apenas o 4º. O senhor mencionou o art. 1º da Constituição Federal. Poderíamos mencionar o 7º, o 30, o 37º, numa seqüência de perdas. Pergunto objetivamente: temos eleições em 2002, temos uma ditadura - eu digo "dita dura"-, temos a compreensão de que o não-cumprimento do que é devido é fraude. Senhor jurista, apesar de tudo o que ocorre, o Presidente não é preso. Temos encaminhamentos jurídicos omissos. Temos até Juízes compactuando com isso. Juízes, advogados, patrocinadores dos malandros, dos agiotas.

Eu, por fim, compreendo que já não é hora de disfarce. A verdade tem que vir nua e crua. Quem está falando é uma professora, lotada no Instituto de Educação de Minas Gerais há mais de 18 anos. No dia de São José, 19 de março, fui removida "ex-officio" sob a alegação de ser feliz, porque sou autora de um processo de sindicância que incrimina, até mesmo a vice-Diretora-Geral do Instituto de Educação de Minas Gerais. Sou brasileira com resignação.

A Sra. Coordenadora - Agora, vamos ao último bloco de perguntas. De Melquíades Limas Filho, do Instituto São Tomás de Aquino, dirigida ao Prof. Reinaldo Gonçalves: "Professor, se o Brasil precisa desesperadamente de dólares, qual seria a iniciativa do próximo Presidente para não ter que recorrer ao FMI?".

De João Evangelista Cordeiro, do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal - SITRAEMG -, ao Prof. Dalmo Dalari: "Com a ALCA, o Brasil pode ganhar algo? Como? Se o Governo brasileiro não respeita a Constituição quando é para retirar direitos, mas cumpre à risca os acordos de reajuste de tarifas e tudo o que seja contra o povo, em favor das empresas; se, quando faz uma lei a favor do povo, ela é ignorada como nos casos do atendimento bancário e do Código de Trânsito, que só vale no que se refere às multas; se não cumpre as leis nem em questões internas, como se posicionará a nosso favor em acordos internacionais?".

De Alessandro, estudante de Direito da PUC Minas: "Sr. Dalmo de Abreu Dalari, cabe um mandado de segurança, no Supremo Tribunal Federal, contra o uso da Base de Alcântara pelos Estados Unidos, já que isso fere o art. 4º da Constituição? Se é possível, por que a OAB e as outras entidades sociais ainda não o fizeram?".

De Silvestre, do SINTSPREV-MG, ao Prof. Dalari: "O povo brasileiro, dizendo "não" à ALCA no plebiscito, tem como obrigar este Governo autoritário a desistir do projeto?".

De Jonas William da Costa, cidadão comum, em luta, a todos que compõem a Mesa: "Primeiro ponto, parabéns pela explanação. Segundo, percebemos que a luta é muito mais acentuada e que há de ser enfrentada. A ALCA será mais um complemento da nossa história. E a nova formação da ONU? FHC Secretário-Geral?".

O Sr. Dalmo de Abreu Dalari - Há uma série de perguntas importantes. Vou procurar ser sintético nas respostas, pois há assunto para muitas horas. Começo pelas perguntas orais, a primeira delas a respeito da legitimidade do plebiscito sobre a ALCA. Queria chamar a atenção para um fato: a Constituição Brasileira de 1988 foi a primeira em toda a história do Brasil a prever o exercício do poder diretamente pelo povo. Todas as Constituições anteriores diziam que o poder emana do povo e será exercido por representantes eleitos. A atual diz que todo poder emana do povo e será exercido diretamente por ele ou por representantes eleitos. Como nós não temos a tradição de um exercício direto, muita gente ainda não percebe isso. Na história recente, nós, brasileiros, estivemos muito mobilizados para a Constituinte, conseguimos uma boa constituição, mas nos desmobilizamos depois. Foi como se todos os problemas estivessem resolvidos, por termos uma boa Constituição. Muita gente não prestou atenção ao fato de que, no Congresso Nacional, foram estabelecidas muitas barreiras a essa participação do povo. Em relação ao plebiscito, por exemplo, ele é um instrumento de participação popular, dá legitimidade democrática às decisões, que são tomadas

em nome do povo, destinadas ao povo. Ninguém melhor que ele para dizer sua vontade. Aprovaram uma lei, dita lei regulamentadora do plebiscito, estabelecendo que ele só pode ser feito se antes o Congresso Nacional aprovar sua realização. Basta que o Congresso não aprove, para não haver plebiscito. Foi uma forma de esvaziamento. Mas, quando houver plebiscito, ele será importante, pois é um elemento legitimador.

Durante a Constituinte, onde fui convidado a falar, dizia que o projeto de constituição que fosse aprovado deveria ser submetido à aprovação do povo, como foi feito, por exemplo, na Espanha e Portugal. O Deputado mineiro Bonifácio de Andrade me contestou com ironia: "Surpreendo-me por um professor de Direito dizer isso, pois os Deputados fomos eleitos pelo povo; portanto, somos o povo. Caso queiram saber o que o povo pensa, perguntem-nos". Lembrei-me de um fato ocorrido em uma aula, na Faculdade de Direito da USP, em que se discutia a deficiência da representação. Perguntei: "Quem se sente representado pelos Deputados Federais?". Apenas um aluno manifestou-se, e os demais riram, pois o pai dele é Deputado. O plebiscito, fator de aferição da verdadeira vontade do povo, é uma forma de corrigir, pelo menos em parte, as deficiências da representação. Infelizmente, o plebiscito está muito bloqueado no Brasil, pela necessidade da aprovação do Congresso. Como eles dizem que são o povo, sempre acharão desnecessário realizar plebiscitos.

Os acordos de Alcântara e da ALCA apresentam muitas inconstitucionalidades. Quero chamar a atenção para alguns fatos não percebidos. Publiquei um artigo cujo título é "Ditadura Constitucional". Depois dessa publicação, perdi espaço na imprensa por interferência do Presidente Fernando Henrique. Portanto, há uma ditadura constitucional. Foi feita uma montagem para que o Presidente tenha a Maioria no Congresso Nacional. Há um Ministro no STF, que é, a meu ver, líder do Governo no Supremo Tribunal: Néelson Jobim. Quando se trata de analisar um projeto de grande interesse do Governo, que pode ser rejeitado por ser inconstitucional, afetando, por exemplo, a área financeira, o Ministro Jobim, ex-Deputado, Ministro do Governo Fernando Henrique e, em seguida, Ministro do STF, usa uma técnica de obstrução parlamentar. Se o processo estiver sobre a mesa para julgamento, ele pede vista dos autos, pois, segundo o Regimento do Tribunal, qualquer Ministro pode fazê-lo, desde que os devolva até a segunda sessão ordinária seguinte, no máximo em 15 dias. O Ministro tem autos em sua posse há três anos, tornando-se campeão absoluto nesse tipo de procedimento. Isso representa a interferência do Executivo no STF. Uma mulher foi indicada para esse cargo, Ellen Gracie. A primeira advogada brasileira, Maria Augusta Saraiva, formou-se na Faculdade de São Paulo, em 1900. Já era então, apropriado ter uma mulher no STF. Mas essa foi indicada por Néelson Jobim, e as advogadas não fizeram nenhuma festa. O último indicado, Gilmar Mendes, era Advogado-Geral da União, auxiliar do Presidente da República. Quando a seleção ganhou o pentacampeonato mundial, não estava prevista sua passagem por Brasília, pois, anteriormente, o Presidente desprezou a Seleção. Quando ganhou a taça, ele queria a presença dos jogadores na Capital. Então, o Ministro do STF, Gilmar Mendes, contactou a direção da Seleção e mudou o quadro. O Ministro do STF tem essas funções. Ele é o Ministro quebra-galho; o outro é o Ministro Líder do Governo.

Quando se falou em reforma do Judiciário, mencionou-se o Banco Mundial como mandante da reforma. Uma das propostas é a súmula vinculante: quando o STF decidir, todos os Juizes de Tribunais têm de ter a mesma decisão, tirando a independência do Juiz. Logo, o STF decidirá o que o Governo quiser. E o Governo quer o que o FMI quer. O próprio STF ficou como auxiliar do FMI. Quanto à questão de Alcântara e da ALCA, já existe uma ação no Supremo, proposta por um advogado de Brasília, contra o uso da Base de Alcântara. Mas essa ação está no subterrâneo, escondida na gaveta.

Outra coisa que eu queria propor, completando essa resposta, é que, em relação ao próprio Fernando Henrique, cinco advogados brasileiros pediram a instauração de comissão parlamentar de inquérito devido à prática de inúmeras irregularidades; fui um dos subscritores. Nós éramos cinco. O que ocorreu? Esse nosso pedido, que estava todo fundamentado - nós tivemos o cuidado de reunir uma série de fatos -, foi distribuído a uma Comissão Especial do Congresso que recomendou o arquivamento, dizendo que não via ilegalidade.

Para esses casos, o Regimento Interno do Congresso prevê recurso, e nós recorreremos. Vou dizer o milagre e o o santo. Houve a interferência do Presidente Aécio Neves, que engavetou o nosso recurso e usou de um subterfúgio, que é uma fraude na verdade. O que ele fez? Está escrito que o recurso é para o Plenário. Ele ficou com aquilo na gaveta. Em um dia em que havia três Deputados no Plenário, pôs o recurso na pauta para dizer que não tinha a maioria para acolhê-lo. Ainda disse: "Que pena que não há como acolher". Aí, arquivou o recurso. Então, há convivência no Supremo e no Congresso Nacional, por isso há absoluta necessidade de que o povo participe. Um dos ilustres participantes chegou a mencionar a ausência de Deputados. Também acho isso grave. Estamos avançando, vamos avançar, mas penosamente. E vamos avançar na medida em que houver maior participação popular. É esse o nosso caminho. A Constituinte de 1988 mostrou isso. Avançamos muito, porque o povo estava presente, por exemplo, na proibição de discriminação contra as mulheres. Hoje a Constituição prevê isso expressamente. Será que é porque o homem brasileiro deixou de ser machista? Não é nada disso. É porque as mulheres brigaram, brigaram organizadamente, foi uma conquista. E, em relação a todos esses assuntos, é indispensável a participação popular. Estou um pouco preocupado, vou me apressar porque daqui a pouco o meu avião sairá. Mas acho que, da forma como respondi, já abrangei vários pontos: a legitimidade, a constitucionalidade, a convivência. Há tentativas contra as ilegalidades do Presidente, mas há um esquema fechado, formado pela elite que está encastelada em pontos estratégicos do Poder. E a única maneira de furarmos esse esquema é por meio da participação popular.

Há uma questão a respeito da mídia que acho importante, e é o que tenho dito, e digo agora outra vez, com todas as letras: a grande imprensa brasileira é, antes de tudo, grande empresa; ela se orienta por critérios econômicos. Então, não tenhamos ilusões. Sou professor há muito tempo e, na verdade, estou no mundo jurídico há 50 anos. Entrei para a Faculdade de Direito em 1953. No primeiro ano, já comecei a trabalhar e nunca mais saí. E tenho visto muitas e muitas coisas. Uma das conclusões a que cheguei é que nós não temos liberdade de imprensa. Quem tem liberdade de imprensa não é nem o dono do jornal, o dono do veículo, é quem paga, é o anunciante, o grande anunciante. Isso, sim. Vivemos um cerceamento, e, mais uma vez, eventos como este são muito importantes, para podermos furar essas barreiras que estão aí. Durante o período das ditaduras militares, nós - eu posso dizer nós, porque eu estive na linha de frente - furamos muitas vezes a censura, mas à custa dessas reuniões, de pequenos boletins. Por isso, é muito importante que haja reuniões, boletins de associações, de sindicatos, isso tudo produz resultado. A Igreja teve um papel importantíssimo por meio de grupos comunitários e de pequenas publicações. Vamos difundir isso: participar, dialogar, é uma forma de influirmos no Poder.

Em seguida, há uma outra questão. Curiosamente, recebi uma minuta de artigo de um brasileiro notável, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que está sofrendo sérias restrições no Itamarati por causa das suas posições. Ele foi retirado, do dia para a noite, da direção de um instituto de estudos e pesquisa, que ele dirigia com a máxima competência, exatamente porque fez pronunciamentos contra a ALCA. O Governo disse que ele estava em posição contrária à linha do governo, por isso foi retirado. Recebi ontem uma minuta, um artigo que ele vai publicar, do qual vou ler um pequeno trecho, porque me perguntaram: "Se o Brasil não aderir à ALCA, será ruim para nós?". Lembro-me de duas coisas: primeiro, o fato de não aderir à ALCA não impede que o Brasil mantenha acordos comerciais, mesmo com os Estados Unidos. São os chamados acordos bilaterais. A ALCA é um acordo multilateral, muita gente participa. Mas nós temos muitos acordos que são bilaterais, eles continuarão em vigor. E um segundo aspecto, que, na verdade, é uma espécie de complemento desse, está num trecho do artigo que o Embaixador vai publicar. Ele diz: "São de tal forma variados e importantes os vínculos e os interesses americanos no Brasil, ocasião e lugar para importantes oportunidades de investimento e de lucros muito significativos para suas megaempresas, que os Estados Unidos jamais teriam interesse em brigar com o Brasil porque este não deseja participar da ALCA". Além de tudo, ele diz que os Estados Unidos não teriam direito de impor qualquer sanção, porque o Brasil é soberano e adere se quiser. A decisão é dele. Mas o que é de fato importante é que é falso e ingênuo dizer que o Brasil, pobrezinho, é totalmente dependente. Ele é dependente porque os governos criam a dependência. Mas, mesmo do ponto de vista econômico, o Brasil é importante para os Estados Unidos. Basta lembrar que é um mercado potencial de 160 milhões de consumidores. Só uma parte é realmente grande consumidor, por causa das injustiças internas, da má distribuição das riquezas. Mas é um potencial que está crescendo. Nenhum produtor capitalista briga com um mercado de 160 milhões de consumidores. Fiquem tranquilos. Ah, eles vão deixar de mandar os remédios! Não deixarão, porque o remédio dá lucro para eles. Há uma velha história que simboliza bem isso: o capitalista é quem não perde a oportunidade de vender a corda com que será enforcado. De qualquer maneira, ele terá vendido a corda. Terá ganho dinheiro. Terá dado lucro. Se será enforcado, é outro problema.

Não há risco para o Brasil pelo fato de não aderir à ALCA. Continuaremos com nossos acordos bilaterais. O México participa do NAFTA, que é um acordo da América do Norte. O Brasil tem acordos com o México que continuam vigorando. De maneira que isso não traz nenhum prejuízo.

Basicamente, abrangei todas as perguntas. Lamento muito não poder ficar até o fim. Apreendi bastante com meus queridos amigos e colegas, que trouxeram perspectivas diferentes. Com o Prof. Reinaldo, com sua perspectiva econômica e com muito realismo, e com o Prof. Valério Arcary, lembrando dados fundamentais da história. Não vivemos fora da história. Por isso é muito importante o conhecimento da história.

Mais uma vez, agradeço imensamente aos organizadores e a vocês. Como brasileiro, beneficie-me da presença de vocês. Fico muito feliz por verificar que há brasileiros, como eu, dispostos a lutar pela independência do Brasil, por uma verdadeira independência, o que significa que a vontade do povo brasileiro será livre e preponderante. Que sejam tomadas decisões segundo o interesse do povo. Esse é o caminho para que o Brasil efetive tudo o que está na Constituição, sobretudo o que dê efetividade à exigência constitucional de respeitar a soberania e a dignidade do ser humano, um dos pontos mais graves na questão da ALCA. Sem dúvida alguma, a ALCA aumentará a dependência, o que provocará o aumento do desemprego, entre outras coisas. E essa é uma forma de agressão à dignidade do ser humano. Muito obrigado.

O Sr. Reinaldo Gonçalves - É possível reduzir juros? É. Mas, na realidade, por que o Governo brasileiro não reduz? Porque está na armadilha desse modelo. Na realidade, para reduzir juros no Brasil, há que se fazer uma mudança da liberalização cambial, monetária e comercial. Não há nenhuma possibilidade de se reduzirem juros se não se mudar a situação de abertura econômica de casa-da-mãe-joana que é o Brasil hoje. Dizer que se vai reduzir juros sem mudar o modelo é lorota pura. Só vamos conseguir reduzir juros quando mudarmos o modelo, fundamentalmente quando reduzirmos o grau de abertura da economia brasileira.

A segunda questão diz respeito à iniciativa para não recorrer ao FMI. Claro que tem saída. Na realidade, esse acordo com o FMI é uma tolice completa, do ponto de vista do desinteresse da economia brasileira. Ele é prejudicial ao Brasil em curto, médio e longo prazos. Qual é a alternativa? Hoje, em curto prazo, o Governo brasileiro teria de deixar o câmbio fluando e não vender um dólar sequer à iniciativa privada. Ontem, o Governo vendeu centenas de milhões de dólares, aparentemente para a ELETROPOL comprar o dólar a R\$3,10 e pagar suas dívidas. Só que daqui a 15 dias esse dólar estará a R\$3,40, daqui a um mês estará a R\$4,00, daqui a três meses estará a R\$6,00, e daqui a seis meses estará a R\$7,00. Aí, na hora de importar petróleo e trigo, teremos de comprar o dólar a R\$7,00.

Deixando o dólar fluando, o Brasil congela as reservas. Não vejo um dólar sequer para o setor privado. O setor privado compra com o preço que o mercado dá e se vira. Empresário que achou que o dólar ia ficar a R\$1,00 nos próximos 20 anos é incompetente e irresponsável, tem de quebrar mesmo, não há que socializar perdas. Deixando o dólar fluando, congelam-se reservas, esse é que deveria ser o pacto de transição, obrigar Fernando Henrique a não vender dólar e a não falar besteira, pois, toda vez que ele fala, o "spread" do Brasil sobe. Quando o próximo Presidente entrasse, faria a reversão da liberalização cambial, monetária e financeira do Brasil, em janeiro.

Há risco de ruptura institucional. Quem diz que não há é irresponsável. O dia em que as reservas chegarem a zero e o FMI colocar reserva de US\$5.000.000.000,00, esta é a importação do Brasil de um mês e quatro dias. Isso fará com que o dólar aumente durante um mês e quatro dias; em janeiro, e com a série de compromissos que Fernando Henrique está deixando para janeiro, fevereiro e março, o Brasil estará quebrado. O Brasil quebrado é o dólar a R\$10,00, a R\$15,00, e o Banco Central não tendo nenhum dólar para vender para a PETROBRÁS importar ou para os importadores de trigo. Aí, o Brasil quebra. Quebrando, haverá confusão, crise institucional. Quem diz que não haverá crise institucional é de um otimismo irresponsável. Temos de fazer tudo para ter uma blindagem institucional que passe pelo congelamento das reservas, pela rejeição do acordo com o FMI. Em curto prazo, congelam-se as reservas e, em janeiro, começa a reversão da liberalização monetária cambial e financeira que está sufocando e matando a economia brasileira.

O Sr. Valério Arcary - Em primeiro lugar, a questão decisiva é compreender que o resultado dessa luta não se decide somente dentro do Brasil. O processo começou como ofensiva recolonizadora, que atinge o conjunto da América Latina e da Ásia. A resposta a essa ofensiva se desenvolve de formas desiguais. O Brasil está na retaguarda, em relação à intensidade da resistência a que assistimos em outros países da América Latina. Na década de 80, o Brasil esteve na linha de frente, durante anos seguidos. Mas, na última década, está na retaguarda.

Estamos inseridos numa totalidade que é superior a nós. Essa totalidade exige nova solidariedade internacional, por isso estamos no Fórum Social de Minas, que é preparação do Fórum Social Mundial. A esperança é que nós, na América Latina, não fiquemos somente neste momento da campanha da ALCA, que foi a organização do plebiscito em nosso País e em outros países. A nossa esperança é desenvolver um calendário que vá além. Eles têm a reunião de Quito, no final de outubro e no início de novembro. O Equador, da CONAE, diz que se depender deles a reunião não será em Quito.

A Organização Mundial do Comércio se reuniu num obscuro Emirado Árabe, que é uma cidade construída no meio do deserto, em frente ao Golfo Pérsico, porque não tinha condições de se reunir em nenhuma Capital do centro do sistema, depois de Gênova.

Recentemente, em Barcelona, os Presidentes da União Européia foram recepcionados por 500 mil pessoas. Isso passou numa nota de rodapé da imprensa brasileira; no entanto, 500 mil pessoas, em Barcelona, é algo espantoso. Quando o Real Madrid ganhou o último campeonato nacional, não havia metade disso nas ruas de Madri. Boa parte das delegações internacionais foi barrada nas fronteiras. Na sequência, em Sevilha, houve uma reunião de Ministros da União Européia para aprovar um novo estatuto unificado de controle de fronteiras e de tratamento dos temas da imigração, inspirados no nefasto Berlusconi. Novamente, em Sevilha, os números são espantosos, mais de 100 mil pessoas, onde dificilmente há 1 milhão de habitantes.

Nos países centrais há uma realidade nova. Desde a Guerra do Vietnã, não existe, no mundo, um movimento de solidariedade com a resistência do Sul, como vimos nos últimos dois anos. A última vez que nos países centrais surgiu um movimento de juventude unificado com o movimento popular e com o movimento sindical, com grande capacidade de mobilização, foi na resistência contra o Vietnã. E teve um papel decisivo. Não se decidiu a sorte da Guerra do Vietnã na ponta dos fuzis dos vietcongues. Criaram-se condições internas nos Estados Unidos que impediram a continuação da guerra.

É preciso apostar numa saída internacionalista, que tenha uma saída fundamental, que é o crescimento dessa nova esquerda que se solidariza com o Sul, que condena o FMI, que exige a anulação da dívida externa e que denuncia a ALCA.

Esses são aliados estratégicos, e temos de construir um plano de ação, como eles. Ou seja, em Gênova, 300 mil contra a União Européia. No próximo ano, no calendário de mobilizações, queremos ver como entra a bandeira da luta contra a ALCA. Também temos que avançar na nossa articulação no Sul, que é muito pequena.

Em nosso caso, não se trata de mobilização de solidariedade. Temos de mobilizar o nosso povo pelas suas reivindicações, porque as condições de vida do nosso povo estão dramáticas. Infelizmente, a perspectiva, em curto e médio prazos, é pouco animadora. O Fundo Monetário impôs, como condição, só liberar novo empréstimo, antes das eleições, se for parcelado, US\$3.000.000.000,00 antes das eleições e US\$3.000.000.000,00 depois. Lembra o coronelismo brasileiro, em que uma das técnicas dos coronéis era dividir a nota em duas. Dava metade da nota antes da eleição e a outra metade depois. O Fundo Monetário não está inventando nada novo. Esse é o jeito brasileiro de exercer uma chantagem, US\$3.000.000.000,00 antes, US\$3.000.000.000,00 depois, e os outros US\$24.000.000.000,00 só no próximo ano, com uma condição: tem de se ajoelhar, tem de dizer que o piso é de 3,75%. Esse é o número mágico. E eles dizem: "Talvez precise mais".

Vários consultores dizem que 3,75% de ajuste fiscal não fecham, são necessários 5%.

Sou um curioso das metáforas históricas e fui ver que tipo de ajuste fiscal era imposto como reparação à Alemanha no final da Primeira Guerra Mundial e que produziu a superinflação de 1923 e 1924. Os números são inferiores a 5%. Então, 5% era terra arrasada, corte brutal dos serviços públicos em uma escala como não vimos nada até aqui.

Infelizmente, vocês viram que todos os quatro candidatos foram a Brasília e posaram para fotos. O importante era a foto aparecer no "New York Times". Vejam que estágio superior de civilização temos no Brasil. A Oposição e a Situação aqui estão de acordo, apesar de todas as suas diferenças, em que o acordo do FMI está acima de tudo e deve ser respeitado. Com ele, a crise social se aprofunda. Não há mágica. É como disse o Reinaldo há pouco. Daqui até dezembro haverá fuga de dólares, e, se o resultado for desconfortável para as grandes corporações capitalistas, essa fuga será mais intensa, assim como a desvalorização do real. E, como o piso das divisas está em US\$5.000.000.000,00, temos cinco semanas para pagamentos e importações em janeiro. Depois disso, a situação é imprevisível, ou seja, trata-se da exigência da capitulação. Se houver a capitalização, liberarão uma nova fatia dos US\$24.000.000.000,00.

Então, trata-se de uma condição neocolonial, de imposição de uma política econômica, independentemente de qual for o resultado do sufrágio universal. Tanto assim é, que os quatro principais candidatos sabem disso e foram a Brasília. Esses são os termos do jogo. Isso mudou tudo. No Brasil, trata-se de uma novidade, mas será que é novo na América Latina? O que houve na Argentina em 2001? O De La Rúa não tinha sido eleito como oposição violenta ao Menem e não foi ele que, sob chantagem do Fundo Monetário, convidou o Ministro da Economia do Menem para seu Ministro, a fim de que continuasse aplicando o plano econômico que o povo argentino havia derrotado nas urnas? E isso não ocorreu no século XIX, foi há dois anos. E não ocorreu no Turcomenistão, na Quirguízia, nem em algum lugar estranho do mundo. Ocorreu no segundo país decisivo da América do Sul: a Argentina.

Então, o desenho estratégico do ponto de vista de lá está claro. O desenho é: precisamos de um governo que tenha legitimidade e que, se possível, cumpra o papel de bombeiro social, mas é fundamental que respeite os acordos. E, respeitando os acordos, estarão acelerando a ALCA. É simples assim. Neste momento, nem sabemos - porque o texto não foi divulgado - se há uma cláusula secreta. Trata-se de um assunto supernebuloso. Mas saiu em notas jornalísticas que O'Neil teria comentado em uma reunião com empresários na sua rápida visita ao Brasil que um dos elementos para essa mudança de linha do Fundo Monetário ocorreu por pressão do governo americano. A notícia teria vazado para colonistas econômicos, e não tenho nenhuma segurança sobre o assunto. Relato o que veio na imprensa, porque essa é minha obrigação profissional. Exigiram a liberação dos US\$3.000.000.000,00 já e uma negociação. E essa ainda não é a posição do Fundo Monetário em relação à Argentina. A chantagem ali continua. E O'Neil disse: "Mudamos de linha em relação ao Brasil". Mas essa mudança se deu porque apostam que ainda há uma possibilidade eleitoral. E a cláusula secreta é a aceleração do calendário da ALCA, porque Bush aposta que a ALCA estará fechada antes da conclusão de seu segundo mandato. Ele pretende ser reeleito e vai inventar uma nova guerra. Como vocês já sabem, há uma nova guerra para ser feita para tentar pavimentar o caminho de reeleição do Bush filho. E ele quer terminar a ALCA. Ainda não sabemos se isso é certo ou não. O que é certo e evidente é que, haja ou não a cláusula secreta, os termos do acordo com o FMI já são uma ante-sala da ALCA. O acordo já impõe condições de monitoramento, de chantagem e de controle sobre a economia brasileira, o que significa um aprofundamento da dependência, preparando o terreno para sua implantação.

Despeço-me fazendo uma última analogia histórica. Quando se começa uma grande virada histórica, as grandes metas, os grandes projetos parecem fantasia. Quando os revolucionários, no último quartel do século XVIII, em Boston, disseram que não iriam mais pagar o imposto do chá e começaram essa rebelião contra a tirania inglesa... Vejam que ironia, nessa época, a carga fiscal era redobrada. O ajuste fiscal foi imposto pela Inglaterra por causa dos custos da guerra que haviam empreendido contra a França. E eles desovaram sobre as 13 colônias americanas o custo da guerra do império inglês contra os borbons. Mas quem ia pagar eram as 13 colônias da América do Norte. Era o ajuste fiscal.

Como eles poderiam imaginar que estavam construindo para o século XVIII o Estado mais livre, a república mais avançada que a história conhecia até então? Eles não sabiam. No final do século XVI, as Províncias Unidas se levantaram contra Carlos V. Imaginem que Amsterdã era uma cidade com 300 ou 400 grandes comerciantes, uma colônia do império de Carlos V, o império mais poderoso de seu tempo, que englobava tudo o que conhecemos hoje como Alemanha, Bélgica, Holanda, Espanha e todo o seu império colonial. Aqueles comerciantes foram à guerra, libertaram as Províncias Unidas e fizeram a primeira revolução burguesa. No início, parecia uma loucura, mas triunfaram. O Japão aprendeu com as lições do drama da China, depois da Guerra do Ópio, quando os ingleses destruíram o exército chinês para obrigar a China a comprar o ópio que plantavam e produziam no Afeganistão. O Afeganistão entrou no centro do mundo duas vezes na história. Uma, na ante-sala da Guerra do Ópio, na época da grande plantação da papoula, e outra, no ano passado, em virtude do episódio de 11 de setembro.

Os japoneses aprenderam a lição, dizendo: "O que fizeram no Império do Meio não irão fazer na Terra do Sol Nascente". Fizeram a revolução "made in". Acabaram com "shogunata", acabaram com os privilégios medievais dos samurais, constituíram um Estado centralizado, poderoso. Reforçaram a autoridade do imperador, promoveram uma nova fusão social, a monarquia absoluta com a burguesia ascendente. Em 30 anos, o Japão escapou da condição de país de periferia e entrou no clube dos países centrais.

Nas encruzilhadas históricas, joga-se o destino de uma nação. Nas circunstâncias em que nos encontramos, o destino latino-americano se joga, em grande medida, em vista da situação brasileira. O Brasil, juntamente com a Argentina, com o Equador, com a Venezuela, com a Colômbia, pode encabeçar uma resistência global ao império americano. Podemos estar assistindo a uma segunda vaga de descolonização do mundo, mas, desta vez, com o epicentro não na Ásia, mas na América do Sul. Pela primeira vez na história da humanidade, talvez este nosso perdido Cone Sul se transforme no centro do mundo. Mas isso depende de uma mobilização revolucionária de nossos povos. Não se derrota a ALCA sem uma mobilização revolucionária. O plebiscito que iremos fazer na Semana da Pátria é uma semente para plantar uma revolução na consciência do povo pobre trabalhador e da juventude brasileira. Mas essa revolução na consciência tem que se transformar numa disposição de luta para derrotar o sistema que nos estão impondo. Uma disposição que já podemos encontrar nas ruas de Buenos Aires. Quando conseguirmos unir essa resistência da América Latina, os americanos verão que existe uma gigantesca força política que pode derrotar os seus planos de ter uma renovada hegemonia no sistema mundial. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - João Luiz nos encaminhou a seguinte música: "O grito dos excluídos é grito do cidadão, que grita por justiça nesta terra, neste chão. Esse grito toca forte todo, todo o mundo vai ouvir. Tudo o que queremos nós iremos conseguir. O grito dos excluídos é o grito do cristão, que quer reforma agrária para ter seu próprio chão. Esse grito toca forte, toca no seu coração e acaba com a miséria, gerando libertação. O grito dos excluídos é grito do cidadão, que luta por saúde, moradia, educação. Vamos juntos nessa luta, sejamos audaciosos, sacudindo a poeira, derrubando os poderosos. Quem tem globo, tem tudo, eis a grande ilusão, já chega de mentira e de manipulação. Vamos juntos nesta luta lutar por um novo dia, em que seremos felizes com a nossa soberania". (- Palmas.)

Ivana Monte Lima, que ontem fez reflexões importantes sobre o fórum, disse, entre outras coisas, que uma de suas preocupações é convidar as pessoas a pensar o que querem para si, para suas famílias e para o País no futuro. Segundo ela, os jovens, que precisam desse parâmetro, serão os mais sacrificados pelos atos da maldição de FHC.

Disse, ainda, que este trabalho foi muito gratificante, uma grande oportunidade, e que, no final, gostaria de ter todo o material sobre o fórum.

Nada adianta reclamarmos dos ausentes; por isso, quero falar para vocês sobre algo que considero muito importante. Conheço todos os Deputados desta Casa. Há parlamentares honrados, que defendem os pobres e excluídos e que, na identidade da luta, estão próximos de nós.

Não podemos condenar todos apenas por sua ausência do Plenário. O grave é a ausência deles desse grande projeto. E muitos estão ausentes. Mas aprendi, com a história, uma coisa muito valiosa: parlamentar, sem povo, não faz revolução; mas povo, sem parlamentar, faz revolução. (- Palmas.)

Para concluir, quero dizer uma coisa. Nesta Casa há 77 cadeiras para parlamentares, que não surgirão das profundezas do inferno nem carregados por anjos. São pessoas do povo, com qualidades e defeitos. Ninguém chega aqui perfeito. Temos mais de 600 candidatos a esta Casa. Se tiver as informações adequadas, porque quer escolher os melhores candidatos, se não for influenciado apenas pelas informações da grande mídia e do poder econômico, o povo colocará nesta Casa os seus verdadeiros representantes, que poderão fazer a revolução necessária. Sem isso, vamos ficar reclamando.

João Luiz está pedindo que divulgue um "site" sobre eleição: [www.e2002.com.br](http://www.e2002.com.br). Aqui você pode conhecer melhor e ter informações sobre cada candidato.

A Sra. Carlúcia Maria Silva - Da mesma forma como quis registrar o repúdio e a indignação pela ausência dos parlamentares, enquanto cidadã e participante da construção de um País melhor, quero registrar também a minha alegria, como de tantos outros, pela sua presença. V.Exa. foi o único que não somente passou, mas também esteve presente. As mudanças se dão por meio da presença física, não somente espiritual, atuante e combativa. Muito obrigada, Deputado Adelmo, continue assim.

O Sr. Presidente - Que Deus nos abençoe! A Presidência agradece a presença dos convidados.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões especiais de segunda-feira, dia 26, às 8h30min e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

### ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 61ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 2/10/2002

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

### CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

#### CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 26/9/2002, a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 329/2002\*

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2002.

Senhor Presidente,

Tendo em vista o disposto no artigo 62, inciso XXXIV, da Constituição do Estado, encaminho a Vossa Excelência, para exame e aprovação dessa egrégia Assembléia Legislativa, os processos de legitimação de terras devolutas rurais e urbanas, que resultam de estudos realizados pelo Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER/MG -.

Apraz-me renovar a Vossa Excelência, nesta oportunidade, protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 20 de setembro de 2002.

Itamar Augusto Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

#### Terras Devolutas Rurais a Serem Legitimadas

	Requerente	Lugar	Município	Área Total
1	Abedide Pereira Costa	Fazenda Lagoa Escura	Santo Antônio do Retiro	4,7374 ha
2	Abedide Pereira	Fazenda Chico Jenro	Santo Antônio do	7,3699 ha

	Costa		Retiro	
3	Abelina Ferreira Maria de Jesus	Fazenda Miuda	Rio Pardo de Minas	2,3981 ha
4	Acendina Pinheiro da Silva	Cabeceira de Cônego Marinho	Cônego Marinho	3,3360 ha
5	Adão Alves Ribeiro	Vargem do Jenipapo	Chapada do Norte	42,9250 ha
6	Adão Brito Pereira	Fazenda Furtuna	Santo Antônio do Retiro	11,7669 ha
7	Adão Gonçalves da Cruz	Fazenda Tamanduá	Francisco Sá	47,1360 ha
8	Adão Pereira da Silva	Fazenda e Córrego Mato Grosso	Águas Vermelhas	8,3740 ha
9	Adelaido Barbosa da Cruz	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	22,8226 ha
10	Adelício Alves Barbosa	Fazenda Travessa	Rio Pardo de Minas	41,2003 ha
11	Adelício Alves Barbosa	Fazenda Santana	Rio Pardo de Minas	8,1979 ha
12	Adelino Alves de Sousa	Fazenda Serrinha Córrego do Lixa	Bandeira	42,5380 ha
13	Ademar José da Cruz e outro	Fazenda e Córrego Carretão	Santa Cruz de Salinas	50,8240 ha
14	Adolfo Roque da Silva	Córrego Palmital	Novo Cruzeiro	42,1620 ha
15	Adrião Gomes Pereira	Capão da Estiva	Turmalina	44,9470 ha
16	Afonso Carlos Martins	Fazenda Santana	Rio Pardo do Minas	2,7049 ha
17	Afridia Ribeiro Prates	Fazenda Curral Novo	Rio Pardo de Minas	136,5532 ha
18	Agenor Ferreira de Oliveira	Córrego do Ribeirão do Bernardo	Governador Valadares	5,6770 ha
19	Agenor Nery de Souza	Fazenda Estiva	Montezuma	2,8419 ha
20	Aginaldo José Veloso	Lobeira	São Gonçalo do Rio Preto	0,1300 ha
21	Aguimar Ornelas Teixeira	Cabeceira do Córrego Corrente	Comercinho	15,7580 ha
22	Agustinho Quaresma	Fazenda Lagedo Córrego Pati	Águas Vermelhas	35,4500 ha
23	Airton Vieira de Siqueira	Paciência	São Joaquim de Bicas	27,9000 ha

24	Alaisse Martins da Cruz Almeida	Rio da Palha	Diamantina	0,1480 ha
25	Alberto Nunes Coelho	Sítio Brasília / Córrego dos Venâncios	Governador Valadares	6,1180 ha
26	Alcides José Fernandes	Fazenda Empedrado / Margem do Rio Pardo	Águas Vermelhas	9,9400 ha
27	Alcides Soares dos Santos	Grota do Feijão / Córrego do Muquem	Minas Novas	21,3010 ha
28	Alexandre Alves Pereira	Sítio Córrego da Guaribas	Berilo	3,8180 ha
29	Aliria Lucas Mendes de Sousa	Fazenda Boa Vista	Indaiabira	44,3305 ha
30	Almecy Felipe de Souza	Fazenda Curral de Pedras	Serranópolis de Minas	16,4250 ha
31	Almicar Marques Dias	Córrego do Norte	Ouro Verde de Minas	8,0520 ha
32	Almir Rodrigues de Oliveira	Bocaina	Grão Mogol	1,1310 ha
33	Almiro Rodrigues de Andrade	Sítio da Mexerica / Córrego dos Venâncios	Governador Valadares	4,1285 ha
34	Altamiro Coelho Jacome	Mamoneira	Itabira	18,7250 ha
35	Alvino Francisco dos Santos	Fazenda Vereda das Éguas	Rio Pardo de Minas	112,2998 ha
36	Alvino Francisco Ribeiro	Fazenda Furtuna	Montezuma	5,2059 ha
37	Alvino Teixeira Ribeiro	Fazenda Cana Brava	Santo Antônio do Retiro	4,5385 ha
38	Alvino Teixeira Ribeiro	Fazenda Cana Brava	Santo Antônio do Retiro	202,3609 ha
39	Alvino Teixeira Ribeiro	Fazenda Cana Brava	Santo Antônio do Retiro	3,1417 ha
40	Amadeu Pereira Ramos	Córrego da Pedra	Frei Gaspar	31,8420 ha
41	Amado Leite de Jesus	Boachat	Belo Oriente	0,4990 ha
42	Ambrosina Rodrigues da Silva	Mato das Cobras	Capelinha	6,6120 ha
43	Ana Delfino Tavares	Fazenda Retiro	Lagoa da Prata	5,4500 ha
44	Ana do Rosário de	Catuá	Minas Novas	5,8200 ha

	Sousa Costa			
45	Ana Egidio Pinto	Fazenda Lobeira	São Gonçalo do Pará	0,2450 ha
46	Ana Gomes Moreira	Córrego Seco	Berilo	9,4090 ha
47	Ana Pereira Cardoso e outra	Córrego Sabiá II	Governador Valadares	2,0050 ha
48	Anésio Pereira Barbosa	Córrego do Cascalho	Carai	7,465 ha
49	Anselmo Antunes de Bem	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	67,3002 ha
50	Anselmo Antunes de Bem	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	16,2149 ha
51	Anselmo Rodrigues Primo	Olhos D´Água	Francisco Badaró	23,9115 ha
52	Antero Corrêa Quintal	Fazenda Barrocão	Chapada Gaúcha	53,5670 ha
53	Antônio Alves Barroso	Fazenda Perobas	Leme do Prado	31,4955 ha
54	Antônio Barbosa dos Santos	Fazenda São Romão	Montezuma	58,6259 ha
55	Antônio da Mata Borges	Fazenda Bonfim	Rio Pardo de Minas	10,8767 ha
56	Antônio Ferreira de Oliveira	Fazenda Ribeirão	Vargem Grande do Rio Pardo	4,1425 ha
57	Antônio Ferreira de Oliveira	Fazenda Ribeirão	Vargem Grande do Rio Pardo	11,2218 ha
58	Antônio Marcos Silva de Oliveira	Fazenda Chapada da Barroca	Chapada Gaúcha	43,9360 ha
59	Antônio Meira	Fazenda Novo Dia	Indaiabira	3,0443 ha
60	Antônio Moreira Barbosa	Fundo da Várzea / Capão	Presidente Juscelino	5,5240 ha
61	Antônio Moreira da Silva	Fazenda Tenente	Santo Antônio do Retiro	8,7824 ha
62	Antônio Nilson Martins Costa	Fazenda dos Cardoso	Chapada do Norte	42,3090 ha
63	Antônio Paulo de Oliveira	Cabeceira do Rio Grande	Ouro Verde de Minas	16,1500 ha
64	Antônio Pereira dos Santos	Fazenda Cercado	Paracatú	6,8580 ha
65	Antônio Rodrigues de Azevedo	Córrego Mandassaia	Capelinha	17,3580 ha

66	Antônio Rodrigues de Oliveira	Fazenda Vera Cruz / Córrego Pedra Redonda	Santa Cruz de Salinas	15,5500 ha
67	Antônio Rodrigues Martins	Cabeceira do Córrego Mato Grande	Ladainha	6,0820 ha
68	Antônio Teixeira de Oliveira	Córrego São Joaquim	Ladainha	0,5120 ha
69	Antônio Torquato de Souza	Córrego do Ipê	Capelinha	7,3750 ha
70	Aparecida Barbosa de Campos Santos	Fazenda Serra Pau	Montezuma	2,8039 ha
71	Aparecido Ribeiro da Cunha	Fazenda Brejo Grande do Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	3,7730 ha
72	Apolinário Francisco Santana	Fazenda Volta Grande	Novorizonte	25,6260 ha
73	Arão Germano do Santos	Fazenda da Braúna	Montezuma	33,8269 ha
74	Ari Marques Dias	Cabeceira do Córrego do Norte	Ouro Verde de Minas	13,5640 ha
75	Aristides Sena Parada	Cerâmica Datas Del Rey	Datas	2,3140 ha
76	Arlete Ferreira de Sá	Fazenda Baixa Grande / Córrego Baixa Grande	Santa Cruz de Salinas	11,3780 ha
77	Arlinda D'Angelis de Freitas	Fazenda Cambaúba	Rio Pardo de Minas	2,5321 ha
78	Arlindo Carvalho	Fazenda Estiva	Montezuma	23,9775 ha
79	Arlindo Carvalho	Fazenda Estiva	Montezuma	2,4949 ha
80	Arlindo Ferreira Costa	Fazenda Fortuna	Santo Antônio do Retiro	6,8477 ha
81	Armendes Costa Gomes	Fazenda Campo Novo / Córrego João Gomes	Bandeira	53,3850 ha
82	Artur Botelho Neto	Sítio Boa Esperança / Córrego Diamante Vermelho	Diamantina	0,1930 ha
83	Assis Pereira de Aguiar	Fazenda Envernada	Santo Antônio do Retiro	50,2517 ha
84	Atadeu Marcelino de Andrade	Córrego Sabiá II	Governador Valadares	18,0350 ha
85	Augusto Fagundes de Lima	Fazenda Barreiro D'Anta	São João da Ponte	47,5490 ha
86	Augusto Hemetrio de Menezes	Córrego Alto	Coronel Fabriciano	24,8490 ha

87	Aurino Francisco de Oliveira	Fazenda Córrego do Guará	Fruta de Leite	68,0450 ha
88	Aurino José da Rocha	Cabeceira Córrego Quati / Fazenda Bandeira Branca	Águas Formosas	30,5945 ha
89	Bélgida Pereira da Silva	Campo Alegre / Fazenda Ribeirão de Areia	Grão Mogol	46,7000 ha
90	Benedito Moreira Rodrigues	Bem – Querer	Berilo	3,8250 ha
91	Bernardo Ferreira da Cruz	Ribeirão da Tibuna	Minas Novas	13,0200 ha
92	Brasilina da Silva Souza	Fazenda Taboleiro	Santo Antônio do Retiro	8,4452 ha
93	Braulio Soares Ribeiro e Outros	Sítio Grotta da Gangorra	Carbonita	17,4250 ha
94	Bregido José da Cruz	Fazenda Lamarão	Santo Antônio do Retiro	14,5905 ha
95	Carlos Antônio Campanha Braz	Fazenda Areinha Um	Montezuma	16,8871 ha
96	Carlos Giovanni Peixoto	Campo Belo	Serro	0,2640 ha
97	Carlos Gomes de Mello	Letreiro	Capelinha	68,4290 ha
98	Carmelina Maria da Silva	Fazenda Boa Vista de Cima / Margem do Rio Pardo	Águas Vermelhas	22,2510 ha
99	Carmino Dias da Rocha	Fazenda Capão	Santo Antônio do Retiro	41,0711 ha
100	Celcino Fernandes Costa	Fazenda São Joaquim	Montezuma	14,9018 ha
101	Claudinei de Oliveira Freitas	Fazenda Altamira	Rio Pardo de Minas	26,1346 ha
102	Claudio Barbosa de Souza	Fazenda Guará	Santo Antônio do Retiro	10,6896 ha
103	Clemencia Antunes de Bem	Fazenda São Roque	Santo Antônio do Retiro	32,8685 ha
104	Clemente Antônio de Souza	Fazenda Riinho	Taiobeiras	27,7800 ha
105	Clemente Ferreira Lima	Fazenda Redondo	Santo Antônio do Retiro	41,0652 ha
106	Clemente Ferreira Lima	Fazenda Buracos	Santo Antônio do Retiro	37,8518 ha
107	Clemente Francisco	Fazenda Vargem da	Santo Antônio do	6,9249 ha

	Ribeiro	Capeira	Retiro	
108	Clemente Francisco Ribeiro	Fazenda Capão	Santo Antônio do Retiro	7,8530 ha
109	Clemente José da Cruz	Fazenda Cachoeira	Santo Antônio do Retiro	45,8185 ha
110	Clemente José Soares	Fazenda Buracos	Santo Antônio do Retiro	104,0159 ha
111	Clemente Matos de Oliveira	Fazenda Areião	São João Do Paraíso	1,4920 ha
112	Clemente Ramos de Lima	Fazenda Pery-Pery	Santo Antônio do Retiro	24,2669 ha
113	Clemente Teixeira Ribeiro	Fazenda Lavra	Santo Antônio do Retiro	13,7232 ha
114	Clemente Teixeira Ribeiro	Fazenda Cana Brava	Santo Antônio do Retiro	2,6824 ha
115	Cleucilene Alves da Silva	Fazenda Esperança / Córrego São Francisco	Açucena	52,1360 ha
116	Cloves Ribeiro da Silva	Fazenda Glória	Rio Pardo de Minas	153,8001 ha
117	Clovis de Souza Barbosa	Morro Redondo	Novo Cruzeiro	19,8645 ha
118	Conrad Heinrich Rohm	Córrego Treis Pedras	Ouro Verde de Minas	20,6145 ha
119	Costantino Ferreira da Silva	Fazenda Duas Barras / Córrego Pedra Alta	Ponto do Volantes	10,2240 ha
120	Cristomane de Freitas Lima	Fazenda Lima / Mato Grosso	Rio Pardo de Minas	16,1961 ha
121	Daniel José Freitas	Fazenda Casquilho	Rio Pardo de Minas	72,4648 ha
122	Daniel Pereira da Costa	Fazenda Empedrado / Margem do Rio Pardo	Águas Vermelhas	15,6365 ha
123	Darcy Rodrigues Vieira	Chácara do Darcy / Peri Peri Capão	Presidente Juscelino	0,9450 ha
124	Daura Maria Rodrigues e Outra	Onça	Paula Cândido	0,8020 ha
125	Delcídio Ferreira Costa	Fazenda Furtuna	Santo Antônio do Retiro	6,5626 ha
126	Demerval Vieira Rocha	Córrego São Joaquim	Ladainha	46,8420 ha
127	Deolinda dos Anjos Lima	Fazenda Riacho da Areia	Montezuma	24,2331 ha
128	Derci Antunes de	Fazenda Capão do	Rio Pardo de Minas	190,2292 ha

	Freitas	Palmito		
129	Derci José da Cruz	Fazenda Lamarão	Santo Antônio do Retiro	14,8326 ha
130	Derci José da Cruz	Fazenda Lamarão	Santo Antônio do Retiro	17,1357 ha
131	Dercila Mendes de Oliveira	Fazenda Santana	Rio Pardo de Minas	20,3069 ha
132	Detinho Mateus de Andrade	Sítio da Cachoeira / Córrego dos Moreiras	Governador Valadares	5,6360 ha
133	Deusdará Ferreira da Rocha	Barra da Vereda	São João da Ponte	3,4175 ha
134	Diacisio José de Almeida	Barreiro dos Porcos / Margem do Rio Pardo	Águas Vermelhas	22,5880 ha
135	Dilson Baleeiro do Nascimento	Fazenda Mandacaru	Montezuma	9,5721 ha
136	Diolina Almeida Santos	Fazenda Mangueiral	Rio Pardo de Minas	9,8696 ha
137	Diomedes Oliveira Carvalho	Córrego Pedra de Amolar / Fazenda Serra Azul	Bertópolis	135,0050 ha
138	Dionisio Pereira de Oliveira	Fazenda Olaria	Santo Antônio do Retiro	25,8803 ha
139	Diram Brito Guimarães	Fazenda Marilândia / Córrego Zuador	Santa Rita do Salto	99,8920 ha
140	Disson Monteiro da Rocha	Fazenda Côco	Santo Antônio do Retiro	38,6124 ha
141	Dolmicio Gomes de Abreu	Fazenda Vaca Velha	Santo Antônio do Retiro	233,9500 ha
142	Domingas Barbosa da Silva	Canabral	São João da Ponte	0,5950 ha
143	Domingos de Almeida	Fazenda Algodoeiro	Montezuma	32,5648 ha
144	Durvalino Barbosa dos Santos	Fazenda Capim Gordura	Santo Antônio do Retiro	28,6778 ha
145	Durvalino Ferreira Lima	Fazenda Lamarão	Santo Antônio do Retiro	47,6043 ha
146	Durvalino Pereira de Oliveira	Fazenda Boa Vista	Santo Antônio do Retiro	3,2090 ha
147	Durvalino Ramos Souza	Córrego Misterioso	Ladainha	7,4130 ha
148	Edivar dos Santos Ferreira	Ponte Nova / Córrego Cândial e Escoraçadouro	Santa Cruz de Salinas	32,7650 ha

149	Edmar Mendes Costa	Capivari	Minas Novas	40,5440 ha
150	Eduardo Antônio de Melo	Morro Redondo	Engenheiro Navarro	29,9900 ha
151	Edvaldo Aparecido Mendes Costa	Capivari	Minas Novas	43,2000 ha
152	Edvaldo Esperidião da Silva	Fazenda Imbuzeiro / Rio Mosquito	Águas Vermelhas	8,7750 ha
153	Edvaldo Nunes	Córrego São Joaquim	Ladainha	23,7430 ha
154	Efigênio Fernandes da Costa	Córrego Sabiá II	Governador Valadares	3,6430 ha
155	Eleutério de Souza Cortes e Outros	Fazenda Gitirana	Bandeira	338,0750 ha
156	Eliane Libório de Abreu	Fazenda Guaripu / Ribeirão do Indaiá	Coroaci	7,6080 ha
157	Elias Barbosa de Souza	Fazenda Cachoeira	Santo Antônio do Retiro	89,4522 ha
158	Elizeu Gomes dos Santos	Fazenda Ilha	Olhos D'Água	41,9930 ha
159	Elói Teixeira de Oliveira Filho	Sítio Barra do Pirapetininga	Piranga	25,5250 ha
160	Elpídio Martins de Sá	Fazenda Baixa Grande / Córrego São Félix	Santa Cruz de Salinas	35,9110 ha
161	Elton Gonçalves de Souza	Fazenda João Moreira	São João da Ponte	3,1720 ha
162	Enedino Cardoso de Sá	Fazenda Riacho	Montezuma	2,1414 ha
163	Enira Paula Batista e Outro	Fazenda Empedrado / Margem do Rio Pardo	Águas Vermelha	30,3320 ha
164	Epidio Vieira da Silva	Vereda Salobo	São João da Ponte	5,2090 ha
165	Erasmus Dewes	Fazenda Chapada da Barroca	Arinos	216,6600 ha
166	Erlei Adão de Jesus Vieira	Fazenda Columins	Olhos D'Água	48,5750 ha
167	Ernandes Dutra	Cabeceira do Córrego Paçoca	Santa Rita do Itueto	40,6120 ha
168	Esmeraldo Antônio de Souza	Fazenda Ingazeira	Indaiabira	17,5037 ha
169	Espólio de Arindo Idalino Antônio	Fazenda Prata	Rio Pardo de Minas	18,7630 ha
170	Espólio de Manoel Gomes Dias	Fazenda Lamarão	Rio Pardo de Minas	35,5038 ha

171	Espólio de Adão Ruas da Silva	Fazenda Lagrimá	Francisco de Sá	25,1750 ha
172	Espólio de Amélia Ferreira Barbosa e Durvalino José de Oliveira	Fazenda Passagem	Rio Pardo de Minas	39,1207
173	Espólio de Américo Araújo	Fazenda João da Silva	Montezuma	8,1280 ha
174	Espólio de Anaide Luiz de Campos	Fazenda Água Clara	Montezuma	32,6031 ha
175	Espólio de Antônio Pedro Filho	Fazenda Santa Bárbara	Rio Pardo de Minas	7,0461 ha
176	Espólio de Antônio Rodrigues de Avelar	Fazenda Mato Virgem de Boa Vista	Rio Pardo de Minas	101,9811 ha
177	Espólio de Aremite Soares	Fazenda Fortuna	Montezuma	4,0869 ha
178	Espólio de Aristóteles Rodrigues	Córrego Rancharia	Porto Firme	12,7250 ha
179	Espólio de Benvida da Rocha	Fazenda Boa Esperança	Montezuma	15,1532 ha
180	Espólio de Benvida da Rocha	Fazenda Santa Maria	Montezuma	7,8680 ha
181	Espólio de Benvida Pereira de Souza	Sítio Benvida / Peri Peri Capão	Presidente Juscelino	1,3295 ha
182	Espólio de Brasilino Alves de Araújo	Fazenda Olhos D´Água	Rio Pardo de Minas	8,5185 ha
183	Espólio de Brasilino Alves de Araújo	Fazenda Curralinho	Rio Pardo de Minas	38,9628 ha
184	Espólio de Cassiano de Aguiar Cordeiro	Fazenda Vale	Santo Antônio do Retiro	127,9567 ha
185	Espólio de Clemencia dos Anjos de Sá	Fazenda Riacho Dantas	Montezuma	6,5179 ha
186	Espólio de Clemente Pereira Dos Santos	Fazenda Lobeiro	Indaiabira	4,4686 ha
187	Espólio de Daurimira Teixeira de Oliveira	Fazenda Taboleiro	Santo Antônio do Retiro	17,5095 ha
188	Espólio de Eduardo Rodrigues Martins	Casa Branca Benta	Brumadinho	5,3100 ha
189	Espólio de Eustáquio de Araújo Pechim	Fazenda Falcão	Araçuaí	149,1525 ha
190	Espólio de Felicidade Soares Silva Costa	Fazenda Furtuna	Santo Antônio do Retiro	5,6660 ha

191	Espólio de Francisco dos Santos Gomes	Fazenda São Joaquim	Santo Antônio do Retiro	11,9287 ha
192	Espólio de Geralda Araújo da Silva	Fazenda Imbirissu	Montezuma	30,1291 ha
193	Espólio de Geraldo Pereira Cardoso	Córrego Sabiá II	Governador Valadares	1,6640 ha
194	Espólio de Geraldo Pereira de Lima	Chácara de Lima / Peri Peri Capão	Presidente Juscelino	5,4080 ha
195	Espólio de Gercina Teixeira Ribeiro	Fazenda Cana Brava	Santo Antônio do Retiro	3,4153 ha
196	Espólio de Germano Barbosa	Boa Vista	Itabira	29,0000 ha
197	Espólio de Hermínio Lopes	Fazenda Casa Branca	Montezuma	5,1464 ha
198	Espólio de Ilazira Rodrigues de Souza	Chacara Ilazira / Capão	Presidente Juscelino	2,1820 ha
199	Espólio de Isael Araújo	Fazenda Mata do Jaboticabal	Montezuma	21,2197 ha
200	Espólio de Isalina Pereira Freire	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	60,7437 ha
201	Espólio de Isiquiel Antônio de Souza	Fazenda Estiva	Montezuma	9,6152 ha
202	Espólio de Izael Araújo	Fazenda Mata do Jaboticabal	Montezuma	71,7152 ha
203	Espólio de Izaurino Francisco Ribeiro	Fazenda Capão	Santo Antônio do Retiro	39,8991 ha
204	Espólio de Jaime David de Souza	Fazenda Covoada	Montezuma	2,9599 ha
205	Espólio de Jayme Francisco Maurício	Fazenda Canabrava	Santo Antônio do Retiro	1,5115 ha
206	Espólio de João Gomes de Abreu	Fazenda Lavras	Santo Antônio do Retiro	54,2379 ha
207	Espólio de João Gonçalves Pereira	Fazenda Barrigudas	São João da Ponte	6,3000 ha
208	Espólio de João Luiz Santana	Ribeirão do Bernardo	Governador Valadares	2,8860 ha
209	Espólio de João Neres de Santana	Fazenda Mandacaru	Montezuma	5,3286 ha
210	Espólio de João Pereira de Souza	Fazenda Córrego Pau da Cruz	José Gonçalves de Minas	7,3590 ha
211	Espólio de João Ramos de Lima	Fazenda Furtuna	Montezuma	54,5053 ha

212	Espólio de Joaquim Baleeiro do Nascimento	Fazenda Estiva	Montezuma	13,8603 ha
213	Espólio de Joaquim Inácio da Rocha	Fazenda Monte Alegre	Montezuma	3,4777 ha
214	Espólio de José Abade da Rocha	Fazenda Passagem da Areia	Montezuma	143,42978 ha
215	Espólio de José Alves de Brito	Fazenda Maravilha	Indaiabira	37,3143 ha
216	Espólio de José da Cruz Silva	Fazenda Tenente	Santo Antônio do Retiro	4,1955 ha
217	Espólio de José de Matos Costa	Córrego do Angu	Chapada do Norte	57,4250 ha
218	Espólio de José Ferreira de Matos	Ribeirão do Galego	Capelinha	12,6650 ha
219	Espólio de José Martins de Melo	Fazenda Impossível	Rio Pardo de Minas	19,2324 ha
220	Espólio de José Rodrigues dos Santos	Fazenda Monzelo	Santo Antônio do Retiro	63,7273 ha
221	Espólio de Julia Francisca Costa	Fazenda Duas Barras	Santo Antônio do Retiro	8,5707 ha
222	Espólio de Manoel da Mota Bastos	Fazenda Salobo	Vazante	100,00 ha
223	Espólio de Marcelino Rodrigues Antunes	Fazenda Lagoa Escura	Santo Antônio do Retiro	26,2813 ha
224	Espólio de Maria Alves Balieiro	Fazenda Estiva	Montezuma	57,61190ha
225	Espólio de Maria da Conceição Abrantes Dias	Fazenda Limeira	Malacacheta	2,3084 ha
226	Espólio de Maria de Fátima Sousa Silveira	Fazenda Mandacaru	Montezuma	141,1745 ha
227	Espólio de Maria de Fátima Sousa Silveira	Fazenda Matinha	Montezuma	1,8207 ha
228	Espólio de Maria Madalena Soares da Costa	Setúbal Acode A Chuva	Novo Cruzeiro	18,3480 ha
229	Espólio de Maria Moreira Chaves	Fazenda Cachoeira	Santo Antônio do Retiro	18,0323 ha
230	Espólio de Maria Rosa de Melo	Fazenda Malhadinha	Rio Pardo de Minas	105,9245 ha
231	Espólio de Otacilio Antônio da Silva	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	1,5236 ha

232	Espólio de Otacilio Antônio da Silva	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	0,6267 ha
233	Espólio de Pedro José de Faria	Sítio São Nicolau	Brás Pires	11,5760 ha
234	Espólio de Rosa da Silva Lial	Córrego Santo Antônio	Capelinha	8,8500 ha
235	Espólio de Sebastião Ribeiro da Silva	Córrego Furquilha	Novo Cruzeiro	20,0280 ha
236	Espólio de Sebastião Ribeiro da Silva	Córrego Furquilha	Novo Cruzeiro	20,0280 ha
237	Espólio de Senhorinha Rosa de Oliveira	Fazenda Roçado	Montezuma	80,7603 ha
238	Espólio de Valdemar Pereira Campos	Fazenda Boa Vista / Córrego Estrela	Jordânia	6,6170 ha
239	Espólio de Valdir Fernandes Ribeiro e Outro	Fazenda Cachoeira do Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	69,5993 ha
240	Espólio de Valmir Francisco da Silva	Fazenda Lagoa Escura	Santo Antônio do Retiro	57,4745 ha
241	Espólio de Vitorino Teixeira da Silva	Fazenda Pé da Ladeira	Rio Pardo de Minas	20,2946 ha
242	Espólio de Zilma Correia de Aragão	Fazenda Estiva	Indaibira	45,2652 ha
243	Eufrázio Pereira da Penha	Saguim do Alegre	Comercinho	11,7910 ha
244	Eurico Teixeira dos Santos	Fazenda Caldeirão	Berizal	111,6990 ha
245	Euzebio Costa Catarina	Fazenda Lamarão	Santo Antônio do Retiro	66,6022 ha
246	Euzebio Costa Catarina	Fazenda Lamarão	Santo Antônio do Retiro	15,2969 ha
247	Everaldino Rodrigues da Silva	Fazenda Bom Jardim	Rio Pardo de Minas	28,7227 ha
248	Expedito Martins de Melo	Fazenda Santana	Rio Pardo de Minas	58,0122 ha
249	Ezequiel Barbosa e Sousa	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	61,0068 ha
250	Felicia Simões	Fazenda Água Fria	Vargem Grande do Rio Pardo	26,7700 ha
251	Fermina Eunice da Silva Costa	Fazenda Poços	Santo Antônio do Retiro	12,7458 ha
252	Fidelcino Teodorico	Fazenda Vereda	Vargem Grande do	11,9123 ha

	dos Santos	Comprida	Rio Pardo	
253	Filomêna Ribas de Oliveira	Fazenda Água Fria	Rio Pardo de Minas	5,3121 ha
254	Flamínio Pereira Pacheco	Córrego dos Ramos	Angelândia	4,8530 ha
255	Flausino Gomes de Abreu	Fazenda Brejo do Córrego	Santo Antônio do Retiro	74,0555 ha
256	Francisca Mendes da Conceição	Angico	Riacho dos Machados	4,2890 ha
257	Francisco de Paula e Silva	Sítio Floresta / Córrego Desidério	Governador Valadares	1,4130 ha
258	Francisco Florencio da Silva	Buqueirãozinho / Córrego Água Branca	Curral de Dentro	8,5620 ha
259	Francisco José de Araújo	Fazenda Sobrado	Rio Pardo de Minas	23,3349 ha
260	Francisco José de Assis	Córrego do Capim	Santana do Manhuaçu	27,8430 ha
261	Francisco Lopes Caldeira e Outros	Córrego do Açude	Ladainha	59,1270 ha
262	Francisco Martins de Sampaio	Córrego Galinho dos Patos	Januaria	36,5000 ha
263	Francisco Pereira Biet	Fanado / Córrego Água Branca	Capelinha	11,2170 ha
264	Francisco Ramalho Ferreira	Cordão de Pedra/Barra	Berilo	4,1870 ha
265	Francisco Rodrigues de Souza	Chacara Francisco Rodrigues / Capão	Presidente Juscelino	3,3255 ha
266	Francisco Sales Gomes Ferreira	Fazenda Barrigudas	São João da Ponte	5,8440 ha
267	Francisco Sena	Fazenda Boa Vista	Rio Pardo de Minas	1,9785 ha
268	Franquilino José de Oliveira	Fazenda Varginha	Francisco de Sá	46,3020 ha
269	Frederico Carlos Ortlieb	Monte Carmelo / Margem Esquerda do Rio Doce	Itueta	4,8750 ha
270	Gabriel Evangelista	Fazenda Cercado	Rio Pardo de Minas	11,2116 ha
271	Gautencio Lopes dos Santos	Córrego Picanço	Turmalina	18,3030 ha
272	Gedeon Barbosa	Fazenda Frade	Rio Pardo de Minas	7,1169 ha
273	Gentil Alves de Azevedo	Fazenda Córrego do Barro	Setubinhai	19,1980 ha

274	Gentil Soares Brandão	Fazenda Charco	Montezuma	134,2343 ha
275	Gentil Soares Brandão	Fazenda Charco	Montezuma	115,4933 ha
276	Geobertino da Silva	Fazenda Lobeiro	Indaiabira	0,8970 ha
277	Geraldo Ribeiro de Araújo	Fazenda Passagem do Meio	Rio Pardo de Minas	7,4925 ha
278	Geralda Apostolo da Silva	Sítio Bom Jesus / Córrego dos Antônios	Governador Valadares	5,3190 ha
279	Geralda da Luz de Almeida	Lobeira	São Gonçalo do Rio Preto	0,1800 ha
280	Geraldo Anastácio da Silva	Fazenda Barbosa / Santa Maria	Olhos D'Água	18,6750 ha
281	Geraldo Antônio de Melo	Fazenda Atoleiro	São João da Ponte	4,3010 ha
282	Geraldo Antunes de Bem	Fazenda Lamarão	Santo Antônio do Retiro	12,2201 ha
283	Geraldo Araújo de Carvalho e Outro	Fazenda Lagoa do Peixe	Montezuma	95,2677 ha
284	Geraldo Carvalho dos Santos	Fazenda Estiva	Montezuma	12,9415 ha
285	Geraldo Ferreira Lima	Fazenda Capim Gordura	Santo Antônio do Retiro	16,1413 ha
286	Geraldo Izael de Oliveira	Sítio do Pequizeiro / Vila São Joaquim	Presidente Juscelino	8,5910 ha
287	Geraldo José de Sá	Fazenda Traçadal	Rio Pardo de Minas	9,5070 ha
288	Geraldo José dos Santos	Curral / Sítio Só "C" Vendo	São Gonçalo do Pará	0,9330 ha
289	Geraldo Lopes Pereira da Silva	Grota das Beatas	Capelinha	38,8270 ha
290	Geraldo Marques e outros	Fazenda Tatu	Rio Pardo de Minas	56,9072 ha
291	Geraldo Nery da Silva	Sítio Cabeceira do Santana	Rio Pardo de Minas	5,6248 ha
292	Geraldo Pedro dos Santos	Fazenda Barreiro Grande	Rio Pardo de Minas	14,0053 ha
293	Geraldo Pedro dos Santos	Fazenda Santa Bárbara	Rio Pardo de Minas	3,3803 ha
294	Geraldo Pereira dos Santos	Córrego Lorena / Fazenda Boa Sorte	Coronel Murta	43,7812 ha
295	Geraldo Rodrigues	Fazenda Mandacaru	Montezuma	16,6171 ha

	Brito			
296	Geraldo Santarem Costa	Fazenda Capão	Santo Antônio do Retiro	27,5638 ha
297	Geronimo Cruz da Silva	Fazenda Tenente	Santo Antônio do Retiro	2,9681 ha
298	Gerson Alves da Silva	Córrego Tibuna	Novo Cruzeiro	21,1880 ha
299	Gerson Oliveira de Santana	Santa Cruz	Carai	12,5620 ha
300	Gervalino Rodrigues de Oliveira	Fazenda Nova	Montezuma	1,6365 ha
301	Gilberto Ferreira Araújo	Ribeirão dos Macacos	Coroaci	28,2780 ha
302	Gilmar Antonelo Bellini	Fazenda Entre-Melo	Arinos	96,600 ha
303	Gilson Pereira Carvalho	Caporanga	Ladainha	4,6050 ha
304	Gorete Francisca Coelho	Chácara do Coelho / Peri Peri Capão	Presidente Juscelino	0,2910 ha
305	Gregorio Monteiro de Souza	Grota das Candinhas	Itamarandiba	14,3440 ha
306	Guilhermino Dias	Fazenda Bernarda	Rio Pardo de Minas	7,1131 ha
307	Guilhermino Dias	Fazenda Estivinha	Rio Pardo de Minas	96,0412 ha
308	Haroldo Peixoto	Campo Limpo	Serro	0,2670 ha
309	Helder Francisco de Oliveira	Fazenda do Tanque	Itabira	19,5500 ha
310	Hélio José da Silva	Córrego dos Venâncios	Governador Valadares	0,4445 ha
311	Helvécio Viana Barbosa Filho	Fazenda Córrego do Pintado	Rio Pardo de Minas	38,7596 ha
312	Henrique de Souza Pereira Neto	Fazenda Dois Irmãos / Córrego João Gomes	Bandeira	47,6610 ha
313	Hermano Rodrigues dos Santos	Córrego Santo Antônio / Sítio Boa Esperança	Teófilo Otoni	13,2100 ha
314	Hermidio José da Cruz	Fazenda Lamarão	Santo Antônio do Retiro	13,5812 ha
315	Hilton Gomes de Abreu	Fazenda Taboleiro	Santo Antônio do Retiro	26,9352 ha
316	Horácio Pereira dos Santos	Maracujá	Capelinha	0,3570 ha

317	Hubert Wilhelm Schuhmacher	Bela Vista / Margem Esquerda do Rio Doce	Itueta	4,1570 ha
318	Hugo Ferreira dos Santos	Santa Rosa / Córrego da Aguada	Itaipé	98,0000 ha
319	Ibrahim Catarino Soares	Catuá	Minas Novas	5,2000 ha
320	Ildeu Ferreira	Cabeceira do Córrego Sabiá	Governador Valadares	11,4375 ha
321	Ildeu José Sobrinho	Fazenda Montezuma	Montezuma	26,7684 ha
322	Irael Cosmo de Lima	Nova Brasília	Chapada Gaúcha	12,9860 ha
323	Isaias Bispo Ramos	Fazenda Caroba	Santo Antônio do Retiro	4,4813 ha
324	Isalino Antunes de Bem	Fazenda Barra de São Roque	Santo Antônio do Retiro	85,5533 ha
325	Ismael Martins dos Santos e outro	Córrego do Chico	Itanhomi	54,0870 ha
326	Israel Pinheiro da Cruz	Fazenda Água Fria	Vargem Grande do Rio Pardo	11,5477 ha
327	Itamar Gomes de Abreu	Fazenda Taboleiro	Santo Antônio do Retiro	26,9515 ha
328	Ivonete Aparecida de Souza Barbosa	Morro Redondo	Novo Cruzeiro	25,3565 ha
329	Izabel Fernandes dos Anjos	Fazenda São Joaquim	Santo Antônio do Retiro	2,0858 ha
330	Izael Barbosa	Fazenda Terra Quebrada	Rio Pardo de Minas	43,8600 ha
331	Izael Barbosa de Souza	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	6,3614 ha
332	Izael Barbosa de Souza	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	27,4089 ha
333	Jaci Onório dos Santos	Córrego dos Venâncios / Sítio do Meloso	Governador Valadares	4,5050 ha
334	Jacinto Freitas Guerra	Córrego Água Limpa	Ipaba	9,1610 ha
335	Jacinto Gonçalves Dias	Fazenda Aurora	Rio Pardo de Minas	1,8987 ha
336	Jacinto Leal de Oliveira	Fazenda Água Boa	Rio Pardo de Minas	3,3135 ha
337	Jaime Antunes de Bem	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	73,4702 ha
338	Jair de Avelar Chaves	Córrego Pasmado	Medina	31,4345 ha

339	Jair Pereira de Lima	Chacara Jair Pereira / Peri Peri Capão	Presidente Juscelino	3,2600 ha
340	Jarbas Alves Figueiredo	Córrego do Barreiro	Almenara	61,5890 ha
341	Jasmira Alves da Silveira e Outro	Fazenda Boa Vista / Margem Rio Pardo	Águas Vermelhas	22,9225 ha
342	Jerri Adriano Ramalho Mota	Veredas	Jenipapo de Minas	44,6045 ha
343	Jesuino Felicio Gomes	Fazenda Capim Branco	Rio Pardo de Minas	8,8181 ha
344	Jesuino Felicio Gomes	Fazenda Barra	Rio Pardo de Minas	17,1678 ha
345	Jesus Milton Cardoso de Souza	Campo Alegre	Grão Mogol	48,7000 ha
346	Joanes Bernardino de Sá	Córrego Sumidouro	Santa Cruz de Salinas	21,1750 ha
347	João Abade da Rocha e Outros	Fazenda Brejinho	Montezuma	102,3948 ha
348	João Alberto Berwanger	Fazenda Chapada da Barroca / Furados	Arinos	89,0250 ha
349	João Antunes de Freitas	Fazenda Jacaré	Santo Antônio do Retiro	51,2996 ha
350	João Antunes de Freitas	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	104,5786 ha
351	João Aparecido da Silva	Bananal	Tarumirim	6,2400 ha
352	João Aparecido de Freitas	Fazenda Frade	Rio Pardo de Minas	5,6249 ha
353	João Aparecido de Souza	Fazenda Tabua	Montezuma	18,4802 ha
354	João Bandeira Rocha	Fazenda São João Velho	São João do Paraíso	7,4440 ha
355	João Batista Ferreira	Piripiri	Januária	31,4220 ha
356	João Batista Nogueira	Fazenda Cachoeira	Santo Antônio do Retiro	3,2604 ha
357	João Batista Vieira	Córrego Bom Jardim	Santa Margarida	0,8600 ha
358	João Calixto da Silva	Córrego Natividade	Aimorés	12,6250 ha
359	João da Silva	Capivara	São Miguel do Anta	0,6830 ha
360	João da Silva Ribeiro	Fazenda Gavião / Córrego do Urubu	Cachoeira de Pajeú	17,9130 ha

361	João David de Souza	Fazenda Água Fria	Vargem Grande do Rio Pardo	10,1387 ha
362	João de Souza Ferreira	Fazenda Cruz Araújo	Cônego Marinho	7,7465 ha
363	João Dias de Freitas e Outros	Fazenda Mandaçaia	Rio Pardo de Minas	462,0767 ha
364	João Donizete da Silva Martins	Fazenda Itapicuru	Francisco Badaró	4,5075 ha
365	João Evangelista	Fazenda Evangelista	Rio Pardo de Minas	0,8074 ha
366	João José da Costa	Fazenda Santana	Rio Pardo de Minas	6,2795 ha
367	João Lopes Neto	Fazenda Barra da Cachoeira	Santo Antônio do Retiro	20,0765 ha
368	João Machado Ribeiro	Córrego da Toldinha	Chapada do Norte	16,9670 ha
369	João Moraes dos Santos	Sítio Vai e Volta / Córrego dos Venâncios	Governador Valadares	18,7450 ha
370	João Pereira da Silva	João Moreira	São João da Ponte	3,4440 ha
371	João Pereira dos Santos	Fazenda Santa Maria	Montezuma	23,1190 ha
372	João Pereira Pardiniho	Fazenda Mato Virgem	Santo Antônio do Retiro	1,7959 ha
373	João Pereira Rocha	Fazenda Córrego Fundo	Santo Antônio do Retiro	49,9433 ha
374	João Ramos de Almeida	Fazenda Boa Vista / Margem Rio Pardo	Águas Vermelhas	19,6180 ha
375	João Rodrigues Porto	Fazenda Sempre Viva / Cabeceira do Córrego Empedrado	Rubim	48,0680 ha
376	João Rostrock Gonçalves	Córrego do Norte	Ouro Verde de Minas	13,9870 ha
377	João Tarcísio Brito de Castro	Chácara	Berilo	26,7440 ha
378	João Vicente da Silva	Córrego Pedra Branca	Tarumirim	5,5250 ha
379	Joaquim de Sales Pereira	Fazenda Riacho da Areia	Rio Pardo de Minas	9,0982 ha
380	Joaquim Antônio de Melo	Fazenda Taipava	Vargem Grande do Rio Pardo	15,0735 ha
381	Joaquim Caldeira	Fazenda Gracia	Montezuma	25,8580 ha
382	Joaquim Cordeiro de Azevedo	Poção	Turmalina	18,8060 ha

383	Joaquim Costa Alecrim	Córrego da Lama	Capelinha	48,4930 ha
384	Joaquim da Silva Chaves	Fazenda Tenente	Santo Antônio do Retiro	3,5282 ha
385	Joaquim Ferreira dos Santos	Chapadão	Francisco Badaró	47,9000 ha
386	Joaquim Gonçalves de Araújo	Córrego dos Caetanos	Governador Valadares	8,9790 ha
387	Joaquim Gonçalves Pereira	Fazenda Sossego / Afluente Córrego do Pilão	Ponto dos Volantes	23,9000 ha
388	Joaquim Martins de Lisbôa	Barreiro Grande	São João da Ponte	1,4250 ha
389	Joaquim Osório de Souza	Sítio Novo/Manga Velha	Manga	11,0100 ha
390	Joaquim Serafim da Silva	Córrego dos Venâncios	Governador Valadares	6,7460 ha
391	Joaquim Serafim Pereira	Sítio da Mangueira / Cabeceira do Brejaubinha	Governador Valadares	6,1290 ha
392	Joaquim Silveira	Fazenda Estiva	Montezuma	9,9210 ha
393	Joaquim Silveira	Fazenda Silveira	Montezuma	3,1062 ha
394	Joaquim Silveira	Fazenda Estiva	Montezuma	30,3711 ha
395	Joaquim Soares Pereira	Fazenda Capão	Santo Antônio do Retiro	111,5381 ha
396	Joel Cardoso dos Santos	Fazenda Algodoeiro	Montezuma	6,6400 ha
397	Jorge José de Freitas	Fazenda Córrego do Garrote	Rio Pardo de Minas	146,6880 ha
398	José Adão Lopes	Córrego Tabatinga	Chapada do Norte	9,5270 ha
399	José Almeida	Fazenda Mucambo	Indaiabira	192,5490 ha
400	José Alves Paulino	Barra da Rocha	José Gonçalves de Minas	12,4320 ha
401	José Alves Pereira	Córrego Santo Antônio	Ladainha	17,2980 ha
402	José Aniz Batista	Córrego Palmital	Araçuaí	0,3550 ha
403	José Antônio Barbosa	Córrego Queixada / Fazenda São José	Ouro Verde de Minas	9,8820 ha
404	José Antônio da Silva	Fazenda dos Mirandas	Lagoa da Prata	37,4080 ha
405	José Antônio de	Fazenda Bom Viver	Indaiabira	16,0834 ha

	Souza e Outros			
406	José Antunes de Souza	Fazenda Ventura	Mato Verde	61,0310 ha
407	José Aparecido Rodrigues	Fazenda Quiçamá	Rio Pardo de Minas	10,7556 ha
408	José Augusto Oliveira de Sousa	Fazenda e Córrego Engenho	Águas Vermelhas	46,2900 ha
409	José Barbosa Miranda	Córrego do Açude	Ladainha	92,7620 ha
410	José Batista Rosa	Córrego Santa Rita	Novo Cruzeiro	2,0950 ha
411	José Cardoso de Sá	Fazenda Mata de São João	Santo Antônio do Retiro	275,5764 ha
412	José Cardoso dos Santos	Perobas	Leme do Prado	10,3080 ha
413	José Cardoso Neto	Fazenda Vargem Redonda	Rio Pardo de Minas	76,6776 ha
414	José Carlos Couto	Córrego do Laje	Caratinga	12,9830 ha
415	José Carlos dos Santos	Varginha	Chapada do Norte	42,0758 ha
416	José Carlos Rodrigues Soares	Fazenda Cafarnaum	Chapada Gaúcha	43,7570 ha
417	José Catarino da Costa	Catuá	Minas Novas	5,1560 ha
418	José Cirino Ferreira	Chacara José Cirino / Capão	Presidente Juscelino	7,2615 ha
419	José Coelho da Silva	Córrego dos Venâncios	Governador Valadares	5,1215 ha
420	José Crescêncio da Silva	Cruzes / São Nicomedes	Presidente Bernardes	3,2030 ha
421	José das Graças de Souza	Ribeirão Santo Estevam	Iapu	4,1270 ha
422	José de Castro Rosa	Mato Dentro	São Domingos do Prata	2,4000 ha
423	José dos Passos Camargo Pêgo	Setúbal	Malacacheta	21,4230 ha
424	José dos Santos	Barra do Tamboril	Serranópolis de Minas	38,4230 ha
425	José dos Santos Cordeiro	Fazenda Cordeiro	Montezuma	6,2400 ha
426	José dos Santos Gomes	Fazenda Datas	Berilo	10,9610 ha

427	José Evangelista dos Santos	Fazenda Vargem Grande	Indaiabira	17,8521 ha
428	José Fernandes Costa	Fazenda São Joaquim	Santo Antônio do Retiro	10,6385 ha
429	José Fernandes Costa	Fazenda São Joaquim	Santo Antônio do Retiro	1,4056 ha
430	José Francisco Borges de Almeida	Chácara dos Borges / Capão	Presidente Juscelino	1,1405 ha
431	José Francisco de Sá e Outros	Fazenda Curisco	Rio Pardo de Minas	16,5849 ha
432	José Gerado Soares dos Reis	Fazenda Morrinho	São João da Ponte	16,7455 ha
433	José Geraldo de Oliveira	Fazenda Bela Flor	Rio Pardo de Minas	93,0263 ha
434	José Gomes da Rocha	Córrego Matizada	Francisco Badaró	44,4340 ha
435	José Gomes Lisboa	Córrego do Mocó	Berilo	4,0500 ha
436	José Gomes Rodrigues	Fazenda Duas Barras / Córrego da Laje	Itaipé	8,0700 ha
437	José Gonçalves Rocha	Fazenda Barroão	Chapada Gaúcha	33,0440 ha
438	José Herculano Rodrigues de Freitas	Córrego Pasmado	Itinga	39,2380 ha
439	José João Primo	Pacheco	Francisco Badaró	29,7260 ha
440	José Joaquim Ferreira e Outros	Cabeceira do Machado	Araçuai	81,8000 ha
441	José Lúcio Alves Mota	Córrego do Muquém	Jenipapo de Minas	11,4645 ha
442	José Luiz de Campos	Fazenda Pastinho	Santo Antônio do Retiro	6,1636 ha
443	José Luiz de Campos e Outros	Fazenda São Joaquim	Santo Antônio do Retiro	46,888 ha
444	José Luiz Soares	Córrego da Onça	Jenipapo de Minas	4,5280 ha
445	José Maria Silva	Fazenda Assa Peixe	Riacho dos Machados	7,8140 ha
446	José Marques de Souza	São José / Cabeceira do Córrego Pimenteira	Santa Maria do Salto	53,0280 ha
447	José Mateus dos Santos	Fazenda e Córrego Caraíba	Curral de Dentro	44,1000 ha
448	José Mauricio da Rocha	Fazenda Curral Novo	Montezuma	56,9420 ha

449	José Milton Rodrigues de Souza	Carro Quebrado / Fazenda São João	Francisco Sá	25,3355 ha
450	José Moreira da Silva	Fazenda Tenente	Santo Antônio do Retiro	3,9997 ha
451	José Paulo da Rocha	Chacara José Paulo / Capão	Presidente Juscelino	1,2160 ha
452	José Pereira Dantas	Fazenda São Joaquim	Montezuma	18,5728 ha
453	José Pereira de Oliviera	Fazenda Peri Peri	Santo Antônio do Retiro	12,0002 ha
454	José Pereira dos Santos e Outro	Fazenda Riacho Seco	Montezuma	41,7894 ha
455	José Raimundo Ferreira Soares	Chácara Lima / Capão	Presidente Juscelino	1,8645 ha
456	José Roberto Aparecido Soares	Lobeira	São Gonçalo do Rio Preto	0,1250 ha
457	José Rodrigues de Souza	Córrego São Domingos do Arrozal	Ladainha	8,0990 ha
458	José Rodrigues de Souza	Córrego Santo Antônio	Capelinha	9,3150 ha
459	José Rodrigues dos Santos	Córrego do Bernardo II	Governador Valadares	1,6068 ha
460	José Rodrigues Fontes	Mato Dentro	Ouro Preto	0,7450 ha
461	José Rodrigues Macedo	Córrego São Domingos do Arrozal	Ladainha	22,4290 ha
462	José Rozélio da Cunha	São Cristóvão / Córrego São Roque	Itaobim	1,2880 ha
463	José Serafim da Silva	Sítio Barra Amarelo / Córrego dos Caetanos	Governador Valadares	13,1710 ha
464	José Soares da Silva	Córrego Sabiá	Governador Valadares	2,6485 ha
465	José Soares Pereira	Fazenda Lagoa Escura	Santo Antônio do Retiro	4,0961 ha
466	José Teixeira Ribeiro e Outro	Fazenda Canabrava	Santo Antônio do Retiro	13,3885 ha
467	José Vieira Rocha	Benfeita	Itamarandiba	19,1850 ha
468	Josias Pereira de Oliveira	Fazenda São Joaquim	Santo Antônio do Retiro	4,5896 ha
469	Josino José da Silva	Fazenda Estiva	Montezuma	2,0174 ha
470	Jotilio Rodrigues dos Santos	Fazenda Quiçamar	Rio Pardo de Minas	13,4498 ha

471	Jovelino Caires de Lima	Fazenda e Córrego Cedro	Divinópolis	78,9500 ha
472	Jovelino Marques de Oliveira	Fazenda Jaguaripe	Rio Pardo de Minas	12,1934 ha
473	Jovita Cardozina de Sá	Fazenda São Joaquim	Santo Antônio do Retiro	19,9302 ha
474	Jovito Fernandes Costa	Fazenda Curral Novo	Montezuma	3,9836 ha
475	Juaci Agnelo Pereira	Barra do Jacutinga	Caratinga	5,3230 ha
476	Judith Rodrigues de Souza	Peri-Peri	Presidente Juscelino	2,4100 ha
477	Júlio Carvalho dos Santos	Fazenda Estiva	Montezuma	22,7853 ha
478	Júlio Dias de Freitas	Fazenda Santa Bárbara	Rio Pardo de Minas	133,2082 ha
479	Júlio Pereira da Rocha	Fazenda Barrocão	Chapada Gaúcha	51,6065 ha
480	Julita Cardosina dos Santos	Fazenda Areião	Montezuma	28,8282 ha
481	Juraci Baleeiro do Nascimento	Fazenda Tabua	Montezuma	9,4280 ha
482	Jurandinha Rossa de Bem	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	1,3231 ha
483	Juscelino Gonçalves de Oliveira	Fazenda e Córrego Engenho	Águas Vermelhas	49,1810 ha
484	Juvenal Barbosa Lima	Fazenda Santana	Rio Pardo de Minas	6,1315 ha
485	Juvenal Ferreira Barbosa	Fazenda Barra da Taboa	Montezuma	16,8035 ha
486	Lair de Abreu Soares	Cachoeirão da Boa Vista	Simonesia	22,7850 ha
487	Latércio Geraldo Dias	Fazenda Barbosa	Olhos D'Água	17,6520 ha
488	Laudejário de Moraes	Fazenda do Tambor	Barão de Cocais	15,2360 ha
489	Laura Lopes Farias Nogueira	Córrego Mucambo	Araçuaí	0,9360 ha
490	Laurencio Barbosa da Cruz	Fazenda Brejo da Fazenda	Santo Antônio do Retiro	98,3935 ha
491	Laurentino de Jesus Rocha Silva	Sítio Retiro / Retiro	Carbonita	0,5000 ha
492	Laurindo Martins de Sá e Outro	Fazenda Cana Brava	Santo Antônio do Retiro	1,3249 ha

493	Lauro Antônio Sobrinho	Fazenda Laranjeira	Vargem Grande do Rio Pardo	2,0507 ha
494	Lauro Campolina Palhares e Outra	Sítio Água Limpa	Pará de Minas	1,6840 ha
495	Lauro Vicente de Sales	Peixe Bravo	Serranópolis de Minas	9,1120 ha
496	Lavier Santana Campos	Fazenda e Córrego Porteirinha	Curral de Dentro	18,2345 ha
497	Leodecio Cardoso da Silva	Fazenda Cana Brava	Santo Antônio do Retiro	2,3717 ha
498	Lerindo Barbosa de Souza	Fazenda Córrego Santo	Santo Antônio do Retiro	4,6405 ha
499	Levi Vieira dos Santos	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	11,2525 ha
500	Levindo Barbosa de Sousa	Fazenda Taboleiro	Santo Antônio do Retiro	14,1892 ha
501	Liana Barbosa Alves	Córrego São Lourenço	Ladainha	28,7440 ha
502	Liodorio Alves Barbosa	Cafarnaum	Chapada Gaúcha	22,3085 ha
503	Lourivaldo Alves Farias	Fazenda Eucalipto	Novo Cruzeiro	26,0240 ha
504	Lourival Coelho dos Santos	Córrego Santa Rita	Novo Cruzeiro	0,4520 ha
505	Lourival dos Santos Batista	Giribá	Novo Cruzeiro	45,6815 ha
506	Lourival dos Santos Costa	Córrego Bom Sucesso	Ladainha	29,9540 ha
507	Lourival Ferreira dos Santos	Ribeirão Grande / Sítio Aldeia Xavante	Malacacheta	46,2250 ha
508	Luceni Fernandes dos Santos Costa	Fazenda da Manga	Santo Antônio do Retiro	37,9410 ha
509	Luciano Lopes Mapeli	Fazenda Mandassainha	Leme do Prado	84,0270 ha
510	Luciano Rodrigues de Souza	Córrego Espia Gato	Itaipé	97,4020 ha
511	Lucinda Lopes Mapeli Carvalho	Fazenda Mandassainha	Leme do Prado	63,3050 ha
512	Lúcio do Carmo da Fonseca	Fazenda do Imbé	Imbé de Minas	3,4240 ha
513	Lúcio Júlio Ribeiro	Rio São Mateus - Serra Baiana	Ataléia	65,8800 ha

514	Luiz Alberto Alves Correia	Córrego Gavião - Fazenda Nova Esperança	Carlos Chagas	63,3070 ha
515	Luiz Alves Muniz	Córrego do Baia	Berilo	18,6845 ha
516	Luiz Ferreira da Silva	Fazenda Buriti dos Campos	Minas Novas	8,7900 ha
517	Luiz Leite da Silva	Lapinha / Grota do Urubu	Capelinha	28,3795 ha
518	Luiz Louzada de Barcelos	Azevedo	Moeda	1,1000 ha
519	Luiz Pedro dos Santos	Córrego dos Venâncios	Governador Valadares	2,3400 ha
520	Luzia Ana de Jesus	Fazenda Boa Vista / Empedrado Rio Pardo	Águas Vermelhas	15,2145 ha
521	Mabel Ferreira das Virgens	Fazenda Mato da Picada	Rio Pardo de Minas	32,4850 ha
522	Manoel Alves da Silva e Outro	Mandembo	Perdigão	2,3800 ha
523	Manoel Borges dos Santos	Cachoeirinha do Bom Sucesso	Ladainha	2,8210 ha
524	Manoel Francisco de Novais	Fazenda Boqueirão	Indaiabira	38,5437 ha
525	Manoel Francisco de Oliveira	Fazenda Pedra Redonda / Córrego Pedra Redonda	Santa Cruz de Salinas	48,9220 ha
526	Manoel Gomes de Abreu	Fazenda Pedraliza	Santo Antônio do Retiro	21,7251 ha
527	Manoel Gomes de Oliveira	Nova Brasília	Chapada Gaúcha	5,2745 ha
528	Manoel Gonçalves Costa	Fazenda Lagoa Escura	Santo Antônio do Retiro	1,0283 ha
529	Manoel Gonçalves Costa	Fazenda Lagoa Escura	Santo Antônio do Retiro	3,0584 ha
530	Manoel José de Sá	Fazenda Ilha	Rio Pardo de Minas	27,8765 ha
531	Manoel Lopes Pereira	Fazenda e Córrego Laranjão	Curral de Dentro	44,7485 ha
532	Manoel Martins Luiz de Oliveira	Córrego da Posse	Jenipapo de Minas	4,8865 ha
533	Manoel Messias Quaresma	Fazenda Floresta Clara / Córrego Floresta	Jacinto	38,2230 ha
534	Manoel Pinto de Oliveira	Córrego Esquerdo	Ladainha	32,6480 ha

535	Manoel Ramos Pereira	Córrego Bom Sucesso	Ladainha	22,3880 ha
536	Manoel Ribeiro Guimarães e outra	Fazenda Caldeirão / Olho D'Água	Águas Vermelhas	13,7650 ha
537	Manuel Pereira Pardim	Fazenda Capãozinho	Montezuma	3,4089 ha
538	Marcelina Ribeiro de Oliveira	Fazenda Água Fria	Rio Pardo de Minas	5,0937 ha
539	Marcelino Francisco da Cruz	Fazenda Olho D'Água	Rio Pardo de Minas	67,9246 ha
540	Marcos Antônio dos Santos	Fazenda Curral Queimado	Francisco Sá	14,9950 ha
541	Maria Aparecida de Oliveira	Fazenda Frade	Rio Pardo de Minas	9,8272 ha
542	Maria Bento Santos	Córrego Acode A Chuva	Novo Cruzeiro	4,0710 ha
543	Maria Cardoso dos Santos	Fazenda Perobas	Leme do Prado	15,5260 ha
544	Maria da Conceição Mota	Córrego Bom Sucesso	Ladainha	37,6610 ha
545	Maria de Fátima do Rego Santos	Ribeirão Gangorras	José Gonçalves de Minas	12,7620 ha
546	Maria de Fatima Soares dos Reis	Fazenda Morrinho	São João da Ponte	8,0300 ha
547	Maria de Jesus do Nascimento	Bom Jardim / Boqueirão do Bode	Águas Vermelhas	6,8500 ha
548	Maria de Lourdes	Fazenda Lagoa Escura	Santo Antônio do Retiro	68,3024 ha
549	Maria de Lourdes Ribeiro da Silva e Outros	Fazenda Resfriado	Rio Pardo de Minas	22,2664 ha
550	Maria de Oliveira Souza	Fazenda Sitio Novo	Santo Antônio do Retiro	13,2219 ha
551	Maria de Sousa	Fazenda e Córrego Engenho	Águas Vermelhas	43,4710 ha
552	Maria do Nascimento Ribeiro	Fazenda Poços	Santo Antônio do Retiro	25,2566 ha
553	Maria Dorotéia Queiroz Paiva	Quatro Barras	Paula Cândido	1,6450 ha
554	Maria dos Anjos de Jesus	Fazenda Tingui	Rio Pardo de Minas	7,1845 ha
555	Maria dos Santos Sousa	Catuá	Minas Novas	11,0750 ha

556	Maria Eugênia Gomes dos Santos	Fazenda Lobeira	São Gonçalo do Rio Preto	0,1070 ha
557	Maria Fernandes de Sá	Fazenda Buracos	Santo Antônio do Retiro	14,8093 ha
558	Maria Ferreira da Cruz	Córrego Tabruc Ambruc	Itambacuri	2,3150 ha
559	Maria Lúcia dos Santos	Sítio do Carmo / Córrego dos Venâncios	Governador Valadares	5,0215 ha
560	Maria Lúcia Gonçalves Dias	Fazenda Riacho dos Cavalos	Rio Pardo de Minas	5,7146 ha
561	Maria Luiza Rodrigues da Silva	Sítio da Táboa / Córrego dos Venâncios	Governador Valadares	2,6515 ha
562	Maria Onório Rodrigues	Sítio do Sapé / Córrego dos Venâncios	Governador Valadares	4,2100 ha
563	Maria Paula Catarino Rodrigues	Catuá	Minas Novas	12,9950 ha
564	Maria Pereira de Souza Silva	Córrego de Fora	Minas Novas	6,7720 ha
565	Maria Rodrigues dos Santos	Mato das Cobras	Capelinha	5,7210 ha
566	Maria Rodrigues Ramos	Córrego Santo Antônio / Fanado	Capelinha	14,5230 ha
567	Maria Vilma Ramos de Oliveira	Fazenda Serra Nova	Rio Pardo de Minas	150,0656 ha
568	Mariêta Mateus de Andrade	Sítio da Divisa / Córrego dos Venâncios	Governador Valadares	3,5780 ha
569	Mario Pereira dos Santos	Fazenda Volta do Morro	Montezuma	4,8618 ha
570	Marlene Aparecida de Oliveira	Fazenda Mandassainha	Leme do Prado	81,5190 ha
571	Marlene Gomes da Silva Moreira	Córrego Canabrava	Teófilo Otoni	26,4500 ha
572	Martim José de Freitas	Fazenda Córrego do Garrote	Rio Pardo de Minas	249,5464 ha
573	Martins José de Souza	Fazenda Tingui	Rio Pardo de Minas	10,4185 ha
574	Matosinho Simão Eleuterio	Córrego dos Venâncios	Governador Valadares	1,4440 ha
575	Mauri Moreira da Costa	Córrego São João da Serra	Malacacheta	28,9555 ha
576	Meire de Oliveira Campos e Outros	Ribeirão do Boi	Caratinga	30,1370 ha

577	Messias Ferreira do Nascimento e Outra	Fazenda Pintado	Indaiabira	9,4016 ha
578	Miguelina de Jesus da Paixao	Macaúba / Barra da Ilha	Olhos D'Água	31,5380 ha
579	Milton Barbosa de Sousa	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	2,6375 ha
580	Milton Carlos Rohm	Córrego Treis Pedras	Ouro Verde de Minas	20,5220 ha
581	Milton José Tavares de Quadros	Córrego São Domingos / Fazenda São Miguel dos Bolqueirões	Carlos Chagas	86,6400 ha
582	Milton Pedro Marques	Barreiro / Capão	Presidente Juscelino	3,0795 ha
583	Minervino Carvalho dos Santos	Fazenda Mandacaru	Montezuma	2,9612 ha
584	Miraldo Ramos Rodrigues	Córrego da Laje / Fazenda Duas Barras	Itaipé	3,2580 ha
585	Moraci Ladeia da Silva e Outros	Boa Sorte / Afluente do Córrego do Prado	Palmópolis	81,5750 ha
586	Napoleão Pereira Pardinho	Fazenda Cachoeira	Santo Antônio do Retiro	1,0237 ha
587	Napoleão Pereira Pardinho	Fazenda São Joaquim	Santo Antônio do Retiro	1,2546 ha
588	Narcionídio Custodio de Freitas e Outro	Córrego do Laje	Santa Rita de Minas	25,6440 ha
589	Narcísia Almeida Alves	Fazenda Empedrado / Margem Rio Pardo	Águas Vermelhas	7,4850 ha
590	Natalino Ferreira dos Santos	Santa Rosa / Córrego da Aguada	Itaipé	85,1270 ha
591	Natalino Ferreira dos Santos	Santa Rosa / Córrego da Aguada	Itaipé	98,4740 ha
592	Natalino Francisco dos Santos	Fazenda Córrego da Chica	Novorizonte	19,1430 ha
593	Natalino Modesto de Sousa	Córrego Cafundó / Baia	Berilo	63,1000 ha
594	Neide Moreira Silva Alves	Lagoa de Baixo	Moema	0,4500 ha
595	Nelson de Moura Rocha	Sítio da Fumaça / Córrego dos Caetanos	Governador Valadares	18,1810 ha
596	Nelson Martins de Sá	Fazenda Pedrinha	Santo Antônio do Retiro	7,4805 ha
597	Nerim Rodrigues da Costa	Fazenda Gangorra	Rio Pardo de Minas	34,0474 ha

598	Nerita Rosa de Oliveira	Fazenda Santana	Rio Pardo de Minas	8,4251 ha
599	Nicanor Francisco Soares	Fazenda Lagoa Escura	Santo Antônio do Retiro	7,8844 ha
600	Nilo Martins Coelho	Serrinha / Sítio Cachoeira	Itamarandiba	85,0600 ha
601	Nilo Policarpo	Fazenda Santa Efigênia / Margem Direita do Rio Suassuí Grande	Matias Lobato	51,3750 ha
602	Noé Alves Ribeiro	Fazenda e Córrego Paraguai	Águas Vermelhas	37,4900 ha
603	Noé Ferreira Gusmão	Pedra Alta / Duas Barras	Ponto dos Volantes	16,1480 ha
604	Noel Pereira dos Santos	Córrego da Guariba	Porteirinha	61,3980 ha
605	Odetina Barbosa	Fazenda Passagem	Rio Pardo de Minas	12,6406 ha
606	Odílio Antunes da Silva	Fazenda Lamarão	Santo Antônio do Retiro	17,0745 ha
607	Odílio da Costa Ferreira	Fazenda Caixão	Novorizonte	5,9250 ha
608	Odílio de Souza	Fazenda Pradinho	Rio Pardo de Minas	23,7233 ha
609	Odílio Ferreira da Silva	Fazenda Pé da Ladeira	Rio Pardo de Minas	1,5770 ha
610	Odílio Rodrigues dos Santos	Fazenda São Joaquim	Santo Antônio do Retiro	5,4317 ha
611	Oldemar de Souza	Fazenda Ribeirão	Montezuma	10,9011 ha
612	Olívia Carolina da Cruz Dias	Fazenda Lamarão	Santo Antônio do Retiro	17,2030 ha
613	Olímpio Mendes de Souza	Fazenda Cana Brava	Santo Antônio do Retiro	10,6628 ha
614	Omar Roberto Gomes	Sítio do Mamão / Córrego dos Soares	Governador Valadares	1,6265 ha
615	Onofre Teixeira de Carvalho	Cachoeira Bonita	Caratinga	12,8340 ha
616	Oreste Antônio da Silva	Sítio dos Evangélicos / Córrego Chafariz	Congonhas do Norte	7,2900 ha
617	Orminio Pereira da Cruz	Fazenda Gameleira	Taiobeiras	8,5040 ha
618	Orosino Ferreira do Nascimento	Fazenda e Córrego do Genipapo	Almenara	53,3060 ha
619	Orozimbia Cardosina	Fazenda Capim Gordura	Santo Antônio do	39,7411 ha

	de Sá		Retiro	
620	Orozino Batista do Nascimento	Fazenda Monte Alto / Margem do Córrego Grande	Palmópolis	12,0330 ha
621	Oscar Araújo	Fazenda Tabua	Montezuma	0,3427 ha
622	Osmande Pereira da Silva	Fazenda Engenho / Cabeceira Córrego Engenho	Águas Vermelhas	49,0600 ha
623	Osmano Carvalho de Souza	Fazenda Santana	Rio Pardo de Minas	21,7527 ha
624	Osmar Bandeira Rocha	Fazenda Ostapulo / Cabeceira do Córrego de Areia	Santo Antônio do Jacinto	94,5900 ha
625	Osmar Cardoso Costa	Fazenda Fortuna	Santo Antônio do Retiro	4,0708 ha
626	Osorino José da Rocha	Fazenda Ingazeira	Indaiabira	27,4734 ha
627	Oswaldo Antônio de França	Fazenda Brejo Grande / Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	26,8439 ha
628	Oswaldo Avelino da Rocha	Fazenda e Córrego Paraguai	Águas Vermelhas	35,0670 ha
629	Oswaldo de Oliveira	Fazenda Incha	Rio Pardo de Minas	4,4901 ha
630	Otacílio Antônio da Silva	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	45,9260 ha
631	Otaviano Domingos	Fazenda Lagoa da Barra	São João do Paraíso	7,7170 ha
632	Otávio Pereira de Souza	Fazenda Peri Peri / Capão	Presidente Juscelino	2,5545 ha
633	Otávio Ribeiro Souza	Córrego Misterioso	Ladainha	21,0340 ha
634	Otávio Rodrigues dos Santos	Fazenda Quiçamá	Rio Pardo de Minas	18,5612 ha
635	Otilio José da Cruz	Fazenda Lamarão	Santo Antônio do Retiro	35,9206 ha
636	Otilio José da Cruz	Fazenda Lamarão	Santo Antônio do Retiro	39,7482 ha
637	Paulino Pereira Xavier	Fazenda Tanque / Morro Preto	São João da Ponte	47,6500 ha
638	Paulo de Souza	Chácara do Paulo / Capão	Presidente Juscelino	0,0965 ha
639	Paulo Roberto Berwanger	Fazenda Chapada da Barroca	Arinos	81,1180 ha
640	Pedro Alves de	Palmital	Leme do Prado	11,6600 ha

	Castro			
641	Pedro Antônio Gomes de Almeida	Córrego Sebastião / Fazenda Monte Dourado	Bertópolis	64,6120 ha
642	Pedro da Rocha e Souza	Fôjo	Ouro Preto	3,4852 ha
643	Pedro Duarte de Oliveira	Bom Jardim	Paula Cândido	0,4320 ha
644	Pedro Luiz de Mello Ramos e Outro	Rio São Mateus	Ataléia	66,9890 ha
645	Pedro Marques Jordão	Fazenda Corda	Guarda Mor	45,7605 ha
646	Pedro Martins Coelho	Serrinha / Córrego Serrinha	Itamarandiba	90,7590 ha
647	Pedro Pardim de Aguiar	Córrego da Água Branca	Comercinho	12,8560 ha
648	Pedro Paulo da Rocha	Chácara Rocha / Capão	Presidente Juscelino	1,1530 ha
649	Pedro Pereira dos Santos	Fazenda Ilha	Januária	50,00 ha
650	Pedro Ramos de Oliveira	Fazenda Duas Barros / Córrego da Laje	Itaipé	8,5840 ha
651	Percília Ludugeria de Castro	Fazenda Angicos	Indaiabira	23,8784 ha
652	Pio Ramos da Cruz	Córrego Tabruc Ambruc	Itambacuri	3,4080 ha
653	Rafael Almeida Vieira	Córrego Paiol	Olhos D'Água	15,3610 ha
654	Raimundo Vieira de Souza	Sítio Vieira / Peri Peri Capão	Presidente Juscelino	3,2750 ha
655	Ramiro Pereira de Lima	Sítio Peri Peri / Capão	Presidente Juscelino	2,7870 ha
656	Rita Ribeiro dos Santos	Córrego Misterioso	Ladainha	9,2550 ha
657	Rivaldo José de Almeida	Fazenda e Córrego Charco	Comercinho	43,4355 ha
658	Rodilson Mendes Teixeira	Fazenda Riacho dos Cavalos	Rio Pardo de Minas	20,7906 ha
659	Rodney Antônio Ferreira	Passagem Funda da Fazenda Itaberaba	Curral de Dentro	84,6320 ha
660	Ronie Everson Cadeira Godinho	Margem Direita do Córrego São João Grande	Itaobim	1,3810 ha

661	Rosa Moreira de Souza	Chácara da Rosa	Presidente Juscelino	3,6560 ha
662	Rosalina Nogueira da Rocha	Fazenda Pastinho	Montezuma	27,1020 ha
663	Rosalino Fabiano Rodrigues Figueiredo	Poço D'Anta	Capelinha	4,1450 ha
664	Rosalino Gomes dos Santos	Jequi	Olhos D'Água	16,5580 ha
665	Rufino Costa Santarem	Fazenda Lamarão	Santo Antônio do Retiro	17,8139 ha
666	Rui de Castro Lima	Lagoa Grande	Manga	67,0910 ha
667	Salvador dos Santos Cordeiro	Fazenda Curral Novo	Montezuma	36,7927 ha
668	Salvador José de Oliveira	Córrego dos Paulos	Governador Valadares	35,4505 ha
669	Salvador Pereira Nascimento	Córrego Bacué	Ladainha	20,0000 ha
670	Salvelino Moreira da Silva	Sítio das Pedras / Córrego dos Caetanos	Governador Valadares	10,5300 ha
671	Sandoval José de Santana	Fazenda das Pedras	Montezuma	57,5772 ha
672	Santa de Jesus	Fazenda Barreiro	Rio Pardo de Minas	1,8760 ha
673	Santino Ribeiro de Oliveira	Fazenda Água Fria	Rio Pardo de Minas	5,9352 ha
674	Santos de Souza Machado	Córrego dos Tavares	Angelândia	30,2960 ha
675	Santos Pereira dos Santos	Fazenda Cabeceira da Gameleira	Berilo	12,0560 ha
676	Sebastiana Gonçalves Vieira de Sousa	Córrego da Lapa	Francisco Badaró	4,2160 ha
677	Sebastiana Menino Ribeiro	Furquilha	Novo Cruzeiro	4,1490 ha
678	Sebastião Alecrim de Souza	Córrego São Domingos do Arrozal	Ladainha	05,2860 ha
679	Sebastião Alves dos Santos	Córrego Tesouras	Araçuaí	16,3550 ha
680	Sebastião Alves Gualter	Fazenda Empedrado / Margem do Rio Pardo	Águas Vermelhas	12,6940 ha
681	Sebastião Catarino dos Santos	Catuá	Minas Novas	21,6730 ha

682	Sebastião Dias de Oliveira	Fazenda Fortaleza / Grotta da Umburana	Capelinha	5,6480 ha
683	Sebastião Ferreira de Carvalho	Sítio Beija-Flor / Cabeceira dos Caetanos	Governador Valadares	13,4935 ha
684	Sebastião Lacerda Viana	Fazenda Jatobá	Indaiabira	90,7650 ha
685	Sebastião Oliveira Batista	Córrego da Pedra	Frei Gaspar	8,4100 ha
686	Sebastião Pereira Honorato	Veredas	Jenipapo de Minas	19,5005 ha
687	Sebastião Ribeiro da Silva	Córrego Forquilha	Novo Cruzeiro	47,9778 ha
688	Sebastião Ribeiro da Silva	Córrego Duas Barras	Ponto dos Volantes	17,0360 ha
689	Sebastião Rodrigues	Córrego do Barreiro	Veredinha	4,2920 ha
690	Sebastião Souza Porto	Itaberaba / Córrego Laranjão	Curral de Dentro	45,8690 ha
691	Sebastião Teixeira Ribeiro	Fazenda do Capão	Santo Antônio do Retiro	13,4398 ha
692	Sebastião Teixeira Ribeiro	Fazenda Brejo	Santo Antônio do Retiro	89,3669 ha
693	Sebastião Venceslau Rodrigues	Gromogol	Guarda-Mor	54,8110 ha
694	Severino Ribeiro de Oliveira	Fazenda Água Fria	Rio Pardo de Minas	4,7821 ha
695	Silvano José de Souza	Fazenda Estiva	Rio Pardo de Minas	8,5223 ha
696	Silvestre Freitas Lima	Fazenda São Modesto	Montezuma	43,4060 ha
697	Sílvio Alves de Sousa	Fazenda Mato Grosso	Águas Vermelhas	45,9200 ha
698	Sinciliana Brandão Moura e Outros	Caraiva	Felisburgo	724,0240 ha
699	Sinvaldo Rodrigues de Oliveira	Rio Pretinho / Córrego Cana Brava	Teófilo Otoni	2,2120 ha
700	Teodomiro Rodrigues dos Santos	Fazenda Pastinho	Montezuma	21,9207 ha
701	Tereso de Souza Gomes	São João da Serra	Malacacheta	28,8000 ha
702	Terezinha de Jesus Praes	Fazenda Antônio dos Santos	Olhos D'Água	44,4035 ha

703	Terezinha Rodrigues da Fonseca	Fazenda Tapera	Rio Pardo de Minas	9,2869 ha
704	Tomé Pereira da Silva	Barra da Vereda	São João da Ponte	18,0860 ha
705	Ulisses Meireles Rocha	Cabeceira Córrego Quati / Fazenda Bandeira Branca	Águas Formosas	29,8155 ha
706	Valdeci Tarso de Brito	Fazenda Chapada da Barroca	Chapada Gaúcha	41,8690 ha
707	Valdemar José da Silva	Fazenda Pedrinha	Santo Antônio do Retiro	9,6241 ha
708	Valdemar Marques dos Santos	Fazenda Umburana	Indaiabira	58,3238 ha
709	Valdemiro Rodrigues da Costa	Fazenda da Caroba / Serra do Gonçalves	Presidente Juscelino	8,0812 ha
710	Valdinei Barbosa Brito	Vereda do Meio	Serranópolis de Minas	2,6395 ha
711	Valdir Francisco da Silva	Fazenda Lagoa Escura	Santo Antônio do Retiro	33,9837 ha
712	Valdir Francisco da Silva	Fazenda Chico Jenro	Santo Antônio do Retiro	25,9766 ha
713	Valdir Mineiro da Silva	Landim	Riacho dos Machados	21,3490 ha
714	Valdivino Agostinho dos Reis	Fazenda Santana	Rio Pardo de Minas	25,7685 ha
715	Valdivino Antônio da Silva	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	137,3871 ha
716	Valdivino Matoso Azevedo	Sítio Esperança	Minas Novas	2,4630 ha
717	Valmito Francisco de Sá	Fazenda Pery Pery	Rio Pardo de Minas	39,3662 ha
718	Valtair José Malta	Sítio Remanescente / Cabeceira do Córrego Pau D'Alho	Conselheiro Pena	42,2380 ha
719	Valter Almeida da Silva	Fazenda Macaúbas	Novorizonte	6,8520 ha
720	Vanildo de Sousa Dias e Outro	Córrego Nortinho / Fazenda Brandão	Frei Gaspar	65,1640 ha
721	Vantuil Werneck de Barros	Rio Preto	Imbé de Minas	8,8340 ha
722	Venina Antunes de Bem	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	82,3334 ha
723	Venina Antunes de	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do	68,6998 ha

	Bem		Retiro	
724	Venina Antunes de Bem	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	38,5101 ha
725	Veraldino Barbosa da Silva	Fazenda Taboleiro	Santo Antônio do Retiro	7,0859 ha
726	Veraldino dos Santos Costa	Fazenda Água Branca / Córrego da Água Branca	Comercinho	19,9500 ha
727	Verônica Nogueira de Souza	Catuá	Minas Novas	17,5660 ha
728	Vicente Cardoso de Almeida	Córrego São Joaquim	Ladainha	10,6070 ha
729	Vicente Maciel Rodrigues	Córrego Galhinho dos Patos	Januária	42,9820 ha
730	Vicente Moreira da Silva	Malauí Cambotas	Berilo	6,7000 ha
731	Vidal Rodriguez Achar	Córrego Alto	Governador Valadares	18,3940 ha
732	Wilson Barbosa da Silva	Fazenda Rio Pardinho	Santo Antônio do Retiro	42,4480 ha
733	Vital Mendes Martins	Córrego Baía	Berilo	15,0430 ha
734	Vítor Ferreira Coutinho	Grota dos Gomes	São Sebastião do Maranhão	35,0830 ha
735	Wagner Vicente Bomfim	Córrego Macunã	Itanhomi	49,7530 ha
736	Washington Luiz da Silva	Córrego Novo	Açucena	12,6750 ha
737	Wilson Rodrigues da Silva	Córrego Sapucaia	Mutum	20,9470 ha
738	Zífirina Maria da Silva	Fazenda São Joaquim	Santo Antônio do Retiro	2,6708 ha

Terras Devolutas Urbanas a Serem Legitimadas

	Requerente	Lugar	Município	Área Total
1	Ação Social Paroquial da Paróquia Nossa Senhora da Conceição	Serro	Serro	294,00 m <sup>2</sup>
2	Adaias Fernandes de Andrade	Ubaporanga	Ubaporanga	200,00 m <sup>2</sup>
3	Adelma Alves Pereira	Catuji	Catuji	360,00 m <sup>2</sup>
4	Adilea Barbosa Horta e outra	Milho Verde	Serro	462,00 m <sup>2</sup>

5	Adilon Barbosa de Magalhães	Vazante	Vazante	399,75 m <sup>2</sup>
6	Adolfo Cabral de Lima	Pedra Azul	Pedra Azul	360,00 m <sup>2</sup>
7	Adriana Aparecida de Oliveira	Monte Belo	Monte Belo	460,00 m <sup>2</sup>
8	Advaldo Ferreira de Oliveira	Salinas	Salinas	362,00 m <sup>2</sup>
9	Afonso Donizeti	Monte Belo	Monte Belo	260,00 m <sup>2</sup>
10	Agenor Ferreira dos Santos	Catuji	Catuji	400,00 m <sup>2</sup>
11	Airton Antônio Lopes de Carvalho	Turmalina	Turmalina	360,00 m <sup>2</sup>
12	Albertino Divino Rabelo	Japaraíba	Japaraíba	200,00 m <sup>2</sup>
13	Albertino Prudêncio de Souza	Auto São José do Ituêto	Santa Rita do Ituêto	1.000,00 m <sup>2</sup>
14	Albertino Prudêncio de Souza	Auto São José do Ituêto	Santa Rita do Ituêto	1.000,00 m <sup>2</sup>
15	Alday Carvalho Silva Dias	Teófilo Otoni	Teófilo Otoni	150,00 m <sup>2</sup>
16	Aldeci Lima	Gissaras	Pedra Azul	203,00 m <sup>2</sup>
17	Aletéia Pereira	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	290,55 m <sup>2</sup>
18	Aleuza Pereira da Silva	Santo Antônio do Jacinto	Santo Antônio do Jacinto	420,00 m <sup>2</sup>
19	Alexandre Modesto Pessoa e Outra	Japaraíba	Japaraíba	200,00 m <sup>2</sup>
20	Aliatar Costa Dias	Salto da Divisa	Salto da Divisa	800,00 m <sup>2</sup>
21	Alirio de Pinho Tavares	Materlandia	Materlandia	490,00 m <sup>2</sup>
22	Almeriça Lacerda	Gissaras	Pedra Azul	200,00 m <sup>2</sup>
23	Aloísio de Freitas Jorge	Malacacheta	Malacacheta	450,00 m <sup>2</sup>
24	Aloisio José Viana	Pedra do Anta	Pedra do Anta	450,00 m <sup>2</sup>
25	Altamiro Martins	Santa Rita do Ituêto	Santa Rita do Ituêto	200,00 m <sup>2</sup>
26	Altino Pereira da Silva	Vazante	Vazante	369,00 m <sup>2</sup>

27	Amado Pereira Santiago	Congonhas	Congonhas	480,00 m <sup>2</sup>
28	Amilton Avessonil da Silva	Gouveia	Gouveia	200,00 m <sup>2</sup>
29	Ana Cláudia Azevedo de Almeida	Capim Branco	Capim Branco	491,00 m <sup>2</sup>
30	Ana Maria Duarte Costa	Nova Módica	Nova Módica	500,00 m <sup>2</sup>
31	Anatônio Clécio de Oliveira	Itambacuri	Itambacuri	230,00 m <sup>2</sup>
32	Angela Maria Teixeira	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	249,98 m <sup>2</sup>
33	Antônio Agostinho Guimarães	Presidente Bernardes	Presidente Bernardes	110,00 m <sup>2</sup>
34	Antônio Alonso Ferreira	Perdigão	Perdigão	450,00 m <sup>2</sup>
35	Antônio Alves Santos	Ponto dos Volantes	Ponto dos Volantes	300,00 m <sup>2</sup>
36	Antônio Cândido Pereira	Japaraíba	Japaraíba	360,00 m <sup>2</sup>
37	Antônio Corrêa	Carbonita	Carbonita	300,00 m <sup>2</sup>
38	Antônio Dimas Martins e Irmãos	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	143,6 m <sup>2</sup>
39	Antônio Edson Lacerda	Sede	Divinolândia de Minas	373,00 m <sup>2</sup>
40	Antônio Gonçalves da Silva	Itamarandiba	Itamarandiba	300,00 m <sup>2</sup>
41	Antônio Gonçalves de Andrade	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	64,16 m <sup>2</sup>
42	Antônio Rodrigues de Souza	Itaúna	Itaúna	224,00 m <sup>2</sup>
43	Antônio Silva da Cunha	Cachoeira do Carmo	Ouro Preto	338,00 m <sup>2</sup>
44	Antônio Soares da Silva	Perdigão	Perdigão	191,00 m <sup>2</sup>
45	Aparecida Cândida de Faria Miguel	Perdigão	Perdigão	150,00 m <sup>2</sup>
46	Aparecida Gusmão da Silva	Itamarandiba	Itamarandiba	476,00 m <sup>2</sup>
47	Aparecido do Rosário Marques da Silva	Minas Novas	Minas Novas	300,00 m <sup>2</sup>
48	Ari Antunes Pinto	Itaúna	Itaúna	232,29 m <sup>2</sup>

49	Arlinda Barbosa dos Santos	Palmópolis	Palmópolis	400,00 m <sup>2</sup>
50	Arlindo Danizete Santana	São Miguel do Anta	São Miguel do Anta	400,00 m <sup>2</sup>
51	Arnaldo Miguel da Rocha	Povoado de Jenipapinho	Catuji	500,00 m <sup>2</sup>
52	Benvinda Maria Magalhães	Almenara	Almenara	300,00 m <sup>2</sup>
53	Braz Nonoato da Cunha	Barão de Cocais	Barão de Cocais	130,00 m <sup>2</sup>
54	Bruno Fonseca Rodrigues	Milho Verde	Milho Verde	250,00 m <sup>2</sup>
55	Cacilda Nogueira de Souza	Itaúna	Itaúna	96,00 m <sup>2</sup>
56	Candida Catarina de Jesus	Itaúna	Itaúna	230,00 m <sup>2</sup>
57	Carla Aparecida de Azevedo	Capim Branco	Capim Branco	491,00 , <sup>2</sup>
58	Carlos Alberto de Oliveira	Turmalina	Turmalina	228,00 m <sup>2</sup>
59	Carlos Alberto Leite	Sede	Divinolândia de Minas	700,00 m <sup>2</sup>
60	Carlos Alberto Machado	Vazante	Vazante	233,00 m <sup>2</sup>
61	Carlos Barbosa Chaves	Curvelo	Curvelo	259,83 m <sup>2</sup>
62	Carlos Fernandes Lopes	Japaraíba	Japaraíba	200,00 m <sup>2</sup>
63	Carlos Gomes dos Santos	Japaraíba	Japaraíba	200,00 m <sup>2</sup>
64	Carlos Henrique Gomes Barroso	José Gonçalves de Minas	José Gonçalves de Minas	300,00 m <sup>2</sup>
65	Carlos José Pereira	Vazante	Vazante	300,00 m <sup>2</sup>
66	Carlos Roberto Guedes	Diamantina	Diamantina	230,00 m <sup>2</sup>
67	Celestino Antônio de Meira	Couto de Mag. de Minas	Couto de Mag.de Minas	480,00 m <sup>2</sup>
68	Célia Lemes Miguel Machado	Serro	Serro	400,00 m <sup>2</sup>
69	Cesimar Ferreira Pires	Sericita	Sericita	100,00 m <sup>2</sup>

70	Cirilo Fonseca Filho	São João do Manteninha	São João do Manteninha	300,00 m <sup>2</sup>
71	Cirlene Maria de Lima	Itaúna	Itaúna	51,20 m <sup>2</sup>
72	Claudia de Castro Ferreira	Serro	Serro	500,00 m <sup>2</sup>
73	Cláudio Aparecido do Carmo	Gouveia	Gouveia	250,00 m <sup>2</sup>
74	Cláudio Fernandes dos Santos	Franciscópolis	Franciscópolis	476,00 m <sup>2</sup>
75	Clenida de Oliveira Silva Araújo	Gouveia	Gouveia	270,00 m <sup>2</sup>
76	Cleomar Santos Costa Filho	Minas Novas	Minas Novas	500,00 m <sup>2</sup>
77	Colmar Moreira de Araújo	Marlândia	Marlândia	430,00 m <sup>2</sup>
78	Conceição Aparecida Rodrigues Moreira	Itaúna	Itaúna	282,00 m <sup>2</sup>
79	Conceição de Souza Silva	Perdigão	Perdigão	240,00 m <sup>2</sup>
80	Conceição Rosa de Oliveira Cruz	Itabirinha de Mantena	Itabirinha de Mantena	350,00 m <sup>2</sup>
81	Congregação Cristão no Brasil	Águas Vermelhas	Águas Vermelhas	350,00 m <sup>2</sup>
82	Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paula	Congonhas	Congonhas	400,00 m <sup>2</sup>
83	Custódio Sebastião Felix	São Miguel do Anta	São Miguel do Anta	300,00 m <sup>2</sup>
84	Dalva Batista dos Santos	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	288,00 m <sup>2</sup>
85	Deisa Cristina Alves da Costa	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	247,25 m <sup>2</sup>
86	Denis Cladston Dias Avelar	Pousada Lagoa de Santo Antônio	Jequitibá	891,00 m <sup>2</sup>
87	Derci Silverio Moreira	Itabirinha de Mantena	Itabirinha de Mantena	400,00 m <sup>2</sup>
88	Derli Garcia da Silva	Quatituba	Ituêta	380,00 m <sup>2</sup>
89	Diaci Moreira da Silva	Sede	Itabirinha de Mantena	140,00 m <sup>2</sup>
90	Diacízio Pinheiro de Jesus	Itambacuri	Itambacuri	455,00 m <sup>2</sup>

91	Dilvanio Alves Paulino	Turmalina	Turmalina	82,00 m <sup>2</sup>
92	Dimas Aelton de Oliveira	Gouveia	Gouveia	230,00 m <sup>2</sup>
93	Divina Luiza dos Santos	Perdigão	Perdigão	216,00 m <sup>2</sup>
94	Divino Alves da Silva	Aldemento	Santa Rita do Ituêto	350,00 m <sup>2</sup>
95	Domingos Soares Pereira	Carbonita	Carbonita	200,00 m <sup>2</sup>
96	Doralice Oliveira Cunha Silva	Itaobim	Itaobim	240,00 m <sup>2</sup>
97	Doranilde Alves Lopes Santos	Rio Pardo de Minas	Rio Pardo de Minas	288,00 m <sup>2</sup>
98	Edgar Duarte	Carbonita	Carbonita	500,00 m <sup>2</sup>
99	Edivaldo Nogueira	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	174,00 m <sup>2</sup>
100	Edivaldo Pincer Chaves	Congonhas	Congonhas	550,00 m <sup>2</sup>
101	Edmê Bispo Soares	Malacacheta	Malacacheta	320,00 m <sup>2</sup>
102	Edna Célia Rodrigues	Barão de Cocais	Barão de Cocais	360,00 m <sup>2</sup>
103	Edson Nunes Amaral	Perdigão	Perdigão	182,50 m <sup>2</sup>
104	Eduardo Frabrizio Carneiro	Milho Verde	Serro	552,00 m <sup>2</sup>
105	Edvaldo Gomes Siqueira	Poté	Poté	500,00 m <sup>2</sup>
106	Efigênia Fernandes Modesto	Congonhas	Congonhas	160,00 m <sup>2</sup>
107	Eliane Alves Teixeira	Itabirinha de Mantena	Itabirinha de Mantena	200,00 m <sup>2</sup>
108	Elias Tacin	Gameleiras	Gameleiras	300,00 m <sup>2</sup>
109	Eliezer dos Reis Coelho e Outro	Sericita	Sericita	156,00 m <sup>2</sup>
110	Elis Regina Siqueira	Poté	Poté	500,00 m <sup>2</sup>
111	Elizabeth Cândida de Souza	Itaúna	Itaúna	112,80 m <sup>2</sup>
112	Elizabeth Evaristo Ferreira	Capelinha	Capelinha	352,00 m <sup>2</sup>
113	Elson Fernandes	Turmalina	Turmalina	200,00 m <sup>2</sup>

	Machado			
114	Elton José de Souza	Águas Vermelhas	Águas Vermelhas	400,00 m <sup>2</sup>
115	Elviro Jaques da Costa	Jampruca	Jampruca	269,00 m <sup>2</sup>
116	Elza Simões da Silva e Outros	Perdigão	Perdigão	299,50 m <sup>2</sup>
117	Eri Silveira de Queiroz	Guarda Mor	Guarda Mor	450,00 m <sup>2</sup>
118	Ervinho Martins de Lana	Tarumirim	Tarumirim	150,00 m <sup>2</sup>
119	Espólio de Adriano Silvestre Moura	Congonhas	Congonhas	182,00 m <sup>2</sup>
120	Espólio de Anivair Joaquim da Silva	Itaúna	Itaúna	100,00 m <sup>2</sup>
121	Espólio de Antônio Nogueira	Itaúna	Itaúna	355,00 m <sup>2</sup>
122	Espólio de David Roberto Campos	Itaúna	Itaúna	123,90 m <sup>2</sup>
123	Espólio de Geraldo Castor Gomes de Oliveira	Congonhas	Congonhas	300,00 m <sup>2</sup>
124	Espólio de José Marcelino da Silva	Divinolândia de Minas	Divinolândia de Minas	900,00 m <sup>2</sup>
125	Espólio de José Marcelino da Silva	Divinolândia de Minas	Divinolândia de Minas	900,00 m <sup>2</sup>
126	Espólio de José Marcelino da Silva	Divinolândia de Minas	Divinolândia de Minas	900,00 m <sup>2</sup>
127	Espólio de Leônidas Santana	Congonhas	Congonhas	350,00 m <sup>2</sup>
128	Espólio de Maria Rita da Silva	Datas	Datas	200,00 m <sup>2</sup>
129	Espólio de Ogello Polycarpo	Esmeril	Congonhas	431,00 m <sup>2</sup>
130	Espólio de Sebastião de Sousa Sena	Teófilo Otoni	Teófilo Otoni	350,00 m <sup>2</sup>
131	Espólio de Vicente Maia da Cunha	Itaúna	Itaúna	451,00 m <sup>2</sup>
132	Estado de Minas Gerais	Santo Antônio do Pirapetinga	Piranga	5,383 m <sup>2</sup>
133	Euler Soares Lima	Sede	Divinolândia de Minas	550,00 m <sup>2</sup>

134	Eva Maria de Camargos	Itaúna	Itaúna	157,00 m <sup>2</sup>
135	Evaldo Braga	São Gonçalo do Pará	São Gonçalo do Pará	365,00 m <sup>2</sup>
136	Evangelino Lemos Pereira	Povoado do Maranhão	Carai	684,00 m <sup>2</sup>
137	Fabiano de Freitas Moraes	Pequi	Pequi	500,00 m <sup>2</sup>
138	Fábio Antônio de Barros	Itaúna	Itaúna	433,00 m <sup>2</sup>
139	Fábio Antônio de Oliveira Siqueira	Poté	Poté	500,00 m <sup>2</sup>
140	Fátima Augusta Fernandes	Diamantina	Diamantina	380,00 m <sup>2</sup>
141	Fernanda Júnia Maia da Silva	São Gonçalo do Pará	São Gonçalo do Pará	613,50 m <sup>2</sup>
142	Fernando Lopes de Carvalho	Japaraíba	japaraíba	200,00 m <sup>2</sup>
143	Fernando Lopes dos Reis	Japaraíba	japaraíba	200,00 m <sup>2</sup>
144	Fernando Oliveira Ruela	Monte Belo	Monte Belo	132,00 m <sup>2</sup>
145	Francisca Margarida de Alacoque Corrêa	Congonhas	Congonhas	800,00 m <sup>2</sup>
146	Francisco Claro Luis	Itabirinha de Mantena	Itabirinha de Mantena	210,00 m <sup>2</sup>
147	Francisco de Assis Barbosa	Congonhas	Congonhas	300,00 m <sup>2</sup>
148	Francisco Nunes de Souza	Nova Módica	Nova Módica	400,00 m <sup>2</sup>
149	Gelson Rosa de Almeida	Itamarandiba	Itamarandiba	170,00 m <sup>2</sup>
150	Generosa Pereira dos Santos	Turmalina	Turmalina	238,00 m <sup>2</sup>
151	Genesio Zeferino de Freitas	Santa Rita do Ituêto	Santa Rita do Ituêto	500,00 m <sup>2</sup>
152	Geraldo Adriano Pinheiro	Datas	Datas	300,00 m <sup>2</sup>
153	Geraldo Alves Pereira	Nova Módica	Nova Módica	200,00 m <sup>2</sup>
154	Geraldo Alves Pinto	Perdigão	Perdigão	300,00 m <sup>2</sup>

155	Geraldo Eustáquio Martins	Prudente de Morais	Prudente de Morais	360,00 m <sup>2</sup>
156	Geraldo Fernandes da Silva	Franciscópolis	Franciscópolis	800,00 m <sup>2</sup>
157	Geraldo Fernandes da Silva	Franciscópolis	Franciscópolis	800,00 m <sup>2</sup>
158	Geraldo Fernandes da Silva	Franciscópolis	Franciscópolis	800,00 m <sup>2</sup>
159	Geraldo Gomes da Silva	Jampruca	Jampruca	500,00 m <sup>2</sup>
160	Geraldo Magela da Costa	Perdigão	Perdigão	370,00 m <sup>2</sup>
161	Geraldo Magela de Moura	Capelinha	Capelinha	150,00 m <sup>2</sup>
162	Geraldo Majela do Amaral	Japaraíba	japaraíba	500,00 m <sup>2</sup>
163	Geraldo Onesimo de Almeida	Serro	Serro	280,00 m <sup>2</sup>
164	Geraldo Osilton Pereira da Silva	Travessa José Vicente de Paulo	Gouveia	200,00 m <sup>2</sup>
165	Geraldo Parreiras da Silva e Iracilda Maria Parreiras	Itatiaiuçu	Itatiaiuçu	200,00 m <sup>2</sup>
166	Geraldo Paulo de Oliveira	Vazante	Vazante	440,00 m <sup>2</sup>
167	Geraldo Pereira de Araújo	Congonhas	Congonhas	230,00 m <sup>2</sup>
168	Geraldo Pereira de Souza	Sede	Divinolândia de Minas	700,00 m <sup>2</sup>
169	Geraldo Rodrigues de Oliveira	Congonhas	Congonhas	360,00 m <sup>2</sup>
170	Geraldo Soares da Mota	Itamarandiba	Itamarandiba	480,00 m <sup>2</sup>
171	Gesiel Pedro	Itabirinha de Mantena	Itabirinha de Mantena	261,00 m <sup>2</sup>
172	Getúlio Barbosa	Pequi	Pequi	360,00 m <sup>2</sup>
173	Getúlio Custódio Pereira	Itaúna	Itaúna	125,00 m <sup>2</sup>
174	Getúlio França dos Santos	Itaúna	Itaúna	953,20 m <sup>2</sup>
175	Gilberto André Duarte	Carbonita	Carbonita	200,00 m <sup>2</sup>

176	Gisele Aparecida Almeida	Carbonita	Carbonita	200,00 m <sup>2</sup>
177	Gonçalo Serpa Rocha	Nossa Senhora do Carmo	Serro	403,00 m <sup>2</sup>
178	Helder de Carvalho Reis	Japaraíba	Japaraíba	200,00 m <sup>2</sup>
179	Helena Maria de Fátima	Itaúna	Itaúna	215,00 m <sup>2</sup>
180	Helena Rosa de Oliveira e Outra	São Gonçalo do Pará	São Gonçalo do Pará	360,00 m <sup>2</sup>
181	Heleno Marques Ferreira	Ibiá	Ibiá	347,00 m <sup>2</sup>
182	Hélio Miranda Moreira Brandão	Itaobim	Itaobim	225,00 m <sup>2</sup>
183	Heloisa Barbosa Pena	Milho Verde	Milho Verde	240,00 m <sup>2</sup>
184	Helvécio Tito de Freitas	Presidente Bernardes	Presidente Bernardes	192,00 m <sup>2</sup>
185	Herculano Alves de Freitas	Turmalina	Turmalina	139,00 m <sup>2</sup>
186	Hilda da Conceição Bernardino Fontes	São Miguel do Anta	São Miguel do Anta	120,00 m <sup>2</sup>
187	Holandina Margarida de Jesus	Plautino Soares	Sobralia	200,00 m <sup>2</sup>
188	Humberta dos Reis	Japaraíba	japaraíba	200,00 m <sup>2</sup>
189	Ieda Pires de Miranda e Outro	Sericita	Sericita	470,00 m <sup>2</sup>
190	Inalda da Juda de Freitas Lima	Dois de Abril	Dois de Abril	250,00 m <sup>2</sup>
191	Irani Alves de Jesus	Turmalina	Turmalina	288,00 m <sup>2</sup>
192	Irany de Sousa Carvalho	Almenara	Almenara	138,00 m <sup>2</sup>
193	Isaura Barbosa de Oliveira e outro	Monte Belo	Monte Belo	170,00 m <sup>2</sup>
194	Isaura Santos Souza	Janaúba	Janaúba	500,00 m <sup>2</sup>
195	Ismar Teixeira	Itambacuri	Itambacuri	300,00 m <sup>2</sup>
196	Istonil Pereira de Paula	Itabirinha de Mantena	Itabirinha de Mantena	250,00 m <sup>2</sup>
197	Ivo Bahia de Lima	Itaúna	Itaúna	207,50 m <sup>2</sup>

198	Izenil José Gomes	São João do Manteninha	São João do Manteninha	500,00 m <sup>2</sup>
199	Jair Borges Ribeiro	Itatiaiuçu	Itatiaiuçu	468,00 m <sup>2</sup>
200	Jesus Gouveia Sobrinho	Itaúna	Itaúna	250,00 m <sup>2</sup>
201	Jesus Mendes da Rocha	Jampruca	Jampruca	160,00 m <sup>2</sup>
202	Jesus Queiroz Miranda	São Miguel do Anta	São Miguel do Anta	250,00 m <sup>2</sup>
203	Jésus Tomé Serverino Rodrigues	Ipoema	Itabira	300,00 m <sup>2</sup>
204	Joana Belarmina da Conceição	Turmalina	Turmalina	490,00 m <sup>2</sup>
205	Joanes Martins de Oliveira	Gouveia	Gouveia	200,00 m <sup>2</sup>
206	João Alves da Silva	Cruzinha	Minas Novas	91,00 m <sup>2</sup>
207	João Antônio da Silva	Diamantina	Diamantina	144,00 m <sup>2</sup>
208	João Batista Rocha	Carbonita	Carbonita	490,00 m <sup>2</sup>
209	João Borges da Silva	Leliveldia	Berilo	240,00 m <sup>2</sup>
210	João Carlos Pereira de Carvalho	Jampruca	Jampruca	200,00 m <sup>2</sup>
211	João Gabriel Duarte	Carbonita	Carbonita	500,00 m <sup>2</sup>
212	João Jacinto de Paula Filho	Povoado dos Machados	Perdões	963,00 m <sup>2</sup>
213	João José Coelho	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	400,00 m <sup>2</sup>
214	João Luiz Parreiras e Antônio Raimundo Parreiras	Itatiaiuçu	Itatiaiuçu	296,07 m <sup>2</sup>
215	João Marcos Pereira da Silva	Jequitiba	Jequitiba	500,00 m <sup>2</sup>
216	João Rodrigues da Fonseca	Ataléia	Ataléia	847,00 m <sup>2</sup>
217	João Soares da Silva	Perdigão	Perdigão	211,00 m <sup>2</sup>
218	Joaquim Branusse	Ubaporanga	Ubaporanga	360,00 m <sup>2</sup>
219	Joaquim Carlos de Resende	Congonhas	Congonhas	300,00 m <sup>2</sup>

220	Joaquim Damasio Amaro	Ubaporanga	Ubaporanga	250,00 m <sup>2</sup>
221	Joaquim Gomes dos Santos	Turmalina	Turmalina	275,00 m <sup>2</sup>
222	Joaquim Gonçalves de Oliveira Neto	Carbonita	Carbonita	200,00 m <sup>2</sup>
223	Joaquim Lopes	Edgard de Melo	Itanhomi	360,00 m <sup>2</sup>
224	Joaquim Sanches de Oliveira Filho	Vazante	Vazante	453,00 m <sup>2</sup>
225	Joaquina Benvinda Porto	Santo Antônio do Jacinto	Santo Antônio do Jacinto	200,00 m <sup>2</sup>
226	John Charles Alves	Japaraíba	Japaraíba	200,00 m <sup>2</sup>
227	Jorge Alves de Souza	Nova Módica	Nova Módica	300,00 m <sup>2</sup>
228	Jorge Gomes Pereira	Turmalina	Turmalina	230,00 m <sup>2</sup>
229	José Afonso de Lacerda	Perdigão	Perdigão	220,00 m <sup>2</sup>
230	José Alves das Chagas	Itaúna	Itaúna	195,00 m <sup>2</sup>
231	José Alves de Almeida	Monte Formoso	Monte Formoso	150,00 m <sup>2</sup>
232	José Alves de Carvalho e outros	Santa Maria do Suaçuí	Santa Maria do Suaçuí	461,00 m <sup>2</sup>
233	José Alves Machado	Vazante	Vazante	336,54 m <sup>2</sup>
234	José Antônio da Costa	Povoado do Capoeirão	Japaraíba	200,00 m <sup>2</sup>
235	José Antônio Rodrigues	Minas Novas	Minas Novas	300,00 m <sup>2</sup>
236	José Aparecido Alves Borges	Turmalina	Turmalina	210,00 m <sup>2</sup>
237	José Aristeu Vieira	Serro	Serro	500,00 m <sup>2</sup>
238	José Bento de Sousa	Minas Novas	Minas Novas	100,00 m <sup>2</sup>
239	José Beraldo Quintão	Presidente Bernardes	Presidente Bernardes	402,00 m <sup>2</sup>
240	José Bernardes dos Santos	Congonhas	Congonhas	300,00 m <sup>2</sup>
241	José Borges Neto	Cachoeira do Campo	Ouro Preto	420,00 m <sup>2</sup>
242	José Carlos de Oliveira	Antônio Pereira	Ouro Preto	395,00 m <sup>2</sup>

243	José Cassim de Souza	São José do Ituêto	Santa Rita do Ituêto	663,00 m <sup>2</sup>
244	José Cristovão Pinto e Outros	Vila de Santa Terezinha de Minas	Itatiaiuçu	451,17 m <sup>2</sup>
245	José de Alencar Andrade Silva	Itaobim	Itaobim	100,00 m <sup>2</sup>
246	José de Barros da Silva	Ubaporanga	Ubaporanga	180,00 m <sup>2</sup>
247	José de Oliveira Santos	Couto de Mag. de Minas	Couto de Mag.de Minas	500,00 m <sup>2</sup>
248	José de Sousa Sobrinho	Japaraíba	Japaraíba	360,00 m <sup>2</sup>
249	José do Carmo Oliveira	Carbonita	Carbonita	300,00 m <sup>2</sup>
250	José Eustáquio de Mesquita	Perdigão	Perdigão	490,00 m <sup>2</sup>
251	José Ferreira da Silva	Pequi	Pequi	500,00 m <sup>2</sup>
252	José Francisco da Silva	Vazante	Vazante	460,00 m <sup>2</sup>
253	José Geraldo de Oliveira	Diamantina	Diamantina	250,00 m <sup>2</sup>
254	José Geraldo de Paula	Santo Antônio do Leite	Ouro Preto	170,00 m <sup>2</sup>
255	José Gonçalves Filho	Congonhas	Congonhas	250,00 m <sup>2</sup>
256	José Lima da Rocha	Turmalina	Turmalina	418,00 m <sup>2</sup>
257	José Lourenço Prata	São José do Ituêto	Santa Rita do Ituêto	413,00 m <sup>2</sup>
258	José Marcio Duarte Arantes	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	823,00 m <sup>2</sup>
259	José Marcolino Ferreira	Monte Belo	Monte Belo	300,00 m <sup>2</sup>
260	José Maria Pereira	Carbonita	Carbonita	320,00 m <sup>2</sup>
261	José Maria Rodrigues do Nascimento	Turmalina	Turmalina	300,00 m <sup>2</sup>
262	José Mesquita	Perdigão	Perdigão	500,00 m <sup>2</sup>
263	José Nivaldo Pereira Gomes	Turmalina	Turmalina	360,00 m <sup>2</sup>
264	José Pereira Lopes	São Gonçalo do Pará	São Gonçalo do Pará	201,00 m <sup>2</sup>

265	José Raimundo Antunes Cordeiro	Turmalina	Turmalina	262,80 m <sup>2</sup>
266	José Rocha da Silva	Itabirinha de Mantena	Itabirinha de Mantena	600,00 m <sup>2</sup>
267	José Rodrigues	Itabirinha de Mantena	Itabirinha de Mantena	250,00 m <sup>2</sup>
268	José Saraiva Bitencout	São Miguel do Anta	São Miguel do Anta	300,00 m <sup>2</sup>
269	José Vicente Augusto	Gouveia	Gouveia	355,00 m <sup>2</sup>
270	Josias Ferreira de Oliveira	Itaúna	Itaúna	234,00 m <sup>2</sup>
271	Jovita Gregório de Souza	Nova Módica	Nova Módica	140,00 m <sup>2</sup>
272	Juarez Gomes de Miranda	Santa Rita do Araçuaí	Chapada do Norte	500,00 m <sup>2</sup>
273	Julio Henrique Camargos	Turmalina	Turmalina	200,00 m <sup>2</sup>
274	Juvenal Andrade da Silva	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	596,97 m <sup>2</sup>
275	Kener Wenceslau de Abreu	Pequi	Pequi	300,00 m <sup>2</sup>
276	Laércio Antônio da Silva	Japaraíba	Japaraíba	200,00 m <sup>2</sup>
277	Laércio Ferreira Guarda	Sericita	Sericita	130,00 m <sup>2</sup>
278	Laudionor Alberto de Sales	Pedra Grande	Almenara	169,00 m <sup>2</sup>
279	Lauro Gomes Pinheiro	Itaúna	Itaúna	94,00 m <sup>2</sup>
280	Leni Nazaré Portela Ferreira	Lavras	Lavras	281,00 m <sup>2</sup>
281	Lourdes Aparecida Mesquita	Perdigão	Perdigão	500,00 m <sup>2</sup>
282	Lourenço dos Santos e Outro	Monte Belo	Monte Belo	105,00 m <sup>2</sup>
283	Lúcia Maria de Oliveira Felix	Ubaporanga	Ubaporanga	500,00 m <sup>2</sup>
284	Luís Nogueira Maia	São Gonçalo do Pará	São Gonçalo do Pará	158,00 m <sup>2</sup>
285	Luísa Helena Faria Gontijo e Outro	Dores do Indaiá	Dores do Indaiá	226,18 m <sup>2</sup>

286	Luiz Ferreira Silva	Sericita	Sericita	400,00 m <sup>2</sup>
287	Luiza Custódia de Rezende	Itaúna	Itaúna	86,70 m <sup>2</sup>
288	Madalena Maria Pereira	Santa Terezinha de Minas	Santa Rita do Ituêto	246,75 m <sup>2</sup>
289	Magda do Rosário Alves Cruzeiro	Vazante	Vazante	422,98 m <sup>2</sup>
290	Magna Suely Lemos	Carbonita	Carbonita	300,00 m <sup>2</sup>
291	Manoel Domingos da Silva	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	275,00 m <sup>2</sup>
292	Manoel Gomes de Souza	Vazante	Vazante	366,18 m <sup>2</sup>
293	Manoel Pereira Lopes	Curvelo	Curvelo	279,00 m <sup>2</sup>
294	Manoel Ribeiro de Almeida	Carbonita	Carbonita	200,00 m <sup>2</sup>
295	Manoel Vieira da Silva Netto	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	260,53 m <sup>2</sup>
296	Marcelo Luiz Jerônimo de Castro	Jequitibá	Jequitibá	1.000,00 m <sup>2</sup>
297	Márcia Conceição da Cunha	Abaeté	Abaeté	391,00 m <sup>2</sup>
298	Marcilene de Oliveira Campos	Gouveia	Gouveia	350,00 m <sup>2</sup>
299	Marco Antônio Vidigal	Carbonita	Carbonita	200,00 m <sup>2</sup>
300	Maria Analia Miranda	Presidente Juscelino	Presidente Juscelino	402,00 m <sup>2</sup>
301	Maria Aparecida da Silva e Outros	Perdigão	Perdigão	150,00 m <sup>2</sup>
302	Maria Aparecida de Oliveira e Outras	São Miguel do Anta	São Miguel do Anta	100,00 m <sup>2</sup>
303	Maria Aparecida Lúcia	Monte Belo	Monte Belo	403,00 m <sup>2</sup>
304	Maria Aparecida Nascimento	Itaobim	Itaobim	80,00 m <sup>2</sup>
305	Maria Aparecida Santos	Serro	Serro	180,00 m <sup>2</sup>
306	Maria Celeste de Oliveira Coelho e Outro	Senhora do Carmo	Itabira	183,00 m <sup>2</sup>
307	Maria da Assunção	Dr. Campolina	Jequitibá	360,00 m <sup>2</sup>

	Moura			
308	Maria da Conceição de Freitas	São Gonçalo do Pará	São Gonçalo do Pará	406,00 m <sup>2</sup>
309	Maria da Conceição Pereira	Itaúna	Itaúna	508,00 m <sup>2</sup>
310	Maria da Glória Alves Pereira	São Miguel do Anta	São Miguel do Anta	350,00 m <sup>2</sup>
311	Maria da Glória Costa	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	154,56 m <sup>2</sup>
312	Maria da Glória Fialho	Vazante	Vazante	247,50 m <sup>2</sup>
313	Maria da Luz Domingos	Perdigão	Perdigão	200,00 m <sup>2</sup>
314	Maria da Silva	Itaúna	Itaúna	132,00 m <sup>2</sup>
315	Maria das Graças Moreira Reis	São Miguel do Anta	São Miguel do Anta	250,00 m <sup>2</sup>
316	Maria de Fátima de Oliveira	Antônio Pereira	Ouro Preto	270,00 m <sup>2</sup>
317	Maria de Fátima Fonseca Amaral	São Gonçalo do Pará	São Gonçalo do Pará	3.600 m <sup>2</sup>
318	Maria de Fátima Machado	Nova Módica	Nova Módica	120,00 m <sup>2</sup>
319	Maria Dias dos Santos	Janaúba	Janaúba	266,00 m <sup>2</sup>
320	Maria Dias Ferreira	Lagoa Santo Antônio	Jequitibá	360,00 m <sup>2</sup>
321	Maria do Carmo Cardoso Marcelino e outro	Novorizonte	Novorizonte	348,00 m <sup>2</sup>
322	Maria do Socorro de Souza Lacerda	Sede	Divinolândia de Minas	475,00 m <sup>2</sup>
323	Maria dos Anjos de Araújo	Nova Módica	Nova Módica	886,00 m <sup>2</sup>
324	Maria Flor de Mato Soares	Minas Novas	Minas Novas	300,00 m <sup>2</sup>
325	Maria Geralda Borges dos Reis e Outros	Itaúna	Itaúna	320,00 m <sup>2</sup>
326	Maria Glória Gonçalves da Silva Oliveira	Novorizonte	Novorizonte	449,00 m <sup>2</sup>
327	Maria Inês Alves de Souza	Itambacuri	Itambacuri	300,00 m <sup>2</sup>

328	Maria José da Consolação	Itaúna	Itaúna	190,00 m <sup>2</sup>
329	Maria José da Silva	Itaúna	Itaúna	205,00 m <sup>2</sup>
330	Maria José Gonçalves de Macedo	Turmalina	Turmalina	300,00 m <sup>2</sup>
331	Maria Júlia Santos Farias	Lufa	Novo Cruzeiro	593,00 m <sup>2</sup>
332	Maria Jurema de Jesus Gomes	Curvelo	Curvelo	159,00 m <sup>2</sup>
333	Maria Luiza de Souza	Couto de Mag. de Minas	Couto de Mag. de Minas	300,00 m <sup>2</sup>
334	Maria Moreira da Silva Lima	Itaúna	Itaúna	204,00 m <sup>2</sup>
335	Maria Nelcy Cordeiro de Sá	Teófilo Otoni	Teófilo Otoni	200,00 m <sup>2</sup>
336	Maria Nunes de Jesus Teles	Itaúna	Itaúna	438,00 m <sup>2</sup>
337	Maria Nunes Gonçalves	Nova Módica	Nova Módica	260,00 m <sup>2</sup>
338	Maria Rosaria Cândida de Jesus	Itaobim	Itaobim	110,00 m <sup>2</sup>
339	Maria Salete França	Itaúna	Itaúna	212,00 m <sup>2</sup>
340	Marieta Neres dos Santos	Rio Pardo de Minas	Rio Pardo de Minas	85,05 m <sup>2</sup>
341	Marinalva Ferreira dos Santos	Giru	Joaima	360,00 m <sup>2</sup>
342	Mário Emilio Guimarães Duarte	Almenara	Almenara	150,00 m <sup>2</sup>
343	Marlene Celsa Ângela de Aguiar	Cachoeira do Campo	Ouro Preto	230,00 m <sup>2</sup>
344	Marlene Rosa Martins	Itaúna	Itaúna	170,00 m <sup>2</sup>
345	Matilde Fernandes Pereira	Japaraíba	Japaraíba	227,5 m <sup>2</sup>
346	Maurício Jesus da Silva	Japaraíba	Japaraíba	200,00 m <sup>2</sup>
347	Meire Martins da Silva	Vazante	Vazante	300,00 m <sup>2</sup>
348	Mercedes Vidal de Barros	Congonhas	Congonhas	300,00 m <sup>2</sup>
349	Michele Batista dos Santos Ferreira e	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de	196,35 m <sup>2</sup>

	Outro		Minas	
350	Miguel Cândido de Sousa e Outros	Itatiaiuçu	Itatiaiuçu	248,58 m <sup>2</sup>
351	Miguel Cardoso de Oliveira	Monte Belo	Monte Belo	180,00 m <sup>2</sup>
352	Milton Gonçalves	Itabirinha de Mantena	Itabirinha de Mantena	290,00 m <sup>2</sup>
353	Moacir de Abreu Júnior	Pequi	Pequi	300,00 m <sup>2</sup>
354	Mosar Alves de Oliveira	Itaúna	Itaúna	999,00 m <sup>2</sup>
355	Murilo Duque	Gouveia	Gouveia	150,00 m <sup>2</sup>
356	Myrian Tavares Pereira	Milho Verde	Serro	400,00 m <sup>2</sup>
357	Nedson Romualdo Tosta	Guarda-Mor	Guarda-Mor	500,00 m <sup>2</sup>
358	Nelcom Dimas de Souza	Itabirinha de Mantena	Itabirinha de Mantena	290,00 m <sup>2</sup>
359	Neolimar Cordeiro dos Santos	Turmalina	Turmalina	275,00 m <sup>2</sup>
360	Nilce de Miranda	Serro	Serro	500,00 m <sup>2</sup>
361	Nívio Bonifácio Mendonça Chaves e Outro	Itatiaiuçu	Itatiaiuçu	323,75 m <sup>2</sup>
362	Norma Maria Alves Borges Diniz	Vazante	Vazante	390,00 m <sup>2</sup>
363	Núbia Yonara Ramos Rosa e Outros	Palmópolis	Palmópolis	400,00 m <sup>2</sup>
364	Odair José Fernandes	Pequi	Pequi	300,00 m <sup>2</sup>
365	Odair Rodrigues Modesto	Japaraíba	Japaraíba	240,00 m <sup>2</sup>
366	Odilom dos Santos Fagundes	Perdigão	Perdigão	200,00 m <sup>2</sup>
367	Olimpio Alves Machado	Vazante	Vazante	339,41 m <sup>2</sup>
368	Olivia Francisca Dias	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	496,00 m <sup>2</sup>
369	Oneci da Silva Morais Borges	Itatiaiuçu	Itatiaiuçu	464,00 m <sup>2</sup>

370	Oníssia Barros de Oliveira	Ubaporanga	Ubaporanga	200,00 m <sup>2</sup>
371	Orlando Aurelio Lima	Perdigão	Perdigão	265,00 m <sup>2</sup>
372	Orlando Ferreira Zica Júnior	Dores do Indaiá	Dores do Indaiá	500,00 m <sup>2</sup>
373	Osmar Barbosa da Silva	Piedade de Ponte Nova	Piedade de Ponte Nova	350,00 m <sup>2</sup>
374	Otilia Ladeira Borburema	Nova Módica	Nova Módica	300,00 m <sup>2</sup>
375	Pacelli Geraldo Cordeiro	Congonhas	Congonhas	304,50 m <sup>2</sup>
376	Paulo César da Silva	Itaúna	Itaúna	98,00 m <sup>2</sup>
377	Paulo César Magalhães	Serro	Serro	500,00 m <sup>2</sup>
378	Paulo Henrique Gonçalves da Silva	Itaobim	Itaobim	89,35 m <sup>2</sup>
379	Paulo José da Silva	Santa Anta	Santa Rita do Ituêto	350,00 m <sup>2</sup>
380	Paulo Roberto Ferreira	Japaraíba	Japaraíba	200,00 m <sup>2</sup>
381	Pedro de Pinho Coelho	Sericita	Sericita	268,00 m <sup>2</sup>
382	Pedro Dias de Oliveira	Alto do Pião	Santa Rita do Ituêto	934,00 m <sup>2</sup>
383	Pedro Lopes dos Reis	Japaraíba	Japaraíba	200,00 m <sup>2</sup>
384	Pedro Paulo da Silva	Cachoeira do Campo	Ouro Preto	320,00 m <sup>2</sup>
385	Pedro Pereira do Carmo	Japaraíba	Japaraíba	194,00 m <sup>2</sup>
386	Pedro Vieira Neto	Capelinha	Capelinha	336,00 m <sup>2</sup>
387	Prefeitura Municipal de Congonhas	Plataforma	Congonhas	68,95 m <sup>2</sup>
388	Rafael Leandro do Rosário	Cachoeira do Carmo	Ouro Preto	560,00 m <sup>2</sup>
389	Raimunda Barbosa da Silva	São Miguel do Anta	São Miguel do Anta	150,00 m <sup>2</sup>
390	Raimunda Maria de Oliveira	Teófilo Otoni	Teófilo Otoni	300,00 m <sup>2</sup>
391	Raimundo Agostinho da Costa	Curvelo	Curvelo	274,50 m <sup>2</sup>

392	Raimundo Alves de Souza	Perdigão	Perdigão	450,00 m <sup>2</sup>
393	Raimundo da Cruz Rocha	Carbonita	Carbonita	360,00 m <sup>2</sup>
394	Raimundo Ferreira de Souza	Santo Antônio dos Campos	Santo Antônio dos Campos	343,75 m <sup>2</sup>
395	Raimundo Messias Benfica	Perdigão	Perdigão	693,00 m <sup>2</sup>
396	Raimundo Pereira da Silva	Divinolândia de Minas	Divinolândia de Minas	896,00 m <sup>2</sup>
397	Regiane Roza Fazôlo Costa	Santa Anta	Santa Rita do Ituêto	500,00 m <sup>2</sup>
398	Reinaldo Souza Santos	Pedra Azul	Pedra Azul	500,00 m <sup>2</sup>
399	Renato Aparecido de Souza	Congonhas	Congonhas	136,34 m <sup>2</sup>
400	Renzo Ribeiro de Matos	Curvelo	Curvelo	497,00 m <sup>2</sup>
401	Roberto Marinho Moreira Gonçalves	Crisólita	Crisólita	500,00 m <sup>2</sup>
402	Roberto Santos	Itaobim	Itaobim	61,38 m <sup>2</sup>
403	Roberval Ferreira Barbosa	Ubaporanga	Ubaporanga	500,00 m <sup>2</sup>
404	Robson Camilo	Perdigão	Perdigão	300,00 m <sup>2</sup>
405	Rogério Aparecido Santos	Couto de Mag. de Minas	Couto de Mag.de Minas	500,00 m <sup>2</sup>
406	Rosária Soares de Matos	Minas Novas	Minas Novas	100,00 m <sup>2</sup>
407	Rosilane Antunes Santos e Outro	Itaúna	Itaúna	136,00 m <sup>2</sup>
408	Rui de Souza	Itaúna	Itaúna	63,00 m <sup>2</sup>
409	Salvador Rodrigues Dias e outras	Japaraíba	Japaraíba	418,00 m <sup>2</sup>
410	Sandra de Araújo Viana	Palmópolis	Palmópolis	40,00 m <sup>2</sup>
411	Santa Laurencia de Souza	Itaobim	Itaobim	112,50 m <sup>2</sup>
412	Santa Rita de Jesus Ramalho	Itatiaiuçu	Itatiaiuçu	280,00 m <sup>2</sup>
413	Sebastiana Lopes Ventura	Carbonita	Carbonita	250,00 m <sup>2</sup>

414	Sebastião Alves dos Santos	Jampruca	Jampruca	500,00 m <sup>2</sup>
415	Sebastião Alves Pereira	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	266,00 m <sup>2</sup>
416	Sebastião Gonçalves de Oliveira	Turmalina	Turmalina	360,00 m <sup>2</sup>
417	Sebastião Luiz da Silva	Diamantina	Diamantina	150,00 m <sup>2</sup>
418	Sebastião Paulino	Santa Rita do Ituêto	Santa Rita do Ituêto	100,00 m <sup>2</sup>
419	Sebastião Pinheiro de Oliveira Chaves	Catuji	Catuji	100,00 m <sup>2</sup>
420	Sebastião Vieira da Costa	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	247,00 m <sup>2</sup>
421	Selma Aparecida Pinto de Souza e Outros	Bom Despacho	Bom Despacho	177,00 m <sup>2</sup>
422	Selvina Alves Ferreira	Nova Módica	Nova Módica	200,00 m <sup>2</sup>
423	Sérgio Meirelles Filho	Capelinha	Capelinha	300,00 m <sup>2</sup>
424	Sessostris Nunes de Avelar	Itaúna	Itaúna	246,00 m <sup>2</sup>
425	Silvana Maria de Castro Ferreira	Serro	Serro	150,00 m <sup>2</sup>
426	Silvania Pereira da Silva Campos	Itaúna	Itaúna	181,00 m <sup>2</sup>
427	Simone Couy Sexto	Malacacheta	Malacacheta	500,00 m <sup>2</sup>
428	Simone Maria Gomes	Rio Pardo de Minas	Rio Pardo de Minas	500,00 m <sup>2</sup>
429	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais	Itaobim	Itaobim	264,00 m <sup>2</sup>
430	Sirineu Gomes Pereira	Sede	Divinolândia de Minas	262,00 m <sup>2</sup>
431	Solange Custódio Silvério da Costa'	Itaúna	Itaúna	370,00 m <sup>2</sup>
432	Sônio Nunes Mesquita	Serro	Serro	500,00 m <sup>2</sup>
433	Sueli Maria de Melo	Itaúna	Itaúna	82,00 m <sup>2</sup>
434	Suely Pereira Jardim	Catuji	Catuji	250,00 m <sup>2</sup>
435	Terezinha de Jesus	Distrito Barra Alegre	Ipatinga	254,00 m <sup>2</sup>

	Madeira			
436	Terezinha Milagres Tavares	São Gonçalo do Pará	São Gonçalo do Pará	289,00 m <sup>2</sup>
437	Terezinha Ramos da Cruz	Malacacheta	Malacacheta	360,00 m <sup>2</sup>
438	Therezinha Augusta dos Santos	Itaúna	Itaúna	128,00 m <sup>2</sup>
439	Ubirajara José dos Santos	Jampruca	Jampruca	150,00 m <sup>2</sup>
440	Vagner Mota	Jequitiba	Jequitiba	321,00 m <sup>2</sup>
441	Valdemar Soares de Oliveira	Carbonita	Carbonita	200,00 m <sup>2</sup>
442	Valderci Santiago da Silva	Turmalina	Turmalina	281,50 m <sup>2</sup>
443	Valdete Ramos Sales	Rio Pardo de Minas	Rio Pardo de Minas	252,00 m <sup>2</sup>
444	Valdez Godinho de Carvalho	Turmalina	Turmalina	260,00 m <sup>2</sup>
445	Valdinei Godinho Pereira	Turmalina	Turmalina	276,00 m <sup>2</sup>
446	Valdir Ribeiro da Silva	Alto do Pião	Santa Rita do Ituêto	300,00 m <sup>2</sup>
447	Valdir Xavier de Souza	Distrito de Marambainha	Carai	450,00 m <sup>2</sup>
448	Valdivino Alves de Souza	Perdigão	Perdigão	240,00 m <sup>2</sup>
449	Valdivino Francisco de Avelar	Itaúna	Itaúna	218,60 m <sup>2</sup>
450	Valerson Custódio de Oliveira	Ubaporanga	Ubaporanga	140,00 m <sup>2</sup>
451	Vanda Berenice Coelho Lopes	Monte Alegre de Minas	Monte Alegre de Minas	213,00 m <sup>2</sup>
452	Vanderlei de Jesus Balduino	Couto de Mag. de Minas	Couto de Mag.de Minas	300,00 m <sup>2</sup>
453	Vanderlúcio Bernardino dos Santos	Novorizonte	Novorizonte	500,00 m <sup>2</sup>
454	Vanessa Tatiana Pereira da Silva	Itaúna	Itaúna	109,00 m <sup>2</sup>
455	Vânia Regina Matosinhos Soares	Congonhas	Congonhas	265,00 m <sup>2</sup>

456	Vanneide de Souza Bodevan	Novorizonte	Novorizonte	500,00 m <sup>2</sup>
457	Verônica Batista de Jesus	Capelinha	Capelinha	440,00 m <sup>2</sup>
458	Vicente de Paula	Perdigão	Perdigão	300,00 m <sup>2</sup>
459	Vicente Domingos da Silva	Santo Antônio do Leite	Ouro Preto	1.000,00 m <sup>2</sup>
460	Vicente Gouveia	Itaúna	Itaúna	500,00 m <sup>2</sup>
461	Vilmar Alves de Sousa	Almenara	Almenara	205,00 m <sup>2</sup>
462	Vilmar do Socorro Xavier Pereira	Capelinha	Capelinha	484,00 m <sup>2</sup>
463	Wagner Duarte Martins e Willian Franklin Duarte Martins	Carbonita	Carbonita	500,00 m <sup>2</sup>
464	Waldir Avelino Soares	Barão de Cocais	Barão de Cocais	300,00 m <sup>2</sup>
465	Zenilton Mendes	Rio Pardo de Minas	Rio Pardo de Minas	480,00 m <sup>2</sup>
466	Zilma Maria de Oliveira	Morro da Garça	Morro da Garça	200,00 m <sup>2</sup>

- À Comissão de Política Agropecuária para os fins do art. 102, inciso IX, alínea "e", do Regimento Interno, nos termos da Decisão Normativa de 17/6/93.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

## OFÍCIOS

Do Sr. Marco Antônio Marques de Oliveira, Secretário de Transportes e Obras Públicas (3), encaminhando cópia dos convênios que menciona, publicados no "Minas Gerais" de 6/7 e 2/8/2002. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. José Augusto Trópia Reis, Secretário da Fazenda, encaminhando o Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida referente ao período de setembro de 2001 a agosto de 2002, em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Elmar Humberto Goulart, Presidente da Câmara Municipal de Uberaba, encaminhando cópia do Requerimento nº 1.894, do Vereador Tony Carlos, em que se solicita sejam implementadas medidas que inibam o atendimento automatizado das empresas concessionárias de serviço público. (- À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da CEMIG, em atendimento ao Requerimento nº 3.463/2002, da Comissão de Política Agropecuária, encaminhando cópia de expediente enviado ao Presidente da FAEMG.

Da Sra. Denise Paiva, Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, informando da celebração do Convênio nº 150/2002, entre o referido Ministério e este Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

De Maria Souza Santos e outros, solicitando a aprovação do Projeto de Lei nº 1.886/2001. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.886/2001.)

## RELATÓRIO

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA	
	jan a ago/2002	set/2001 a ago/2002
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	86.247.054,21	137.223.220,76
Pessoal Ativo	101.866.809,52	160.781.280,24
Pessoal Inativo e Pensionista	62.226.229,39	95.109.005,52
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	77.845.984,70	118.667.065,00
(-) Precatórios (Sent.Judiciais), ref.a Período Anterior ao de Apuração	47.887,95	47.887,95
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1.191.399,54	2.170.482,33
(-) Indenização por Demissão	286.061,88	477.607,62
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	30.000,00	0,00
(-) Contribuições dos Servidores p/Previdência (1)	7.468.905,14	11.933.342,10
(-) Pensionistas (2)	987.654,43	1.516.869,02
(-) Inativos (3)	61.238.574,96	93.592.136,50
(-) Despesas de Caráter Indenizatório (4)	6.595.500,80	8.928.739,48
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º da LRF) (II)		
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	86.247.054,21	137.223.220,76
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.923.156.980,12	11.992.244.676,36
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL	1,0885%	1,1443%
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 2,1158%	167.638.155,39	253.731.912,86
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - 2,2272%	176.464.552,26	267.091.273,43
LIMITE LEGAL (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) - 2,2272%	176.464.552,26	267.091.273,43

(2) Instruções Normativas TCEMG nºs 1 e 5/2001, LC nº 64/2002 (art. 38, § 1º);

(3) Instruções Normativas TCEMG nºs 1 e 5/2001, LC nº 64/2002 (art. 38, § 1º);

(4) Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente - Ivo José, 2º-Vice-Presidente - Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente - Mauri Torres, 1º-Secretário - Wanderley Ávila, 2º-Secretário - Álvaro Antônio, 3º-Secretário.

João Franco Filho, Diretor-Geral - Leonardo Claudino Graça Boechat, Diretor de Planejamento e Finanças - Valter Morato Barcelos, Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/9/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, c/c o inciso I do § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda nº 20, de 15/12/98, e nos termos das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.090, de 17/12/90, assino o seguinte atos:

aposentando, por invalidez permanente, com proventos integrais, a partir de 5/6/2002, o servidor Sílvio Dias Ribeiro Filho, ocupante do cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.134, de 10/9/1993, e 5.198, de 21/5/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nº 2.043, de 29/5/2001, e 2.055, de 5/6/2001, assinou os seguintes atos:

dispensando Kátia Maria Fernandes de Oliveira da Função Gratificada de Nível Superior – FGS, com exercício na Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação;

designando Antônio Alves de Brito para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática.

designando Rosângela Baêta Baumgratz para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, com exercício na Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação;

designando Rosineide Maria Mendes para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, com exercício na Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação.

### TERMO DE CONVÊNIO

1º Convenente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2º Convenente: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG. 3º Convenente: Sindicato das Empresas de Base Biotecnológica no Estado de Minas Gerais – SINDbio. Objeto: realização de fórum técnico sobre biotecnologia.. Dotação orçamentária: 339033 e 339039. Vigência: de 27/8/2002 a 18/9/2002. Licitação: inexigibilidade, art. 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

### TERMO DE ADITAMENTO

Convenientes: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Procuradoria-Geral do Estado de Minas Gerais e Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE. Objeto: estabelecimento de condições para intercâmbio de técnicas e cessão de dados entre as partes convenientes, para manutenção de uma base de dados de legislação mineira. Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação do convênio. Vigência: 25/9/2002 a 24/9/2003.